

**Mapeamento das instituições
governamentais e não-governamentais de atenção
às questões relacionadas ao consumo de álcool
e outras drogas no Brasil - 2006/2007**

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente da República

José Alencar Gomes da Silva

**Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional e
Presidente do Conselho Nacional Antidrogas**

Jorge Armando Felix

Secretário Nacional Antidrogas

Paulo Roberto Yog de Miranda Uchôa

Secretária-Adjunta da Secretaria Nacional Antidrogas

Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte



Presidência da República
Gabinete de Segurança Institucional
Secretaria Nacional Antidrogas

Mapeamento das instituições governamentais e não-governamentais de atenção às questões relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas no Brasil - 2006/2007

Supervisão Técnica

Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte
Secretaria Nacional Antidrogas

Coordenação Geral

Denise Bomtempo Birche de Carvalho
Universidade de Brasília/UnB

Equipe do Projeto Mapeamento

Andréia dos Reis Elias
Andréa Lagares Neiva
Daniela Carina Pascual
Elizabeth Maulaz Lacerda
Francisca Lucena
Márcia Gomes Colen
Tânia Maria Tosta da Silva
Valéria do Socorro Oliveira Leal

Bolsistas da Universidade de Brasília/UnB

Cássia Fernandes
Jamila Zgiet Rodrigues Santos
Lazara Lorena de Oliveira G. Villar
Nadja Achkar Petrillo de Mello Coe
Paulo Rogério Gomes Sampaio
Thaís Kristosch Imperatori

Equipe da Senad

Alissandra Alves Rodrigues
Márcia Maria Martins Lopes
Marcelo Ivo Silva de Lima

Revisão de Conteúdo - Senad

Aldo da Costa Azevedo
Deborah Domiceli da Cruz Oliveira
Doralice Oliveira Gomes
Janaína Bezerra Nogueira
Vladimir de Andrade Stempluk

Consultoria Especial - Ipea

Enid Rocha Andrade da Silva
Maria do Socorro Elias de Menezes

Copyright © 2007 – Secretaria Nacional Antidrogas (Senad)
Secretaria Nacional Antidrogas (Senad)
Palácio do Planalto, Anexo II, Ala B 201
CEP: 70.150-900
Brasília-DF
www.obid.senad.gov.br / www.senad.gov.br

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, desde que citada a fonte e/ou o site da internet onde pode ser encontrado o original (www.obid.senad.gov.br)

Supervisão Técnica

Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte
Secretaria Nacional Antidrogas

Coordenação Geral

Denise Bomtempo Birche de Carvalho
Universidade de Brasília/UnB

Equipe do Projeto Mapeamento

Andréia dos Reis Elias
Andréa Lagares Neiva
Daniela Carina Pascual
Elizabeth Maulaz Lacerda
Francisca Lucena
Márcia Gomes Colen
Tânia Maria Tosta da Silva
Valéria do Socorro Oliveira Leal

Bolsistas da Universidade de Brasília/UnB

Cássia Fernandes
Jamila Zgiet Rodrigues Santos
Lazara Lorena de Oliveira G. Villar
Nadja Achkar Petrillo de Mello Coe
Paulo Rogério Gomes Sampaio
Thaís Kristosch Imperatori

Equipe da Senad

Alissandra Alves Rodrigues
Márcia Maria Martins Lopes
Marcelo Ivo Silva de Lima

Revisão de Conteúdo - Senad

Aldo da Costa Azevedo
Deborah Domiceli da Cruz Oliveira
Doralice Oliveira Gomes
Janaína Bezerra Nogueira
Vladimir de Andrade Stempluk

Consultoria Especial - Ipea

Enid Rocha Andrade da Silva
Maria do Socorro Elias de Menezes

Realização

Universidade de Brasília (UnB)
Departamento de Serviço Social
Fundação Universitária de Brasília (FUBRA)

Revisão dos originais

Tânia Maria Tosta da Silva

Revisão Final

Rejane Oliveira

Capa, Diagramação e Projeto Gráfico

José Miguel dos Santos

Impressão

KACO Gráfica e Editora

Tiragem

3 mil exemplares

Impresso no Brasil

Dados internacionais de catalogação na publicação (CIP)

Mapeamento das instituições governamentais e não-governamentais de atenção às questões relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas no Brasil - 2006/2007: Relatório. Coordenação Geral Denise Bomtempo Birche de Carvalho - Universidade de Brasília. Supervisão Técnica Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte - Senad. Brasília: Secretaria Nacional Antidrogas, 2007.

300 p.

Nota: obra elaborada em convênio com a Universidade de Brasília (UnB) - Departamento de Serviço Social (SER) e Fundação Universitária de Brasília (FUBRA).

1. Droga - uso. 2. Droga - uso - Brasil. I. Carvalho, D. B. B. II. Duarte, P. C. V. III. Presidência da República. Secretaria Nacional Antidrogas. IV. Universidade de Brasília. V. Título

CDU - 613.81:361/362(81)

Apresentação da Secretaria Nacional Antidrogas - Senad

A Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) tem a missão institucional de articular e integrar governo e sociedade para a redução da demanda de drogas no país, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional sobre Drogas. Assim é com satisfação que apresentamos o “Mapeamento das Instituições Governamentais e Não-governamentais de Atenção às Questões Relacionadas ao Consumo de Álcool e Outras Drogas no Brasil”.

Concebido pela Senad e executado em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), contando também com a consultoria técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e com apoio financeiro da Comissão Interamericana do Controle de Abuso de Drogas, da Organização dos Estados Americanos (Cicad/OEA), este projeto surgiu do reconhecimento do importante trabalho desenvolvido pelas instituições de atenção às questões relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas para a sociedade brasileira.

Esta publicação de grande relevância oferece um panorama preciso de onde e como funcionam as instituições, suas rotinas de atendimento, a composição e qualificação dos seus recursos humanos e sua infra-estrutura física e financeira.

Os resultados aqui apresentados servirão de apoio a todas as pessoas que, de alguma forma, necessitam dos serviços prestados pelas instituições mapeadas. Fornecerão também subsídios às esferas governamentais responsáveis por desenvolver e implementar políticas públicas em todo o Brasil.

Acreditamos que dar vida aos dados coletados, por meio de ações que efetivamente sirvam para o atendimento das necessidades da população brasileira, é uma das melhores estratégias para expandir e fortalecer a rede nacional de serviços de apoio às questões relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas.

Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte
Secretária-Adjunta

Paulo Roberto Yog de Miranda Uchoa
Secretário Nacional Antidrogas

Apresentação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea

O “Mapeamento das instituições governamentais e não- governamentais de atenção às questões relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas no Brasil” nasceu da necessidade do Governo Federal conhecer a situação e as práticas de atendimento adotadas por essas instituições. A iniciativa representa, na verdade, o reconhecimento público da importância dos serviços prestados por estas organizações.

A despeito do papel fundamental para nossa sociedade, as instituições voltadas para as questões relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas no Brasil são ainda pouco conhecidas das esferas governamentais responsáveis pela elaboração e execução da Política Nacional sobre Drogas. Conhecer a diversidade da forma de atuação e de atendimento prestado por estas instituições é fundamental para órgãos, como a Senad, que tem, dentre outras, a atribuição de exercer orientação normativa sobre as atividades de redução da demanda de drogas no país.

Assim, os resultados do “Mapeamento das instituições governamentais e não- governamentais de atenção às questões relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas no Brasil” realizado pela Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), com o apoio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Comissão Interamericana do Controle de Abuso de Drogas, da Organização dos Estados Americanos (Cicad/OEA) vêm oferecer aos governos, ao público acadêmico e à sociedade em geral um relevante serviço de produção de conhecimento especializado.

O rigor na condução metodológica da pesquisa e a relevância dos temas desenvolvidos e analisados neste Mapeamento permitem-nos afirmar que seus resultados são uma fonte de conhecimento referencial para o desenvolvimento de novos estudos e pesquisas na área e também para subsidiar a elaboração e adequação de ações e programas governamentais.

A publicação dos resultados do “Mapeamento das instituições governamentais e não- governamentais de atenção às questões relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas no Brasil”, portanto, vem ao encontro de uma importante demanda de pesquisadores, planejadores, formuladores de políticas, militantes da causa de combate e prevenção ao uso de drogas no país.

Esse livro-relatório fornece um amplo panorama da situação das instituições voltadas para as questões relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas, permitindo uma avaliação do quadro atual por meio da visão integrada das principais áreas as quais se dedicam estas instituições - ações de prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social, redução de danos e ensino e pesquisa. Assim são estudados os tipos de tratamento oferecidos pelas instituições, os problemas mais recorrentes de atendimento; as principais atividades realizadas na área de prevenção ao uso de álcool e outras drogas; as características do público alvo e da população atendida e os principais temas relacionados ao álcool e outras drogas abordados em atividades de ensino e/ou pesquisa.

Os resultados produzidos pelo Mapeamento, sem dúvida, serão importantes fontes para estimular o debate e a reflexão sobre os temas aqui abordados e contribuirão para melhor adequação do planejamento e da execução das atividades de prevenção do uso indevido de álcool e outras drogas na população em geral, e de tratamento, reinserção social, redução de danos sociais e à saúde de usuários e dependentes.

Enid Rocha Andrade da Silva
Consultora Especial Projeto Mapeamento

Jorge Abrabão de Castro
Diretor de Estudos Sociais

Sumário

Introdução	11
Metodologia.....	12
Prevenção ao Uso Indevido de Álcool e outras Drogas	
1. Introdução	21
2. Distribuição das variáveis quantitativas do Eixo Prevenção ao Uso Indevido de Álcool e outras Drogas	22
3. Análise descritiva das variáveis quantitativas do Eixo Prevenção ao Uso Indevido de Álcool e outras Drogas de acordo com a natureza da instituição.....	26
4. Informações institucionais	39
5 Conclusão.....	78
Tratamento, Recuperação e Reinserção Social	
1. Introdução	85
2. Distribuição das variáveis quantitativas do Eixo Tratamento, Recuperação e Reinserção Social.....	86
3. Análise descritiva das variáveis do Eixo Tratamento aos Usuários Dependentes de Álcool e outras Drogas de acordo com a natureza da instituição.....	91
4. Informações institucionais	107
5. Conclusão.....	146
Redução de Danos Sociais e à Saúde	
1. Introdução	153
2. Distribuição das variáveis quantitativas do Eixo Redução de Danos Sociais e à Saúde.....	153
3. Análise descritiva das variáveis quantitativas do Eixo Redução de Danos Sociais e à Saúde de acordo com a natureza da instituição.....	159
4. Informações institucionais	172
5. Conclusão.....	209
Ensino e/ou Pesquisa	
1. Introdução	217
2 Distribuição das variáveis quantitativas do Eixo Ensino e/ou Pesquisa.....	217
3. Análise descritiva das variáveis quantitativas do Eixo Ensino e/ou Pesquisa de acordo com a natureza da instituição.....	222
4. Informações institucionais	237
5. Conclusão.....	262

Considerações finais	265
-----------------------------------	------------

Anexos

Anexo I - Questionário reduzido	269
Anexo II - Questionário ampliado	270
Anexo III - Relatório do serviço 0800.....	289
Anexo IV - Plano amostral Etapa 3	290
Anexo V - Lista de figuras e tabelas.....	291

Introdução

As evidências científicas nacionais e internacionais apontam para a necessidade de se tratar a questão do consumo de álcool e outras drogas com especial atenção tanto do Poder Público como da sociedade.

A Secretaria Nacional Antidrogas (Senad), órgão responsável por coordenar a Política Nacional sobre Drogas (PNAD), por meio da articulação e integração entre governo e sociedade, vem desenvolvendo e apoiando a realização de estudos e pesquisas para aprofundar o conhecimento sobre drogas e sobre as ações desenvolvidas nas áreas de prevenção, tratamento, redução de danos sociais e a saúde e ensino e pesquisa.

Reconhecendo a importância das instituições que desenvolvem essas ações, a Senad realizou o projeto “Mapeamento das instituições governamentais e não-governamentais de atenção às questões relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas no Brasil” em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), com a consultoria técnica do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) e com o apoio financeiro da Comissão Interamericana do Controle do Abuso de Drogas, da Organização dos Estados Americanos (Cicad/OEA).

O projeto do mapeamento das instituições governamentais e não-governamentais de atenção às questões relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas no Brasil se desenvolveu em três etapas¹.

A primeira etapa consistiu no mapeamento das instituições governamentais e não-governamentais que realizam atividades de prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social, redução de danos, e ensino e pesquisa. Foram mapeadas e cadastradas, nesta etapa, 9.503 instituições.

A segunda etapa teve como meta o envio de 2.000 questionários, por correio, às instituições para conhecimento dos objetivos, atividades, rotinas de atendimento, composição e qualificação dos recursos humanos, infra-estrutura física e financeira. Foram respondidos 1.884 (94%) questionários e validados 1.642 (82%).

A terceira etapa consistiu na realização de entrevistas, *in loco*, com os dirigentes das instituições. Foram selecionadas 10% das instituições, que responderam ao questionário ampliado e validado de cada capital. Nesta etapa, foram avaliadas qualitativamente as informações prestadas pelos dirigentes das instituições.

Os objetivos do mapeamento foram:

- levantar informações que subsidiem a elaboração do diagnóstico da atuação das instituições governamentais e não-governamentais em relação aos seguintes aspectos: objetivos, atividades, rotinas de atendimento, composição e qualificação dos recursos humanos e infra-estrutura física e financeira.
- atualizar e ampliar o Banco de Dados disponível à população brasileira no Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID).

¹ As etapas foram realizadas com base em SILVA, Enid Rocha Andrade da Silva (Org.). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: Ipea/Conanda, 2004.

- disponibilizar para o Serviço VIVA VOZ informações sobre as instituições mapeadas;
- estabelecer parâmetros para a classificação das instituições pesquisadas quanto à natureza do atendimento, o público-alvo, os recursos humanos, físicos e materiais, as demandas e as estratégias de atendimento.
- identificar a situação atual do atendimento realizado pelas instituições pesquisadas, com vistas a analisar a correspondência entre os serviços prestados e os objetivos institucionais;
- possibilitar a articulação e o fortalecimento de uma rede social de atenção aos usuários e dependentes de álcool e outras drogas.

Com este levantamento, objetiva-se contribuir com a melhoria dos programas, ações e atividades de redução da demanda (prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social), redução de danos sociais e a saúde e ensino e pesquisa, por meio da articulação e fortalecimento dos recursos existentes. O projeto do “Mapeamento das instituições governamentais e não-governamentais no Brasil” oportunizará, portanto, potencialização dos recursos existentes e, com isso, melhoria do acesso à população que necessita dos serviços.

Metodologia

Etapa 1 . Levantamento Prévio

Esta etapa consistiu de levantamento de dados das instituições governamentais e não-governamentais de atenção às questões relacionadas ao consumo de drogas que desenvolviam ações de prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social, redução de danos sociais e à saúde, ensino e pesquisa, visando atualizar e ampliar o cadastro de instituições da Secretaria Nacional Antidrogas, utilizando-se como fontes: instituições já cadastradas nos estados e municípios em órgãos tais como: prefeituras, Secretarias de Estado da Saúde, da Assistência Social, Conselhos Estaduais Antidrogas/ Entorpecentes, Conselhos Municipais Antidrogas, Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Assistência Social.

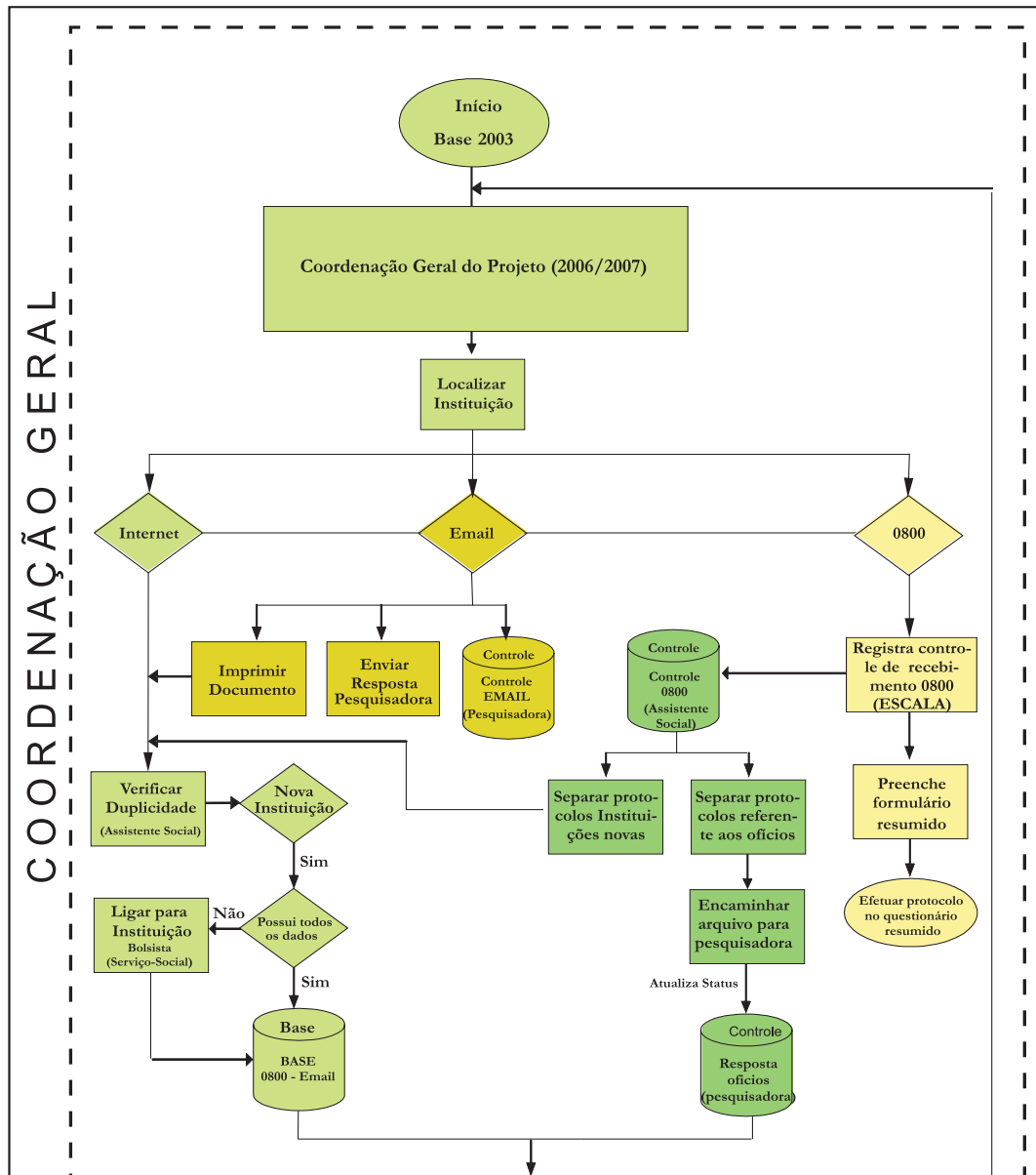
Os cadastros foram atualizados por meio de busca ativa, via serviço de *telemarketing*², bem como por meio da aplicação do questionário resumido (Anexo 1) contendo os seguintes dados: nome, endereço, telefone da instituição, nome do dirigente, e-mail da instituição e do dirigente, página na internet, natureza da instituição (governamental ou não-governamental), tipos de atividades desenvolvidas (prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas; tratamento, recuperação e reinserção social; redução de danos sociais e à saúde, ensino e pesquisa).

Durante o período de prospecção, procurou-se localizar associações, centros e institutos de ensino e pesquisa, hospitais gerais, hospitais psiquiátricos, hospitais-dia, instituições de redução de danos, grupos de auto-ajuda comunidades terapêuticas, ambulatórios, clínicas particulares, residências terapêuticas, no sentido de mapear e ampliar os cadastros das instituições.

² Esse serviço foi executado durante um mês por uma empresa de telemarketing do Distrito Federal e, posteriormente, por alunos do Curso de Serviço Social da Universidade de Brasília, devidamente treinados.

Objetivando mapear o maior número possível de instituições relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas foram enviadas comunicações aos prefeitos municipais, em todo o território nacional, aos secretários estaduais das áreas de Educação, Saúde, Segurança Pública, Justiça e Cidadania e Assistência Social.

Os procedimentos realizados na Etapa 1 podem ser visualizados no fluxograma 1, a seguir:



Etapa 2 . Pesquisa quantitativa

A segunda etapa do Projeto Mapeamento consistiu na aplicação do questionário ampliado³ (Anexo 2), contendo questões fechadas e abertas, aos dirigentes das instituições mapeadas e cadastradas na Etapa 1, localizadas no país, para complementação dos cadastros e coleta de dados quantitativos referentes à atuação das referidas instituições nas áreas de prevenção, tratamento, redução de danos sociais e à saúde e ensino e pesquisa.

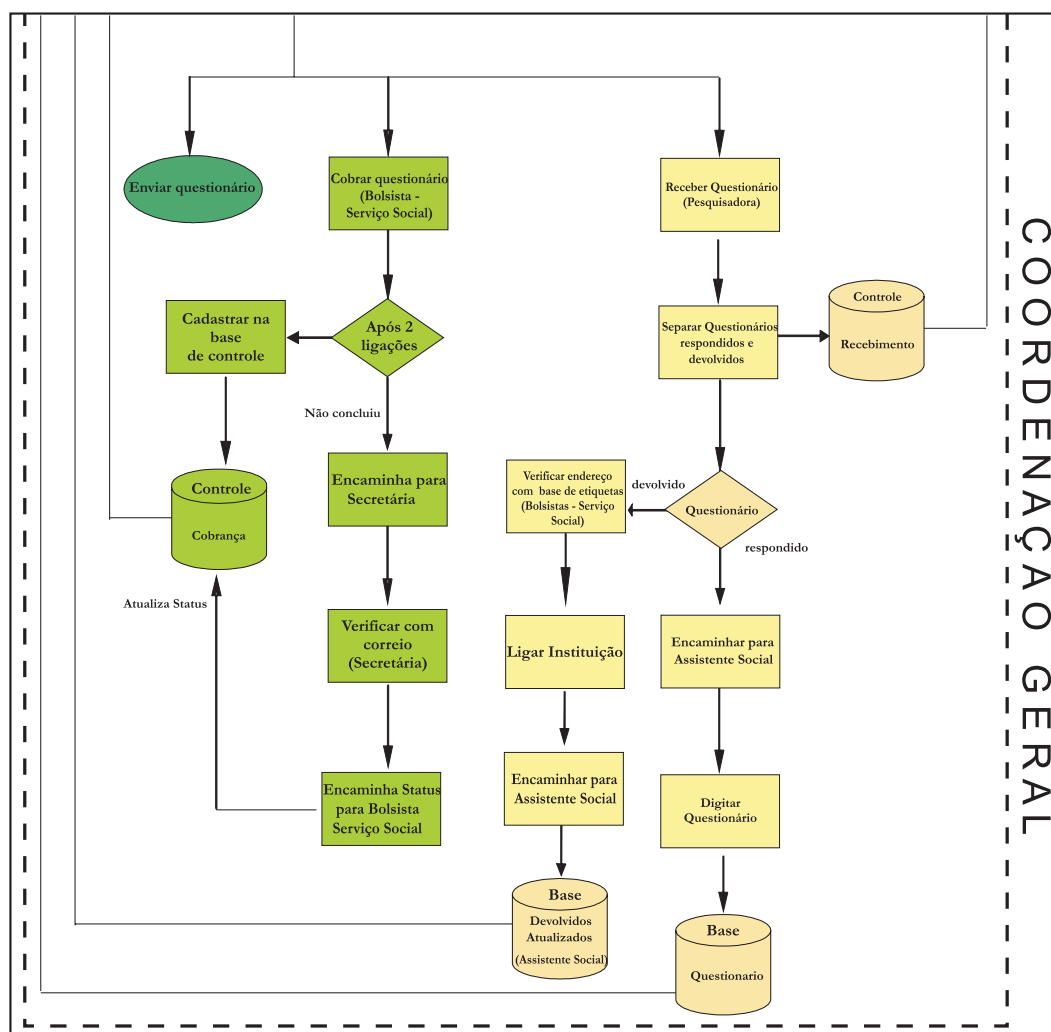
² Questionário auto-aplicável, contendo mensagem da Senad, acompanhado do manual de preenchimento, glossário, objetivos da pesquisa, os eixos das atividades, totalizando 83 questões, 74 páginas.

Foram enviados 2.000 questionários ampliados, aos dirigentes das instituições governamentais e não-governamentais de atenção às questões relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas, na medida em que eram mapeadas e cadastradas. Para dirimir dúvidas sobre o preenchimento do referido instrumental de pesquisa foi disponibilizado um serviço 0800 (Anexo 3), com atendimento durante os dias úteis da semana, com escalas de plantões. Esse serviço também foi importante no recebimento das respostas aos ofícios enviados às secretarias estaduais e prefeituras municipais.

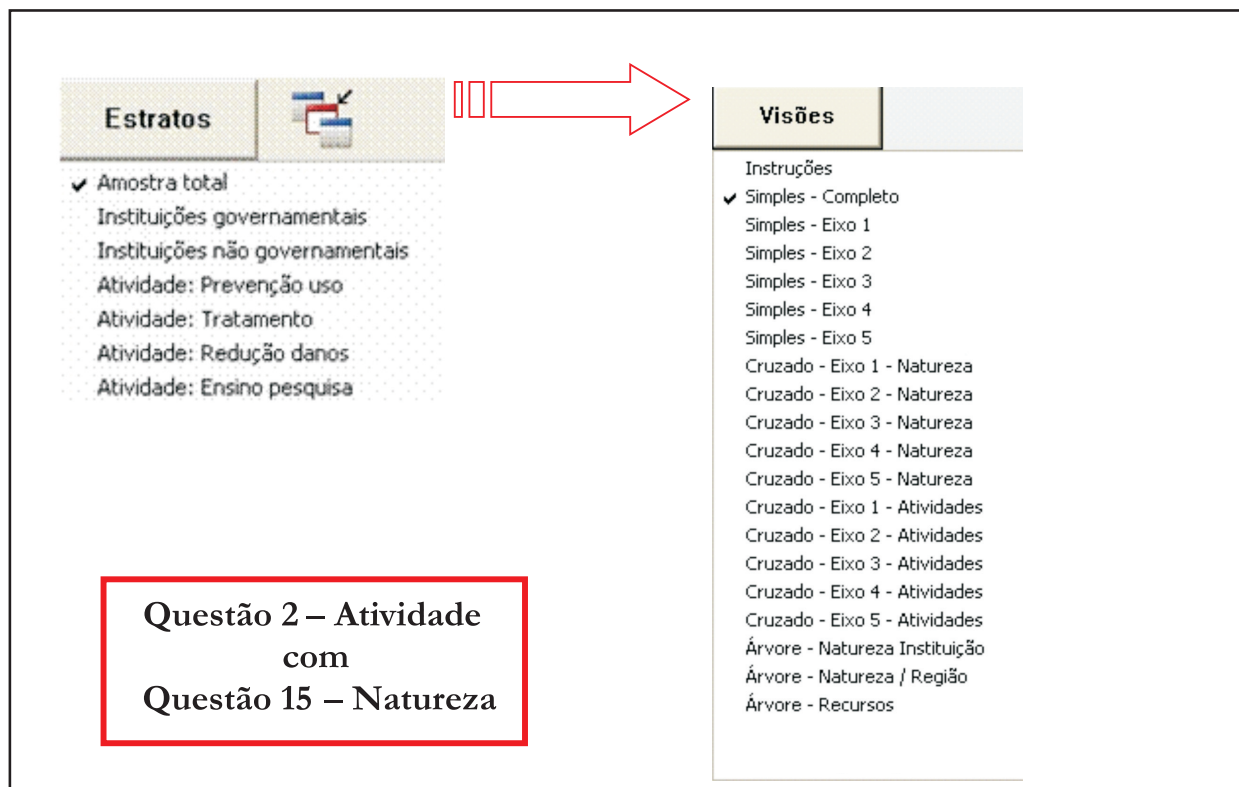
Para o controle de recebimento dos referidos questionários foi criado um banco de dados para a realização da triagem, classificando-os como: a) respondidos, b) devolvidos em branco, c) devolvidos pelo Correio. Os questionários devidamente respondidos eram encaminhados para análise crítica e posterior digitação dos dados, os devolvidos em branco foram reaproveitados para envio às instituições cadastradas. Com relação aos questionários devolvidos pelo Correio, novos contatos foram feitos com as instituições, visando sanar a deficiência do envio e, caso necessário, procedia-se o reenvio dos mesmos aos destinatários.

Devido o volume de questionários enviados e a necessidade de reafirmar aos dirigentes das instituições sobre a importância do preenchimento e o do rápido retorno, fez-se mister colocar em prática um serviço diário de cobrança de retorno dos questionários. Com esta medida, pôde-se verificar que depois das ligações da equipe, incentivando e mobilizando os dirigentes das instituições quanto à importância do Projeto, o número de questionários devolvidos por dia teve aumento significativo.

Os procedimentos realizados na Etapa 2 podem ser visualizados no fluxograma 2, a seguir:



Com os questionários sendo recepcionados e analisados, iniciou-se a digitação dos dados. Para tanto, foi utilizado o software Sphinx 5.0⁴. Os dados obtidos, por meio dos questionários recebidos, foram submetidos à análise quantitativa e descritiva, com base na frequência de variáveis e análise comparativa com cruzamento de dados da questão 2 (Quais as atividades realizadas pela instituição?) com a questão 15 (Qual é a natureza da instituição?). A geração de relatórios para análise foi realizada de acordo com o fluxograma 3, a seguir:



Etapa 3 – Pesquisa qualitativa

A terceira etapa do Projeto Mapeamento consistiu de visitas e realização de entrevistas com os dirigentes das instituições, objetivando avaliar qualitativamente as informações prestadas pelos mesmos no questionário ampliado (Etapa 2).

A escolha das instituições que foram visitadas se deu por amostragem, conforme anexo 4. As instituições foram selecionadas entre as 1642 que devolveram os questionários ampliados que foram validados e tabulados no software Sphinx. Para a constituição da amostra (10%) as instituições foram divididas em grupos considerando os seguintes aspectos: a natureza da instituição (governamental e não-governamental), região geográfica, capitais dos estados brasileiros e o tipo de atividade (prevenção, tratamento, redução de danos sociais e à saúde e ensino e pesquisa).

A pesquisa qualitativa foi realizada nas 27 capitais do país, perfazendo um total de 211 instituições, como por exemplo, CAPSad, clínicas particulares, conselhos estaduais e municipais antidrogas/entorpecentes, universidades, centros e institutos de pesquisas, hospitais, comunidades terapêuticas, instituições de redução de danos, dentre outras.

⁴ Código de licença: E8080-FEDU0852-6121402AX-GGNOCPI-DENISE * Chave de instalação: WUPXM-2RBRF-99QF6. O software Sphinx é uma ferramenta para apoiar o processo de pesquisa e para análise de dados gerenciais e acadêmicos. Permite a realização de análises quantitativas e possibilita publicação de questionários (coleta) e relatórios (análise).

A equipe de entrevistadores do Projeto foi previamente treinada pela coordenação e por 2 técnicos supervisores da Senad, durante uma semana para realizar as visitas institucionais, visando atingir os objetivos da Etapa 3.

As visitas se iniciaram pelo estado de São Paulo pelo fato de possuir o maior número de instituições. Para isso, foram realizados contatos com os dirigentes das instituições anteriormente selecionadas, visando agendar o dia e horário das entrevistas. A cada semana do retorno dos entrevistadores eram realizadas reuniões de avaliação e de planejamento das visitas seguintes, de acordo com o cronograma de trabalho. Durante dois meses a equipe de pesquisadores se espalhou pelas capitais brasileiras para cobrir as visitas e entrevistas institucionais programadas.

A análise qualitativa foi feita por meio das questões abertas do questionário ampliado, das entrevistas e dos relatórios descritivos dos pesquisadores. Nessa etapa, foi utilizada a análise de conteúdo, tendo como critérios: a) a natureza das instituições (governamentais e não-governamentais); b) as atividades desenvolvidas em relação aos eixos da pesquisa.

Os produtos resultantes do Projeto são instrumentos concretos que servirão para o fortalecimento das ações da Senad e para que as práticas de participação cidadã se realizem em função da responsabilidade compartilhada dos gerentes públicos governamentais e não-governamentais no processo de formulação e gestão de políticas públicas sobre álcool e outras drogas no Brasil.

**PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE
ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS**

Sumário

1. Introdução	21
2. Distribuição das variáveis quantitativas do Eixo Prevenção ao Uso Indevido de Álcool e outras Drogas	22
2.1. Tipos de atividades desenvolvidas	22
2.2. Tipos de prevenção realizadas	22
2.3. Modelos de prevenção	23
2.4. Fontes consultadas pela instituição para realizar as atividades de prevenção ao uso indevido de drogas	23
2.5. Atividades de prevenção	24
2.6. Previsão de formação de multiplicadores	25
2.7. Público-alvo das atividades de formação de multiplicadores em prevenção	25
2.8. Público-alvo das atividades de prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas	25
3. Análise descritiva das variáveis quantitativas do Eixo Prevenção ao Uso Indevido de Álcool e outras Drogas de acordo com a natureza da instituição	26
3.1. Tipos de atividades realizadas	26
3.2. Tipos de prevenção	27
3.3. Modelos de prevenção	28
3.4. Fontes consultadas pelas instituições	30
3.5. Atividades de prevenção	31
3.6. Formação de multiplicadores	34
3.7. Público-alvo da formação de multiplicadores	35
3.8. Público-alvo das atividades de prevenção	37
4. Informações institucionais	39
4.1. Características da instituição de acordo com o perfil de atuação	39
4.1.1. Tempo de funcionamento	39
4.1.2. Abrangência territorial	40
4.1.3. Localização da instituição	41
4.1.4. Sexo da população atendida	42
4.1.5. Faixa etária da população atendida	43
4.1.6. Média mensal de atendimentos	44
4.1.7. Acesso da população atendida	46
4.1.8. Procedência dos encaminhamentos	47
4.1.9. Articulação das instituições de prevenção com outros setores	48
4.1.10. Existência do Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes na percepção do dirigente	51

4.1.11. Registro da instituição no Conselho Municipal Antidrogas/ Entorpecentes	52
4.1.12. Registro da instituição no Conselho Estadual Antidrogas/ Entorpecentes	53
4.1.13. Recursos materiais	54
4.1.14. Recursos financeiros	57
4.2. Características do dirigente de acordo com a natureza da instituição	59
4.2.1. Idade	59
4.2.2. Sexo	60
4.2.3. Escolaridade	60
4.2.4. Situação de remuneração	62
4.2.5. Atividade remunerada fora da instituição	63
4.2.6. Total de horas dedicadas a instituição	64
4.2.7. Motivação	65
4.2.8. Participação em conselhos	66
4.3. Características da equipe profissional de acordo com a natureza da instituição	68
4.3.1. Número de profissionais	68
4.3.2. Capacitação para os profissionais	71
4.3.3. Atividades de capacitação desenvolvidas	72
4.3.4. Frequência de capacitação	73
4.3.5. Previsão de capacitação externa	75
4.3.6. Tipo de capacitação externa prevista	76
4.3.7. Participação em eventos científicos e de mobilização social	77
5. Conclusão	78

1. Introdução

Prevenir o uso indevido de álcool e outras drogas constitui ação de inquestionável relevância nos mais diversos contextos sociais – família, escola, comunidade, empresa –, dada a complexidade da questão e os prejuízos associados ao abuso e à dependência de substâncias psicoativas.

O Dicionário Aurélio (1999) define prevenção como o ato ou efeito de prevenir, ou seja, “evitar, dispor com antecipação e chegar antes de”. Em relação ao consumo de drogas, pode-se considerar prevenção tudo aquilo que possa ser feito para evitar, impedir, retardar, reduzir ou minimizar o uso, abuso ou a dependência e os prejuízos relacionados ao consumo de álcool e outras drogas.

No âmbito desta pesquisa, as ações de prevenção realizadas pelas instituições governamentais e não-governamentais relacionadas às questões de álcool e outras drogas são analisadas, tomando-se como parâmetro os enfoques a seguir descritos.

– Prevenção universal: dirige-se à população em geral (usuária ou não de drogas) ou a setores amplos em que não se identificam fatores de risco específicos. Esse modelo tem por objetivo prevenir ou retardar o uso indevido de álcool e outras drogas.

– Prevenção seletiva: dirigida a grupos específicos da população, visa identificar os fatores de risco associados ao uso indevido de álcool e outras drogas e atuar de forma a atrasar ou impedir o seu abuso.

– Prevenção indicada: planejada para indivíduos que já apresentam os primeiros sinais de uso abusivo de álcool e outras drogas. Tem por objetivo prevenir a evolução de um possível quadro de dependência e suas complicações. O enfoque da intervenção deve ser específico para cada indivíduo ou grupo e considerar os problemas sociais e de saúde relacionados ao padrão de consumo.

A prevenção ao uso de álcool e outras drogas no Brasil não possuía até 1998 diretrizes nacionais. Essas diretrizes passaram a existir a partir de 2001 com a aprovação da Política Nacional Antidrogas. Em 2004, essa Política passou por um amplo processo democrático de realinhamento. A Política, agora denominada Política Nacional sobre Drogas (PNAD), apresenta no capítulo sobre prevenção orientações gerais, entre elas:

1. a efetiva prevenção é fruto do comprometimento, da cooperação e da parceria entre os diferentes segmentos da sociedade brasileira e dos órgãos governamentais, federal, estadual e municipal, fundamentada na filosofia da responsabilidade compartilhada, com a construção de redes sociais que visem a melhoria das condições de vida e a promoção geral da saúde;
2. a prevenção deve ser executada de forma descentralizada nos municípios e adequada às peculiaridades locais e priorizando as comunidades mais vulneráveis;
3. as ações preventivas devem ser pautadas em princípios éticos e pluralidade cultural, orientando-se para a promoção de valores voltados à saúde física e mental, individual e coletiva, ao bem-estar, à integração socioeconômica e à valorização das relações familiares, considerando os diferentes modelos;
4. as mensagens utilizadas em campanhas e programas educacionais e preventivos devem ser claras, atualizadas e fundamentadas cientificamente, considerando

as especificidades do público-alvo, as diversidades culturais, vulnerabilidade, respeitando as diferenças de gênero, raça e etnia.

A PNAD representa um avanço na prevenção do uso indevido de álcool e outras drogas, na medida em que define diretrizes para a implementação de programas de prevenção nos diversos contextos sociais (escola, empresa, comunidade), norteando ações dos diversos segmentos da sociedade que atuam na área da redução da demanda de drogas no Brasil.

Do mapeamento das instituições governamentais e não-governamentais que realizam atividades de prevenção ao uso de álcool e outras drogas podem ser constatados os tipos de atividades desenvolvidas, os modelos utilizados e as fontes consultadas pelas instituições. Este capítulo irá apresentar os dados obtidos a partir da pesquisa.

2. Distribuição das variáveis quantitativas do Eixo Prevenção ao Uso Indevido de Álcool e outras Drogas

2.1. Tipos de atividades desenvolvidas

Nos 1.642 questionários validados para análise, 1.255 dirigentes e/ou responsáveis informaram realizar atividades de prevenção ao uso de álcool e outras drogas, como mostra a Figura 1.

	N	%
Prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas	1 255	100,0
Tratamento, recuperação e reinserção social	909	72,4
Redução de danos sociais e à saúde	501	39,9
Ensino e pesquisa	54	4,3
Total	1 255	4,3

Figura 1: Atividades de prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas realizadas pelas instituições

2.2. Tipos de prevenção realizados

Os dados da Figura 2 revelam que os três tipos de prevenção utilizados se encontram distribuídos de forma equilibrada pelas instituições. A prevenção universal obteve maior número de respostas entre as opções oferecidas (66,5%), seguida da prevenção indicada (62,8%) e a prevenção seletiva (58,7%).

	N	%
Não resposta	75	6,0
Prevenção universal: dirige-se a toda a população. Tem como objetivo prevenir ou atrasar o uso indevido de álcool e outras drogas.	834	66,5
Prevenção seletiva: é dirigida a grupos específicos e visa identificar os fatores de risco associados ao uso indevido de álcool e outras drogas e atuar de forma a atrasar ou impedir o seu abuso.	737	58,7
Prevenção indicada: planejada para indivíduos que já apresentam os primeiros sinais de uso abusivo de álcool e outras drogas. Tem por objetivo prevenir a evolução de um possível quadro de dependência e suas complicações.	788	62,8
Total	1 255	

Figura 2: Tipos de prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas utilizados pelas instituições

2.3. Modelos de prevenção

As instituições pesquisadas utilizam simultaneamente vários modelos de prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas (figura 3). Observou-se a prevalência do modelo de educação afetiva (71,2%) sobre os demais. Esse modelo estimula e valoriza a auto-estima, a capacidade de lidar com a ansiedade, a habilidade de decidir e se relacionar em grupo. Em seguida, estão os modelos de treinamento de habilidades pessoais e sociais (62,9%), o modelo de educação para o conhecimento científico (59,5%), o modelo de treinamento para resistir (52,3%), o modelo de oferecimento de alternativas (50%) e o modelo de pressão de grupo positiva (33,1%).

Os modelos de prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas que foram menos citados pelos dirigentes das instituições são os de modificação das condições de ensino (29,4%) e o modelo de amedrontamento (18,3%).

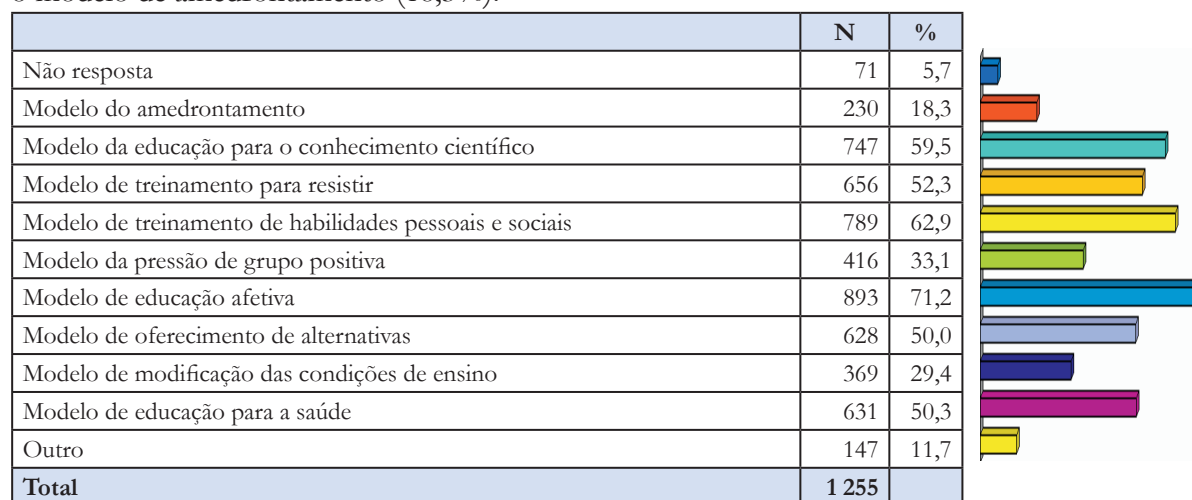


Figura 3: Modelos de prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas

2.4. Fontes consultadas pela instituição para realizar as atividades de prevenção ao uso indevido de drogas

Em relação às fontes de consulta mais utilizadas para a realização de atividades de prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas (figura 4), constatou-se que as mais consultadas são: publicações científicas dos últimos três anos sobre o tema, 868 (69,2%); dados de fontes oficiais dos governos federal, estaduais e municipais, 867 (69,1%); estudos e pesquisas com dados estatísticos sobre o tema, 848 (67,6%); informações da mídia, 764 (60,9%); e legislações nacionais e internacionais sobre o tema álcool e outras drogas, 722 (57,5%).

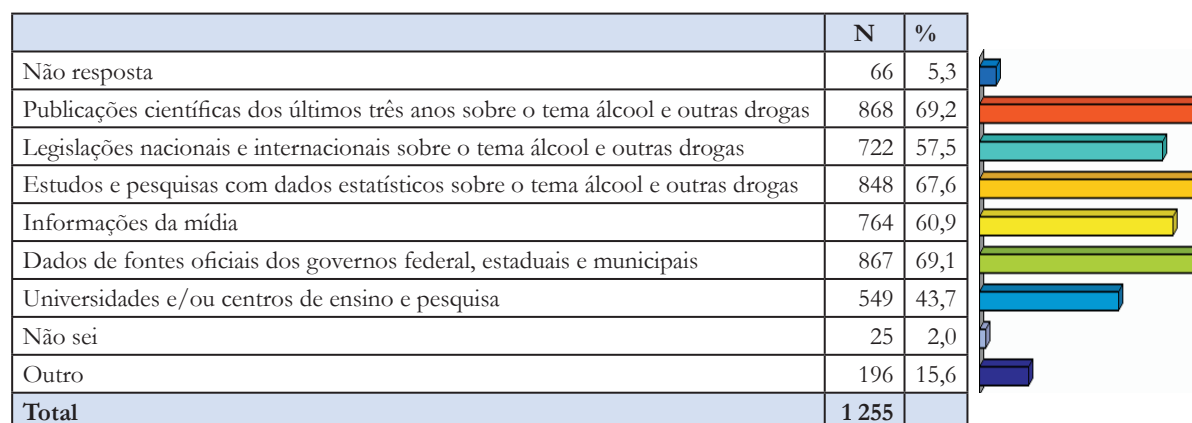


Figura 4: Fontes consultadas pela instituição para realizar atividades de prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas

2.5 Atividades de prevenção

Em relação às atividades de prevenção, Figura 5, a opção mais indicada pelos respondentes foi palestras sobre drogas, 1.079 (86%). As palestras sobre prevenção ao uso de drogas são ferramentas importantes para diminuir ou inibir o seu consumo. A literatura especializada aponta que o acesso à informação e o espaço para a reflexão constituem elementos valiosos às ações de promoção da saúde, visando mudança de comportamento e até mesmo modificação de um estilo de vida precário. O domínio do tema e a habilidade do palestrante de interagir com o público são requisitos necessários para qualificar positivamente a atividade. Em seguida aparece a opção articulação com escolas e outras instituições de ensino para a realização de atividades de prevenção, 779 (62,1%).

As atividades que também aparecem com significativo percentual de respostas são: dinâmicas de grupo, 768 (61,2%); apresentação de relatos pessoais, 758 (60,4%); distribuição de materiais educativos, 754 (60,1%); exibição de filmes, 714 (56,9%); e palestras sobre HIV/Aids, hepatite e/ou doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), 653 (52%).

	N	%
Não resposta	33	2,6
Exibição de filmes	714	56,9
Palestras sobre drogas	1 079	86,0
Palestras sobre HIV/AIDS, hepatite e/ou doenças sexualmente transmissíveis - DSTs	653	52,0
Criação/apresentação de peças de teatro	371	29,6
Aulas de teatro	104	8,3
Distribuição de materiais educativos	754	60,1
Distribuição de preservativos	316	25,2
Oficinas sobre drogas	376	30,0
Dinâmicas de grupo	768	61,2
Produção e distribuição de livros	149	11,9
Produção e distribuição de histórias em quadrinhos	59	4,7
Realização de atividades esportivas e/ou jogos	440	35,1
Estudos dirigidos	411	32,7
Leitura de textos	623	49,6
Apresentação de relatos pessoais	758	60,4
Realização de fóruns, seminários, congressos, simpósios sobre álcool e/ou outras drogas	486	38,7
Realização de eventos culturais, turísticos e sociais	299	23,8
Realização de eventos de mobilização comunitária	499	39,8
Articulação com os meios de comunicação para a veiculação de informações sobre prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas	586	46,7
Realização de eventos em datas festivas e/ou comemorativas	617	49,2
Articulação com escolas e outras instituições de ensino para a realização de atividades de prevenção	779	62,1
Inserção do tema drogas nas atividades curriculares e extracurriculares em escolas	256	20,4
Realização de campanhas comunitárias de prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas	469	37,4
Incentivo à participação voluntária de jovens em campanhas humanísticas e comunitárias	347	27,6
Articulação com empresas públicas e privadas para incentivo à promoção de ações de prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas	480	38,2
Outras atividades	134	10,7

Figura 5: Atividades de prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas realizadas pelas instituições

2.6. Previsão de formação de multiplicadores

A pesquisa revelou que, nas 1.255 instituições que realizam prevenção, 707 de seus dirigentes (56,3%) informaram realizar formação de multiplicadores na área de prevenção ao uso de álcool e outras drogas, de acordo com a Figura 6.

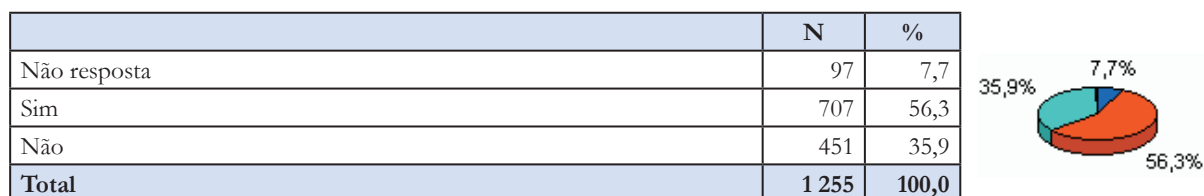


Figura 6: Formação de multiplicadores na área de prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas

2.7. Público-alvo das atividades de formação de multiplicadores em prevenção

Os dirigentes e/ou responsáveis informaram que o público-alvo das atividades de formação de multiplicadores (figura 7) é composto, principalmente por: pais e/ou responsáveis 534 (42,5%); educadores 508 (40,5%); ex-usuários de drogas 467 (37,2%); religiosos 390 (31,1%); líderes comunitários 387 (30,8%).



Figura 7: Público-alvo das atividades de formação de multiplicadores em prevenção

2.8. Público-alvo das atividades de prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas

De acordo com as respostas dadas pelos dirigentes no questionário, o público-alvo das atividades de prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas (figura 8), em ordem decrescente, é constituído, principalmente por: comunidade em geral 930 (74,1%); alunos de ensino fundamental (5ª a 8ª série) 796 (63,4%); alunos de ensino médio 764 (60,9%); pais e/ou responsáveis de alunos 679 (54,1%).

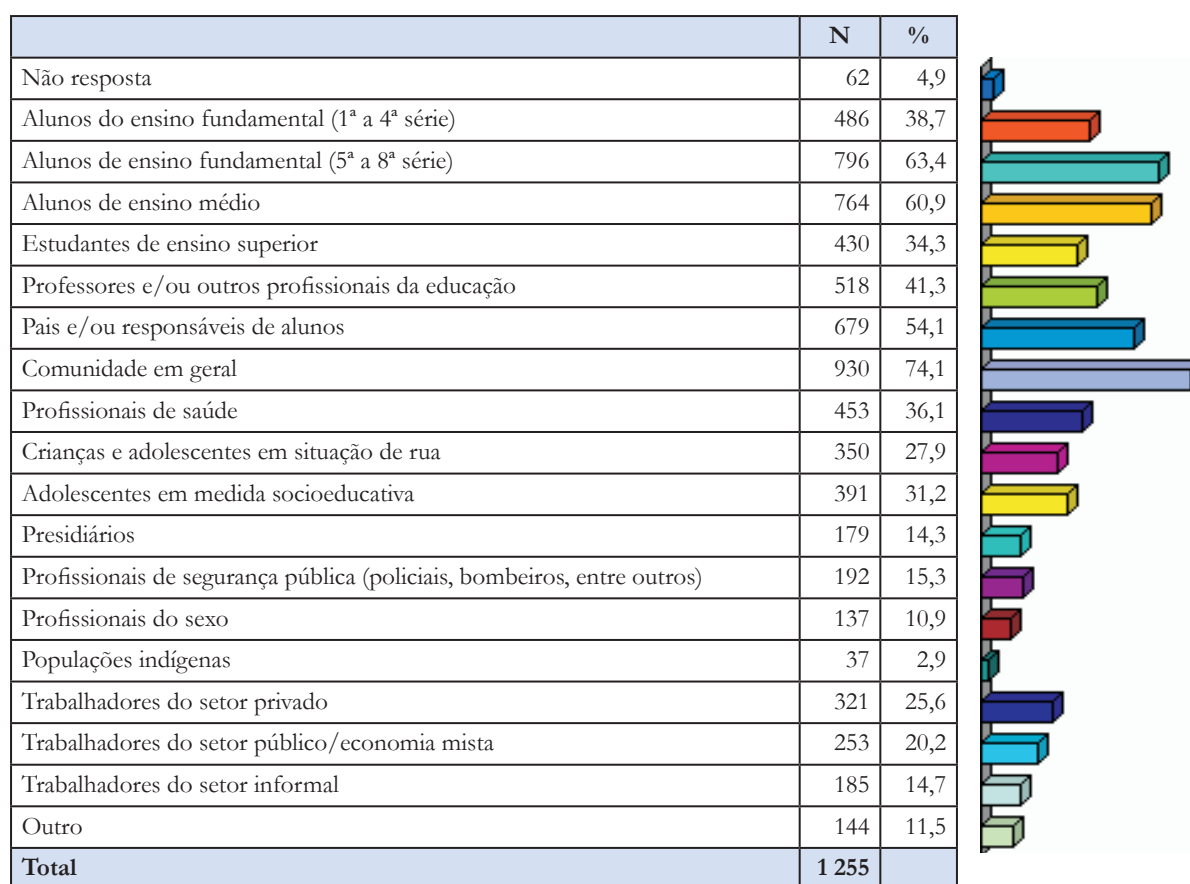


Figura 8: Público-alvo das atividades de prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas

3. Análise descritiva das variáveis quantitativas do Eixo Prevenção ao Uso Indevido de Álcool e outras Drogas de acordo com a natureza da instituição

3.1. Tipos de atividades realizadas

De acordo com a Tabela 1, observa-se que, das 1.255 instituições que informaram realizar prevenção, 451 (35,9%) são governamentais e 776 (61,8%) não-governamentais.

Tabela 1: Natureza da instituição em relação às atividades realizadas

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas	28	2,2	451	35,9	776	61,8	1 255	100,0
Tratamento, recuperação e reinserção social	11	1,2	287	31,6	611	67,2	909	100,0
Redução de danos sociais e à saúde	8	1,6	216	43,1	277	55,3	501	100,0
Ensino e pesquisa	1	1,9	26	48,1	27	50,0	54	100,0
Total	48	1,8	980	36,0	1 691	62,2	2 719	100,0

3.2. Tipos de prevenção

Os tipos de prevenção utilizados pelas instituições governamentais se encontram distribuídos de forma equilibrada de acordo com a Figura 9: prevenção universal 291 (58,3%), indicada 265 (58,8%) e seletiva 263 (58,3%).

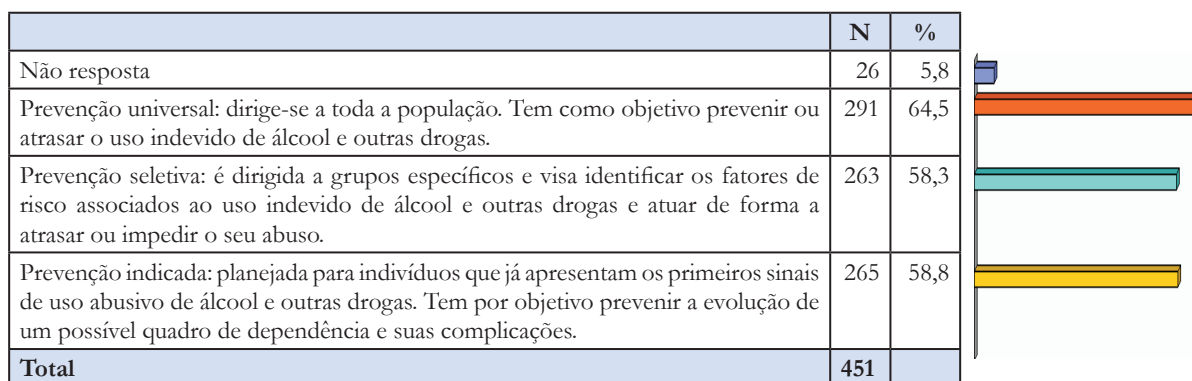


Figura 9: Tipos de prevenção utilizados pelas instituições governamentais

A Figura 10 mostra que os tipos de prevenção utilizados pelas instituições não-governamentais seguem a mesma ordem das governamentais, porém em proporções diferentes: prevenção universal, 528 (68%); indicada, 513 (66,1%); e seletiva, 461 (59,4%).

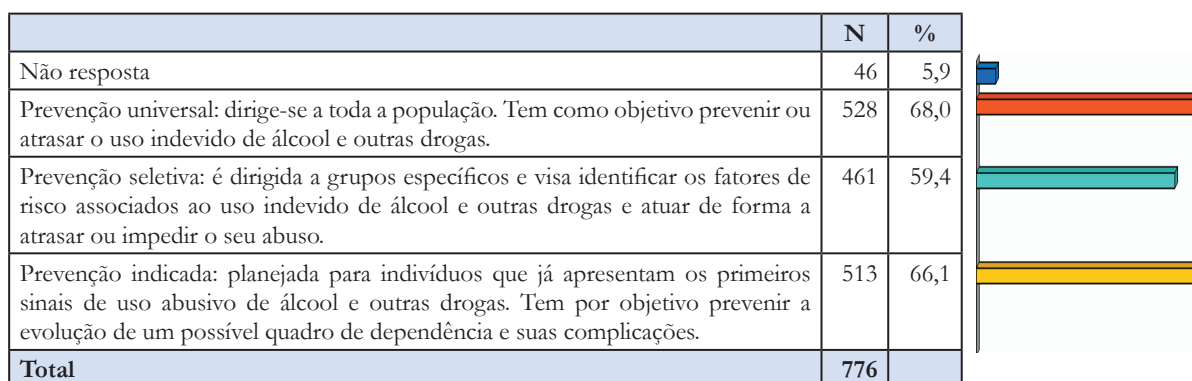


Figura 10: Tipos de prevenção utilizados pelas instituições não-governamentais

Observa-se na Tabela 2, relativa ao cruzamento entre o tipo de prevenção realizada e a natureza das instituições (governamentais e não-governamentais), que uma proporção maior de instituições não-governamentais do que governamentais realizam os três tipos de prevenção.

Tabela 2: Natureza da instituição e tipos de prevenção

	Não respotal		Governamental		Não-Governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	3	4,0	26	34,7	46	61,3	75	100,0
Prevenção universal: dirige-se a toda a população. Tem como objetivo prevenir ou atrasar o uso indevido de álcool e outras drogas.	15	1,8	291	34,9	528	63,3	834	100,0
Prevenção seletiva: é dirigida a grupos específicos e visa identificar os fatores de risco associados ao uso indevido de álcool e outras drogas e atuar de forma a atrasar ou impedir o seu abuso.	13	1,8	263	35,7	461	62,6	737	100,0
Prevenção indicada: planejada para indivíduos que já apresentam os primeiros sinais de uso abusivo de álcool e outras drogas. Tem por objetivo prevenir a evolução de um possível quadro de dependência e suas complicações.	10	1,3	265	33,6	513	65,1	788	100,0
Total	41	1,7	845	34,7	1 548	63,6	2 434	100,0

3.3. Modelos de prevenção

Conforme Figura 11, nas instituições governamentais, observou-se que os modelos mais utilizados são: educação para o conhecimento científico, 304 (67,4%); educação afetiva, 293 (65%); educação para a saúde, 272 (60,3%); treinamento de habilidades pessoais e sociais, 257 (57%); e oferecimento de alternativas, 234 (51,9%). O modelo menos utilizado pelas instituições governamentais é o de amedrontamento, 66 (14,6%).

	N	%
Não resposta	25	5,5
Modelo do amedrontamento	66	14,6
Modelo da educação para o conhecimento científico	304	67,4
Modelo de treinamento para resistir	204	45,2
Modelo de treinamento de habilidades pessoais e sociais	257	57,0
Modelo da pressão de grupo positiva	113	25,1
Modelo de educação afetiva	293	65,0
Modelo de oferecimento de alternativas	234	51,9
Modelo de modificação das condições de ensino	148	32,8
Modelo de educação para a saúde	272	60,3
Outro	39	8,6
Total	451	

Figura 11: Modelos de prevenção utilizados pelas instituições governamentais

Na Figura 12, observa-se que o modelo mais utilizado pelas instituições não-governamentais é o de educação afetiva, 586 (75,5%). As opções que apareceram em seguida foram: modelo de treinamento de habilidades pessoais e sociais, 518 (66,8%); de treinamento para resistir, 442 (57%); da educação para o conhecimento científico, 425 (54,8%); de oferecimento de alternativas, 381 (49,1%); e de educação para a saúde, 344 (44,3%). Os modelos menos utilizados pelas instituições não-governamentais são modificações das condições de ensino, 216 (27,8%), e o modelo de amedrontamento, 160 (20,6%).

	N	%
Não resposta	42	5,4
Modelo do amedrontamento	160	20,6
Modelo da educação para o conhecimento científico	425	54,8
Modelo de treinamento para resistir	442	57,0
Modelo de treinamento de habilidades pessoais e sociais	518	66,8
Modelo da pressão de grupo positiva	298	38,4
Modelo de educação afetiva	586	75,5
Modelo de oferecimento de alternativas	381	49,1
Modelo de modificação das condições de ensino	216	27,8
Modelo de educação para a saúde	344	44,3
Outro	107	13,8
Total	776	

Figura 12: Modelos de prevenção utilizados pelas instituições não-governamentais

A Tabela 3 mostra o cruzamento entre a natureza da instituição (governamental e não-governamental) e os modelos de prevenção. Nota-se que o modelo que obteve maior número de respostas foi o de educação afetiva com 893 marcações, dentre as quais 293 (32,8%) são referentes às instituições governamentais e 586 (65,6%) às não-governamentais. Em relação ao modelo de educação para o conhecimento científico, obteve-se 747 respostas, das quais 304 (40,7%) foram dadas por instituições governamentais e 425 (56,9%) pelas não-governamentais. Outro dado que deve ser levado em consideração é a percentagem de instituições que utilizam o modelo do amedrontamento. Das 230 respostas, 66 (28,7%) são referentes às instituições governamentais e 160 (69,6%) às não-governamentais. Esses dados informam a importância do alinhamento dos modelos utilizados pelas instituições não-governamentais com as diretrizes da Política Nacional sobre Drogas.

Tabela 3: Natureza das instituições e os modelos de prevenção adotados

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	4	5,6	25	35,2	42	59,2	71	100,0
Modelo do amedrontamento	4	1,7	66	28,7	160	69,6	230	100,0
Modelo da educação para o conhecimento científico	18	2,4	304	40,7	425	56,9	747	100,0
Modelo de treinamento para resistir	10	1,5	204	31,1	442	67,4	656	100,0
Modelo de treinamento de habilidades pessoais e sociais	14	1,8	257	32,6	518	65,7	789	100,0
Modelo da pressão de grupo positiva	5	1,2	113	27,2	298	71,6	416	100,0
Modelo de educação afetiva	14	1,6	293	32,8	586	65,6	893	100,0
Modelo de oferecimento de alternativas	13	2,1	234	37,3	381	60,7	628	100,0
Modelo de modificação das condições de ensino	5	1,4	148	40,1	216	58,5	369	100,0
Modelo de educação para a saúde	15	2,4	272	43,1	344	54,5	631	100,0
Outro	1	0,7	39	26,5	107	72,8	147	100,0
Total	103	1,8	1 955	35,1	3 519	63,1	5 577	100,0

3.4. Fontes consultadas pelas instituições

A Figura 13 mostra que as fontes mais consultadas, entre as instituições governamentais, para a realização de atividades de prevenção são: dados de fontes oficiais dos governos federal, estaduais e municipais, 356 (78,9%); publicações científicas dos últimos três anos sobre o tema álcool e outras drogas, 335 (74,3%); estudos e pesquisas com dados estatísticos sobre o tema álcool e outras drogas, 316 (70,1%); legislações nacionais e internacionais sobre o tema álcool e outras drogas, 310 (68,7%); informações da mídia, 269 (59,6%); e universidades e/ou centros de ensino e pesquisa, 218 (48,3%).

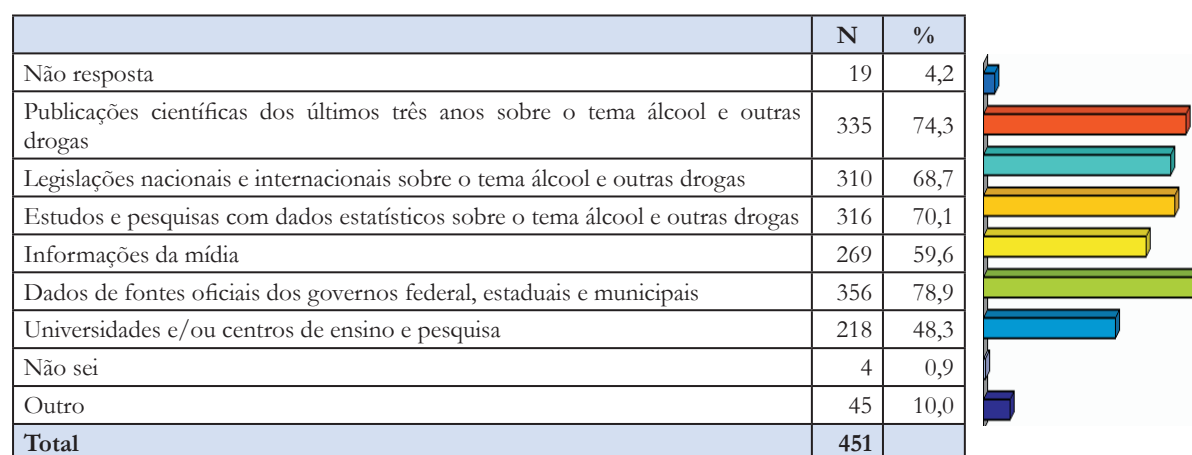


Figura 13: Fontes consultadas pelas instituições governamentais para realizar atividades de prevenção ao uso de álcool e outras drogas

Com relação às instituições não-governamentais, de acordo com a Figura 14, observou-se que as fontes mais consultadas por elas são: estudos e pesquisas com dados estatísticos sobre o tema álcool e outras drogas, 515 (66,4%); publicações científicas dos últimos três anos sobre o tema álcool e outras drogas, 513 (66,1%); dados de fontes oficiais dos governos federal, estaduais e municipais, 491 (63,3%); informações da mídia, 480 (61,9%); legislações nacionais e internacionais sobre o tema álcool e outras drogas, 394 (50,8%); e universidades e/ou centros de ensino e pesquisa, 320 (41,2%).

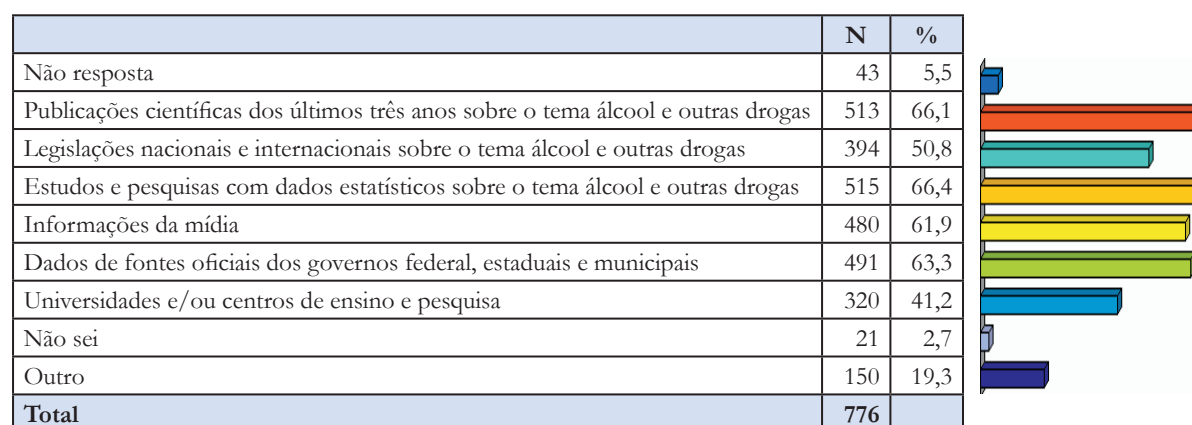


Figura 14: Fontes consultadas pelas instituições não-governamentais para realizar atividades de prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas

No cruzamento entre a natureza da instituição e as fontes de consulta (Tabela 4) nota-se que as principais fontes consultadas são as publicações científicas sobre o tema e os dados oficiais dos governos Federal, Estaduais e Municipais.

Tabela 4: Natureza da instituição e as fontes de consulta

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	4	6,1	19	28,8	43	65,2	66	100,0
Publicações científicas dos últimos três anos sobre o tema álcool e outras drogas	20	2,3	335	38,6	513	59,1	868	100,0
Legislações nacionais e internacionais sobre o tema álcool e outras drogas	18	2,5	310	42,9	394	54,6	722	100,0
Estudos e pesquisas com dados estatísticos sobre o tema álcool e outras drogas	17	2,0	316	37,3	515	60,7	848	100,0
Informações da mídia	15	2,0	269	35,2	480	62,8	764	100,0
Dados de fontes oficiais dos governos federal, estaduais e municipais	20	2,3	356	41,1	491	56,6	867	100,0
Universidades e/ou centros de ensino e pesquisa	11	2,0	218	39,7	320	58,3	549	100,0
Não sei	0	0,0	4	16,0	21	84,0	25	100,0
Outro	1	0,5	45	23,0	150	76,5	196	100,0
Total	106	2,2	1 872	38,2	2 927	59,7	4 905	100,0

3.5. Atividades de prevenção

Por meio da Figura 15 pode-se inferir que as atividades de prevenção realizadas pelas instituições governamentais estão alinhadas ao texto da Política Nacional sobre Drogas. Observou-se que as atividades mais prevalentes são: palestras sobre drogas, 373 (82,7%); distribuição de materiais educativos, 309 (68,5%); articulação com escolas e outras instituições de ensino para a realização de atividades de prevenção, 281 (62,3%); realização de eventos em datas festivas e/ou comemorativas, 256 (56,8%); dinâmicas de grupo, 252 (55,9%); palestras sobre HIV/AIDS, hepatite e/ou doenças sexualmente transmissíveis – DSTs, 248 (55%); e exibição de filmes, 239 (53%).



Figura 15: Atividades de prevenção realizadas pelas instituições governamentais

Entre as instituições não-governamentais (figura 16), observou-se maior frequência das seguintes atividades: palestras sobre drogas, 683 (88%); apresentação de relatos pessoais, 569 (73,3%); dinâmicas de grupo, 504 (64,9%); articulação com escolas e outras instituições de ensino para a realização de atividades de prevenção, 483 (62,2%); exibição de filmes, 459 (59,1%); distribuição de materiais educativos, 428 (55,2%); leitura de textos, 424 (54,6%); e palestras sobre HIV/Aids, hepatite e/ou doenças sexualmente transmissíveis – DSTs, 393 (50,6%).



Figura 16: Atividades de prevenção realizadas pelas instituições não-governamentais

A Tabela 5, referente ao cruzamento entre a natureza das instituições e as atividades de prevenção, revelou que as palestras sobre drogas são as atividades mais realizadas, com 1.056 marcações, das quais 373 (34,6%) referem-se às instituições governamentais e 683 (63,3%) às não-governamentais. A opção referente à articulação com escolas e outras instituições de ensino para a realização de atividades de prevenção obteve 764 marcações, das quais 281 (36,1%) foram feitas por instituições governamentais e 463 (62%) por não-governamentais, o que revela a preocupação das instituições em realizar atividades preventivas nas escolas.

Tabela 5: Natureza das instituições e as atividades de prevenção

	Não resposta		Governamental		Não-governamental	
	N	% cit	N	% cit	N	% cit
Não resposta	3	9,1	13	39,4	17	51,5
Exibição de filmes	16	2,2	239	33,5	459	64,3
Palestras sobre drogas	23	2,1	373	34,6	683	63,3
Palestras sobre HIV/AIDS, hepatite e/ou doenças sexualmente transmissíveis - DSTs	12	1,8	248	38,0	393	60,2
Criação/apresentação de peças de teatro	6	1,6	110	29,6	255	68,7
Aulas de teatro	0	0,0	32	30,8	72	69,2
Distribuição de materiais educativos	17	2,3	309	41,0	428	56,8
Distribuição de preservativos	7	2,2	193	61,1	116	36,7
Oficinas sobre drogas	6	1,6	156	41,5	214	56,9
Dinâmicas de grupo	12	1,6	252	32,8	504	65,6
Produção e distribuição de livros	3	2,0	35	23,5	111	74,5
Produção e distribuição de histórias em quadrinhos	1	1,7	18	30,5	40	67,8
Realização de atividades esportivas e/ou jogos	12	2,7	144	32,7	284	64,5
Estudos dirigidos	6	1,5	99	24,1	306	74,5
Leitura de textos	12	1,9	187	30,0	424	68,1
Apresentação de relatos pessoais	14	1,8	175	23,1	569	75,1
Realização de fóruns, seminários, congressos, simpósios sobre álcool e/ou outras drogas	10	2,1	190	39,1	286	58,8
Realização de eventos culturais, turísticos e sociais	5	1,7	128	42,8	166	55,5
Realização de eventos de mobilização comunitária	12	2,4	190	38,1	297	59,5
Articulação com os meios de comunicação para a veiculação de informações sobre prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas	16	2,7	209	35,7	361	61,6
Realização de eventos em datas festivas e/ou comemorativas	11	1,8	256	41,5	350	56,7
Articulação com escolas e outras instituições de ensino para a realização de atividades de prevenção	15	1,9	281	36,1	483	62,0
Inserção do tema drogas nas atividades curriculares e extracurriculares em escolas	5	2,0	106	41,4	145	56,6
Realização de campanhas comunitárias de prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas	8	1,7	165	35,2	296	63,1
Incentivo à participação voluntária de jovens em campanhas humanísticas e comunitárias	5	1,4	93	26,8	249	71,8
Articulação com empresas públicas e privadas para incentivo à promoção de ações de prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas	10	2,1	152	31,7	318	66,3
Outras atividades	2	1,5	47	35,1	85	63,4

3.6. Formação de multiplicadores

Entre as instituições governamentais, observou-se que mais da metade, 50,1% realiza a formação de multiplicadores (figura 17).

	N	%
Não resposta	25	5,5
Sim	226	50,1
Não	200	44,3
Total	451	100,0

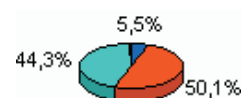


Figura 17: Formação de multiplicadores nas instituições governamentais

Entre as instituições não-governamentais (figura 18), esse número é ainda maior. 469 (60,4%) dirigentes afirmaram capacitar multiplicadores para as atividades de prevenção.

	N	%
Não resposta	68	8,8
Sim	469	60,4
Não	239	30,8
Total	776	100,0

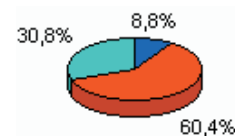


Figura 18: Formação de multiplicadores nas instituições não-governamentais

Na Tabela 6, que indica o cruzamento dos dados de formação de multiplicadores e a natureza da instituição (governamental e não-governamental), das 707 instituições que informaram realizar capacitação para a formação de multiplicadores, 226 (32%) são governamentais e 469 (66,3%) não-governamentais.

Tabela 6: Natureza das instituições e a formação de multiplicadores

	Não resposta		Governa- mental		Não- governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	4	4,1	25	25,8	68	70,1	97	100,0
Sim	12	1,7	226	32,0	469	66,3	707	100,0
Não	12	2,7	200	44,3	239	53,0	451	100,0
Total	28	2,2	451	35,9	776	61,8	1 255	100,0

3.7. Público-alvo da formação de multiplicadores

Entre as instituições governamentais, constatou-se que o público-alvo da formação de multiplicadores (figura 19) é constituído por: educadores, 177 (39,2%); representantes de entidades governamentais, 147 (32,6%); pais e/ou responsáveis, 140 (31%); representantes de entidades não-governamentais, 120 (26,6%); líderes comunitários, 116 (25,7%); e conselheiros municipais, 99 (22%).

	N	%
Não resposta	202	44,8
Representantes de entidades governamentais	147	32,6
Representantes de entidades não-governamentais	120	26,6
Representantes de entidades de iniciativa privada	73	16,2
Pais e/ou responsáveis	140	31,0
Educadores	177	39,2
Religiosos	80	17,7
Líderes comunitários	116	25,7
Líderes estudantis (Grêmios Estudantil, Centro Acadêmico, Diretório Central dos Estudantes)	63	14,0
Ex-usuários de drogas	79	17,5
Conselheiros estaduais	32	7,1
Conselheiros municipais	99	22,0
Outro	62	13,7
Total	451	

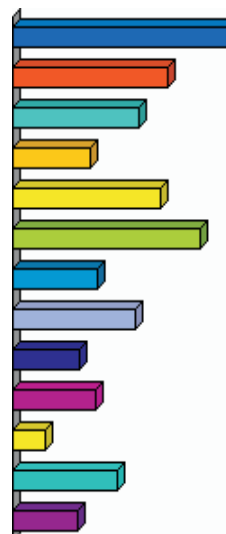


Figura 19: Público-alvo da formação de multiplicadores nas instituições governamentais

O público-alvo da formação de multiplicadores entre as instituições não-governamentais (figura 20) é composto por: pais e/ou responsáveis, 389 (50,1%); ex-usuários de drogas, 383 (49,4%); educadores, 323 (41,6%); religiosos, 308 (39,7%); líderes comunitários, 267 (34,4%); e representantes de entidades não-governamentais, 186 (24%).

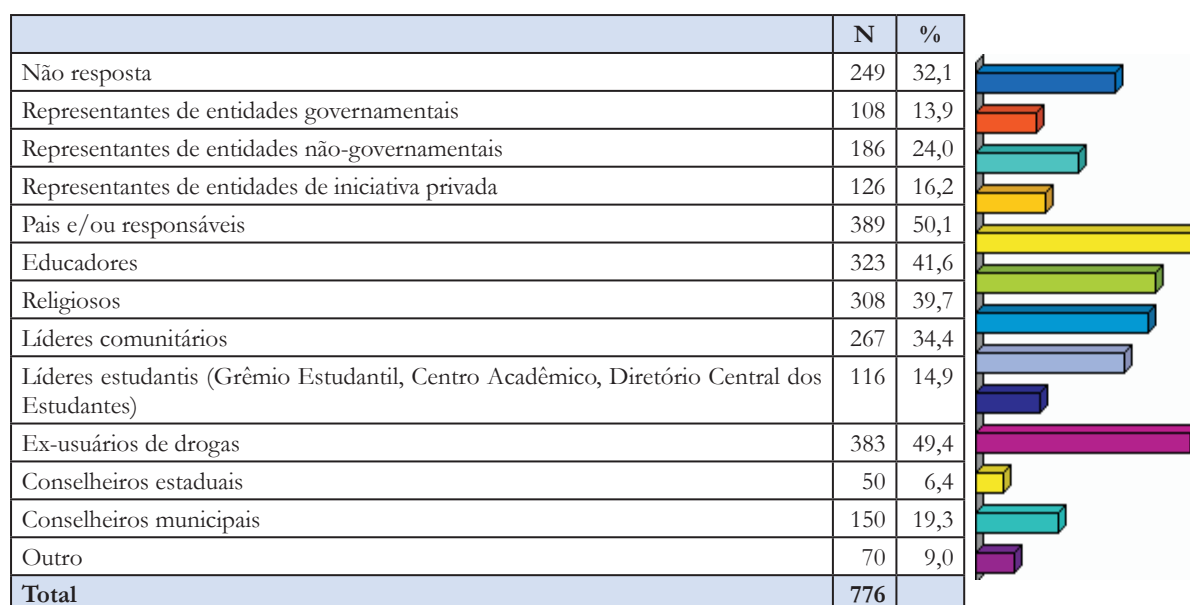


Figura 20: Público-alvo da formação de multiplicadores nas instituições não-governamentais

Na Tabela 7 que mostra o cruzamento entre a natureza da instituição e o público-alvo na formação de multiplicadores, observa-se que, das 534 respostas que indicam os pais e/ou responsáveis são o principal público-alvo de capacitação, seguido de educadores e ex-usuários de drogas.

Tabela 7: Natureza das instituições e o público-alvo da formação de multiplicadores

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Representantes de entidades governamentais	3	1,2	147	57,0	108	41,9	258	100,0
Representantes de entidades não-governamentais	4	1,3	120	38,7	186	60,0	310	100,0
Representantes de entidades de iniciativa privada	1	0,5	73	36,5	126	63,0	200	100,0
Pais e/ou responsáveis	5	0,9	140	26,2	389	72,8	534	100,0
Educadores	8	1,6	177	34,8	323	63,6	508	100,0
Religiosos	2	0,5	80	20,5	308	79,0	390	100,0
Líderes comunitários	4	1,0	116	30,0	267	69,0	387	100,0
Líderes estudantis (Grêmios Estudantil, Centro Acadêmico, Diretório Central dos Estudantes)	2	1,1	63	34,8	116	64,1	181	100,0
Ex-usuários de drogas	5	1,1	79	16,9	383	82,0	467	100,0
Conselheiros estaduais	2	2,4	32	38,1	50	59,5	84	100,0
Conselheiros municipais	2	0,8	99	39,4	150	59,8	251	100,0
Outro	5	3,6	62	45,3	70	51,1	137	100,0
Total	58	1,4	1 390	33,3	2 725	65,3	4 173	100,0

3.8. Público-alvo das atividades de prevenção

A Figura 21 mostra que o público-alvo das atividades de prevenção realizadas pelas instituições governamentais é composto, em sua maioria, pela comunidade em geral, 311 (69%). Em seguida aparecem alunos de ensino fundamental (5.^a a 8.^a série), 277 (61,4%); alunos de ensino médio, 256 (56,8%); e profissionais de saúde, 226 (50,1%).

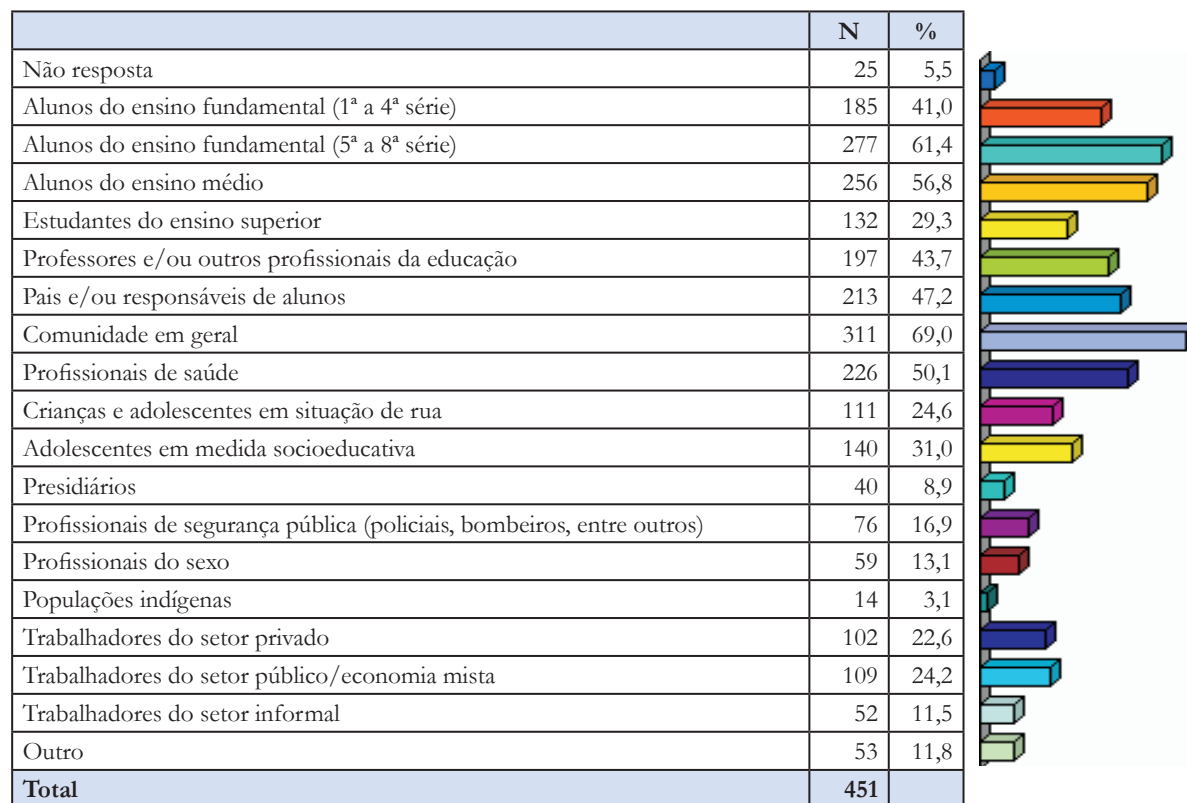


Figura 21: Público-alvo das atividades de prevenção nas instituições governamentais

Entre as instituições não-governamentais (figura 22), o público-alvo das atividades de prevenção é constituído por: comunidade em geral, 602 (77,6%); alunos de ensino fundamental (5.^a a 8.^a série), 507 (65,3%); alunos de ensino médio, 497 (64%); e pais e/ou responsáveis de alunos, 455 (58,6%).

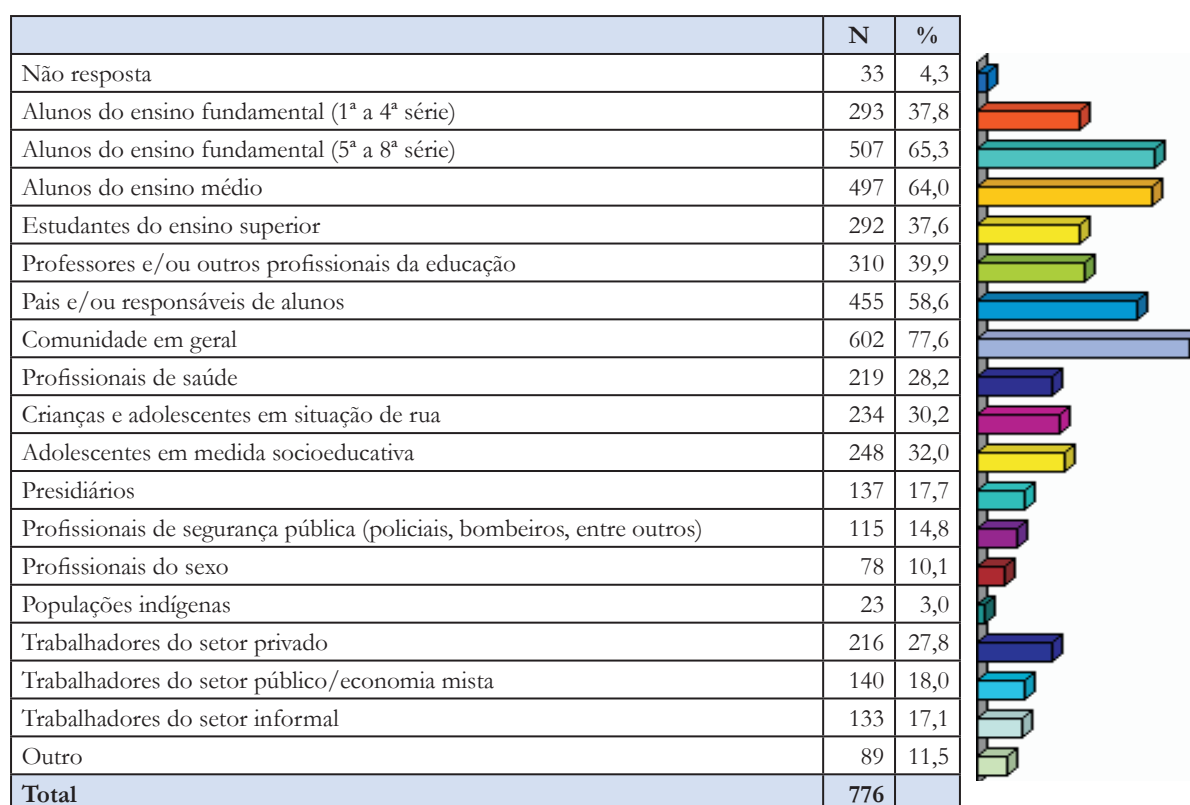


Figura 22: Público-alvo das atividades de prevenção nas instituições não-governamentais

Na Tabela 8, observa-se que os grupos que possuem menor número de intervenções preventivas são: profissionais de segurança pública, presidiários, profissionais do sexo e populações indígenas. Sendo que, das 192 marcações referentes a profissionais de segurança, 76 (39,6%) foram feitas por instituições governamentais e 115 (59,9%) por não-governamentais; das 179 respostas referentes a presidiários, 40 (22,3%) foram de instituições governamentais e 137 (76,5%) de não-governamentais; das 137 respostas que indicaram profissionais do sexo, 59 (43,1%) foram de instituições governamentais e 78 (56,9%) de não-governamentais; das 37 marcações referentes a populações indígenas, 14 (37,8%) foram de instituições governamentais e 23 (62,2%) de não-governamentais.

Tabela 8: Natureza das instituições e o público-alvo das atividades de prevenção

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Alunos do ensino fundamental (1ª a 4ª série)	8	1,6	185	38,1	293	60,3	486	100,0
Alunos do ensino fundamental (5ª a 8ª série)	12	1,5	277	34,8	507	63,7	796	100,0
Alunos do ensino médio	11	1,4	256	33,5	497	65,1	764	100,0
Estudantes do ensino superior	6	1,4	132	30,7	292	67,9	430	100,0
Professores e/ou outros profissionais da educação	11	2,1	197	38,0	310	59,8	518	100,0
Pais e/ou responsáveis de alunos	11	1,6	213	31,4	455	67,0	679	100,0
Comunidade em geral	17	1,8	311	33,4	602	64,7	930	100,0
Profissionais de saúde	8	1,8	226	49,9	219	48,3	453	100,0
Crianças e adolescentes em situação de rua	5	1,4	111	31,7	234	66,9	350	100,0
Adolescentes em medida socioeducativa	3	0,8	140	35,8	248	63,4	391	100,0
Presidiários	2	1,1	40	22,0	137	76,5	179	100,0
Profissionais de segurança pública (policiais, bombeiros, entre outros)	1	0,5	76	39,6	115	59,9	192	100,0
Profissionais do sexo	0	0,0	59	43,1	78	56,9	137	100,0
Populações indígenas	0	0,0	14	37,8	23	62,2	37	100,0
Trabalhadores do setor privado	3	0,9	102	31,8	216	67,3	321	100,0
Trabalhadores do setor público/economia mista	4	1,6	109	43,1	140	55,3	253	100,0
Trabalhadores do setor informal	0	0,0	52	28,1	133	71,9	185	100,0
Outro	2	1,4	53	36,8	89	61,8	144	100,0
Total	108	1,5	2 578	35,3	4 621	63,2	7 307	100,0

4. Informações institucionais

As análises a seguir são relativas às informações das instituições que desenvolvem atividades de prevenção, segundo a sua natureza (governamental ou não-governamental).

4.1. Características da instituição de acordo com a natureza

4.1.1. Tempo de funcionamento

A Figura 23 demonstra que mais de 72% das instituições governamentais que informaram realizar atividades de prevenção começaram a funcionar a partir do ano de 1990. Entre essas instituições, 225 (49,9%) informaram ter iniciado suas atividades depois do ano 2000 e 103 (22,8%) entre os anos de 1990 e 1999.

	N	%
Não resposta	67	14,9
Menos de 1980	18	4,0
De 1980 a 1989	38	8,4
De 1990 a 1999	103	22,8
2000 e mais	225	49,9
Total	451	100,0

Média = 1 995,95 Desvio-padrão = 20,51

Figura 23: Ano de criação das instituições governamentais de prevenção

Já entre as instituições não-governamentais que desenvolvem atividades de prevenção, a maior concentração é de instituições que iniciaram suas atividades na década de 90, com 313 (40,3%) respostas. Destacam-se também, as 107 (13,8%) instituições que começaram a realizar suas atividades a partir da década de 80 (figura 24).

	N	%
Não resposta	60	7,7
Menos de 1980	69	8,9
De 1980 a 1989	107	13,8
De 1990 a 1999	313	40,3
2000 e mais	227	29,3
Total	776	100,0

Média = 1 993,18 Desvio-padrão = 12,84

Figura 24: Ano de criação das instituições não-governamentais de prevenção

A Tabela 9 mostra o cruzamento entre a natureza das instituições que realizam atividades de prevenção (governamental ou não-governamental) e o tempo de funcionamento. Observa-se que, a partir do ano 2000, foram criadas em proporção semelhantes instituições governamentais, 225 (48,7%), e não-governamentais, 227 (49,1%).

Tabela 9: Natureza das instituições em relação aos anos de funcionamento

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Menos de 1980	4	4,4	18	19,8	69	75,8	91	100,0
De 1980 a 1989	3	2,0	38	25,7	107	72,3	148	100,0
De 1990 a 1999	5	1,2	103	24,5	313	74,3	421	100,0
2000 e mais	10	2,2	225	48,7	227	49,1	462	100,0
Total	28	2,2	451	35,9	776	61,8	1 255	100,0

4.1.2. Abrangência territorial

De acordo com a Figura 25, 307 (68,1%) dirigentes informaram que as atividades das instituições governamentais abrangem o município ou cidade. A municipalização viabiliza a necessária capilaridade nas ações relacionadas ao enfrentamento da problemática das drogas dentro do território nacional e torna possível a participação da sociedade civil organizada nas ações de prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas desenvolvidas no país.

	N	%
Não resposta	3	0,7
Abrange somente o bairro	3	0,7
Abrange todo o município ou cidade	307	68,1
Abrange todo o estado	71	15,7
Abrange todo o país	15	3,3
Abrange outros países	9	2,0
Outra abrangência	93	20,6
Total	451	

Figura 25: Abrangência das atividades das instituições governamentais

Já entre as instituições não-governamentais, Figura 26, observou-se que a abrangência das atividades em todo o país contou com 267 (34,4%) respostas dos dirigentes. Em segundo lugar, as instituições que abrangem todo o município ou cidade, 223 (28,7%), e, em terceiro lugar, a abrangência de todo o estado, com 182 (23,5%) respostas dos dirigentes.

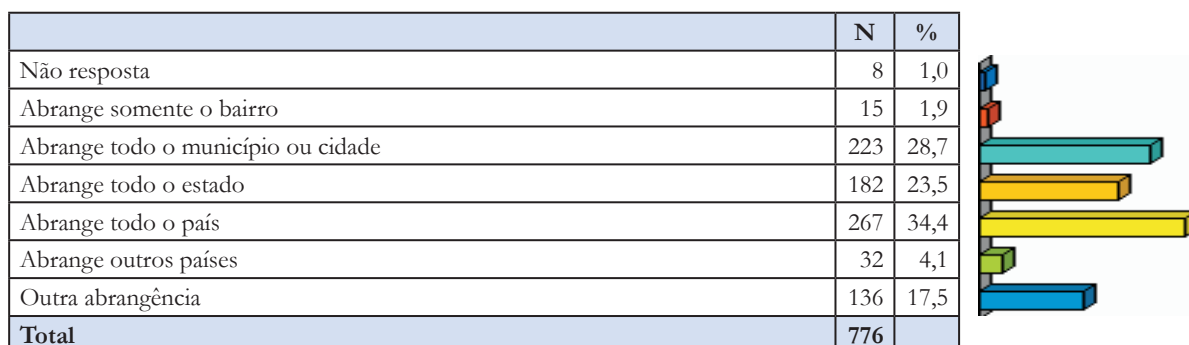


Figura 26: Abrangência das atividades das instituições não-governamentais

No cruzamento entre a natureza da instituição e a abrangência das atividades, Tabela 10, observa-se que, das 287 respostas a respeito da abrangência de todo o país, 15 (5,2%) se referem às instituições governamentais e 267 (93%) às não-governamentais. Em relação às instituições que abrangem outros países, das 41 respostas, 9 (22%) foram de instituições governamentais e 32 (78%) de não-governamentais.

Tabela 10: Natureza da instituição em relação à abrangência das atividades

	Não resposta		Governa- mental		Não- governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Abrange somente o bairro	0	0,0	3	16,7	15	83,3	18	100,0
Abrange todo o município ou cidade	4	0,7	307	57,5	223	41,8	534	100,0
Abrange todo o estado	2	0,8	71	27,8	182	71,4	255	100,0
Abrange todo o país	5	1,7	15	5,2	267	93,0	287	100,0
Abrange outros países	0	0,0	9	22,0	32	78,0	41	100,0
Outra abrangência	2	0,9	93	40,3	136	58,9	231	100,0
Total	30	2,2	501	35,9	863	61,9	1 394	100,0

4.1.3. Localização da instituição

A Figura 27 mostra que 440 (97,6%) instituições governamentais se encontram na área urbana. Há 6 (1,3%) instituições que informaram funcionar na área rural e 4 (0,9%) que informaram ter sua localização tanto em área urbana como na rural.

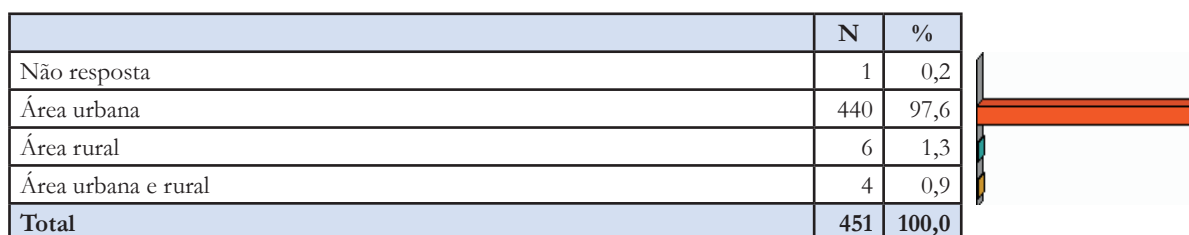


Figura 27: Localização da instituição governamental

Entre as instituições não-governamentais, Figura 28, nota-se que 558 (71,9%) se encontram em área urbana e 185 (23,8%) em área rural. Observa-se também que 26 (3,4%) têm sua localização tanto em área urbana como na rural.

	N	%
Não resposta	7	0,9
Área urbana	558	71,9
Área rural	185	23,8
Área urbana e rural	26	3,4
Total	776	100,0

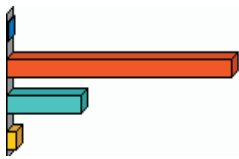


Figura 28: Localização da instituição não-governamental

No cruzamento entre a natureza da instituição e sua localização percebe-se que das 1.007 respostas referentes à localização urbana, 440 (43,7%) foram dadas pelas instituições governamentais e 558 (55,4%) por não-governamentais (Tabela 11).

Tabela 11: Localização da instituição quanto a sua natureza

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Área urbana	9	0,9	440	43,7	558	55,4	1 007	100,0
Área rural	1	0,5	6	3,1	185	96,4	192	100,0
Área urbana e rural	1	3,2	4	12,9	26	83,9	31	100,0
Total	28	2,2	451	35,9	776	61,8	1 255	100,0

4.1.4. Sexo da população atendida

A Figura 29 mostra que, das 451 instituições governamentais, a maior parte, 439 (97,3%), atende a ambos os sexos.

	N	%
Não resposta	1	0,2
Masculino	10	2,2
Feminino	1	0,2
Ambos os sexos	439	97,3
Total	451	100,0




Figura 29: Sexo do público-alvo atendido pelas instituições governamentais

Já entre as instituições não-governamentais, a pesquisa revelou que o público-alvo atendido encontra-se distribuído da seguinte forma: 480 (61,9%) atendem a ambos os sexos, 268 (34,5%) somente ao público masculino e apenas 26 (3,4%) atendem somente ao público feminino.

	N	%
Não resposta	2	0,3
Masculino	268	34,5
Feminino	26	3,4
Ambos os sexos	480	61,9
Total	776	100,0

Figura 30: Sexo do público-alvo atendido pelas instituições não-governamentais

No cruzamento entre a natureza da instituição e o sexo do público-alvo, nota-se que, dentre as 280 instituições que atendem ao público masculino, 268 (95,7%) são não-governamentais. Das 27 instituições que informaram atender ao público feminino, 26 (96,3%) são não-governamentais. Observa-se que há uma tendência das instituições governamentais a atender ambos os sexos e os serviços específicos para o público feminino são oferecidos, em sua maioria, pelas instituições não-governamentais.

Tabela 12: Natureza da instituição em relação ao sexo do público-alvo

	Não resposta		Governa-mental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Masculino	2	0,7	10	3,6	268	95,7	280	100,0
Feminino	0	0,0	1	3,7	26	96,3	27	100,0
Ambos os sexos	9	1,0	439	47,3	480	51,7	928	100,0
Total	28	2,2	451	35,9	776	61,8	1 255	100,0

4.1.5. Faixa etária da população atendida

Dentre as instituições governamentais, a Figura 31 mostra que o público-alvo atendido pelas instituições governamentais tem uma faixa etária distribuída da seguinte forma: 379 (84%) dirigentes informaram atender a adultos jovens de 18 a 24 anos; 371 (82,3%) instituições atendem adultos de 25 a 59 anos; 333 (73,8%), adolescentes de 12 a 17 anos; 289 (64,1%), idosos a partir de 60 anos; e 190 (42,1%), crianças até 11 anos de idade.

	N	%
Não resposta	8	1,8
Crianças: até 11 anos de idade	190	42,1
Adolescentes: de 12 a 17 anos de idade	333	73,8
Adultos jovens: 18 a 24 anos de idade	379	84,0
Adultos: de 25 a 59 anos de idade	371	82,3
Idosos: a partir de 60 anos de idade	289	64,1
Total	451	

Figura 31: Faixa etária do público-alvo atendido pelas instituições governamentais

A Figura 32 mostra que a faixa etária de atendimento entre as instituições não-governamentais segue a mesma ordem das instituições governamentais, observando-se as diferenças entre proporções: 702 (90,5%) instituições atendem adultos jovens de 18 a 24 anos, 686 (88,4%), adultos de 25 a 59 anos; 530 (68,3%), adolescentes de 12 a 17 anos; 374 (48,2%), idosos a partir de 60 anos; e 211 (27,2%), crianças até 11 anos de idade.

	N	%
Não resposta	2	0,3
Crianças: até 11 anos de idade	211	27,2
Adolescentes: de 12 a 17 anos de idade	530	68,3
Adultos jovens: 18 a 24 anos de idade	702	90,5
Adultos: de 25 a 59 anos de idade	686	88,4
Idosos: a partir de 60 anos de idade	374	48,2
Total	776	

Figura 32: Faixa etária do público-alvo atendido pelas instituições não-governamentais

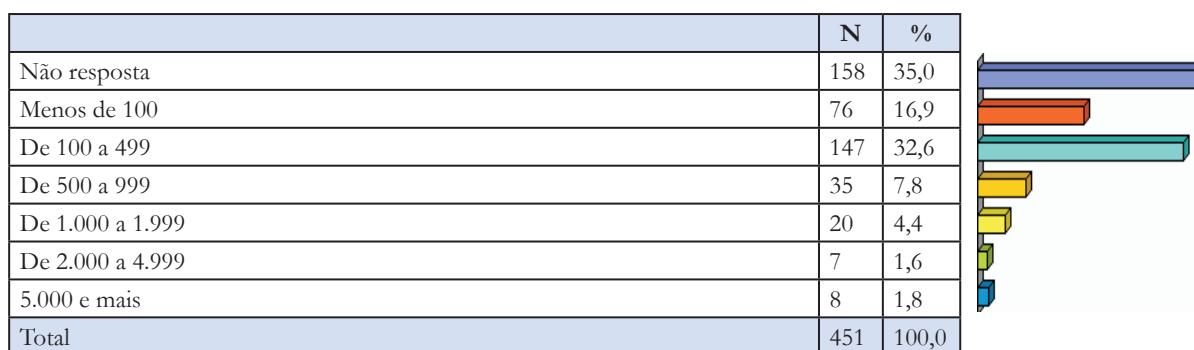
No cruzamento entre a natureza da instituição e a faixa etária do público atendido, observa-se que, das 407 respostas referentes ao atendimento de crianças até 11 anos de idade, 190 (46,7%) foram dadas por instituições governamentais e 211 (51,8%) por não-governamentais. Com referência ao atendimento feito a adolescentes de 12 a 17 anos, das 874 respostas, 333 (38,1%) foram de instituições governamentais e 530 (60,6%) de não-governamentais. Das 1.090 instituições que informaram atender adultos jovens com 18 a 24 anos, 371 (34,8%) são governamentais e 702 (64,4%) não-governamentais. O atendimento a idosos é realizado por 669 instituições, das quais 289 (43,2%) são governamentais e 374 (55,9%) não-governamentais, (tabela 13).

Tabela 13: Natureza da instituição em relação a faixa etária do público-alvo

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Crianças: até 11 anos de idade	6	1,5	190	46,7	211	51,8	407	100,0
Adolescentes: de 12 a 17 anos de idade	11	1,3	333	38,1	530	60,6	874	100,0
Adultos jovens: 18 a 24 anos de idade	9	0,8	379	34,8	702	64,4	1 090	100,0
Adultos: de 25 a 59 anos de idade	10	0,9	371	34,8	686	64,3	1 067	100,0
Idosos: a partir de 60 anos de idade	6	0,9	289	43,2	374	55,9	669	100,0
Total	58	1,4	1 570	38,0	2 505	60,6	4 133	100,0

4.1.6. Média mensal de atendimentos

A capacidade média mensal de atendimento nas instituições governamentais, conforme figura 33, encontra-se distribuída da seguinte forma: 147 (32,6%) dirigentes informaram atender de 100 a 499 pessoas por mês e 76 (16,9%) menos de 100 pessoas, (figura 33).

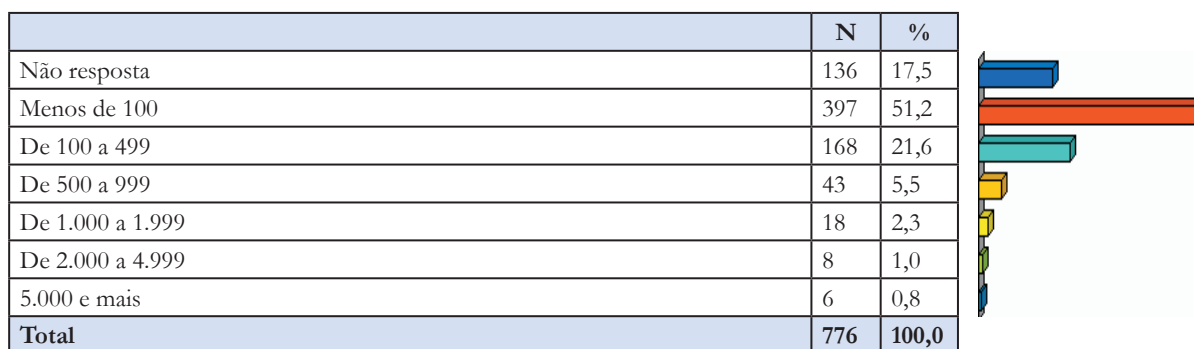


Média = 854,53 Desvio-padrão = 3 892,71

Mín = 4 Máx = 50 000

Figura 33: Capacidade média de atendimento mensal das instituições governamentais

A Figura 34 mostra que as médias de atendimento mensal nas instituições não-governamentais estão assim distribuídas: 397 (51,2%) instituições informaram realizar atendimento a menos de 100 pessoas por mês e 168 (21,6%) dirigentes informaram atender de 100 a 499 pessoas por mês.



Média = 358,15 Desvio-padrão = 3 208,26

Mín = 5 Máx = 80 000

Figura 34: Capacidade média de atendimento mensal das instituições não-governamentais

No cruzamento entre a natureza e a média mensal de atendimentos, Tabela 14, percebe-se que a maior parte das instituições realiza menos de 500 atendimentos mensais, sendo que, das 477 instituições que informaram atender menos de 100 pessoas por mês, 76 (15,9%) são governamentais e 397 (83,2%) não-governamentais.

Tabela 14: Natureza da instituição em relação à média mensal de atendimentos

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Menos de 100	4	0,8	76	15,9	397	83,2	477	100,0
De 100 a 499	0	0,0	147	46,7	168	53,3	315	100,0
De 500 a 999	1	1,3	35	44,3	43	54,4	79	100,0
De 1.000 a 1.999	0	0,0	20	52,6	18	47,4	38	100,0
De 2.000 a 4.999	1	6,3	7	43,8	8	50,0	16	100,0
5.000 e mais	0	0,0	8	57,1	6	42,9	14	100,0
Total	28	2,2	451	35,9	776	61,8	1 255	100,0

4.1.7. Acesso da população atendida

Entre as instituições governamentais, os principais meios de acesso à instituição são: demanda do próprio usuário e/ou familiares diretamente à instituição, 336 (74,5%); atividades realizadas pela instituição na comunidade, 317 (70,3%); e encaminhamentos de outras instituições, 314 (69,6%).

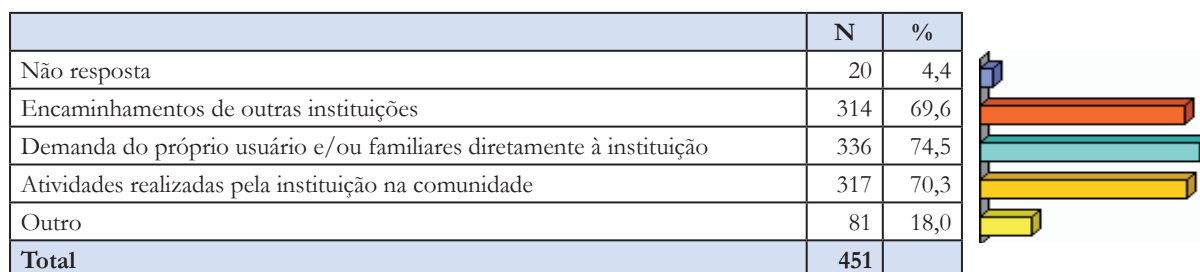


Figura 35: Meio de acesso do público-alvo às instituições governamentais

A Figura 36 mostra que os principais meios de acesso às instituições não-governamentais são: demanda do próprio usuário e/ou familiares diretamente à instituição, 661 (85,2%); encaminhamentos de outras instituições, 591 (76,2%); e atividades realizadas na comunidade, 554 (71,4%).

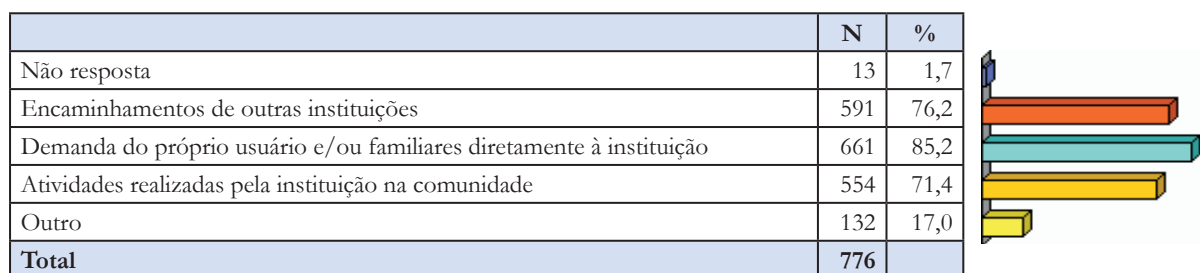


Figura 36: Meio de acesso do público-alvo às instituições não-governamentais

Na Tabela 15 referente ao cruzamento entre a natureza da instituição e o meio de acesso do público-alvo observa-se que das 875 instituições que informaram realizar atividades na comunidade, 36,2% (317) são governamentais e 63,3% (554) não-governamentais.

Tabela 15: Natureza das instituições em relação aos meios de acesso do público-alvo

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Encaminhamentos de outras instituições	6	0,7	314	34,5	591	64,9	911	100,0
Demanda do próprio usuário e/ou familiares diretamente à instituição	6	0,6	336	33,5	661	65,9	1 003	100,0
Atividades realizadas pela instituição na comunidade	4	0,5	317	36,2	554	63,3	875	100,0
Outro	3	1,4	81	37,5	132	61,1	216	100,0
Total	39	1,3	1 068	34,9	1 951	63,8	3 058	100,0

4.1.8. Procedência dos encaminhamentos

Entre as instituições governamentais, conforme Figura 37, observa-se que os encaminhamentos procedem, principalmente, de familiares e/ou amigos dos usuários, 307 (68,1%); do Conselho Tutelar, 276 (61,2%); da rede hospitalar, 254 (56,3%); do Ministério Público, 235 (52,1%); e da Justiça, 222 (49,2%).

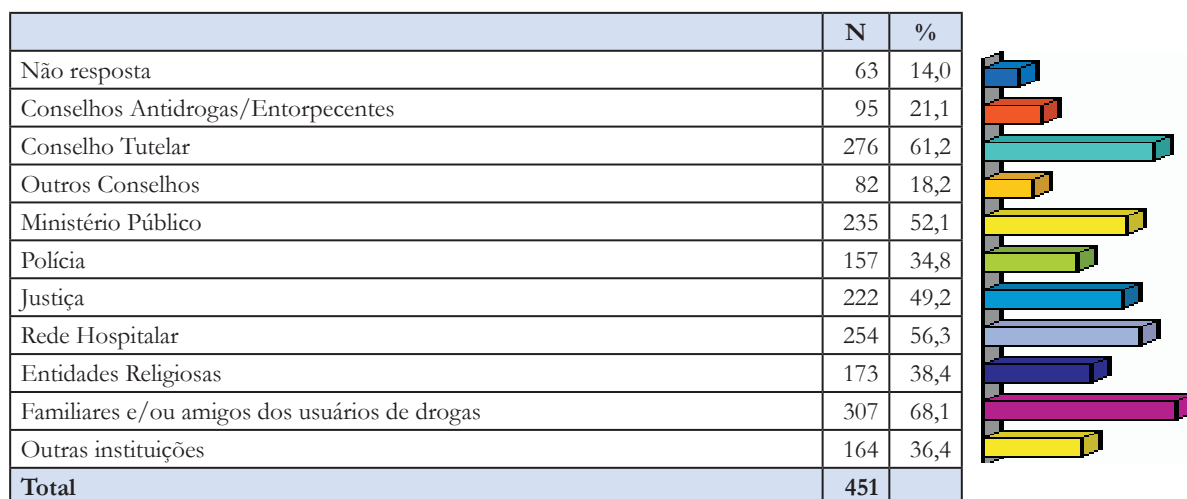


Figura 37: Procedências dos encaminhamentos realizados pelas instituições governamentais

Já entre as instituições não-governamentais, Figura 38, nota-se que os encaminhamentos procedem, principalmente, de familiares e/ou amigos dos usuários de drogas, 634 (81,7%); de entidades religiosas, 504 (64,9%); da Justiça, 419 (54,0%); e do Conselho Tutelar, 417 (53,7%).

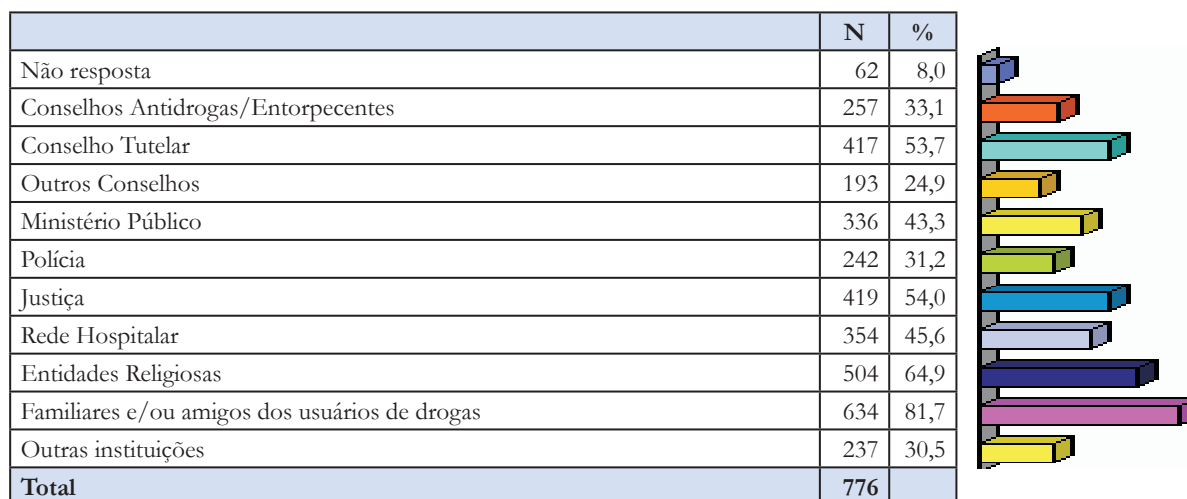


Figura 38: Procedências dos encaminhamentos realizados pelas instituições não-governamentais

A Tabela 16 mostra que, posteriormente a familiares e/ou amigos dos usuários, o encaminhamento mais recorrente procede de conselhos tutelares, 678, dos quais 276 (39,7%) referem-se a instituições governamentais e 417 (59,9%) a não-governamentais. Em terceiro lugar, ficaram as entidades religiosas, com 678 respostas, sendo que 173 (25,5%) são referentes às instituições governamentais e 504 (74,3%) às não-governamentais.

Tabela 16: Natureza da instituição em relação aos encaminhamentos

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Conselhos Antidrogas/Entorpecentes	1	0,3	95	26,9	257	72,8	353	100,0
Conselho Tutelar	3	0,4	276	39,7	417	59,9	696	100,0
Outros Conselhos	2	0,7	82	29,6	193	69,7	277	100,0
Ministério Público	3	0,5	235	40,9	336	58,5	574	100,0
Polícia	2	0,5	157	39,2	242	60,3	401	100,0
Justiça	5	0,8	222	34,4	419	64,9	646	100,0
Rede Hospitalar	2	0,3	254	41,6	354	58,0	610	100,0
Entidades Religiosas	1	0,1	173	25,5	504	74,3	678	100,0
Familiares e/ou amigos dos usuários de drogas	4	0,4	307	32,5	634	67,1	945	100,0
Outras instituições	3	0,7	164	40,6	237	58,7	404	100,0
Total	47	0,8	2 028	35,4	3 655	63,8	5 730	100,0

4.1.9. Articulação das instituições de prevenção com outros setores

A Figura 39 mostra que as articulações realizadas na esfera federal pelas instituições governamentais ocorrem na seguinte ordem: Ministério da Saúde, 215 (47,7%); Secretaria Nacional Antidrogas, 194 (43,0%); Ministério da Justiça, 56 (12,4%); Ministério da Educação, 41 (9,1%) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 33 (7,3%). Na esfera estadual observa-se que a principal articulação realizada pelas instituições se dá com a Secretaria Estadual da Saúde, 243 (53,9%) e na esfera municipal, verifica-se que as principais articulações são realizadas com: Secretaria Municipal de Saúde 373 (82,7%); Conselho Tutelar 308 (68,3%); Secretaria Municipal de Assistência Social 304 (67,4%); Secretaria Municipal de Educação, 292 (64,7%); meios de comunicação (rádio, televisão, jornais, internet), 290 (64,3%) e com Conselhos dos Direitos da Criança e dos Adolescentes, 241 (53,4%).

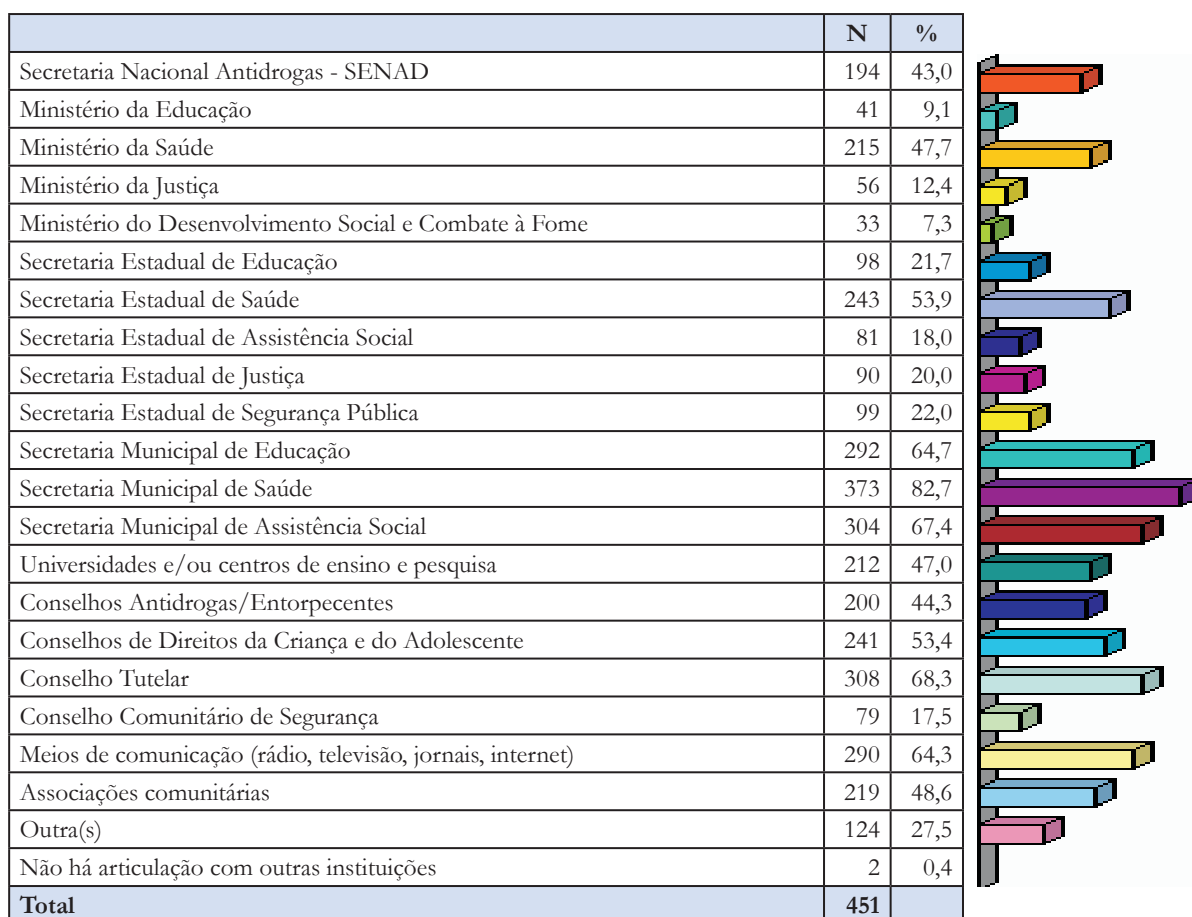


Figura 39: Articulação das instituições governamentais com outros setores

Entre as instituições não-governamentais, Figura 40, as articulações na esfera federal se dão, em sua maioria, com a Secretaria Nacional Antidrogas, 281 (6,2%). Na esfera estadual, ocorrem principalmente com a Secretaria Estadual de Assistência Social, 202 (26,0%); e com a Secretaria Estadual de Saúde, 189 (24,4%). Na esfera municipal, destacam-se as articulações realizadas com a Secretaria Municipal de Assistência Social, 493 (63,5%); com os meios de comunicação (rádio, televisão, jornais, internet), 450 (58%); com a Secretaria Municipal de Saúde, 431 (55,5%), com o Conselho Tutelar 385 (49,6%); com os Conselhos Antidrogas/Entorpecentes, 359 (46,3%); e com os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, 339 (43,7%).

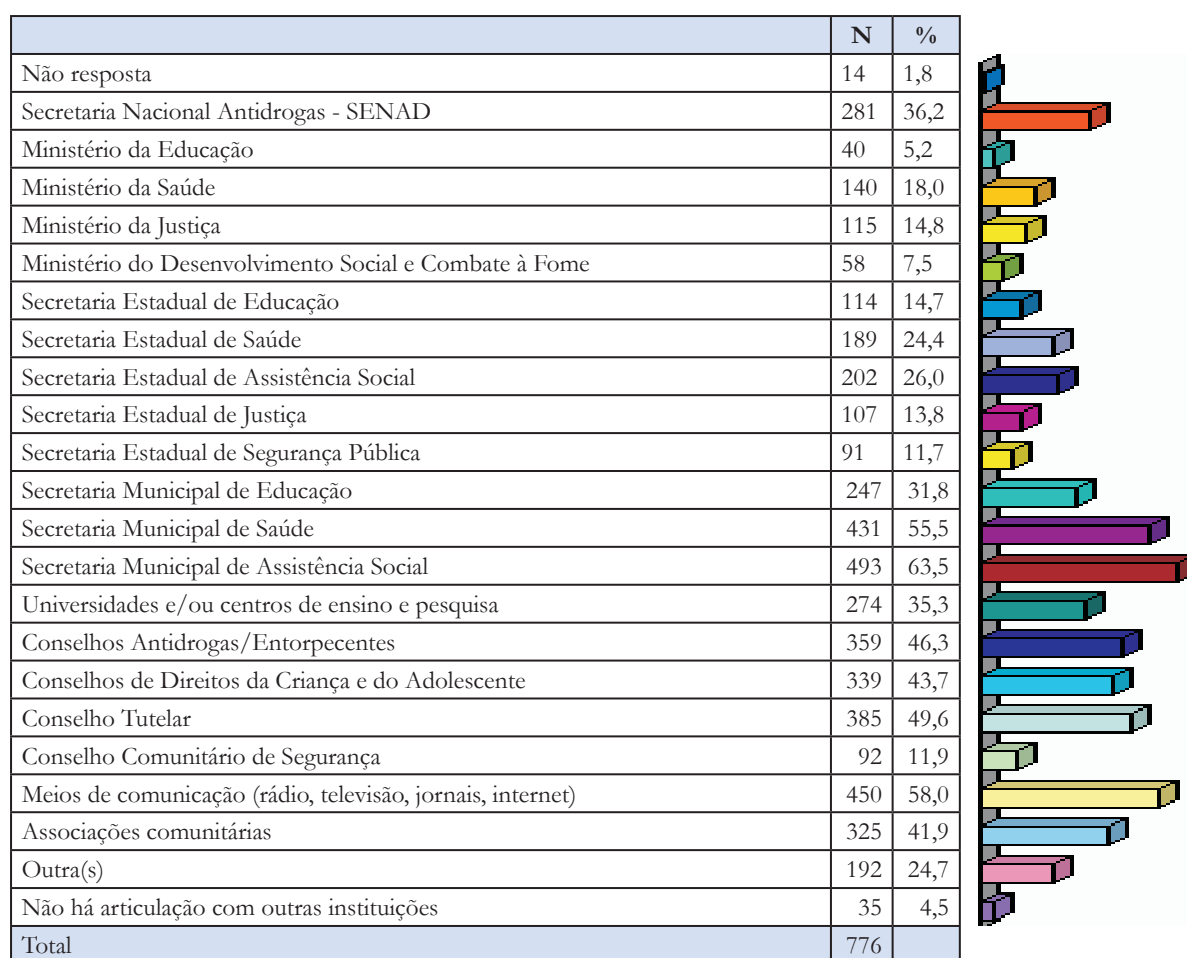


Figura 40: Articulação das instituições não-governamentais com outros setores

Na Tabela 17, que demonstra o cruzamento entre a natureza das instituições que realizam atividades de prevenção e suas articulações, destaca-se, na esfera federal, a articulação realizada com a Secretaria Nacional Antidrogas, pois, do total de 481 respostas referentes a essa opção, 194 (40,3%) referem-se a instituições governamentais e 281 (58,4%) a não-governamentais. Na esfera estadual, das 436 instituições que declararam realizar articulação com a Secretaria Estadual de Saúde, 243 (55,7%) são governamentais e 189 (43,3%) não-governamentais. Na esfera municipal, observa-se que a articulação com a Secretaria Municipal de Educação obteve 547 respostas, das quais 292 (53,4%) referem-se a instituições governamentais e 247 (45,2%) a não-governamentais, destacando a importância de políticas de prevenção nas ações relacionadas à educação. A opção mais marcada foi a que indica a articulação com a Secretaria Municipal de Saúde com 814 (100%) respostas, das quais 373 (45,8%) foram dadas por instituições governamentais e 431 (52,9%) por não-governamentais.

Tabela 17: Natureza das instituições em relação às articulações realizadas

	Não resposta		Governa- mental		Não- governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Secretaria Nacional Antidrogas - SENAD	6	1,2	194	40,3	281	58,4	481	100,0
Ministério da Educação	3	3,6	41	48,8	40	47,6	84	100,0
Ministério da Saúde	6	1,7	215	59,6	140	38,8	361	100,0
Ministério da Justiça	6	3,4	56	31,6	115	65,0	177	100,0
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	4	4,2	33	34,7	58	61,1	95	100,0
Secretaria Estadual de Educação	4	1,9	98	45,4	114	52,8	216	100,0
Secretaria Estadual de Saúde	4	0,9	243	55,7	189	43,3	436	100,0
Secretaria Estadual de Assistência Social	2	0,7	81	28,4	202	70,9	285	100,0
Secretaria Estadual de Justiça	4	2,0	90	44,8	107	53,2	201	100,0
Secretaria Estadual de Segurança Pública	3	1,6	99	51,3	91	47,2	193	100,0
Secretaria Municipal de Educação	8	1,5	292	53,4	247	45,2	547	100,0
Secretaria Municipal de Saúde	10	1,2	373	45,8	431	52,9	814	100,0
Secretaria Municipal de Assistência Social	9	1,1	304	37,7	493	61,2	806	100,0
Universidades e/ou centros de ensino e pesquisa	5	1,0	212	43,2	274	55,8	491	100,0
Conselhos Antidrogas/Entorpecentes	7	1,2	200	35,3	359	63,4	566	100,0
Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente	7	1,2	241	41,1	339	57,8	587	100,0
Conselho Tutelar	9	1,3	308	43,9	385	54,8	702	100,0
Conselho Comunitário de Segurança	4	2,3	79	45,1	92	52,6	175	100,0
Meios de comunicação (rádio, televisão, jornais, internet)	12	1,6	290	38,6	450	59,8	752	100,0
Associações comunitárias	4	0,7	219	40,0	325	59,3	548	100,0
Outra(s)	3	0,9	124	38,9	192	60,2	319	100,0
Não há articulação com outras instituições	1	2,6	2	5,3	35	92,1	38	100,0

4.1.10. Existência do Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes na percepção do dirigente

A Figura 41 mostra que, entre os dirigentes das instituições governamentais, 266 (59%) informaram ter conhecimento da existência de Conselho Antidrogas/Entorpecentes em seu município, 141 (31,3%) informaram não existir conselho e 25 (5,5%) informaram não saber de sua existência.

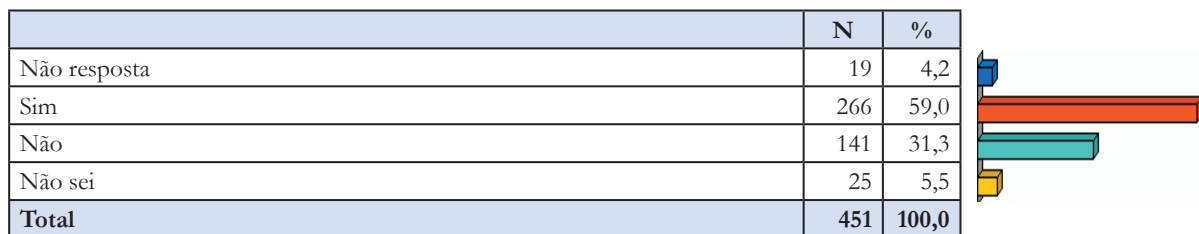


Figura 41: Posição do dirigente das instituições governamentais sobre o conhecimento da existência de Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes no município

Entre as instituições não-governamentais, (figura 42) observa-se que 459 (59,1%) dirigentes sabem da existência de Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecente em seu município, 228 (29,4%) afirmaram não existir conselho e 65 (8,4%) não sabem da existência desses conselhos.

	N	%
Não resposta	24	3,1
Sim	459	59,1
Não	228	29,4
Não sei	65	8,4
Total	776	100,0

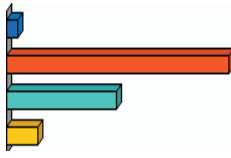


Figura 42: Posição do dirigente das instituições não-governamentais sobre o conhecimento da existência de Conselho Municipal Antidrogas/ Entorpecentes no município

A Tabela 18 mostra que entre as 1.255 instituições que realizam prevenção, aproximadamente 7,17% (90) informaram não saber da existência de conselhos em seu município, destas 27,8% (25) das respostas foram dadas por instituições governamentais e 72,2% (65) por não-governamentais.

Tabela 18: Natureza da instituição em relação ao conhecimento sobre a existência do conselho antidrogas

	Não resposta		Governa- mental		Não- governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Sim	8	1,1	266	36,3	459	62,6	733	100,0
Não	2	0,5	141	38,0	228	61,5	371	100,0
Não sei	0	0,0	25	27,8	65	72,2	90	100,0
Total	28	2,2	451	35,9	776	61,8	1 255	100,0

4.1.11. Registro da instituição no Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes

Entre as instituições governamentais, 150 (33,3%) informaram ter registro no Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes, ao passo que 215 (47,7%) informaram não serem registradas no mencionado conselho.

	N	%
Não resposta	83	18,4
Sim	150	33,3
Não	215	47,7
Não sei	3	0,7
Total	451	100,0

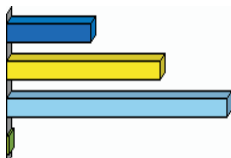


Figura 43: Registro das instituições governamentais no Conselho Municipal Antidrogas/ Entorpecentes

A Figura 44 retrata que 309 (39,8%) instituições não-governamentais são registradas no Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes e 389 (50,1%) não possuem registro nesses conselhos.

	N	%
Não resposta	75	9,7
Sim	309	39,8
Não	389	50,1
Não sei	3	0,4
Total	776	100,0

Figura 44: Registro das instituições não-governamentais no Conselho Municipal Antidrogas/ Entorpecentes

Nota-se, na Tabela 19, que, das 1.255 instituições que realizam atividades de prevenção, 607 (48,4%) não possuem registro nos conselhos antidrogas/entorpecentes. Destas, 215 (35,4%) são instituições governamentais e 389 (64,1%) não-governamentais.

Tabela 19: Natureza da instituição em relação ao registro no conselho municipal

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Sim	5	1,1	150	32,3	309	66,6	464	100,0
Não	3	0,5	215	35,4	389	64,1	607	100,0
Não sei	1	14,3	3	42,9	3	42,9	7	100,0
Total	28	2,2	451	35,9	776	61,8	1 255	100,0

4.1.12. Registro da instituição no Conselho Estadual Antidrogas/ Entorpecentes

Entre as 421 instituições governamentais, Figura 45, que realizam atividades de prevenção, 172 (38,1%) informaram ter registro em Conselho Estadual Antidrogas/Entorpecentes e 224 (49,7%) não têm o registro.

	N	%
Não resposta	50	11,1
Sim	172	38,1
Não	224	49,7
Não Sei	5	1,1
Total	451	100,0

Figura 45: Registro das instituições governamentais no Conselho Estadual Antidrogas/ Entorpecentes

A Figura 46 mostra que, das 776 instituições governamentais que realizam atividades de prevenção, 300 (38,7%) afirmaram ter registro no Conselho Estadual Antidrogas/Entorpecentes e 417 (53,7%) não têm o registro mencionado.

	N	%
Não resposta	54	7,0
Sim	300	38,7
Não	417	53,7
Não Sei	5	0,6
Total	776	100,0

Figura 46: Registro das instituições não-governamentais no Conselho Estadual Antidrogas/Entorpecentes

A Tabela 20 revela que 645 (51,4%) das 1.255 instituições que realizam prevenção não possuem registro no Conselho Estadual Antidrogas/Entorpecentes, destas, 224 (34,7%) são governamentais e 417 (64,7%) não-governamentais.

Tabela 20: Natureza da instituição em relação ao registro no Conselho Estadual

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Sim	4	0,8	172	36,1	300	63,0	476	100,0
Não	4	0,6	224	34,7	417	64,7	645	100,0
Não Sei	1	9,1	5	45,5	5	45,5	11	100,0
Total	28	2,2	451	35,9	776	61,8	1 255	100,0

4.1.13. Recursos materiais

Dos recursos materiais declarados pelos dirigentes das instituições que realizam atividades de prevenção, destacaram-se as seguintes médias: 5,12 banheiros por instituição, 3,6 computadores, 2,37 impressoras, 2 consultórios ou salas para atendimento individual, 1,38 consultórios ou sala para atendimento em grupo, 1,05 sala de reuniões e 1,03 sala de aula, (tabela 21).

Tabela 21: Recursos materiais existentes nas instituições

	Soma	Média
Consultório ou sala para atendimento individual	2504	2,00
Consultório ou sala para atendimento em grupo	1734	1,38
Laboratório de análises clínicas	60	0,05
Enfermaria ou dormitório coletivo	2495	1,99
Apartamento/suíte	909	0,72
Leitos para permanência diurna	5961	4,75
Leitos para permanência noturna	11842	9,44
Banheiros	6431	5,12
Chuveiros	5464	4,35
Refeitório	1016	0,81
Cozinha	1088	0,87
Auditório	471	0,38
Escritório	1215	0,97
Sala de convivência	741	0,59
Sala de atendimento	1220	0,97
Sala de reuniões	1322	1,05
Salas de aula	1295	1,03
Sala de jogos	415	0,33
Sala de TV	978	0,78
Videocassete	952	0,76
DVD	782	0,62
Computador	4524	3,60
Impressora	2978	2,37
Copiadora	321	0,26
Internet	3906	3,11
Data Show	263	0,21
Retroprojektor	873	0,70
Filmadora	210	0,17
Máquina fotográfica	642	0,51
Oficinas diversas (marcenaria, mecânica, entre outras)	936	0,75
Horta/Jardim	895	0,71
Capela	361	0,29
Gráfica	26	0,02
Sala de ginástica	242	0,19
Quadra de esporte	414	0,33

Entre as instituições governamentais que realizam atividades de prevenção, destacam-se as médias dos seguintes recursos materiais: 3,25 computadores por instituição governamental, 2,97 banheiros, 2,26 consultórios ou salas para atendimento individual, 2,1 impressoras e 1,36 consultório ou sala para atendimento em grupo.

Tabela 22: Recursos materiais existentes nas instituições governamentais

	Soma	Média
Consultório ou sala para atendimento individual	1019	2,26
Consultório ou sala para atendimento em grupo	615	1,36
Laboratório de análises clínicas	26	0,06
Enfermaria ou dormitório coletivo	341	0,76
Apartamento/suíte	20	0,04
Leitos para permanência diurna	461	1,02
Leitos para permanência noturna	666	1,48
Banheiros	1340	2,97
Chuveiros	805	1,78
Refeitório	240	0,53
Cozinha	295	0,65
Auditório	109	0,24
Escritório	283	0,63
Sala de convivência	181	0,40
Sala de atendimento	311	0,69
Sala de reuniões	302	0,67
Salas de aula	244	0,54
Sala de jogos	84	0,19
Sala de TV	217	0,48
Videocassete	270	0,60
DVD	208	0,46
Computador	1468	3,25
Impressora	946	2,10
Copiadora	91	0,20
Internet	341	0,76
Data Show	93	0,21
Retroprojektor	159	0,35
Filmadora	61	0,14
Máquina fotográfica	141	0,31
Oficinas diversas (marcenaria, mecânica, entre outras)	350	0,78
Horta/Jardim	171	0,38
Capela	24	0,05
Gráfica	5	0,01
Sala de ginástica	22	0,05
Quadra de esporte	67	0,15

Entre as instituições não-governamentais que realizam prevenção, destacam-se as seguintes médias de recursos materiais: 6,43 banheiros por instituição não-governamental, 4,56 internet, 3,88 computadores, 2,31 impressoras, 1,87 consultório ou sala para atendimento individual, 1,4 consultório ou sala para atendimento em grupo, 1,29 sala de reunião, 1,28 sala de aula, 1,19 escritório, 1,13 sala de atendimento e 1,13 refeitório.

Tabela 23: Recursos materiais existentes nas instituições não-governamentais

	Total	Média
Consultório ou sala para atendimento individual	1451	1,87
Consultório ou sala para atendimento em grupo	1088	1,40
Laboratório de análises clínicas	33	0,04
Enfermaria ou dormitório coletivo	2062	2,66
Apartamento/suíte	880	1,13
Leitos para permanência diurna	5165	6,66
Leitos para permanência noturna	10765	13,87
Banheiros	4988	6,43
Chuveiros	4547	5,86
Refeitório	765	0,99
Cozinha	780	1,01
Auditório	354	0,46
Escritório	923	1,19
Sala de convivência	552	0,71
Sala de atendimento	877	1,13
Sala de reuniões	1000	1,29
Salas de aula	997	1,28
Sala de jogos	321	0,41
Sala de TV	745	0,96
Videocassete	645	0,83
DVD	558	0,72
Computador	3007	3,88
Impressora	1789	2,31
Copiadora	220	0,28
Internet	3538	4,56
Data Show	165	0,21
Retroprojektor	657	0,85
Filmadora	145	0,19
Máquina fotográfica	493	0,64
Oficinas diversas (marcenaria, mecânica, entre outras)	565	0,73
Horta/Jardim	710	0,91
Capela	332	0,43
Gráfica	19	0,02
Sala de ginástica	216	0,28
Quadra de esporte	338	0,44

4.1.14. Recursos financeiros

A Figura 47 mostra as fontes de recursos financeiros utilizados pelas instituições para desenvolver suas atividades. Pode-se perceber que, das 451 (35,9%) instituições governamentais, a maioria tem seus recursos provenientes do governo brasileiro, 391 (31,2%), sendo assim distribuídos: recursos municipais, 289 (23%); federais, 216 (17,2%); e estaduais, 137 (10,9%). Observa-se que 83 (6,6%) instituições citaram “Outras fontes”, prevalecendo mais doações de pessoas jurídicas, 39 (3,1%), e de pessoas físicas, 36 (2,9%). A fonte proveniente de receita própria obteve 61 (4,9%) respostas, sendo que a venda de produtos, 32 (2,5%) foi a mais citada pelos dirigentes.

Nas instituições não-governamentais, das 776 instituições (61,8%), 535 (42,6%) indicaram que os recursos provêm de receita própria, assim distribuídos: 275 (21,9%) são recursos de internações, 226 (18%) de venda de produtos, 197 (15,7%) de palestras e eventos, 88 (7%) de consultas, 72 (5,7%) de outros serviços profissionais. A opção Outras fontes de recursos obteve 523 (41,7%) respostas, sendo que as mais citadas foram: doações de pessoas físicas, 455 (36,3%); doação de pessoas jurídicas, 294 (23,4%); e recursos provenientes de mantenedoras, 121 (9,6%). É importante observar que mais da metade das instituições não-governamentais, 395 (31,5%); recebem recursos do governo brasileiro, provenientes da esfera municipal, 315 (25,1%); estadual, 157 (12,5%); e federal, 85 (6,8%).

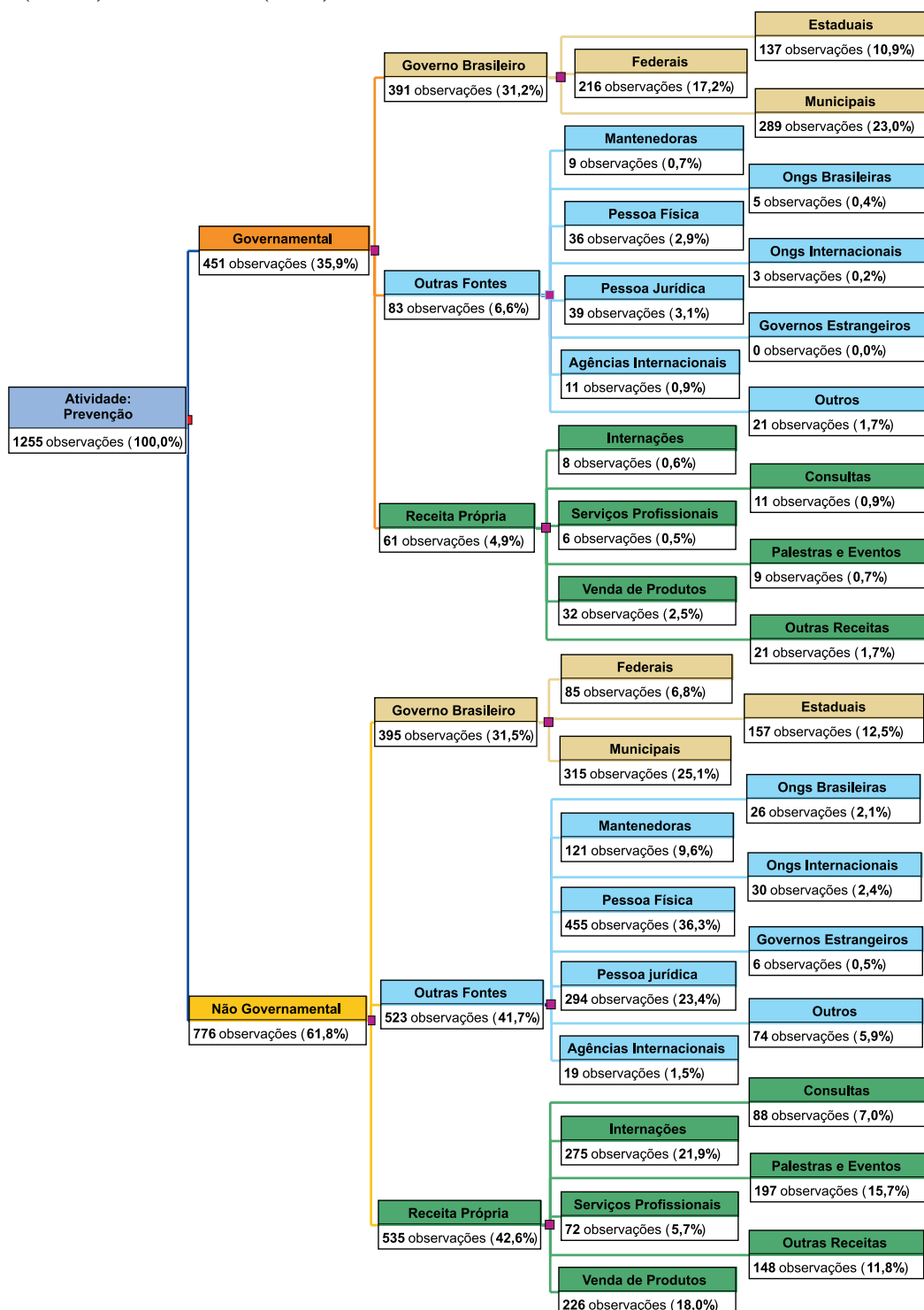
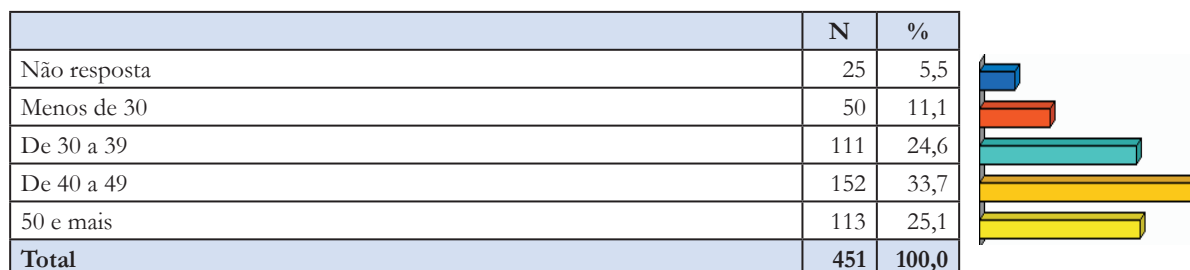


Figura 47: Fontes de recursos financeiros utilizados pelas instituições.

4.2. Características dos dirigentes de acordo com a natureza da instituição

4.2.1. Idade do dirigente

Em relação à idade dos dirigentes das instituições governamentais que realizam atividades de prevenção, 152 (33,7%) informaram ter de 40 a 49 anos e 111 (24,6%) de 30 a 39 anos (figura 48).

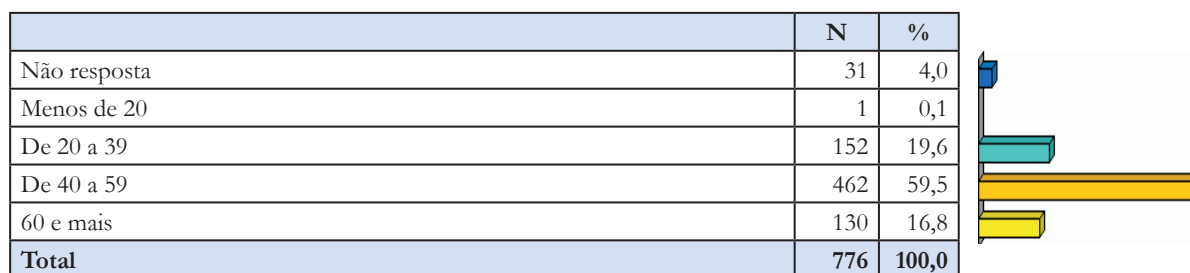


Média = 42,86 Desvio-padrão = 10,46

Mín = 20 Máx = 77

Figura 48: Idade do dirigente das instituições governamentais

Entre as instituições não-governamentais que realizam prevenção, 462 (59,5%) dirigentes informaram ter idade entre 40 e 59 anos (figura 49).



Média = 48,31 Desvio-padrão = 11,66

Mín = 19 Máx = 96

Figura 49: Idade do dirigente das instituições não-governamentais

A Tabela 24 mostra o cruzamento entre a natureza da instituição que realiza prevenção e a idade do dirigente, 715 declararam ter entre 40 e 59 anos, destes 239 (33,4%) pertencem a instituições governamentais e 462 (64,6%) a não-governamentais.

Tabela 24: Natureza da instituição e a idade do dirigente

	Não resposta		Governa- mental		Não- governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Menos de 20	0	0,0	0	0,0	1	100,0	1	100,0
De 20 a 39	3	0,9	161	50,9	152	48,1	316	100,0
De 40 a 59	14	2,0	239	33,4	462	64,6	715	100,0
60 e mais	3	1,9	26	16,4	130	81,8	159	100,0
Total	28	2,2	451	35,9	776	61,8	1 255	100,0

4.2.2. Sexo do dirigente

Na Figura 50, destaca-se a informação de que, dentre os dirigentes das instituições governamentais que realizam prevenção, 275 (61%) são do sexo feminino.

	N	%
Não resposta	11	2,4
Feminino	275	61,0
Masculino	165	36,6
Total	451	100,0

Figura 50: Sexo do dirigente nas instituições governamentais

Em relação ao sexo dos dirigentes das instituições não-governamentais, há predomínio do sexo masculino, com 536 (69,1%) do total de 776 (figura 51).

	N	%
Não resposta	6	0,8
Feminino	234	30,2
Masculino	536	69,1
Total	776	100,0

Figura 51: Sexo do dirigente nas instituições não-governamentais

Na Tabela 25, que mostra o cruzamento entre o sexo do dirigente e a natureza da instituição, dos 713 dirigentes que informaram ser do sexo masculino, 165 (23,1%) pertencem a instituições governamentais e 536 (75,2%) a não-governamentais. Ao passo que, das 518 respostas referentes ao sexo feminino, 275 (53,1%) foram dadas pelas instituições governamentais e 234 (45,2%) pelas não-governamentais.

Tabela 25: Sexo do dirigente e a natureza da instituição

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Feminino	9	1,7	275	53,1	234	45,2	518	100,0
Masculino	12	1,7	165	23,1	536	75,2	713	100,0
Total	28	2,2	451	35,9	776	61,8	1 255	100,0

4.2.3. Escolaridade do dirigente

Nas instituições governamentais, constatou-se que a escolaridade dos dirigentes concentra-se mais em pós-graduação com 254 (56,3%) respostas, seguida da opção ensino superior completo com 183 (40,6%) respostas (figura 52).

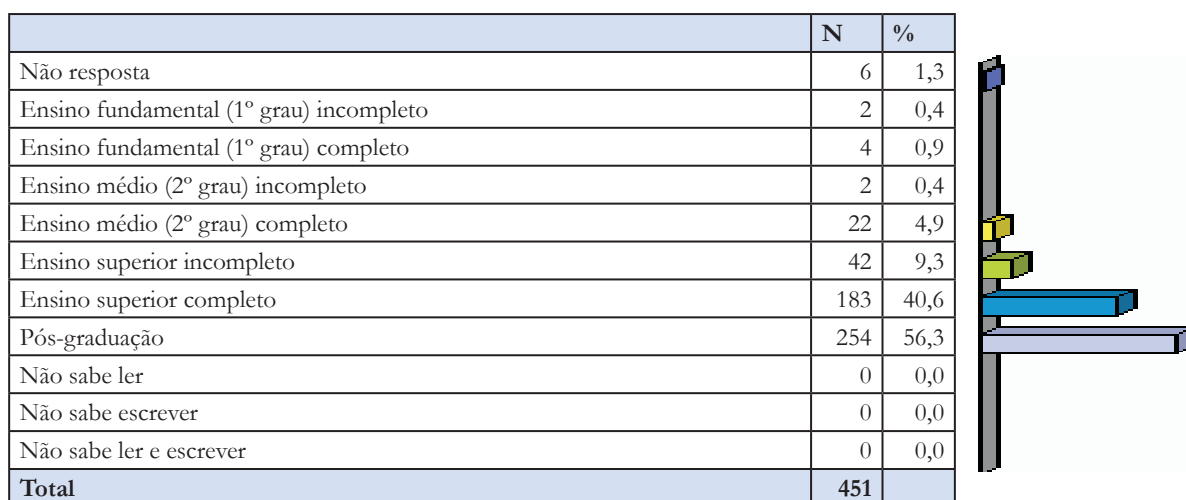


Figura 52: Escolaridade do dirigente das instituições governamentais

Entre as instituições não-governamentais, observou-se que os maiores índices de respostas obtidas com relação à escolaridade dos dirigentes se encontram assim distribuídos: 282 (36,3%) dirigentes com ensino superior completo, 191 (24,6%) com pós-graduação, 151 (19,5%) com ensino médio completo e 99 (12,8%) com ensino superior incompleto (figura 53).

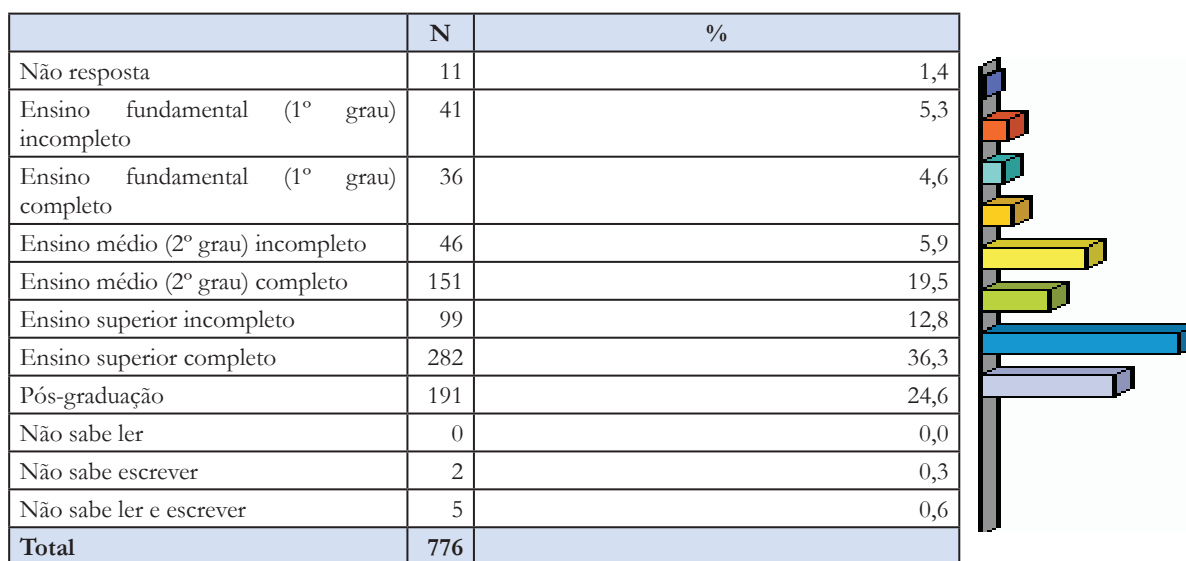


Figura 53: Escolaridade do dirigente das instituições não-governamentais

Na Tabela 26, referente ao cruzamento entre a natureza da instituição e a escolaridade dos dirigentes, nota-se que, das 455 respostas referentes à pós-graduação, 254 (55,8%) são de instituições governamentais e 191 (42%) de não-governamentais. E as cinco instituições cujo dirigente não sabe ler e escrever têm natureza não-governamental.

Tabela 26: Natureza da instituição e a escolaridade do dirigente

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Ensino fundamental (1.º grau) incompleto	0	0,0	2	4,7	41	95,3	43	100,0
Ensino fundamental (1.º grau) completo	0	0,0	4	10,0	36	90,0	40	100,0
Ensino médio (2.º grau) incompleto	1	2,0	2	4,1	46	93,9	49	100,0
Ensino médio (2.º grau) completo	1	0,6	22	12,6	151	86,8	174	100,0
Ensino superior incompleto	1	0,7	42	29,6	99	69,7	142	100,0
Ensino superior completo	12	2,5	183	38,4	282	59,1	477	100,0
Pós-graduação	10	2,2	254	55,8	191	42,0	455	100,0
Não sabe ler	0		0		0		0	100,0
Não sabe escrever	0	0,0	0	0,0	2	100,0	2	100,0
Não sabe ler e escrever	0	0,0	0	0,0	5	100,0	5	100,0
Total	33	2,3	515	36,5	864	61,2	1 412	100,0

4.2.4. Situação de remuneração do dirigente

Na questão referente à remuneração do dirigente nas instituições governamentais, conforme Figura 54, constatou-se que 313 (69,4%) são remunerados, enquanto 127 (28,2%) não recebem remuneração pelo serviço prestado.

	N	%
Não resposta	11	2,4
Sim	313	69,4
Não	127	28,2
Total	451	100,0

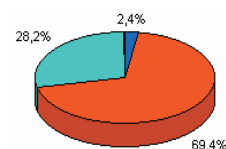


Figura 54: Remuneração do dirigente pelos serviços prestados nas instituições governamentais

Nas instituições não-governamentais, Figura 55, observa-se que 157 (20,2%) dirigentes são remunerados e 613 (79%) não recebem remuneração pelo serviço prestado na instituição.

	N	%
Não resposta	6	0,8
Sim	157	20,2
Não	613	79,0
Total	776	100,0

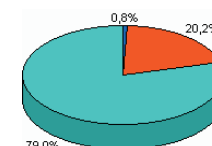


Figura 55: Remuneração do dirigente pelos serviços prestados nas instituições não-governamentais

A Tabela 27 mostra o cruzamento entre a natureza da instituição e a questão da remuneração dos dirigentes e revela que, das 479 respostas que afirmam que o dirigente recebe remuneração pelo serviço, 313 (65,3%) foram dadas pelas instituições governamentais e 157 (32,8%) por não-governamentais. Mostra também que, das 750 respostas, informando que o dirigente não é remunerado pelos serviços prestados, 127 (16,9%) são referentes a instituições governamentais e 613 (81,7%) a não-governamentais.

Tabela 27: Remuneração do dirigente pelos serviços prestados e a natureza da instituição

	Não resposta		Governa- mental		Não- governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	9	34,6	11	42,3	6	23,1	26	100,0
Sim	9	1,9	313	65,3	157	32,8	479	100,0
Não	10	1,3	127	16,9	613	81,7	750	100,0
Total	28	2,2	451	35,9	776	61,8	1 255	100,0

4.2.5. Atividade remunerada do dirigente fora da instituição

Nas instituições governamentais, 239 (53%) dirigentes informaram exercer alguma atividade remunerada fora da instituição e 201 (44,6%) informaram que não (figura 56).

	N	%
Não resposta	11	2,4
Sim	239	53,0
Não	201	44,6
Total	451	100,0

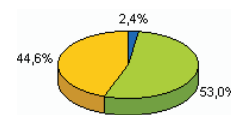


Figura 56: Remuneração do dirigente por atividade profissional fora das instituições governamentais

Já nas instituições não-governamentais, 485 (62,5%) dirigentes responderam que exercem alguma atividade profissional remunerada fora da instituição e 273 (35,2%) responderam que não (figura 57).

	N	%
Não resposta	18	2,3
Sim	485	62,5
Não	273	35,2
Total	776	100,0

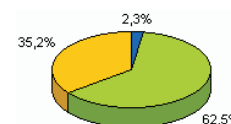


Figura 57: Remuneração do dirigente por atividade profissional fora das instituições não-governamentais

A Tabela 28, referente ao cruzamento entre a natureza da instituição e a atividade remunerada exercida pelo dirigente fora da instituição, mostra que, das 734 respostas afirmativas, 239 (32,6%) foram dadas pelas instituições governamentais e 485 (66,1%) pelas não-governamentais. Das respostas negativas, 201 (41,7%) foram dadas pelas instituições governamentais e 273 (56,6%) pelas não-governamentais.

Tabela 28: Atividade remunerada do dirigente fora da instituição e a natureza das instituições

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	10	25,6	11	28,2	18	46,2	39	100,0
Sim	10	1,4	239	32,6	485	66,1	734	100,0
Não	8	1,7	201	41,7	273	56,6	482	100,0
Total	28	2,2	451	35,9	776	61,8	1 255	100,0

4.2.6 Total de horas dedicadas pelos dirigentes à instituição

Nas instituições governamentais, conforme Figura 58, observou-se que 218 (48,3%) dirigentes trabalham menos de 40 horas e 203 (45%) dirigentes declararam dedicar à instituição de 40 a 79 horas semanais.

	N	%
Não resposta	27	6,0
Menos de 40	218	48,3
De 40 a 79	203	45,0
De 80 a 119	1	0,2
120 e mais	2	0,4
Total	451	100,0

Média = 30,27 Desvio-padrão = 17,52

Mín = 1 Máx = 168

Figura 58: Dedicção dos dirigentes das instituições governamentais em horas semanais à instituição

Entre os dirigentes das instituições não-governamentais, 468 (60,3%) informaram trabalhar menos de 40 horas semanais e 229 (29,5%) de 40 a 79 horas semanais.

	N	%
Não resposta	31	4,0
Menos de 40	468	60,3
De 40 a 79	229	29,5
De 80 a 119	25	3,2
120 e mais	23	3,0
Total	776	100,0

Média = 33,19 Desvio-padrão = 30,75

Mín = 1 Máx = 168

Figura 59: Dedicção dos dirigentes das instituições não-governamentais em horas semanais à instituição

No cruzamento entre a natureza da instituição e as horas semanais dedicadas à instituição, observou-se que, das 494 respostas referentes à opção “40 e mais”, 206 (41,7%) foram dadas por instituições governamentais e 278 (56%) pelas não-governamentais, e das 232 respostas concernentes à opção de “20 a 29 horas”, 55 (23,7%) foram dadas por instituições governamentais e 175 (75,4%) pelas não-governamentais.

Tabela 29: Natureza da instituição em relação à quantidade de horas semanais dedicadas à instituição

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Menos de 8	2	1,4	51	36,7	86	61,9	139	100,0
De 8 a 19	2	1,1	40	21,4	145	77,5	187	100,0
De 20 a 29	2	0,9	55	23,7	175	75,4	232	100,0
De 30 a 39	1	0,7	72	53,3	62	45,9	135	100,0
40 e mais	10	2,0	206	41,7	278	56,3	494	100,0
Total	28	2,2	451	35,9	776	61,8	1 255	100,0

4.2.7. Motivação do dirigente

Nas instituições governamentais, observou-se que a motivação que mais se destaca é a profissional, com 236 (52,3%) respostas. Em segundo lugar, está a motivação humanitária, com 117 (25,9%) respostas.

	N	%
Não resposta	7	1,6
Motivação pessoal	79	17,5
Motivação religiosa	2	0,4
Motivação humanitária	117	25,9
Motivação profissional	236	52,3
Designação profissional alheia à sua escolha	41	9,1
Solicitação/convite de amigos/conhecidos	78	17,3
Outra motivação	47	10,4
Total	451	

Figura 60: Motivação dos dirigentes em relação ao trabalho nas instituições governamentais

Quanto à motivação dos dirigentes das instituições não-governamentais, houve maior número de respostas na opção motivação humanitária, 315 (40,6%); seguida da motivação pessoal, 307 (39,6%); e da motivação religiosa, 170 (21,9%).

	N	%
Não resposta	9	1,2
Motivação pessoal	307	39,6
Motivação religiosa	170	21,9
Motivação humanitária	315	40,6
Motivação profissional	119	15,3
Designação profissional alheia à sua escolha	8	1,0
Solicitação/convite de amigos/conhecidos	86	11,1
Outra motivação	66	8,5
Total	776	

Figura 61: Motivação dos dirigentes em relação ao trabalho nas instituições não-governamentais

A Tabela 30 mostra o cruzamento entre a natureza da instituição e a motivação para trabalhar. Observa-se que, das 439 respostas referentes à motivação humanitária, 117 (26,7%) foram dadas pelas instituições governamentais e 315 (71,8%) pelas não-governamentais. Das 439 respostas referentes à motivação profissional, 236 (65%) foram dadas pelas instituições governamentais e 119 (32,8%) pelas não-governamentais. Quanto à opção “motivação religiosa”, das 175 marcações, 2 (1,1%) foram dadas pelas governamentais e 170 (97,1%) pelas não-governamentais.

Tabela 30: Natureza da instituição e a motivação do dirigente para a realização do trabalho

	Não resposta		Governa- mental		Não- governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	10	38,5	7	26,9	9	34,6	26	100,0
Motivação pessoal	5	1,3	79	20,2	307	78,5	391	100,0
Motivação religiosa	3	1,7	2	1,1	170	97,1	175	100,0
Motivação humanitária	7	1,6	117	26,7	315	71,8	439	100,0
Motivação profissional	8	2,2	236	65,0	119	32,8	363	100,0
Designação profissional alheia à sua escolha	1	2,0	41	82,0	8	16,0	50	100,0
Solicitação/convite de amigos/conhecidos	4	2,4	78	46,4	86	51,2	168	100,0
Outra motivação	0	0,0	47	41,6	66	58,4	113	100,0
Total	38	2,2	607	35,2	1 080	62,6	1 725	100,0

4.2.8. Participação do dirigente em conselhos

Com relação à participação do dirigente de instituições governamentais em conselhos, Figura 62, os mais enumerados pelos dirigentes foram: Conselho Municipal de Saúde, 145 (32,2%); Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes, 138 (30,6%); Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, 94 (20,8%); e Conselho Municipal de Assistência Social, 76 (16,9%).

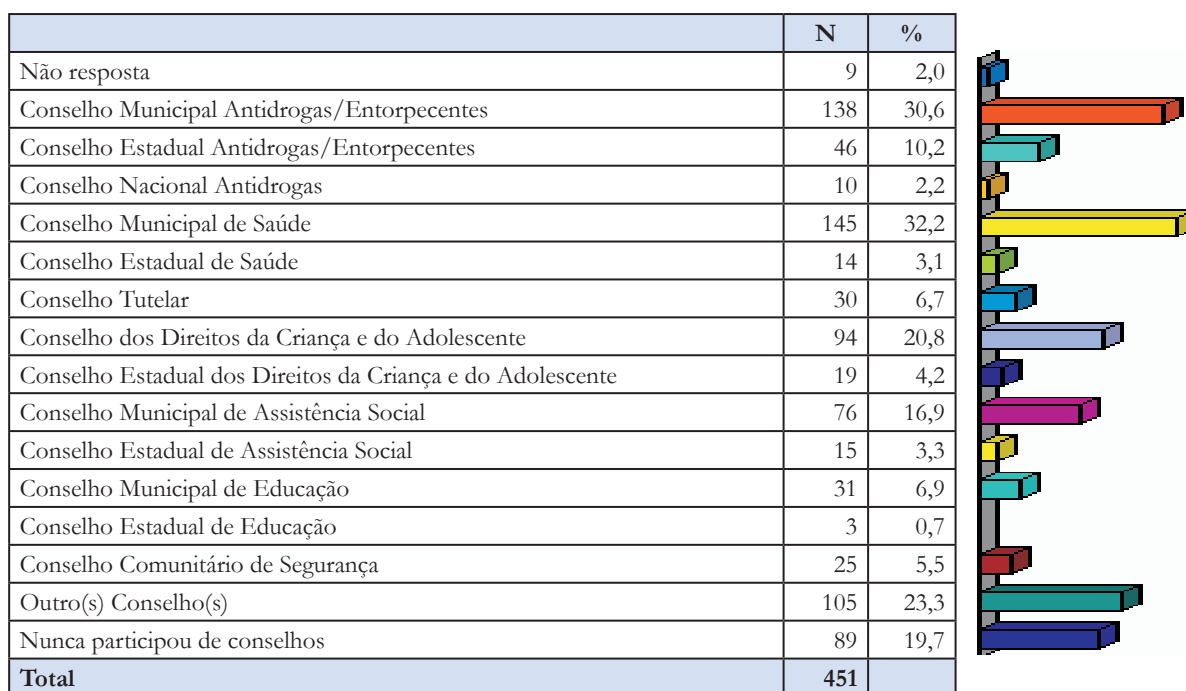


Figura 62: Participação dos dirigentes das instituições governamentais em conselhos

Entre as instituições não-governamentais, Figura 63, os conselhos mais citados foram: Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes, 244 (31,4%); Conselho Municipal de Assistência Social, 189 (24,4%); Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, 164 (21,1%); Conselho Municipal de Saúde, 144 (18,6%); e Conselho Estadual Antidrogas/Entorpecentes, 78 (10,1%).

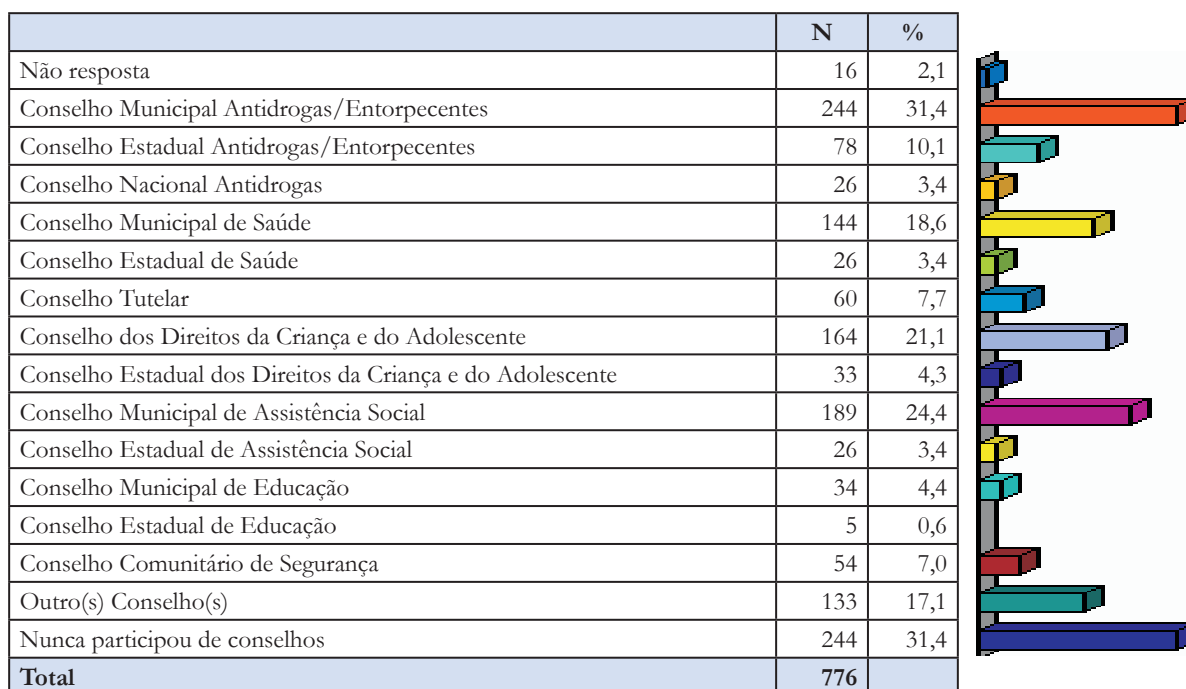


Figura 63: Participação dos dirigentes das instituições não-governamentais em conselhos

A Tabela 31 mostra o cruzamento entre a natureza da instituição e a participação do dirigente em conselhos. Observa-se que o conselho mais citado foi o Conselho Municipal

Antidrogas/Entorpecentes, com 385 marcações, das quais 138 (35,8%) foram feitas por instituições governamentais e 244 (63,4%) pelas não-governamentais. O Conselho Municipal de Saúde aparece em seguida com 295 citações, das quais 145 (49,2%) são de instituições governamentais e 144 (48,8%) não-governamentais, mostrando que as instituições governamentais tendem a recorrer a esse conselho com maior frequência que as não-governamentais. Em terceiro lugar, fica o Conselho Municipal de Assistência Social, com 269 marcações, sendo 76 (28,3%) feitas por instituições governamentais e 189 (70,3%) por não-governamentais.

Tabela 31: Natureza das instituições e a participação dos dirigentes em conselhos

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	11	30,6	9	25,0	16	44,4	36	100,0
Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes	3	0,8	138	35,8	244	63,4	385	100,0
Conselho Estadual Antidrogas/Entorpecentes	0	0,0	46	37,1	78	62,9	124	100,0
Conselho Nacional Antidrogas	0	0,0	10	27,8	26	72,2	36	100,0
Conselho Municipal de Saúde	6	2,0	145	49,2	144	48,8	295	100,0
Conselho Estadual de Saúde	0	0,0	14	35,0	26	65,0	40	100,0
Conselho Tutelar	2	2,2	30	32,6	60	65,2	92	100,0
Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente	3	1,1	94	36,0	164	62,8	261	100,0
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente	0	0,0	19	36,5	33	63,5	52	100,0
Conselho Municipal de Assistência Social	4	1,5	76	28,3	189	70,3	269	100,0
Conselho Estadual de Assistência Social	0	0,0	15	36,6	26	63,4	41	100,0
Conselho Municipal de Educação	2	3,0	31	46,3	34	50,7	67	100,0
Conselho Estadual de Educação	0	0,0	3	37,5	5	62,5	8	100,0
Conselho Comunitário de Segurança	3	3,7	25	30,5	54	65,9	82	100,0
Outro(s) Conselho(s)	4	1,7	105	43,4	133	55,0	242	100,0
Nunca participou de conselhos	8	2,3	89	26,1	244	71,6	341	100,0
Total	46	1,9	849	35,8	1 476	62,3	2 371	100,0

4.3. Características da equipe profissional de acordo com a natureza da instituição

4.3.1. Número de profissionais

No total de recursos humanos das instituições que realizam atividades de prevenção, destacam-se a presença de 3,51 voluntários por instituição, 3,17 professores, 2,47 técnicos ou auxiliares de enfermagem, 1,78 psicólogo, 1,64 estagiário ou bolsista, 0,96 educador social, 0,95 assistente social, 0,65 oficinheiro e 0,55 agente de saúde.

Tabela 32: Recursos humanos existentes nas instituições

	Soma	Média
Administrador	952	0,76
Advogado	693	0,55
Agente de saúde	695	0,55
Assistente social	1192	0,95
Auxiliar administrativo (secretária, digitador)	3351	2,67
Auxiliar de serviços gerais (faxineiro, auxiliar de limpeza)	3885	3,10
Contador	629	0,50
Dentista	443	0,35
Educador social	1201	0,96
Enfermeiro	998	0,80
Estagiários/Bolsistas	2060	1,64
Fisioterapeuta	227	0,18
Médico	2213	1,76
Motorista	608	0,48
Nutricionista	239	0,19
Oficineiro	815	0,65
Outros voluntários	4400	3,51
Pedagogo	660	0,53
Professor	3981	3,17
Psicólogo	2229	1,78
Redutor de danos	570	0,45
Segurança e/ou vigia	991	0,79
Técnico ou auxiliar de enfermagem	3103	2,47
Terapeuta ocupacional	575	0,46

Nas instituições governamentais, destacam-se as médias dos seguintes profissionais: 3,26 auxiliares administrativos por instituição governamental, 3,19 auxiliares de serviços gerais, 2,69 professores, 2,44 médicos, 2,22 técnicos ou auxiliares de enfermagem, 1,93 psicólogo, 1,72 estagiário ou bolsista, 1,31 segurança ou vigia, 1,15 assistente social, 1,07 voluntário e 1,05 enfermeiro.

Das médias abaixo de um, destacamos as seguintes: 0,65 pedagogo por instituição governamental, 0,60 agente de saúde, 0,60 oficinairo e 0,59 educador social.

Tabela 33: Recursos humanos das instituições governamentais

	Soma	Média
Administrador	186	0,41
Advogado	159	0,35
Agente de saúde	270	0,60
Assistente social	517	1,15
Auxiliar administrativo (secretária, digitador)	1469	3,26
Auxiliar de serviços gerais (faxineiro, auxiliar de limpeza)	1438	3,19
Contador	35	0,08
Dentista	144	0,32
Educador social	266	0,59
Enfermeiro	475	1,05
Estagiários/Bolsistas	775	1,72
Fisioterapeuta	63	0,14
Médico	1102	2,44
Motorista	198	0,44
Nutricionista	57	0,13
Oficineiro	270	0,60
Outros voluntários	482	1,07
Pedagogo	293	0,65
Professor	1213	2,69
Psicólogo	871	1,93
Redutor de danos	175	0,39
Segurança e/ou vigia	592	1,31
Técnico ou auxiliar de enfermagem	999	2,22
Terapeuta ocupacional	215	0,48

Entre as instituições não-governamentais, destacam-se as seguintes médias referentes aos recursos humanos: 4,88 voluntários por instituição não-governamental, 3,15 professores, 3,11 auxiliares de serviços gerais, 2,61 técnicos ou auxiliares de enfermagem, 2,37 auxiliares administrativos, 1,71 psicólogo, 1,64 estagiário ou bolsista, 1,4 médico e 1,2 educador social.

Das médias abaixo de um, destacamos: 0,97 administrador entre as instituições não governamentais, 0,83 assistente social, 0,68 oficineiro, 0,64 enfermeiro, 0,54 agente de saúde e 0,46 pedagogo.

Tabela 34: Recursos humanos das instituições não-governamentais

	Total	Média
Administrador	749	0,97
Advogado	529	0,68
Agente de saúde	422	0,54
Assistente social	647	0,83
Auxiliar Administrativo (Secretária, Digitador)	1841	2,37
Auxiliar de Serviços Gerais (faxineiro, auxiliar de limpeza)	2411	3,11
Contador	584	0,75
Dentista	294	0,38
Educador Social	928	1,20
Enfermeiro	497	0,64
Estagiários/Bolsistas	1276	1,64
Fisioterapeuta	164	0,21
Médico	1083	1,40
Motorista	398	0,51
Nutricionista	176	0,23
Oficineiro	528	0,68
Outros voluntários	3790	4,88
Pedagogo	355	0,46
Professor	2447	3,15
Psicólogo	1328	1,71
Redutor de danos	387	0,50
Segurança e/ou Vigia	370	0,48
Técnico ou Auxiliar de Enfermagem	2022	2,61
Terapeuta Ocupacional	352	0,45

4.3.2. Capacitação para os profissionais

Entre as 451 (100%) instituições governamentais que realizam atividades de prevenção, 360 (79,8%) informaram que prevêm capacitação para seus profissionais e 63 (14%) que não prevêm nenhum tipo de capacitação (figura 64).

	N	%
Não resposta	28	6,2
Sim	360	79,8
Não	63	14,0
Total	451	100,0

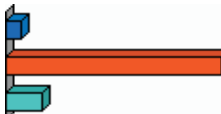


Figura 64: Previsão de realização de capacitação para os profissionais das instituições governamentais

A Figura 65 revela que, entre as 776 instituições não-governamentais que realizam atividades de prevenção, 615 (79,3%) realizam capacitação para os seus profissionais e 128 (16,5%) não realizam.

	N	%
Não resposta	33	4,3
Sim	615	79,3
Não	128	16,5
Total	776	100,0

Figura 65: Previsão de realização de capacitação para os profissionais das Instituições não-governamentais

No cruzamento entre a previsão de capacitação e a natureza da instituição, Tabela 35, observa-se que 987 (78,6%) das 1.255 instituições que realizam atividades de prevenção prevêm capacitação para os seus profissionais, destas, 360 (36,5%) são instituições governamentais e 615 (62,3%) não-governamentais.

Tabela 35: Previsão de capacitação pelas instituições em relação à natureza da instituição

	Não resposta		Governa- mental		Não- governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	15	19,7	28	36,8	33	43,4	76	100,0
Sim	12	1,2	360	36,5	615	62,3	987	100,0
Não	1	0,5	63	32,8	128	66,7	192	100,0
Total	28	2,2	451	35,9	776	61,8	1 255	100,0

4.3.3. Atividades de capacitação desenvolvidas

A Figura 66 mostra que as principais atividades realizadas pelas instituições governamentais para capacitar os seus profissionais são: palestras, conferências, seminários, simpósios, 315 (69,8%); cursos de curta duração, 261 (57,9%); leitura e discussão de texto, 228 (50,6%).

	N	%
Não resposta	79	17,5
Cursos de curta duração	261	57,9
Aulas	88	19,5
Palestras, conferências, seminários, simpósios	315	69,8
Leitura e discussão de texto	228	50,6
Exibição de materiais audiovisuais	151	33,5
Oficinas de trabalho	132	29,3
Dramatizações e psicodramas	35	7,8
Outras	60	13,3
Total	451	

Figura 66: Atividades realizadas pelas instituições governamentais para promover a capacitação dos profissionais

Observa-se a seguinte distribuição das atividades de prevenção desenvolvidas pelas instituições não-governamentais: palestras, conferências, seminários, simpósios 543 (70%), cursos de curta duração 468 (60,3%), leitura e discussão de texto 363 (46,8%).

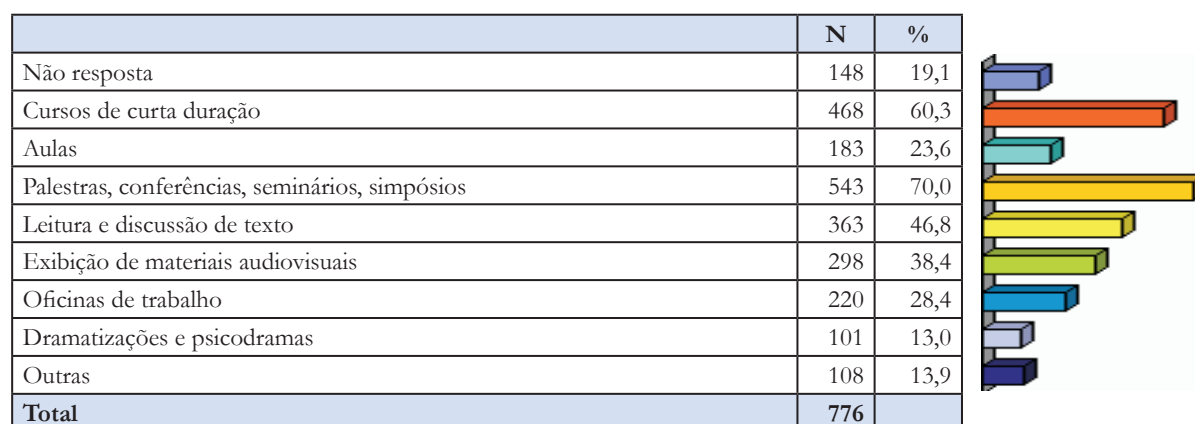


Figura 67: Atividades realizadas pelas instituições não-governamentais para promover a capacitação dos profissionais

A Tabela 36 mostra que do total das 1.255 instituições que realizam prevenção, as atividades de capacitação mais frequentemente realizadas são as palestras, seminários, conferências e simpósios com 870 respostas, das quais 36,2% (315) correspondem a instituições governamentais e 62,4% (543) a não-governamentais.

Tabela 36: Natureza da instituição em relação às atividades de capacitação

	Não resposta		Governa- mental		Não- governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	16	6,6	79	32,5	148	60,9	243	100,0
Cursos de curta duração	8	1,1	261	35,4	468	63,5	737	100,0
Aulas	4	1,5	88	32,0	183	66,5	275	100,0
Palestras, conferências, seminários, simpósios	12	1,4	315	36,2	543	62,4	870	100,0
Leitura e discussão de texto	7	1,2	228	38,1	363	60,7	598	100,0
Exibição de materiais audiovisuais	5	1,1	151	33,3	298	65,6	454	100,0
Oficinas de trabalho	2	0,6	132	37,3	220	62,1	354	100,0
Dramatizações e psicodramas	1	0,7	35	25,5	101	73,7	137	100,0
Outras	1	0,6	60	35,5	108	63,9	169	100,0
Total	56	1,5	1 349	35,2	2 432	63,4	3 837	100,0

4.3.4. Frequência de capacitação

A principal frequência de capacitação entre as instituições governamentais é a eventual, com 127 (28,2%) respostas, seguida da opção “mensalmente”, com 58 (12,9%), e “semanalmente”, com 52 (11,5%) (figura 68).

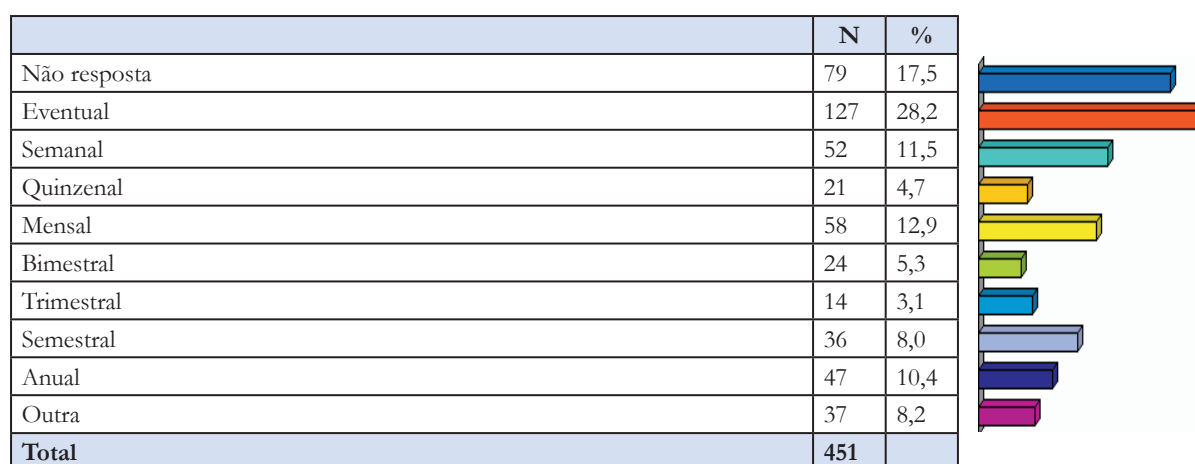


Figura 68: Frequência de realização de capacitação dos profissionais das instituições governamentais

Entre as instituições não-governamentais, verificou-se que a frequência das capacitações ocorre da seguinte forma: eventualmente, 177 (22,8%); semanalmente, 103 (13,3%); e mensalmente, 94 (12,1%) (figura 69).

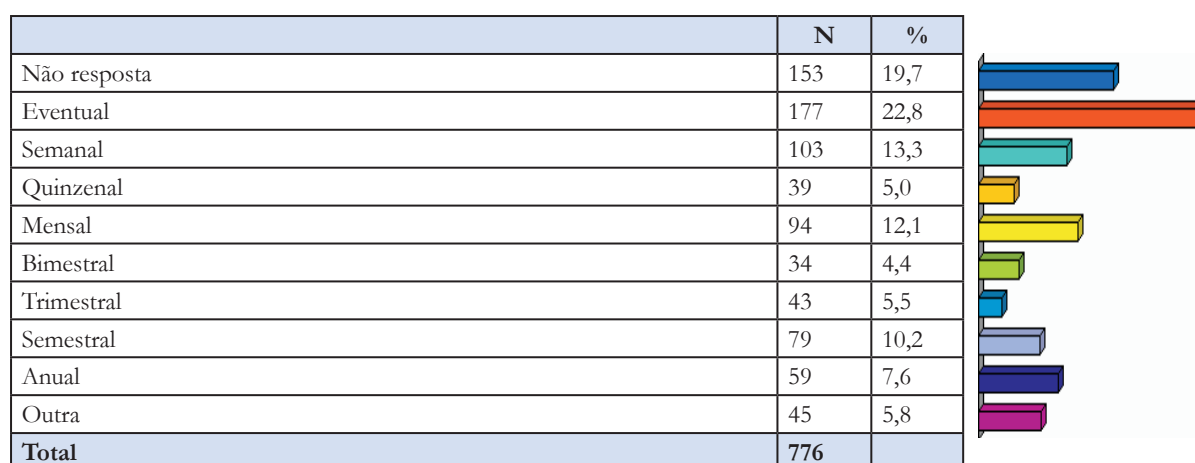


Figura 69: Frequência de realização de capacitação dos profissionais das instituições não-governamentais

Observa-se, na Tabela 37, que a frequência de capacitação anual foi citada por 106 instituições, das quais 47 (44,3%) são governamentais e 59 (55,7%) não-governamentais. Das 117 respostas referentes à capacitação semestral, 36 (44,3%) foram dadas por instituições governamentais e 79 (67,5%) por não-governamentais.

Tabela 37: Natureza da instituição em relação à frequência de capacitação

	Não resposta		Governa- mental		Não- governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	16	6,5	79	31,9	153	61,7	248	100,0
Eventual	4	1,3	127	41,2	177	57,5	308	100,0
Semanal	0	0,0	52	33,5	103	66,5	155	100,0
Quinzenal	2	3,2	21	33,9	39	62,9	62	100,0
Mensal	2	1,3	58	37,7	94	61,0	154	100,0
Bimestral	0	0,0	24	41,4	34	58,6	58	100,0
Trimestral	0	0,0	14	24,6	43	75,4	57	100,0
Semestral	2	1,7	36	30,8	79	67,5	117	100,0
Anual	0	0,0	47	44,3	59	55,7	106	100,0
Outra	2	2,4	37	44,0	45	53,6	84	100,0
Total	28	2,1	495	36,7	826	61,2	1 349	100,0

4.3.5. Previsão de capacitação externa

Entre as 451 (100%) instituições governamentais, Figura 70, 354 (78,5%) prevêem previsão de capacitação externa para os seus profissionais.

	N	%
Não resposta	71	15,7
Não, a instituição não prevê a capacitação externa	26	5,8
Sim	354	78,5
Total	451	100,0

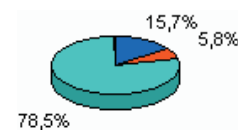


Figura 70: Previsão de capacitação externa para os profissionais das instituições governamentais

Das 776 (100%) instituições não-governamentais, Figura 71, 590 (76%) prevêem capacitação externa para os seus profissionais.

	N	%
Não resposta	127	16,4
Não, a instituição não prevê a capacitação externa	59	7,6
Sim	590	76,0
Total	776	100,0

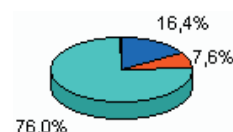


Figura 71: Previsão de capacitação externa para os profissionais das instituições não-governamentais

A Tabela 38 revela que, das 1.255 instituições que realizam atividades de prevenção, 954 (76%) prevêem capacitações externas para os seus profissionais, das quais 354 (37,1%) são instituições governamentais e 590 (61,8%) não-governamentais.

Tabela 38: Previsão de capacitação externa em relação à natureza da instituição

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	17	7,9	71	33,0	127	59,1	215	100,0
Não, a instituição não prevê a capacitação externa	1	1,2	26	30,2	59	68,6	86	100,0
Sim	10	1,0	354	37,1	590	61,8	954	100,0
Total	28	2,2	451	35,9	776	61,8	1 255	100,0

4.3.6. Tipo de capacitação externa prevista

Os tipos de capacitação indicados pelas instituições governamentais, Figura 72, que mais se destacaram foram: participação em eventos externos, 341 (75,6%), e participação em cursos de aperfeiçoamento, 241 (53,4%).

	N	%
Não resposta	92	20,4
Participação em eventos externos (palestras, simpósios, congressos)	341	75,6
Participação em cursos de extensão	177	39,2
Participação em cursos de aperfeiçoamento	241	53,4
Participação em cursos para complementar a escolaridade (ensino fundamental, médio e superior e educação de jovens e adultos)	46	10,2
Participação em cursos de pós-graduação	128	28,4
Outra	23	5,1
Total	451	

Figura 72: Tipo de capacitação oferecida pelas instituições governamentais

Como ocorreu nas instituições governamentais, os principais tipos de capacitação indicados pelas instituições não-governamentais foram: participação em eventos externos, 574 (74%), e participação em cursos de aperfeiçoamento, 426 (54,9%).

	N	%
Não resposta	176	22,7
Participação em eventos externos (palestras, simpósios, congressos)	574	74,0
Participação em cursos de extensão	256	33,0
Participação em cursos de aperfeiçoamento	426	54,9
Participação em cursos para complementar a escolaridade (ensino fundamental, médio e superior e educação de jovens e adultos)	170	21,9
Participação em cursos de pós-graduação	139	17,9
Outra	36	4,6
Total	776	

Figura 73: Tipo de capacitação oferecida pelas instituições não-governamentais

A Tabela 39 revela que, das 269 instituições que informaram participar de cursos de pós-graduação, 128 (47,6%) são governamentais e 139 (51,7%) não-governamentais. Mostra também que, das 218 instituições que informaram participar de cursos para complementar a escolaridade, 46 (21,1%) são de natureza governamental e 170 (78%) não-governamentais.

Tabela 39: Natureza da instituição em relação ao tipo de capacitação externa

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	17	6,0	92	32,3	176	61,8	285	100,0
Participação em eventos externos (palestras, simpósios, congressos)	11	1,2	341	36,8	574	62,0	926	100,0
Participação em cursos de extensão	5	1,1	177	40,4	256	58,4	438	100,0
Participação em cursos de aperfeiçoamento	9	1,3	241	35,7	426	63,0	676	100,0
Participação em cursos para complementar a escolaridade (ensino fundamental, médio e superior e educação de jovens e adultos)	2	0,9	46	21,1	170	78,0	218	100,0
Participação em cursos de pós-graduação	2	0,7	128	47,6	139	51,7	269	100,0
Outra	0	0,0	23	39,0	36	61,0	59	100,0
Total	46	1,6	1 048	36,5	1 777	61,9	2 871	100,0

4.3.7. Participação em eventos científicos e de mobilização social

Entre as instituições governamentais, nota-se que 336 (74,5%) participam de eventos científicos ou de mobilização social com a finalidade de apresentar/divulgar os trabalhos que desenvolvem e manter intercâmbio com outras instituições e/ou profissionais (figura 74).

	N	%
Não resposta	22	4,9
Não	93	20,6
Sim	336	74,5
Total	451	100,0

Figura 74: Participação das instituições governamentais em eventos científicos ou de mobilização social

A Figura 75 mostra que 557 (71,8%) instituições não-governamentais participam de eventos científicos ou de mobilização social com a finalidade de apresentar/divulgar os trabalhos que desenvolvem e manter intercâmbio com outras instituições e/ou profissionais.

	N	%
Não resposta	27	3,5
Não	192	24,7
Sim	557	71,8
Total	776	100,0

Figura 75: Participação das instituições não-governamentais em eventos científicos ou de mobilização social

No cruzamento de dados entre a natureza da instituição e a participação de eventos de divulgação, observa-se que, das 288 instituições que revelaram não participar desses eventos, 93 (32,3%) são governamentais e 192 (66,7%) não-governamentais.

Tabela 40: Participação em eventos científicos e de mobilização social de acordo com a natureza da instituição

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	15	23,4	22	34,4	27	42,2	64	100,0
Não	3	1,0	93	32,3	192	66,7	288	100,0
Sim	10	1,1	336	37,2	557	61,7	903	100,0
Total	28	2,2	451	35,9	776	61,8	1 255	100,0

5. Conclusão

- Do total de 1642 questionários respondidos, 1255 dirigentes informaram realizar atividades de prevenção. Das 1255 instituições que realizam atividades de prevenção do uso indevido de álcool e outras drogas, 451 instituições são governamentais e 776 não-governamentais e 28 instituições não declararam a sua natureza.
- Embora as instituições tenham informado trabalhar, de forma equilibrada, com prevenção universal, seletiva e indicada, a opção mais citada foi a universal, realizada por 834 instituições. Desse total, 34,9% são realizadas por instituições governamentais e 63,3% por não-governamentais.
- O modelo de prevenção mais utilizado foi o de educação afetiva com 32,8% de respostas dadas por instituições governamentais e 65,6% por não-governamentais. Outros modelos utilizados pelas instituições governamentais foram: educação para conhecimento científico e educação para saúde. As instituições não-governamentais utilizam também os modelos de treinamento de habilidades e treinamento para resistir.
- As principais fontes consultadas pelas instituições de prevenção são publicações científicas dos últimos três anos sobre o tema álcool e outras drogas. Em segundo lugar nas instituições governamentais, os dirigentes informaram consultar dados de fontes oficiais dos governos federal, estaduais e municipais. E os dirigentes das instituições não-governamentais informaram consultar estudos e pesquisas com dados estatísticos sobre o tema álcool e outras drogas.
- A atividade mais realizada na área de prevenção é a palestra sobre drogas, com 34,6% de respostas dadas por instituições governamentais e 63,3% por não-governamentais. As instituições governamentais também realizam distribuição de material educativo e articulação com escolas e outras instituições de ensino. As não-governamentais também informaram realizar apresentação de relatos pessoais e dinâmicas de grupo.
- 56,3% das instituições que realizam atividades de prevenção informaram realizar formação de multiplicadores. As instituições governamentais informaram realizar tal formação junto a educadores e representantes de atividades governamentais. Já as instituições não-governamentais informaram que o público-alvo da formação de multiplicadores é constituído por pais e ex-usuários de drogas.

- O principal público-alvo das atividades de prevenção informado pelas 1255 instituições foi “comunidade em geral”, sendo que 33,4% das respostas foram dadas por dirigentes de instituições governamentais e 64,3% de não-governamentais. Entre as instituições governamentais sobressaíram também como público-alvo das atividades de prevenção alunos de ensino fundamental e médio e profissionais de saúde. E entre as não-governamentais os alunos de ensino fundamental e médio e pais e/ou responsáveis de alunos.
- Dentre as 280 instituições que atendem somente o público masculino, 95,7% (268) são de instituições não-governamentais. Das 27 instituições que informaram atender ao público feminino 96,3% (26) são instituições não-governamentais. Observa-se que há uma tendência das instituições governamentais a atender ambos os sexos e os serviços específicos para o público feminino são oferecidos, em sua maioria, pelas instituições não-governamentais.
- Das 407 respostas referentes ao atendimento de crianças até 11 anos de idade, 46,7% (190) foram dadas por instituições governamentais e 51,8% (211) por não-governamentais. Com referência ao atendimento feito aos adolescentes de 12 a 17 anos, das 874 respostas, 38,1% (333) foram feitas pelas instituições governamentais e 60,6% (530) pelas não-governamentais. Das 1.090 instituições que informaram atender adultos jovens com 18 a 24 anos, 34,8% (371) são governamentais e 64,4% (702) não-governamentais. O atendimento a idosos é realizado por 669 instituições, das quais 43,2% (289) são governamentais e 55,9% (374) não-governamentais.

**TRATAMENTO, RECUPERAÇÃO E
REINserÇÃO SOCIAL**

Sumário

1. Introdução	85
2. Distribuição das variáveis quantitativas do Eixo Tratamento, Recuperação e Reinserção Social.....	86
2.1. Tipos de Atividades desenvolvidas pelas instituições de tratamento	86
2.2. Natureza das instituições.....	86
2.3. Tipos de tratamento oferecidos.....	87
2.4. Participação da família no tratamento	87
2.5. Permissão para visitas	87
2.6. Permissão para o início das visitas	88
2.7. Tipos de problemas atendidos pelas instituições.....	88
2.8. Requisitos para admissão ao tratamento	89
2.9. Abordagens terapêuticas adotadas	89
2.10. Atividades complementares desenvolvidas.....	90
2.11. Encaminhamentos visando à reinserção social.....	90
2.12. Atendimentos a pacientes portadores de necessidades especiais e/ou outros transtornos específicos	91
3.	Análise descritiva das
Usuários Dependentes de Álcool e outras Drogas de acordo com a natureza da instituição.	91
3.1. Tipos de atividades realizadas	91
3.2. Tipos de instituição de tratamento de acordo com a natureza da instituição	92
3.3. Tipos de tratamento oferecidos.....	93
3.4. Participação da família no tratamento	95
3.5. Frequência de visitas da família	96
3.6. Permissão para início das visitas.....	97
3.7. Motivos para a busca de tratamento	98
3.8. Requisitos para atendimento.....	100
3.9. Abordagens terapêuticas.....	101
3.10. Tratamentos complementares oferecidos.....	103
3.11. Encaminhamentos para reinserção social.....	105
3.12. Atendimento a situações específicas.....	105
4. Informações institucionais	107
4.1. Características da instituição	107
4.1.1. Tempo de funcionamento.....	107
4.1.2. Abrangência territorial da instituição	108
4.1.3. Localização da instituição de tratamento.....	109
4.1.4. Sexo da população atendida.....	110
4.1.5. Faixa etária da população atendida	111
4.1.6. Média mensal de atendimentos	112
4.1.7. Acesso à população atendida.....	114

4.1.8. Procedência dos encaminhamentos.....	115
4.1.9. Articulação das instituições de tratamento com outros setores.....	116
4.1.10. Existência do Conselho Municipal Antidrogas/ Entorpecentes na percepção do dirigente das instituições	119
4.1.11. Registro da instituição junto ao Conselho Municipal Antidrogas/ Entorpecentes	120
4.1.12. Registro da instituição junto ao Conselho Estadual Antidrogas/ Entorpecentes	121
4.1.13. Recursos materiais de acordo com a natureza da instituição.....	122
4.1.14. Fontes de recursos financeiros das instituições de tratamento	125
4.2. Características do dirigente de	127
4.2.1. Idade	127
4.2.2. Sexo.....	128
4.2.3. Escolaridade	129
4.2.4. Remuneração	130
4.2.5. Atividade remunerada fora da instituição	131
4.2.6. Total de horas semanais dedicadas à instituição	132
4.2.7. Motivação para trabalhar com a temática de álcool e outras drogas.....	133
4.2.8. Participação em conselhos	134
4.3. Características da equipe profissional.....	136
4.3.1. Quantidade dos profissionais que trabalham nas instituições de tratamento e sua formação	136
4.3.2. Atividades de capacitação desenvolvidas nas instituições de tratamento	140
4.3.3. Frequência da capacitação nas instituições de tratamento	141
4.3.4. Previsão da capacitação externa nas instituições de tratamento	143
4.3.5. Tipo de capacitação externa prevista pelas instituições de tratamento	144
4.3.6. Participação em eventos científicos e de mobilização social	145
5. Conclusão.....	146

1. Introdução

A Política Nacional sobre Drogas apresenta no capítulo sobre Tratamento, Recuperação e Reinserção Social algumas diretrizes, como a que se segue:

“Promover e garantir a articulação e integração em rede nacional das intervenções para tratamento, recuperação, redução de danos, reinserção social e ocupacional (Unidade Básica de Saúde, ambulatórios, Centro de Atenção Psicossocial, Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas, comunidades terapêuticas, grupos de auto-ajuda e ajuda mútua, hospitais gerais e psiquiátricos, hospital-dia, serviços de emergências, corpo de bombeiros, clínicas especializadas, casas de apoio e convivência e moradias assistidas) com o Sistema Único de Saúde e Sistema Único de Assistência Social para o usuário e seus familiares, por meio de distribuição descentralizada e fiscalizada de recursos técnicos e financeiros.”

O item acima descrito evidencia a magnitude e a complexidade da atuação nas áreas de tratamento, recuperação e reinserção social. Nesse sentido, Estado e sociedade vêm buscando o aprimoramento da legislação, das políticas públicas e dos serviços.

No âmbito da Constituição Federal e do SUS, é garantido aos usuários de serviços de saúde mental – e, conseqüentemente, aos que sofrem por causa de transtornos decorrentes do consumo de álcool e outras drogas – a universalidade e totalidade de acesso e direito à assistência. Preconiza-se também a descentralização do modelo de atendimento, a exemplo de outras políticas, em consonância com a Constituição Federal e as diretrizes do SUS, quando se determina a estruturação de serviços mais próximos do convívio social de seus usuários, configurando redes assistenciais mais atentas às desigualdades existentes, ajustando de forma equânime e democrática as ações às necessidades da população.

No âmbito do projeto “mapeamento das instituições governamentais e não-governamentais de atenção às questões relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas” no Brasil, foram identificadas e pesquisadas as instituições de tratamento, recuperação e reinserção social de atenção aos usuários e dependentes de álcool e outras drogas a seguir listadas: hospitais gerais, hospitais psiquiátricos, hospitais-dia, Centros de Atenção Psicossocial de Álcool e Drogas (CAPSad), clínicas particulares, comunidades terapêuticas, residências terapêuticas, grupos de auto ajuda, entre outras. Identificar essas instituições e disponibilizar as informações à população constitui-se numa ação primordial.

2. Distribuição das variáveis quantitativas do Eixo Tratamento, Recuperação e Reinserção Social

2.1. Tipos de atividades desenvolvidas pelas instituições de tratamento

Dos 1.642 questionários validados, 1.256 se referem às atividades ligadas ao tratamento, recuperação e reinserção social, englobando as instituições governamentais e não-governamentais de atenção às questões relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas. Entre as 1.256 instituições que fazem tratamento, muitas delas executam concomitantemente atividades de prevenção, 909 (72,4%); redução de danos sociais e à saúde 490 (39%); e ensino e pesquisa, 47 (3,7%), como pode ser observado na Figura 76.

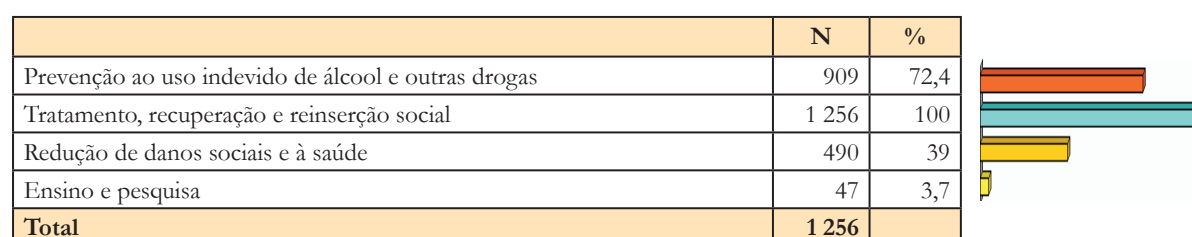


Figura 76: Atividades realizadas pelas instituições de tratamento

2.2. Natureza das instituições

A Figura 77 mostra que a maioria das instituições de tratamento brasileiras é definida por seus dirigentes como comunidades terapêuticas. Das 1.256 instituições de tratamento, 483, ou 38,5% da amostra, classificam-se nessa categoria. Em seguida, aparecem os Centros de Atenção Psicossocial de Álcool e Drogas (CAPSad), com 153 (12,2%); e os grupos de auto-ajuda, com 124 (9,9%).

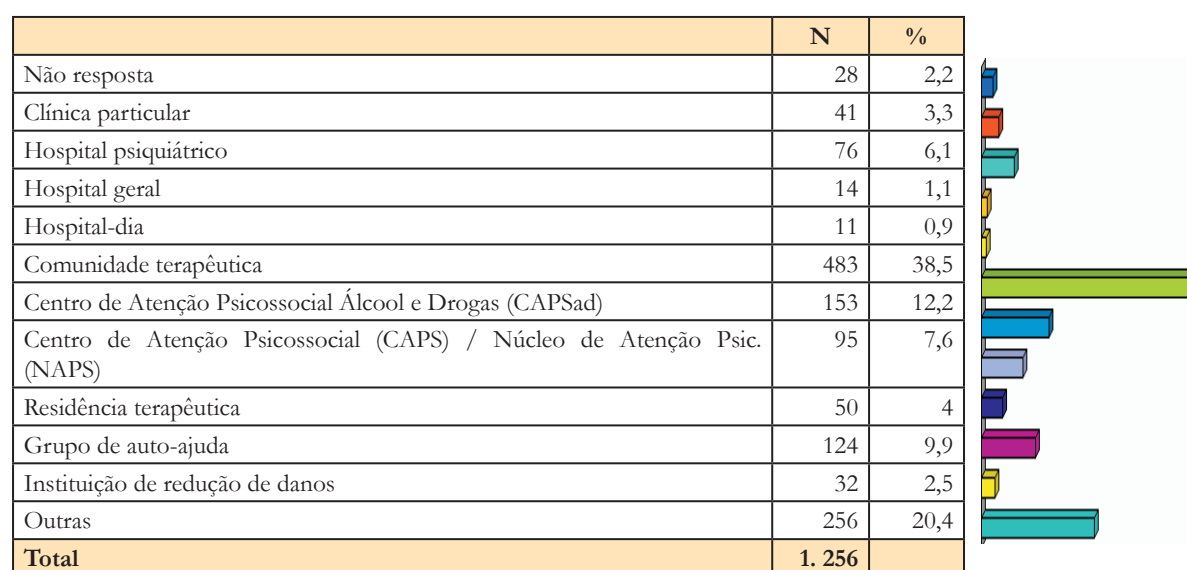


Figura 77: Classificação das instituições que realizam tratamento

2.3. Tipos de tratamento oferecidos

A Figura 78 mostra o tipo de tratamento oferecido pelas instituições. As modalidades mais frequentemente citadas são psicoterapias individuais, 787 (62,7%); de grupo, 758 (60,4%); e familiar, 613 (48,8%).

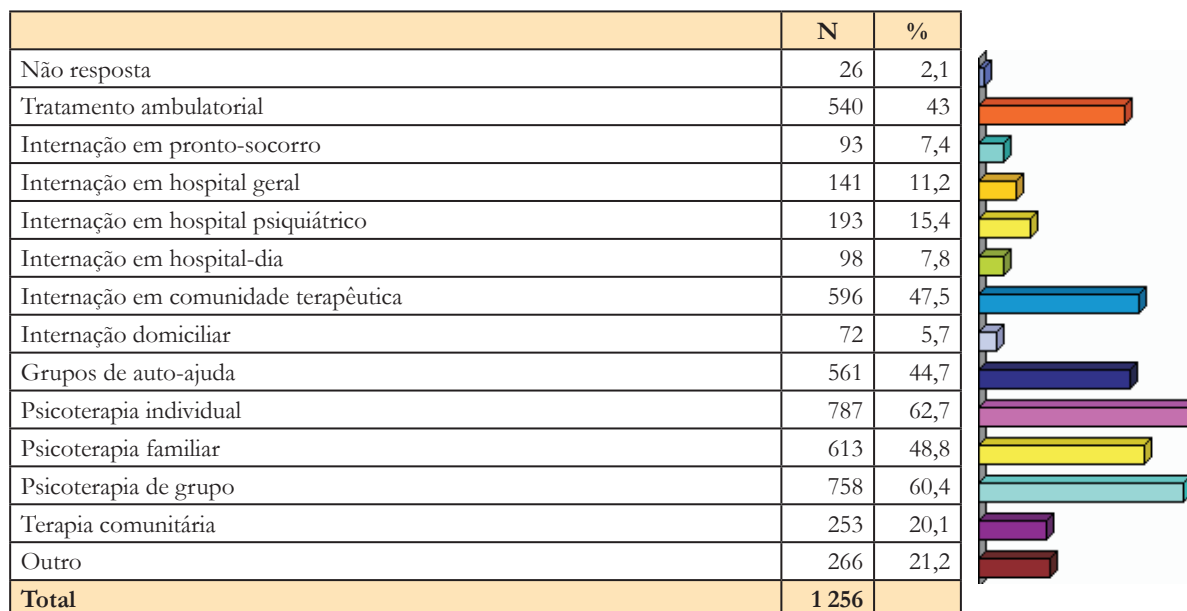


Figura 78: Tipos de tratamento oferecidos

2.4. Participação da família no tratamento

Na Tabela 41 observa-se que, do total de 1.256 instituições, 1.157 instituições prevêem a participação da família no tratamento, ou seja, 92,1% das instituições. Isso expressa a importância dada pelas instituições ao papel da família no tratamento dos usuários/dependentes.

Tabela 41: Participação da família no tratamento

	N	%
Não resposta	47	3,7
Sim	1 157	92,1
Não	52	4,1
Total	1 256	100

2.5. Permissão para visitas

Pode ser observado na Figura 79 que a visita familiar com frequência de uma vez ao mês foi a mais citada pelos dirigentes, 298 (23,7%); seguida de visitas diárias, 266 (21,2%); semanais, 231 (18,4%); quinzenais, 132 (10,5%); e eventuais, 61 (4,9%). Apenas 11 (0,9%) dos dirigentes afirmaram que na instituição não são permitidas visitas de famílias aos internos.

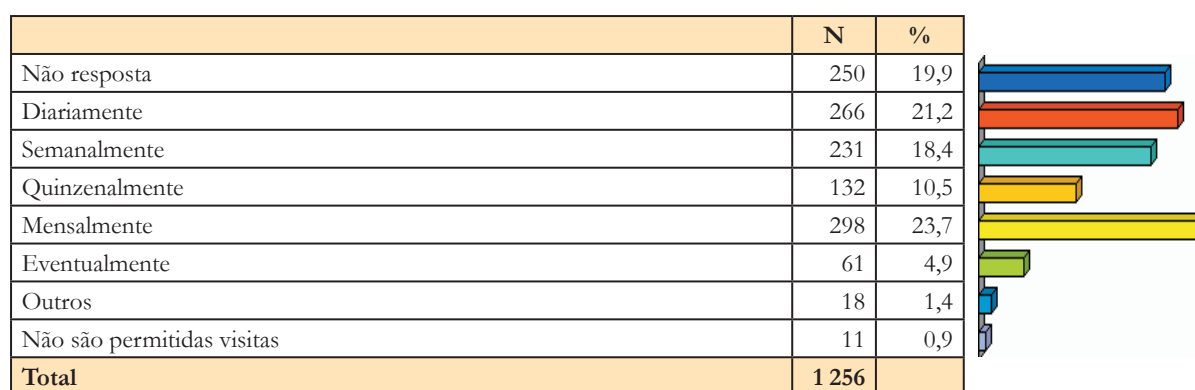


Figura 79: Permissão para visitas

2.6. Permissão para o início das visitas

Conforme apresentado na Figura 80, em relação à permissão para início das visitas aos usuários/dependentes internados, 302 (24%) dirigentes afirmam que as visitas são permitidas a partir do 30.º dia de internação, seguidos de 261 (20,8%) que marcaram a alternativa desde o início da internação. Em menor proporção, aparecem as instituições com permissão a partir do 15.º dia de internação, 128 (10,2%); do 7.º dia, 69 (5,5%); do 90º dia 24 (1,9%); e do 60.º dia, 15 (1,2%).

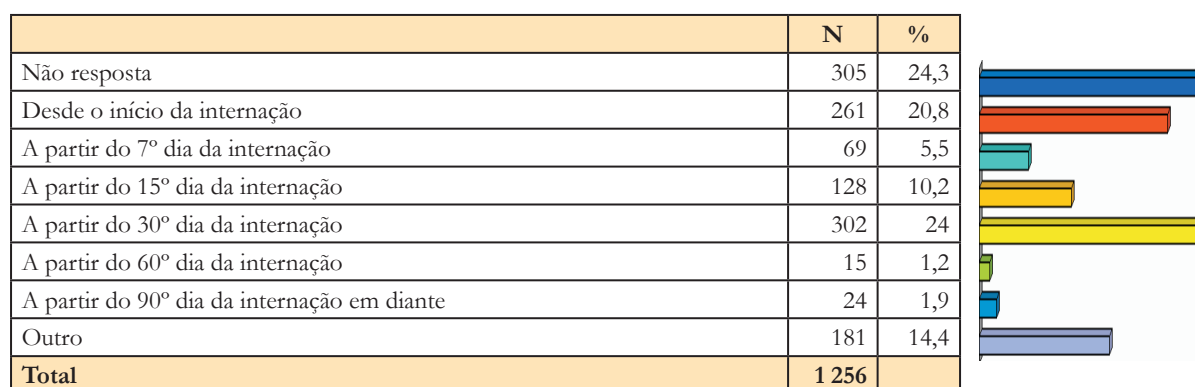


Figura 80: Permissão para início das visitas nas instituições de tratamento

2.7. Tipos de problemas atendidos pelas instituições

Em relação ao tipo de problema atendido pela instituição, verifica-se, na Figura 81, uma maior frequência de atendimentos relacionados com transtornos causados pelo uso/abuso/dependência de álcool, 1.119 (89,1%); e transtornos causados pelo uso/abuso/dependência de outras drogas, 1.084 (86,3%).

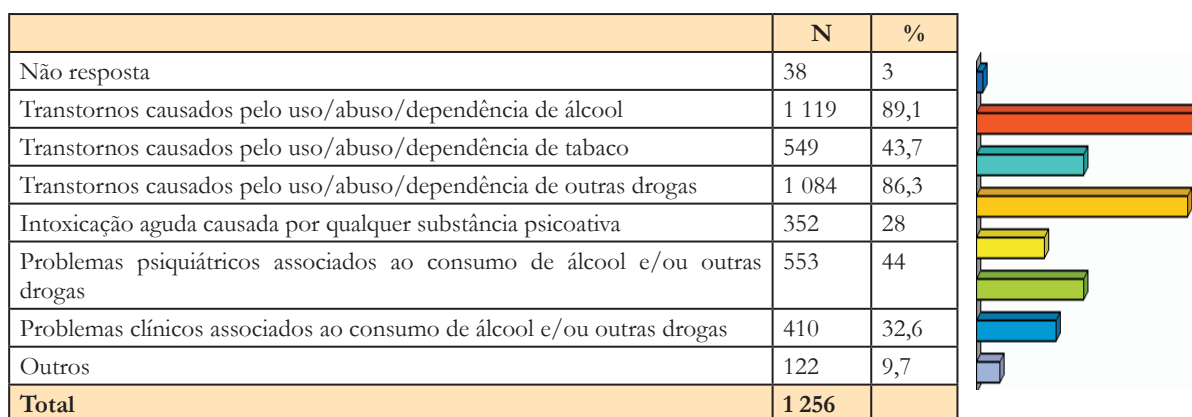


Figura 81: Tipo de problema atendido

2.8. Requisitos para admissão ao tratamento

A Figura 82 se refere aos requisitos exigidos para admissão do paciente nas instituições de tratamento. A alternativa mais citada é a concordância do paciente, 1.024 (81,5%); seguida do compromisso da família no acompanhamento do tratamento 798 (63,5%); encaminhamento formal de profissionais de outras instituições 697 (55,5%); indicação médica formal 596 (47,5%) e autorização judicial, 508 (40,4%). A opção “Não há requisitos” obteve 115 (9,2%) respostas.

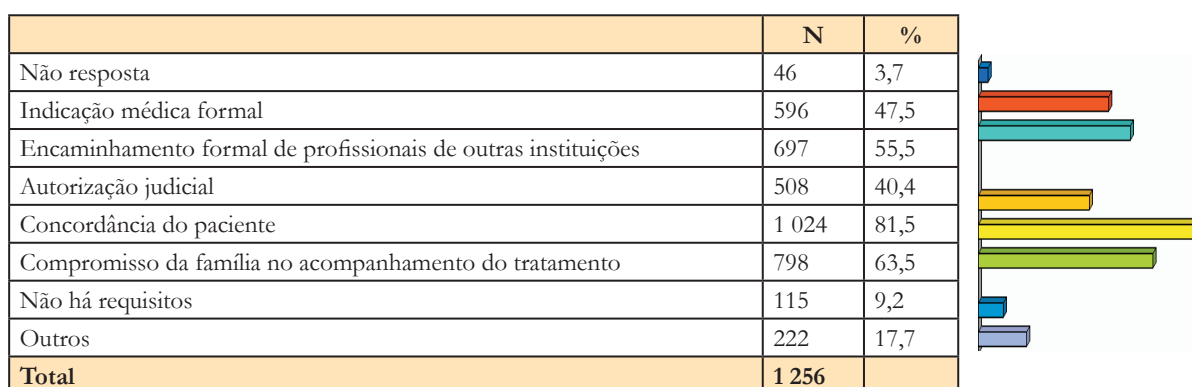


Figura 82: Requisitos para admissão nas instituições de tratamento

2.9. Abordagens terapêuticas adotadas

Na Figura 83, pode-se observar que as abordagens terapêuticas mais utilizadas para o tratamento do usuário foram: psicoterapia em grupo, 939 (74,8%); e psicoterapia individual 928 (73,9%).

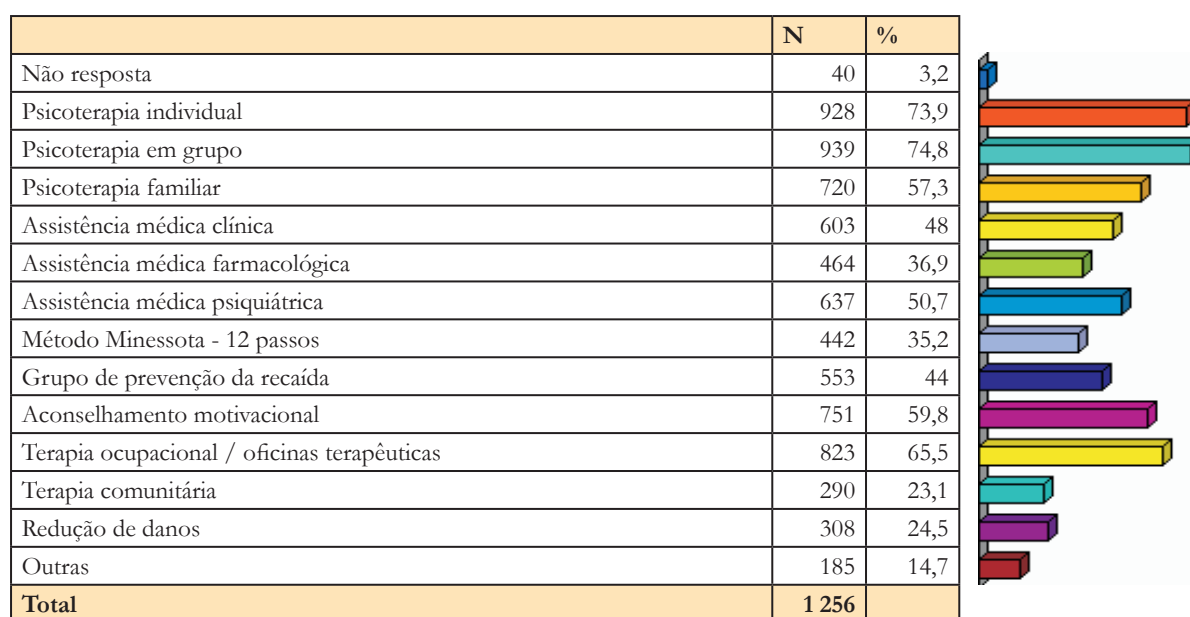


Figura 83: Abordagens terapêuticas utilizadas pelas instituições de tratamento

2.10. Atividades complementares desenvolvidas

A Figura 84 apresenta as atividades complementares de tratamento realizadas pelas instituições. Observa-se com maior frequência: acompanhamento familiar, 964 (76,8%); e realização de atividades físicas, esportivas, de lazer e culturais, 754 (60%).

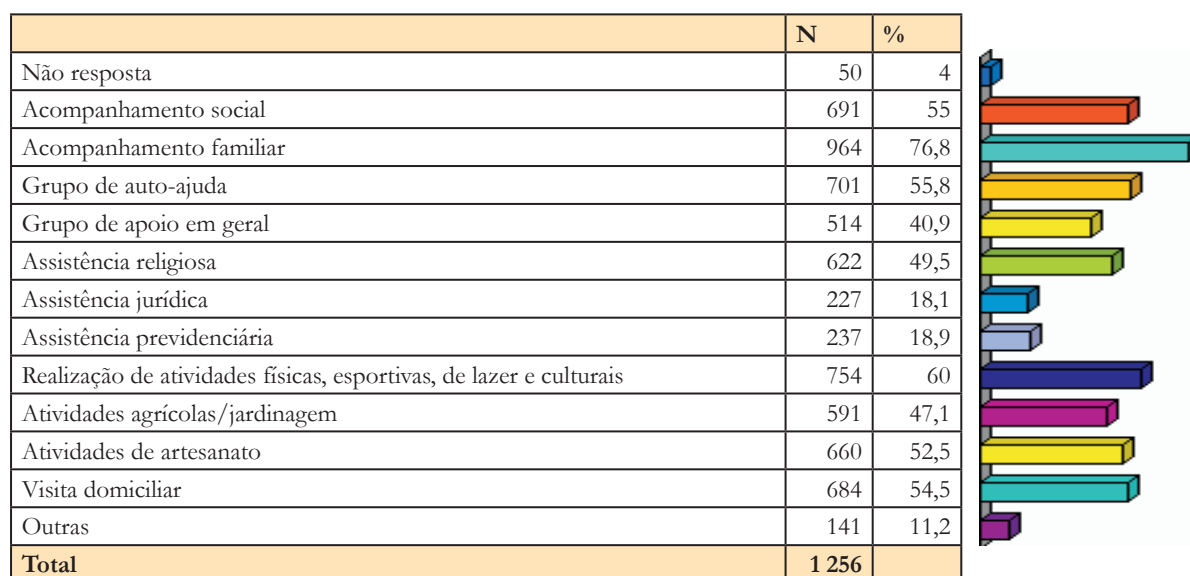


Figura 84: Atividades complementares realizadas pelas instituições de tratamento

2.11. Encaminhamentos visando a reinserção social

Como mostra a Figura 85, 763 (60,7%) instituições realizam encaminhamentos visando a reinserção social dos pacientes.

	N	%
Não resposta	122	9,7
Sim	763	60,7
Não	371	29,5
Total	1 256	100

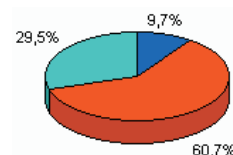


Figura 85: Encaminhamentos visando a reinserção social

Os encaminhamentos visando a reinserção social mais citados pelos dirigentes foram: grupos de auto-ajuda e apoio, como Alcoólicos Anônimos, Narcóticos Anônimos, Amor Exigente e Pastoral da Sobriedade; indicação para o trabalho, reinserção no mercado de trabalho e encaminhamento para agências de emprego e atendimento ao trabalhador; prefeituras municipais e secretarias municipais de saúde, assistência social, educação e trabalho; CAPS, NAPS e CAPSad; cursos e oficinas profissionalizantes; grupos religiosos e igrejas; escolas; Senac, Senai, Sesi, Sesc e ambulatórios diversos; unidades básicas de saúde, postos de saúde, centros de saúde e Programa Saúde da Família (PSF); casas de recuperação ou reintegração; assistência social e previdenciária; grupo de familiares e acompanhamento familiar; retorno à família, reinserção familiar; conselhos como Conselho Tutelar, Conselho de Assistência Social e Conselho Municipal Antidrogas/ Conselho Municipal de Entorpecentes; centros comunitários e de convivência; atividades de recreação, de lazer, esportivas e culturais; programa de geração de emprego e renda; e serviços para providenciar documentação.

2.12. Atendimentos a pacientes portadores de necessidades especiais e/ou outros transtornos específicos

Em relação ao atendimento de casos que demandam atenção específica, conforme Figura 86, a maioria das instituições atende pacientes portadores de HIV/AIDS, 728 (58%). Já os pacientes com comprometimento psiquiátrico são atendidos por 637 (50,7%) instituições.

	N	%
Não resposta	85	6,8
Pacientes com comprometimento clínico	605	48,2
Pacientes com comprometimento psiquiátrico	637	50,7
Pacientes portadores de HIV/AIDS	728	58
Pacientes portadores de doenças sexualmente transmissíveis e/ou hepatite	579	46,1
Pacientes com deficiência física, auditiva, visual e/ou múltiplas	559	44,5
Outras	143	11,4
Não são atendidos pacientes em situações específicas	174	13,9
Total	1 256	



Figura 86: Situações específicas atendidas nas instituições de tratamento

3. Análise descritiva das variáveis quantitativas do Eixo Tratamento, Recuperação e Reinserção social de acordo com a natureza da instituição

3.1 Tipos de atividades realizadas

A Tabela 42 mostra a distribuição das instituições de tratamento de acordo com sua natureza, governamental e não-governamental. Percebe-se que, das 1.256 instituições participantes

da pesquisa que realizam atividades de tratamento, 389 (31%) são governamentais e 850 (67,7%) não-governamentais.

A mesma figura apresenta as porcentagens das instituições que realizam tratamento e que também desenvolvem outras atividades como prevenção, redução de danos e ensino e pesquisa.

Tabela 42: Atividades realizadas quanto à natureza da instituição

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas	11	1,2	287	31,6	611	67,2	909	100
Tratamento, recuperação e reinserção social	17	1,4	389	31,0	850	67,7	1 256	100
Redução de danos sociais e à saúde	7	1,4	221	45,1	262	53,5	490	100
Ensino e pesquisa	0	0	28	59,6	19	40,4	47	100
Total	35	1,3	925	34,2	1 742	64,5	2 702	100

3.2 Tipos de instituição de tratamento de acordo com a natureza da instituição

A Figura 87 relaciona os tipos de instituição de acordo com sua natureza governamental. Observa-se que as atividades de tratamento estão concentradas nos CAPSad, 131 (33,7%). Logo em seguida, aparecem os CAPS (não incluindo álcool e drogas) e os NAPS, totalizando 91 (23,4%).

Observa-se que os recursos governamentais da rede de atenção à população com problemas decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas que visam dar suporte aos CAPSad, como os Hospitais Gerais, 8 (2,1%); Hospitais-dia, 4 (1,0%); e Residências Terapêuticas, 2 (0,5%); ainda se encontram bastante incipientes, somando, aproximadamente, 3,5%.

	N	%
Não resposta	12	3,1
Clínica particular	1	0,3
Hospital psiquiátrico	10	2,6
Hospital geral	8	2,1
Hospital-dia	4	1
Comunidade terapêutica	9	2,3
Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad)	131	33,7
Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) / Núcleo de Atenção Psicossocial (NAPS)	91	23,4
Residência terapêutica	2	0,5
Grupo de auto-ajuda	12	3,1
Instituição de redução de danos	10	2,6
Outra	124	31,9
Total	389	

Figura 87: Classificação das instituições governamentais que realizam tratamento

De acordo com a Figura 88, nas instituições não-governamentais, destacam-se as comunidades terapêuticas, com 469 (55,2%) respostas, seguido dos grupos de auto-ajuda, com 110 (12,9%).

	N	%
Não resposta	15	1,8
Clínica particular	39	4,6
Hospital psiquiátrico	64	7,5
Hospital geral	6	0,7
Hospital-dia	7	0,8
Comunidade terapêutica	469	55,2
Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad)	20	2,4
Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) / Núcleo de Atenção Psic.(NAPS)	4	0,5
Residência terapêutica	48	5,6
Grupo de auto-ajuda	110	12,9
Instituição de redução de danos	22	2,6
Outra	127	14,9
Total	850	

Figura 88: Classificação das instituições não-governamentais que realizam tratamento

Ao se analisar o cruzamento da classificação da instituição com a sua natureza governamental e não-governamental, conforme apresentado na Tabela 43, percebe-se que das 76 instituições de tratamento que se classificam como hospitais psiquiátricos, 10 (13,2%) são governamentais e 64 (84,2%) são não-governamentais.

Tabela 43: Classificação das instituições que realizam tratamento quanto à natureza

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	1	3,6	12	42,9	15	53,6	28	100
Clínica particular	1	2,4	1	2,4	39	95,1	41	100
Hospital psiquiátrico	2	2,6	10	13,2	64	84,2	76	100
Hospital geral	0	0	8	57,1	6	42,9	14	100
Hospital-dia	0	0	4	36,4	7	63,6	11	100
Comunidade terapêutica	5	1	9	1,9	469	97,1	483	100
Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas-CAPS-ad	2	1,3	131	85,6	20	13,1	153	100
Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) / Núcleo de Atenção Psicossocial (NAPS)	0	0	91	95,8	4	4,2	95	100
Residência terapêutica	0	0	2	4	48	96	50	100
Grupo de auto-ajuda	2	1,6	12	9,7	110	88,7	124	100
Instituição de redução de danos	0	0	10	31,3	22	68,8	32	100
Outra	5	2	124	48,4	127	49,6	256	100
Total	18	1,3	414	30,4	931	68,3	1 363	100

3.3. Tipos de tratamento oferecidos

Na Figura 89, é possível observar os tipos de tratamento mais oferecidos aos dependentes de álcool e outras drogas nas instituições de natureza governamental. As maiores porcentagens foram para os tratamentos nas modalidades de psicoterapia individual 296 (76,1%); tratamento ambulatorial, 289 (74,3%); psicoterapia de grupo, 280 (72%); e psicoterapia familiar, 231 (59,4%).

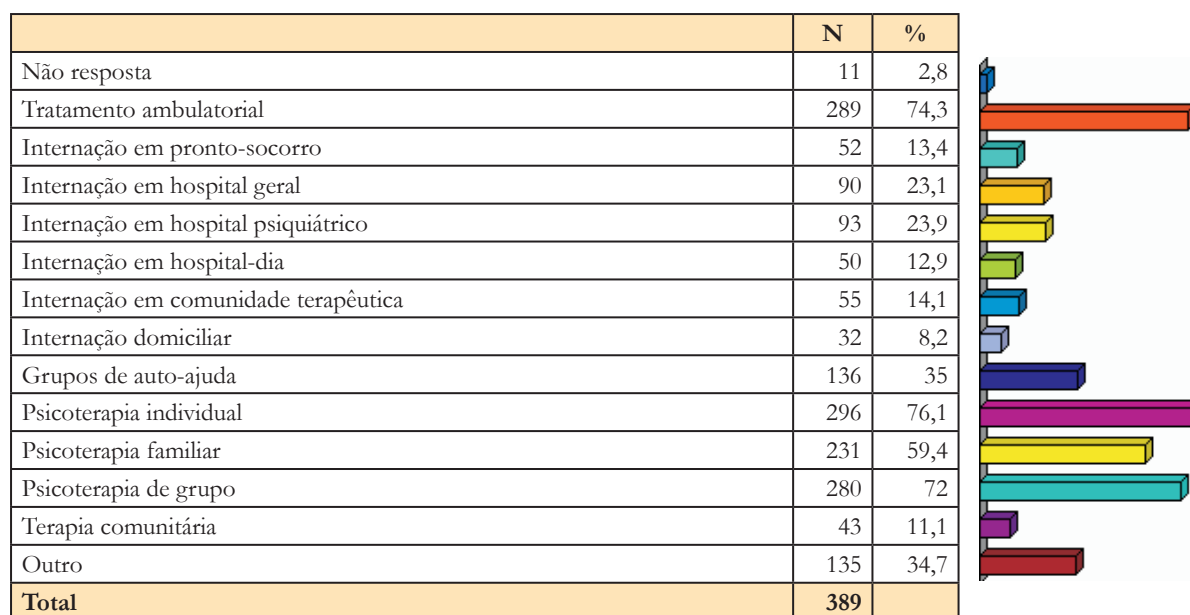


Figura 89: Tipos de tratamento oferecidos pelas instituições governamentais de tratamento

De acordo com a Figura 90, nas instituições não-governamentais os tipos de tratamento mais oferecidos foram: internação em comunidade terapêutica, 535 (62,9%); psicoterapia individual, 483 (56,8%); psicoterapia de grupo, 470 (55,3%); grupos de auto-ajuda, 417 (49,1%); e psicoterapia familiar, 375 (44,1%).

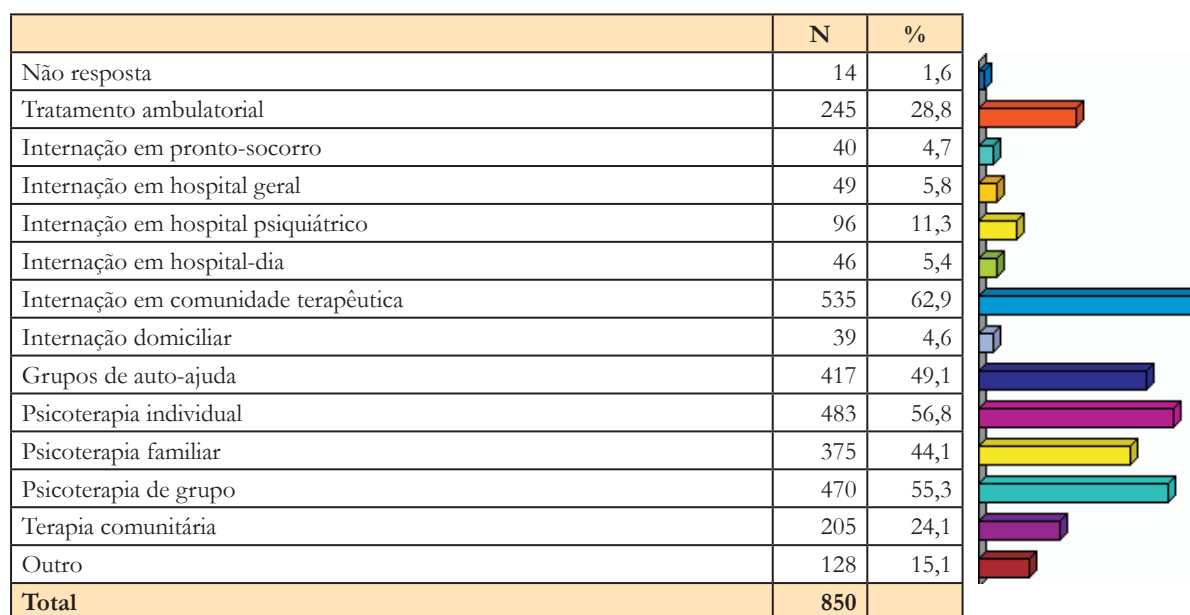


Figura 90: Tipos de tratamento oferecidos pelas instituições não-governamentais de tratamento

Na Tabela 44, ao se analisar o cruzamento do tipo de tratamento oferecido com a natureza da instituição de tratamento, destaca-se entre as instituições governamentais a internação em Hospital Geral, pois das 141 instituições que realizam esse tipo de tratamento, 90 (63,8%) são governamentais e apenas 49 (34,8%) não-governamentais. Outro tipo de tratamento que está

ganhando espaço é a terapia comunitária. Das 253 instituições que oferecem essa modalidade de tratamento, 43 (17%) são instituições governamentais e 205 (81,0%) não-governamentais.

Tabela 44: Tipos de tratamentos oferecidos de acordo com a natureza da instituição

	Não resposta		Governa- mental		Não- governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	1	3,8	11	42,3	14	53,8	26	100
Tratamento ambulatorial	6	1,1	289	53,5	245	45,4	540	100
Internação em pronto-socorro	1	1,1	52	55,9	40	43	93	100
Internação em hospital geral	2	1,4	90	63,8	49	34,8	141	100
Internação em hospital psiquiátrico	4	2,1	93	48,2	96	49,7	193	100
Internação em hospital-dia	2	2	50	51	46	46,9	98	100
Internação em comunidade terapêutica	6	1	55	9,2	535	89,8	596	100
Internação domiciliar	1	1,4	32	44,4	39	54,2	72	100
Grupos de auto-ajuda	8	1,4	136	24,2	417	74,3	561	100
Psicoterapia individual	8	1	296	37,6	483	61,4	787	100
Psicoterapia familiar	7	1,1	231	37,7	375	61,2	613	100
Psicoterapia de grupo	8	1,1	280	36,9	470	62	758	100
Terapia comunitária	5	2	43	17	205	81	253	100
Outro	3	1,1	135	50,8	128	48,1	266	100
Total	62	1,2	1 793	35,9	3 142	62,9	4 997	100

3.4. Participação da família no tratamento

A Figura 91 mostra a participação da família no tratamento do dependente de álcool e outras drogas em instituições governamentais. Considerando o total de instituições governamentais, a participação da família é prevista em 343 (88,2%) e somente em 22 (5,7%) não há previsão dessa participação.

	N	%
Não resposta	24	6,2
Sim	343	88,2
Não	22	5,7
Total	389	100




Figura 91: Participação da família no tratamento em instituições governamentais

Nas instituições não-governamentais, conforme a Figura 92, também se nota uma maior quantidade de instituições que prevêem a participação da família, 798 (93,9%), enquanto apenas 30 (3,5%) instituições que realizam tratamento não prevêem essa participação.

	N	%
Não resposta	22	2,6
Sim	798	93,9
Não	30	3,5
Total	850	100




Figura 92: Participação da família no tratamento a usuários em instituições não-governamentais

A Tabela 45 analisa a distribuição das respostas referentes à participação da família no tratamento de acordo com a natureza da instituição. Das 1.157 instituições de tratamento que prevêem essa participação, 343 (29,6%) são governamentais e 798 (69,0%) não-governamentais.

Tabela 45: Participação da família no tratamento de acordo com a natureza da instituição

	Não resposta		Governa- mental		Não- governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	1	2,1	24	51,1	22	46,8	47	100
Sim	16	1,4	343	29,6	798	69,0	1 157	100
Não	0	0,0	22	42,3	30	57,7	52	100
Total	17	1,4	389	31,0	850	67,7	1 256	100

3.5. Frequência de visitas da família

A Figura 93 revela que a maioria das instituições governamentais permite visitas diárias aos pacientes internados, totalizando 154 (39,6%). A alternativa não são permitidas visitas, foi observada em 6 (1,5%) instituições governamentais.

	N	%
Não resposta	126	32,4
Diariamente	154	39,6
Semanalmente	39	10,0
Quinzenalmente	9	2,3
Mensalmente	10	2,6
Eventualmente	38	9,8
Outros	12	3,1
Não são permitidas visitas	6	1,5
Total	389	

Figura 93: Participação da família no tratamento de acordo com a natureza da instituição

Em relação às instituições não-governamentais, conforme a Figura 94, as frequências de visita familiar adotadas pela maior parte das instituições são a mensal e a semanal.

	N	%
Não resposta	119	14,0
Diariamente	109	12,8
Semanalmente	190	22,4
Quinzenalmente	122	14,4
Mensalmente	284	33,4
Eventualmente	21	2,5
Outros	6	0,7
Não são permitidas visitas	5	0,6
Total	850	

Figura 94: Frequência de visitas da família em instituições não-governamentais de tratamento

A Tabela 46 se refere à distribuição da frequência permitida de visitas de familiares de acordo com a natureza da instituição. Percebe-se a maior ocorrência de visitas mensais, 298, sendo que, desse total, 284 (95,3%) são em instituições não-governamentais e 10 (3,4%) em instituições governamentais. Em segundo lugar, destaca-se a permissão de visitas diárias, em que, das 266 respostas obtidas, 154 (57,9%) referem-se a instituições governamentais e 109 (41,0%) a não-governamentais.

Tabela 46: Frequência de visitas da família de acordo com a natureza da instituição

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	5	2	126	50,4	119	47,6	250	100
Diariamente	3	1,1	154	57,9	109	41	266	100
Semanalmente	2	0,9	39	16,9	190	82,3	231	100
Quinzenalmente	1	0,8	9	6,8	122	92,4	132	100
Mensalmente	4	1,3	10	3,4	284	95,3	298	100
Eventualmente	2	3,3	38	62,3	21	34,4	61	100
Outros	0	0	12	66,7	6	33,3	18	100
Não são permitidas visitas	0	0	6	54,5	5	45,5	11	100
Total	17	1,3	394	31,1	856	67,6	1 267	100

3.6. Permissão para início das visitas

Na Figura 95 é apresentada a etapa do tratamento a partir da qual são permitidas visitas aos pacientes nas instituições de natureza governamental. A alternativa mais citada foi desde o início da internação, com 110 (28,3%) ocorrências. Observa-se o elevado índice de não resposta, 169 (43,4%).

	N	%
Não resposta	169	43,4
Desde o início da internação	110	28,3
A partir do 7º dia da internação	9	2,3
A partir do 15º dia da internação	7	1,8
A partir do 30º dia da internação	10	2,6
A partir do 60º dia da internação	1	0,3
A partir do 90º dia da internação em diante	0	0
Outro	87	22,4
Total	389	

Figura 95: Permissão para início das visitas nas instituições governamentais de tratamento

Nas instituições não-governamentais, conforme Figura 96, as visitas são permitidas a partir do 30.º dia de internação em 288 instituições (33,9%). Percebe-se a importância dada pelas instituições não-governamentais que responderam o questionário em manter o paciente afastado do contato com a família no primeiro mês de internação.

	N	%
Não resposta	132	15,5
Desde o início da internação	148	17,4
A partir do 7º dia da internação	59	6,9
A partir do 15º dia da internação	119	14
A partir do 30º dia da internação	288	33,9
A partir do 60º dia da internação	14	1,6
A partir do 90º dia da internação em diante	23	2,7
Outro	92	10,8
Total	850	

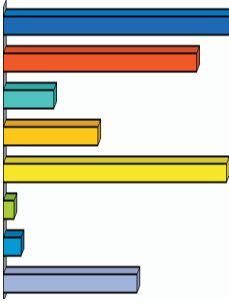


Figura 96: Permissão para início das visitas nas instituições não-governamentais de tratamento

A Tabela 47 apresenta o cruzamento das respostas referentes à etapa do tratamento a partir da qual é permitida a visita aos pacientes de acordo com a natureza da instituição.

Tabela 47: Permissão para início das visitas nas instituições de tratamento de acordo com a natureza da instituição

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	4	1,3	169	55,4	132	43,3	305	100
Desde o início da internação	3	1,1	110	42,1	148	56,7	261	100
A partir do 7º dia da internação	1	1,4	9	13	59	85,5	69	100
A partir do 15º dia da internação	2	1,6	7	5,5	119	93	128	100
A partir do 30º dia da internação	4	1,3	10	3,3	288	95,4	302	100
A partir do 60º dia da internação	0	0	1	6,7	14	93,3	15	100
A partir do 90º dia da internação em diante	1	4,2	0	0	23	95,8	24	100
Outro	2	1,1	87	48,1	92	50,8	181	100
Total	17	1,3	393	30,6	875	68,1	1 285	100

3.7. Motivos para a busca de tratamento

As Figuras 97 e 98 mostram que, tanto nas instituições governamentais como nas não-governamentais, prevalecem os atendimentos decorrentes dos transtornos causados pelo uso/abuso/dependência de álcool, seguidos dos transtornos causados pelo uso/abuso/dependência de outras drogas.

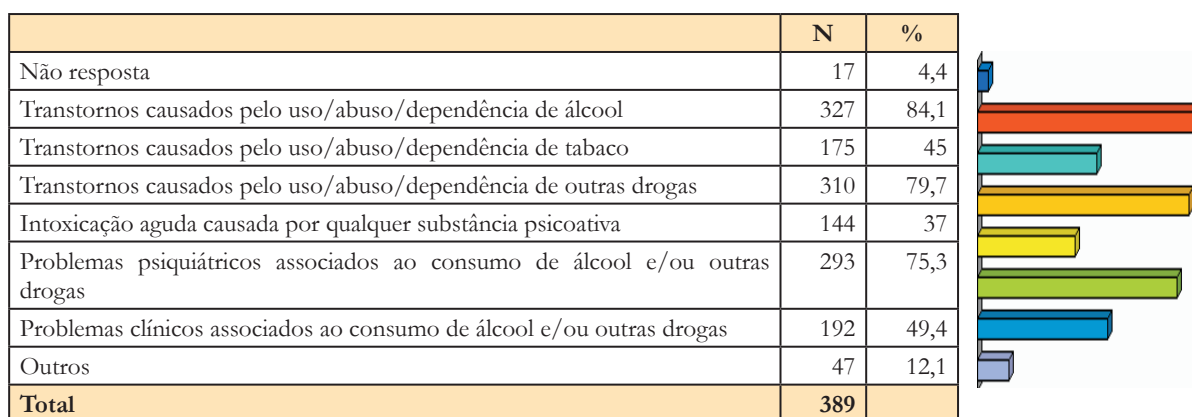


Figura 97: Motivos para busca de atendimento nas instituições governamentais de tratamento

Na Figura 98, observa-se que os atendimentos decorrentes dos transtornos causados pelo uso/abuso/dependência do tabaco são realizados por 368 (43,3%) instituições, aparecendo em terceiro lugar nas instituições não-governamentais.

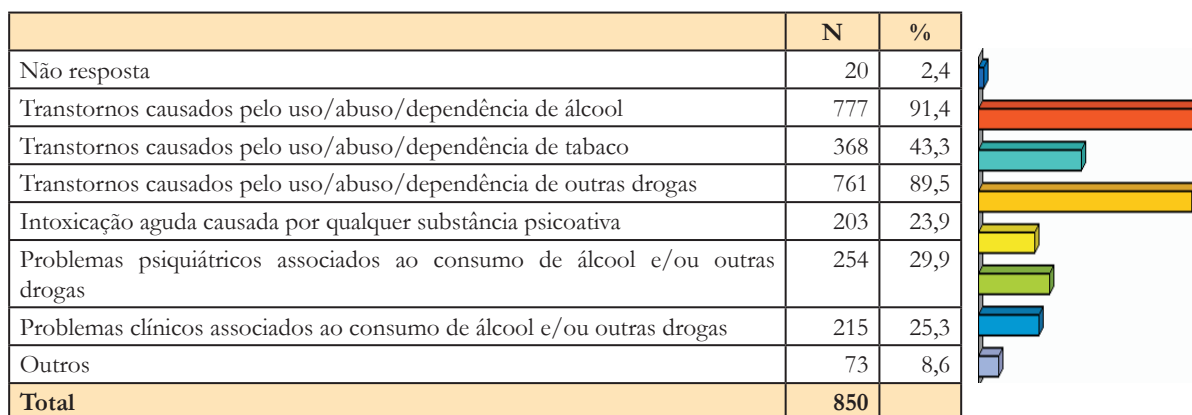


Figura 98: Motivos para busca de atendimento nas instituições não-governamentais de tratamento

Na distribuição dos motivos da busca pelo tratamento de acordo com a natureza da organização, Tabela 48, percebe-se que, das 549 instituições que realizam atendimento dos transtornos causados pelo uso/abuso/dependência de tabaco, 175 (31,9%) são governamentais e 368 (67,0%) não-governamentais.

Em relação aos problemas psiquiátricos associados ao consumo de álcool e outras drogas, das 553 instituições que realizam esse atendimento, 293 (53%) são governamentais e 254 (45,9%) não-governamentais.

Tabela 48: Motivos para busca de atendimento de acordo com a natureza da instituição

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	1	2,6	17	44,7	20	52,6	38	100
Transtornos causados pelo uso/abuso/dependência de álcool	15	1,3	327	29,2	777	69,4	1 119	100
Transtornos causados pelo uso/abuso/dependência de tabaco	6	1,1	175	31,9	368	67,0	549	100
Transtornos causados pelo uso/abuso/dependência de outras drogas	13	1,2	310	28,6	761	70,2	1 084	100
Intoxicação aguda causada por qualquer substância psicoativa	5	1,4	144	40,9	203	57,7	352	100
Problemas psiquiátricos associados ao consumo de álcool e/ou outras drogas	6	1,1	293	53	254	45,9	553	100
Problemas clínicos associados ao consumo de álcool e/ou outras drogas	3	0,7	192	46,8	215	52,4	410	100
Outros	2	1,6	47	38,5	73	59,8	122	100
Total	51	1,2	1 505	35,6	2 671	63,2	4 227	100

3.8. Requisitos para atendimento

O requisito mais citado para o tratamento nas instituições governamentais (figura 32) e não-governamentais (figura 99) é a concordância do paciente, totalizando 281 (72,2%) e 729 (85,8%) instituições, respectivamente.

Na Figura 99 observa-se que, em segundo lugar, nas instituições governamentais é citado o encaminhamento formal de profissionais de outras instituições, 212 (54,5%), seguido do compromisso da família no acompanhamento do tratamento, 191 (49,1%).

	N	%
Não resposta	21	5,4
Indicação médica formal	188	48,3
Encaminhamento formal de profissionais de outras instituições (psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, entre outros)	212	54,5
Autorização judicial	129	33,2
Concordância do paciente	281	72,2
Compromisso da família no acompanhamento do tratamento	191	49,1
Não há requisitos	59	15,2
Outros	84	21,6
Total	389	

Figura 99: Requisitos para atendimento nas instituições governamentais de tratamento

Nas instituições não-governamentais, conforme apresentado na Figura 100, essa ocorrência é inversa, aparecendo, em segundo lugar, o compromisso da família no acompanhamento do tratamento, com 596 (21,4%) citações, seguido pelos encaminhamentos formais de profissionais de outras instituições, 474 (17%).

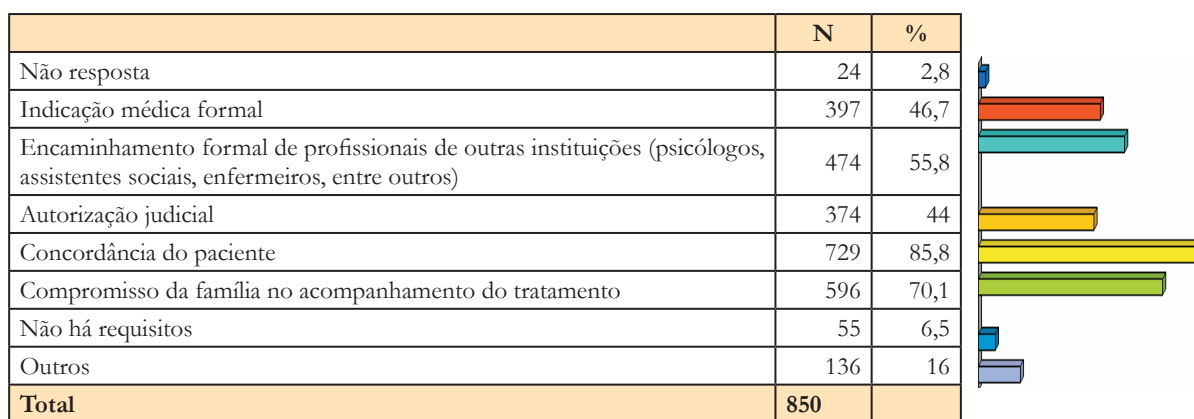


Figura 100: Requisitos para atendimento nas instituições não-governamentais de tratamento

Na Tabela 49, observa-se que em relação às 508 instituições que citaram como requisito autorização judicial, apenas 129 (25,4%) são governamentais e 374 (73,6%) não-governamentais.

Tabela 49: Requisitos para atendimento nas instituições de tratamento

	Não resposta		Governa- mental		Não- governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	1	2,2	21	45,7	24	52,2	46	100
Indicação médica formal	11	1,8	188	31,5	397	66,6	596	100
Encaminhamento formal de profissionais de outras instituições (psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, entre outros)	11	1,6	212	30,4	474	68	697	100
Autorização judicial	5	1,0	129	25,4	374	73,6	508	100
Concordância do paciente	14	1,4	281	27,4	729	71,2	1 024	100
Compromisso da família no acompanhamento do tratamento	11	1,4	191	23,9	596	74,7	798	100
Não há requisitos	1	0,9	59	51,3	55	47,8	115	100
Outros	2	0,9	84	37,8	136	61,3	222	100
Total	56	1,4	1 165	29,1	2 785	69,5	4 006	100

3.9. Abordagens terapêuticas

Nas Figuras 101 e 102, podem-se observar as abordagens terapêuticas mais utilizadas nas instituições governamentais e não-governamentais, respectivamente.

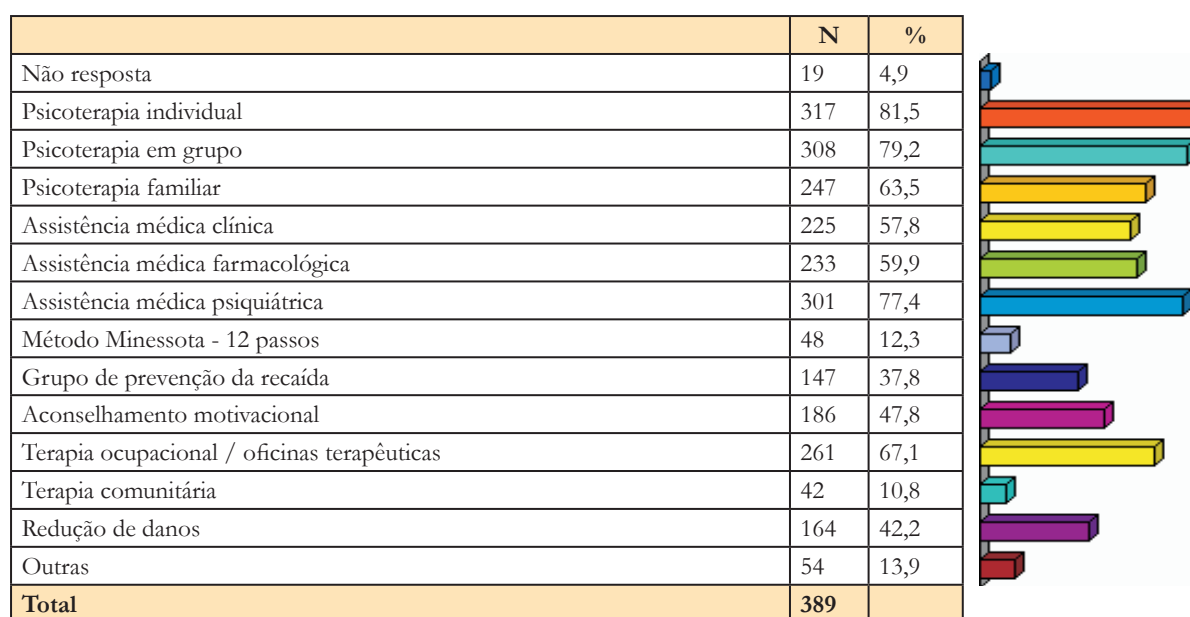


Figura 101: Abordagem terapêutica utilizada pelas instituições governamentais de tratamento

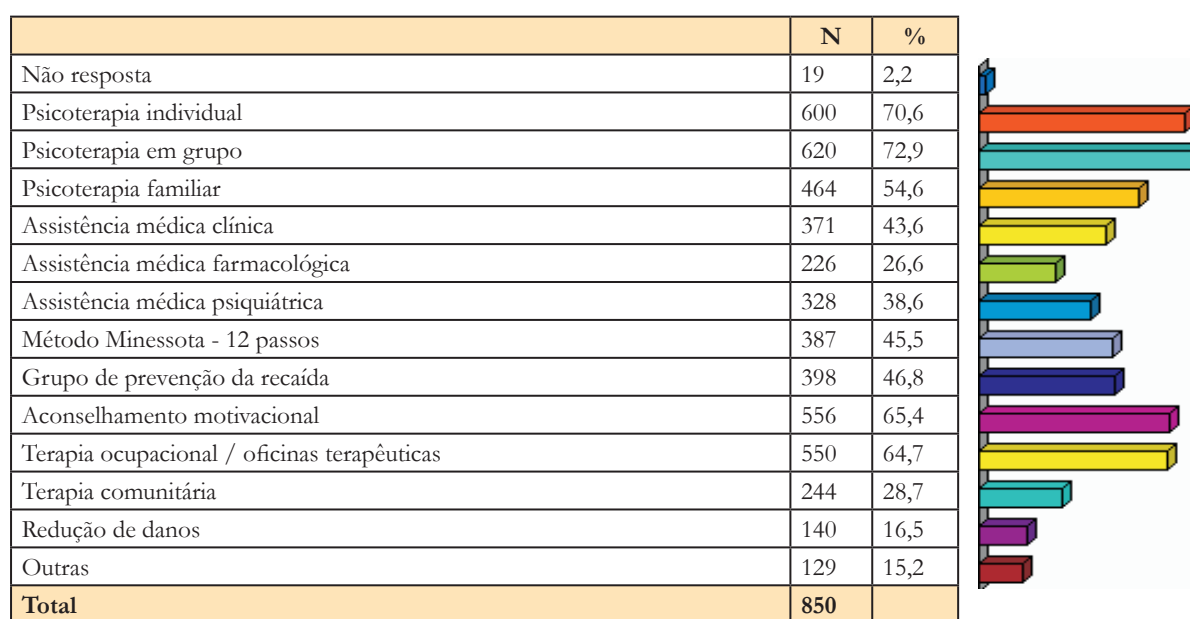


Figura 102: Abordagem terapêutica utilizada pelas instituições não-governamentais de tratamento

A Tabela 50 mostra a distribuição das abordagens utilizadas pelas instituições de tratamento de acordo com a natureza da instituição. Apesar da redução de danos ser a abordagem menos utilizada pelas instituições não-governamentais, dentre as instituições que adotam este tipo de abordagem, 308, 164 (53,2%) são governamentais e 140 (45,5%) são não-governamentais.

Outros dados relevantes mostram que o aconselhamento motivacional é oferecido por 751 instituições, 186 (24,8%) governamentais e 556 (74,0%) não-governamentais; grupos de prevenção da recaída, com 553 instituições, 147 (26,6%) governamentais e 398 (72,0%) não-governamentais; e terapia comunitária que obteve 290 respostas, sendo 42 (14,5%) realizadas por instituições governamentais e 244 (84,1%) realizadas por instituições não-governamentais.

Tabela 50: Abordagem terapêutica utilizada pelas instituições governamentais de tratamento quanto à natureza

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	2	5,0	19	47,5	19	47,5	40	100
Psicoterapia individual	11	1,2	317	34,2	600	64,7	928	100
Psicoterapia em grupo	11	1,2	308	32,8	620	66	939	100
Psicoterapia familiar	9	1,3	247	34,3	464	64,4	720	100
Assistência médica clínica	7	1,2	225	37,3	371	61,5	603	100
Assistência médica farmacológica	5	1,1	233	50,2	226	48,7	464	100
Assistência médica psiquiátrica	8	1,3	301	47,3	328	51,5	637	100
Método Minnessota - 12 passos	7	1,6	48	10,9	387	87,6	442	100
Grupo de prevenção da recaída	8	1,4	147	26,6	398	72,0	553	100
Aconselhamento motivacional	9	1,2	186	24,8	556	74,0	751	100
Terapia ocupacional / oficinas terapêuticas	12	1,5	261	31,7	550	66,8	823	100
Terapia comunitária	4	1,4	42	14,5	244	84,1	290	100
Redução de danos	4	1,3	164	53,2	140	45,5	308	100
Outras	2	1,1	54	29,2	129	69,7	185	100
Total	99	1,3	2 552	33,2	5 032	65,5	7 683	100

3.10. Tratamentos complementares oferecidos

As Figuras 103 e 104 mostram os tipos de tratamentos complementares oferecidos pelas instituições governamentais e não-governamentais, respectivamente. Pode-se observar nas duas Figuras que o acompanhamento familiar é o mais oferecido, obtendo 297 (76,3%) respostas entre as instituições governamentais e 656 (77,2%) entre as não-governamentais.

Observa-se na Figura 104 que a visita domiciliar, 273 (70,2%), e o acompanhamento social, 267 (68,6%), são também bastante utilizados como tratamento complementar nas instituições não-governamentais.

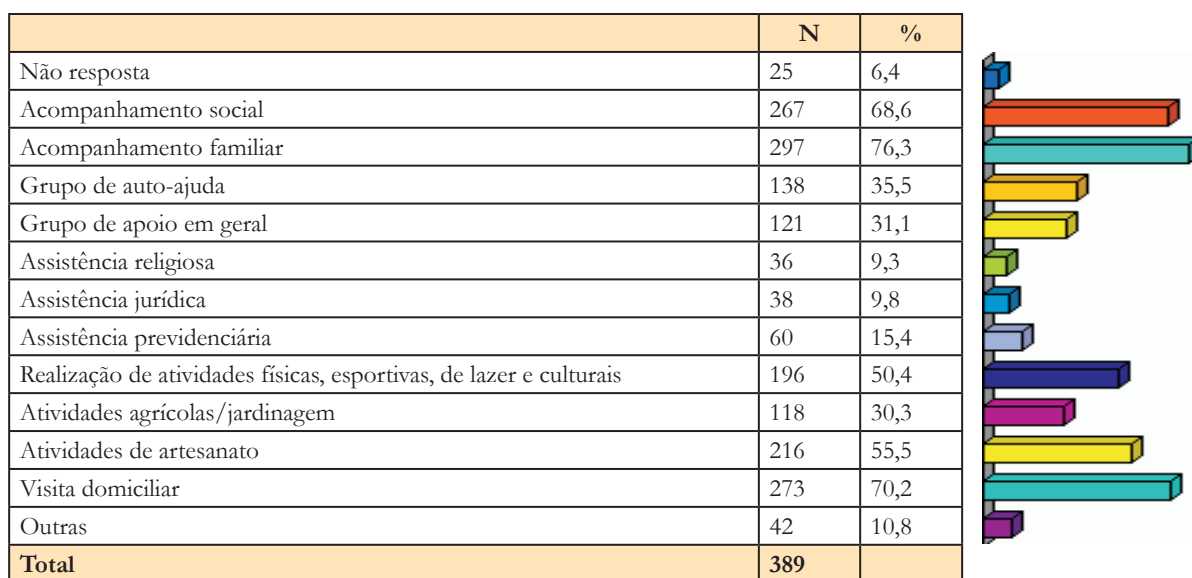


Figura 103: Tratamentos complementares realizados pelas instituições governamentais de tratamento

Na Figura 104, observa-se que, entre as instituições não-governamentais, após o acompanhamento familiar, os tratamentos complementares mais freqüentemente oferecidos são a assistência religiosa, realizada por 578 (68,0%) instituições; grupo de auto-ajuda, 554 (65,2%), e a realização de atividades esportivas, 548 (64,5%). Atividades agrícolas/jardinagem, 465 (54,7%) e de artesanato, 435 (51,2%), também são realizadas por mais da metade dessas instituições.

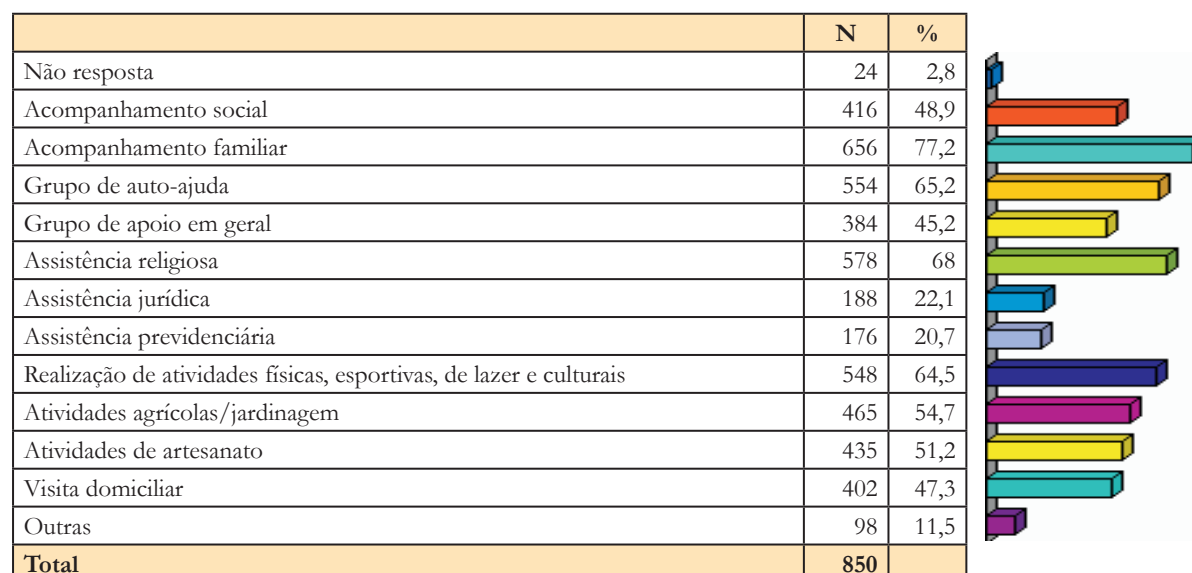


Figura 104: Tratamentos complementares realizados pelas instituições não-governamentais de tratamento

Na Tabela 51, observa-se a distribuição do tratamento complementar oferecido de acordo com a natureza das instituições.

Tabela 51: Tratamento complementar realizado de acordo com a natureza da instituição

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	1	2,0	25	50,0	24	48,0	50	100
Acompanhamento social	8	1,2	267	38,6	416	60,2	691	100
Acompanhamento familiar	11	1,1	297	30,8	656	68,0	964	100
Grupo de auto-ajuda	9	1,3	138	19,7	554	79,0	701	100
Grupo de apoio em geral	9	1,8	121	23,5	384	74,7	514	100
Assistência religiosa	8	1,3	36	5,8	578	92,9	622	100
Assistência jurídica	1	0,4	38	16,7	188	82,8	227	100
Assistência previdenciária	1	0,4	60	25,3	176	74,3	237	100
Realização de atividades físicas, esportivas, de lazer e culturais	10	1,3	196	26,0	548	72,7	754	100
Atividades agrícolas/jardinagem	8	1,4	118	20,0	465	78,7	591	100
Atividades de artesanato	9	1,4	216	32,7	435	65,9	660	100
Visita domiciliar	9	1,3	273	39,9	402	58,8	684	100
Outras	1	0,7	42	29,8	98	69,5	141	100
Total	85	1,2	1 827	26,7	4 924	72,0	6 836	100

3.11. Encaminhamentos para a reinserção social

Percebe-se, na Figura 105, que 235 (60,4%) instituições governamentais encaminham os pacientes, visando a sua reinserção social.

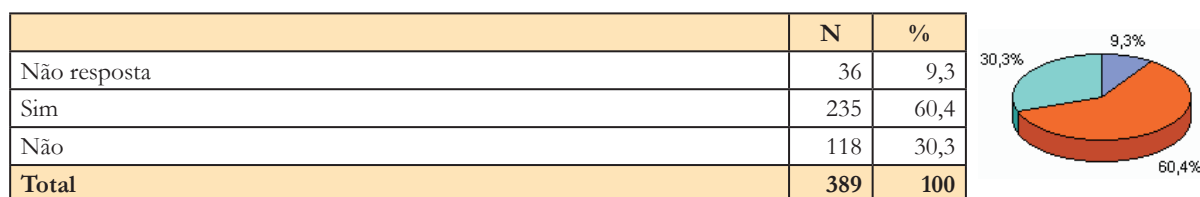


Figura 105: Encaminhamentos para a reinserção social das instituições governamentais de tratamento

Entre as instituições não-governamentais, como pode ser observado na Figura 106, 519 (61,1%) encaminham os pacientes, visando a sua reinserção social, considerando-se que essa reinserção abrange não só os encaminhamentos para o mercado de trabalho, mas também a inserção do usuário/dependente na família e na sociedade.

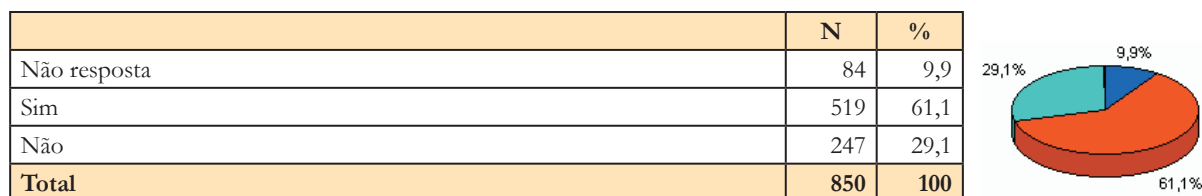


Figura 106: Encaminhamentos para a reinserção social das instituições não-governamentais de tratamento

Das 763 instituições, Tabela 52, que realizam atividades de reinserção social do usuário/dependente, 235 (30,8%) são governamentais e 519 (68%) não-governamentais. Já em relação ao total de instituições que não realizam reinserção social, 371, 118 (31,8%) são governamentais e 247 (66,6%) são não-governamentais.

Tabela 52: Encaminhamentos para reinserção social de acordo com a natureza das instituições

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	2	1,6	36	29,5	84	68,9	122	100
Sim	9	1,2	235	30,8	519	68	763	100
Não	6	1,6	118	31,8	247	66,6	371	100
Total	17	1,4	389	31	850	67,7	1 256	100

3.12. Atendimento a situações específicas

A Figura 107 retrata os atendimentos realizados a pacientes que apresentam outros transtornos físicos e mentais além do abuso/dependência de drogas nas instituições governamentais. Observa-se que os atendimentos a pacientes com comprometimento psiquiátrico prevalecem sobre os demais, obtendo 309 (79,4%) respostas.

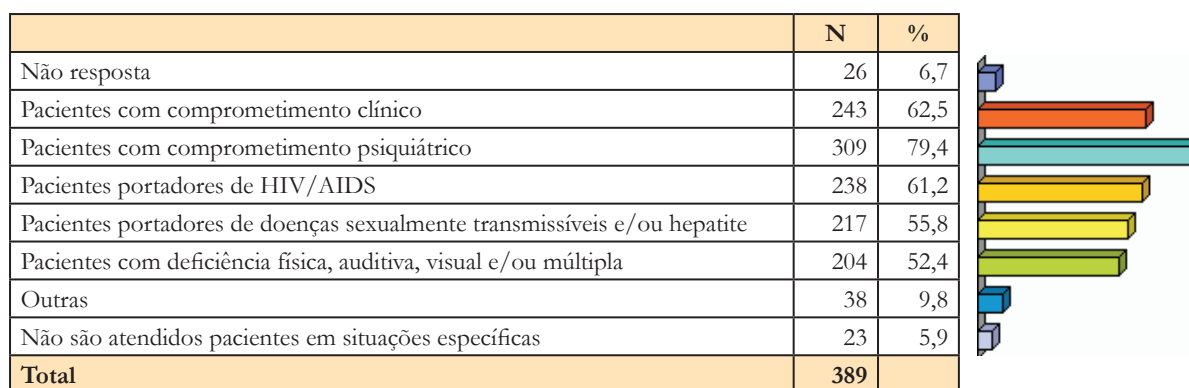


Figura 107: Atendimento de situações específicas nas instituições governamentais de tratamento

Nas instituições não-governamentais, conforme Figura 108, observa-se um certo equilíbrio nos atendimentos a situações específicas, aparecendo em primeiro lugar atendimento a pacientes portadores de HIV/Aids com 481 (56,6%) respostas.

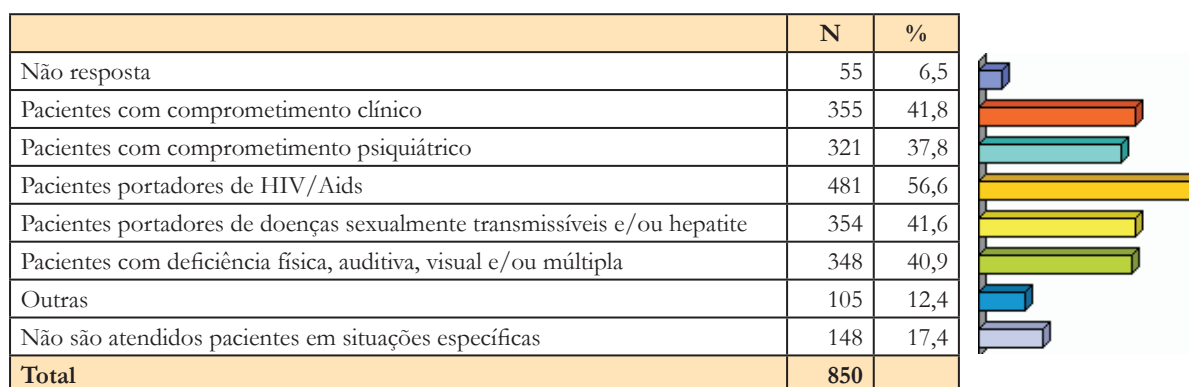


Figura 108: Atendimento de situações específicas nas instituições não-governamentais de tratamento

Observa-se, na Tabela 53, que das 728 instituições que realizam atendimentos a pacientes portadores de HIV/Aids, 238 (32,7%) são governamentais e 481 (66,1%) não-governamentais. Em relação a pacientes portadores de doenças sexualmente transmissíveis e/ou hepatite, 217 (37,5%) são governamentais e 354 (61,1%) não-governamentais. As instituições que atendem pacientes com deficiência física, auditiva, visual e/ou múltiplas somam 559, sendo 204 (36,5%) governamentais e 348 (62,3%) não-governamentais.

Tabela 53: Atendimento de situações específicas de acordo com a natureza das instituições

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	4	4,7	26	30,6	55	64,7	85	100
Pacientes com comprometimento clínico	7	1,2	243	40,2	355	58,7	605	100
Pacientes com comprometimento psiquiátrico	7	1,1	309	48,5	321	50,4	637	100
Pacientes portadores de HIV/AIDS	9	1,2	238	32,7	481	66,1	728	100
Pacientes portadores de doenças sexualmente transmissíveis e/ou hepatite	8	1,4	217	37,5	354	61,1	579	100
Pacientes com deficiência física, auditiva, visual e/ou múltiplas	7	1,3	204	36,5	348	62,3	559	100
Outras	0	0	38	26,6	105	73,4	143	100
Não são atendidos pacientes em situações específicas	3	1,7	23	13,2	148	85,1	174	100
Total	45	1,3	1 298	37	2 167	61,7	3 510	100

4. Informações institucionais

4.1. Características da instituição

4.1.1. Tempo de funcionamento

A Figura 109 retrata o ano em que as instituições governamentais que realizam atividades de tratamento começaram as suas atividades. Percebe-se que 204 (52,4%) instituições passaram a funcionar a partir do ano 2000 ou em data mais recente, ou seja, possuem menos de oito anos de funcionamento. Esse resultado deve-se a regulamentação dos CAPS ter ocorrido a partir de 2002.

	N	%
Não resposta	47	12,1
Anterior a 1980	22	5,7
De 1980 a 1989	23	5,9
De 1990 a 1999	93	23,9
2000 e mais	204	52,4
Total	389	100

Média = 1 995,99 Desvio-padrão = 18,14

Figura 109: Ano de criação das instituições governamentais de tratamento

Nas instituições não-governamentais que desenvolvem atividades de tratamento, conforme Figura 110, a maior ocorrência é de instituições criadas entre 1990 e 1999, somando 336 (39,5%). Em seguida aparecem as instituições criadas a partir do ano 2000 ou mais, com 235 (27,6%) respostas.

	N	%
Não resposta	75	8,8
Menos de 1980	90	10,6
De 1980 a 1989	114	13,4
De 1990 a 1999	336	39,5
2000 e mais	235	27,6
Total	850	100

Média = 1 992,41 Desvio-padrão = 13,66

Figura 110: Ano de criação das instituições não-governamentais de tratamento

A Tabela 54 mostra a distribuição do ano de criação de acordo com a natureza das instituições de tratamento. Das 447 instituições que estão em funcionamento há menos de oito anos, ou seja, que passaram a funcionar a partir de 2000, 204 (45,6%) são governamentais e 235 (52,6%) são não-governamentais. Já das 432 instituições que foram criadas entre 1990 e 1999, 93 (21,5%) são governamentais e 336 (77,8%) não-governamentais.

Tabela 54: Ano de criação de acordo com a natureza das instituições de tratamento

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	4	3,2	47	37,3	75	59,5	126	100
Menos de 1980	0	0,0	22	19,6	90	80,4	112	100
De 1980 a 1989	2	1,4	23	16,5	114	82,0	139	100
De 1990 a 1999	3	0,7	93	21,5	336	77,8	432	100
2000 e mais	8	1,8	204	45,6	235	52,6	447	100
Total	17	1,4	389	31	850	67,7	1 256	100

4.1.2. Abrangência territorial da instituição

Na Figura 111, percebe-se que a maioria das instituições governamentais que realiza atividades de tratamento possui como área de abrangência todo o município ou cidade, em um total de 257 (66,1%) instituições.

	N	%
Não resposta	3	0,8
Abrange somente o bairro	0	0
Abrange todo o município ou cidade	257	66,1
Abrange todo o estado	50	12,9
Abrange todo o País	13	3,3
Abrange outros países	6	1,5
Outra abrangência	99	25,4
Total	389	

Figura 111: Abrangência das atividades das instituições governamentais

A Figura 112 revela que 365 (42,9%) instituições que realizam atividades de tratamento abrangem todo o País.

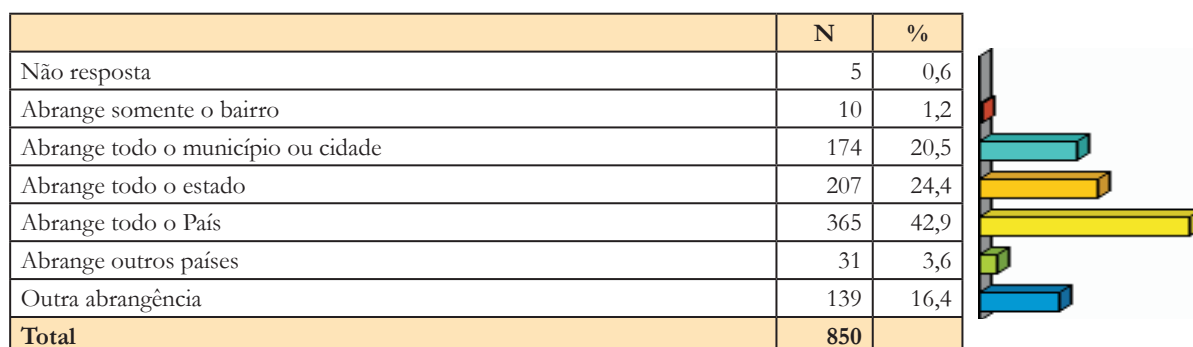


Figura 112: Abrangência das atividades das instituições não-governamentais

Na Tabela 55, observa-se que do total de 433 instituições cujas atividades abrangem todo o município ou cidade, 257 (59,4%) são governamentais e 174 (40,2%) não-governamentais. Em relação às instituições cujas atividades abrangem todo o país, das 382 respostas, 13 (3,4%) se referem às instituições governamentais e 365 (95,5%), se referem às não-governamentais.

Tabela 55: Abrangência das atividades da instituição de tratamento de acordo com a natureza

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	8	50,0	3	18,8	5	31,3	16	100
Abrange somente o bairro	0	0	0	0	10	100	10	100
Abrange todo o município ou cidade	2	0,5	257	59,4	174	40,2	433	100
Abrange todo o estado	1	0,4	50	19,4	207	80,2	258	100
Abrange todo o País	4	1	13	3,4	365	95,5	382	100
Abrange outros países	1	2,6	6	15,8	31	81,6	38	100
Outra abrangência	2	0,8	99	41,3	139	57,9	240	100
Total	18	1,3	428	31,1	931	67,6	1 377	100

4.1.3. Localização da instituição de tratamento

Na Figura 113, pode-se perceber que as instituições governamentais que realizam atividades de tratamento estão localizadas na área urbana, 378 (97,2%), e somente 9 (2,3%) instituições estão localizadas na área rural.

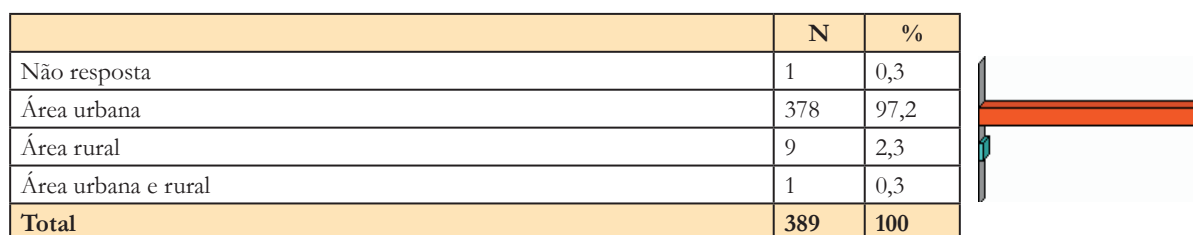


Figura 113: Localização da instituição governamental

A Figura 114 mostra que, em relação às instituições não-governamentais, 519 (61,1%) estão localizadas na área urbana e 289 (34%) estão localizadas na área rural.

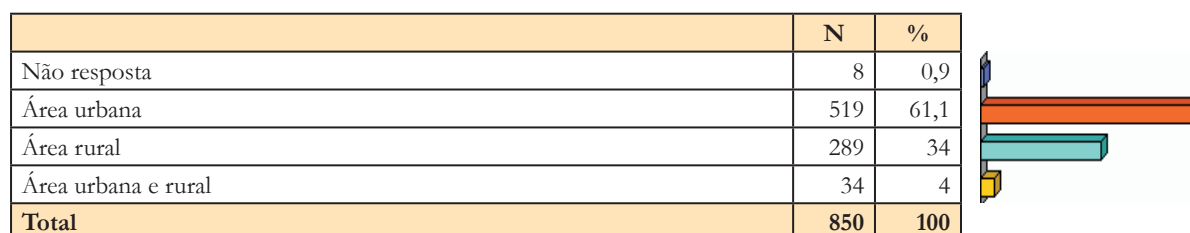


Figura 114: Localização da instituição não-governamental

A Tabela 56 revela que, ao distribuir os dados de localização das instituições de acordo com a sua natureza, das 902 instituições que realizam atividades de tratamento localizadas na área urbana, 378 (41,9%) são governamentais e 519 (57,5%) não-governamentais. Já das 301 instituições localizadas na área rural, 9 (3%) se referem às instituições governamentais e 289 (96%) se referem às instituições não-governamentais.

Tabela 56: Localização da instituição de tratamento quanto à natureza

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	8	47,1	1	5,9	8	47,1	17	100
Área urbana	5	0,6	378	41,9	519	57,5	902	100
Área rural	3	1	9	3	289	96,0	301	100
Área Urbana e rural	1	2,8	1	2,8	34	94,4	36	100
Total	17	1,4	389	31	850	67,7	1 256	100

4.1.4. Sexo da população atendida

Sobre o público-alvo atendido pelas instituições governamentais, observa-se, na Figura 115, que 370 (95,1%) instituições prestam atendimentos a ambos os sexos. O número de instituições que presta atendimento específico aos pacientes do sexo masculino soma apenas 15 (3,9%) e, quando se observa a quantidade de instituições que presta atendimento específico ao sexo feminino, apenas 3 (0,8%) instituições se encaixam nessa categoria.

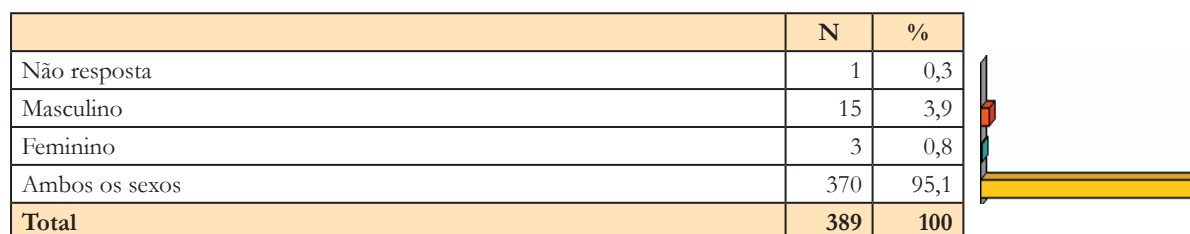


Figura 115: Sexo do público alvo atendido pelas instituições governamentais

Nas instituições não-governamentais que realizam atividades de tratamento, de acordo com a Figura 116, percebe-se que 415 (48,8%) prestam atendimentos a ambos os sexos e que 394 (46,4%) atendem somente pessoas do sexo masculino. Percebe-se que não há muitas instituições voltadas para o atendimento específico das mulheres, pois apenas 40 (4,7%) instituições realizam esse atendimento.

	N	%
Não resposta	1	0,1
Masculino	394	46,4
Feminino	40	4,7
Ambos os sexos	415	48,8
Total	850	100

Figura 116: Sexo do público-alvo atendido pelas instituições não-governamentais

A Tabela 57 mostra que das 412 instituições que afirmaram prestar atendimento somente ao sexo masculino, 15 (3,6%) são governamentais e 394 (95,6%) não-governamentais. As instituições que indicaram prestar atendimento específico ao sexo feminino somam apenas 43, sendo 3 (7%) instituições governamentais e 40 (93%) não-governamentais.

Tabela 57: Sexo do público-alvo atendido pela instituição de tratamento de acordo com a natureza

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	8	80,0	1	10,0	1	10,0	10	100
Masculino	3	0,7	15	3,6	394	95,6	412	100
Feminino	0	0	3	7	40	93	43	100
Ambos os sexos	6	0,8	370	46,8	415	52,5	791	100
Total	17	1,4	389	31	850	67,7	1256	100

4.1.5. Faixa etária da população atendida

Observa-se, na Figura 117, que, nas instituições governamentais, o atendimento concentra-se nas faixas etárias de 25 a 59 anos e de 18 a 24 anos, com 355 (91,3%) e 353 (90,7%) respostas, respectivamente. Em seguida, o público mais atendido são os idosos a partir de 60 anos de idade, somando um total de 297 (76,3%) instituições, e os adolescentes com um total de 234 (60,2%) instituições.

	N	%
Não resposta	4	1,0
Crianças: até 11 anos de idade	105	27
Adolescentes: de 12 a 17 anos de idade	234	60,2
Adultos jovens: 18 a 24 anos de idade	353	90,7
Adultos: de 25 a 59 anos de idade	355	91,3
Idosos: a partir de 60 anos de idade	297	76,3
Total	389	

Figura 117: Faixa etária da população atendida por instituição governamental

A Figura 118 mostra que, nas instituições não-governamentais, o atendimento também está concentrado nas faixas etárias de 18 a 24 anos e de 25 a 59 anos, somando, respectivamente, 790 (92,9%) e 783 (92,1%) respostas, porém, ocorrendo de forma inversa às governamentais. Em seguida, aparecem os atendimentos prestados aos idosos, 456 (53,6%), e aos adolescentes de 12 a 17 anos de idade, 486 (57,2%).

	N	%
Não resposta	1	0,1
Crianças: até 11 anos de idade	144	16,9
Adolescentes: de 12 a 17 anos de idade	486	57,2
Adultos jovens: 18 a 24 anos de idade	790	92,9
Adultos: de 25 a 59 anos de idade	783	92,1
Idosos: a partir de 60 anos de idade	456	53,6
Total	850	

Figura 118: Faixa etária da população atendida por instituição não-governamental

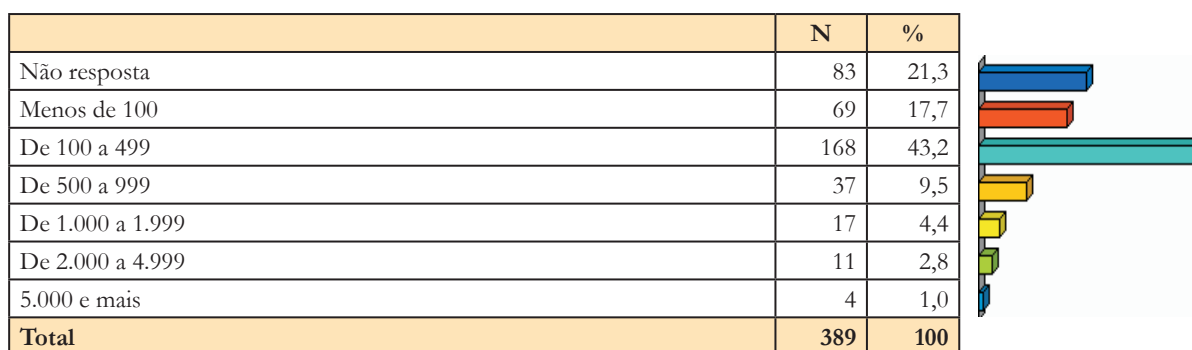
Na Tabela 58, observa-se que a maioria das instituições prestam atendimento à população adulta, compreendida entre as idades de 18 e 59 anos. Das 251 instituições que prestam atendimento a crianças, 105 (41,8%) são governamentais e 144 (57,4%) não-governamentais; das 728 instituições que atendem adolescentes, 234 (32,1%) são governamentais e 468 (66,8%) são não-governamentais.

Tabela 58: Faixa etária da população atendida de acordo com a natureza da instituição

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	8	61,5	4	30,8	1	7,7	13	100
Crianças: até 11 anos de idade	2	0,8	105	41,8	144	57,4	251	100
Adolescentes: de 12 a 17 anos de idade	8	1,1	234	32,1	486	66,8	728	100
Adultos jovens: 18 a 24 anos de idade	9	0,8	353	30,6	790	68,6	1 152	100
Adultos: de 25 a 59 anos de idade	9	0,8	355	31	783	68,3	1 147	100
Idosos: a partir de 60 anos de idade	5	0,7	297	39,2	456	60,2	758	100
Total	41	1,0	1 348	33,3	2 660	65,7	4 049	100

4.1.6. Média mensal de atendimentos

A Figura 119 mostra a média mensal de atendimentos realizados pelas instituições governamentais. Percebe-se que 168 (43,2%) instituições governamentais que desenvolvem atividades de tratamento realizam de 100 a 499 atendimentos por mês.

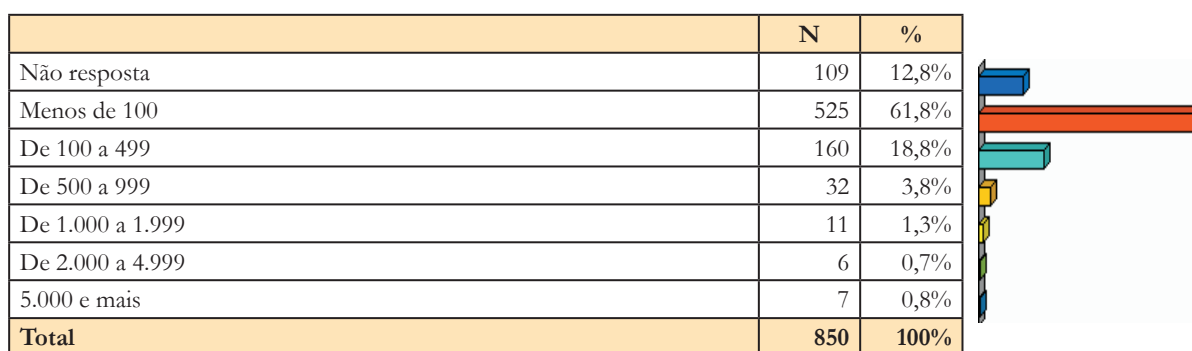


Média = 483,96 Desvio-padrão = 968,48

Mín = 4 Máx = 10 000

Figura 119: Média mensal de atendimentos nas instituições governamentais

Na Figura 120, nota-se que, nas instituições não-governamentais que realizam atividades de tratamento, a média está concentrada em menos de 100 atendimentos por mês, totalizando 525 (61,8%) instituições.



Média = 208,60 Desvio-padrão = 778,53

Mín = 5 Máx = 10 000

Figura 120: Média mensal de atendimento nas instituições não-governamentais

A Tabela 59 mostra que, do total de 598 instituições que realizam menos de 100 atendimentos por mês, 69 (11,5%) são governamentais e 525 (87,8%) não-governamentais. É interessante observar que, nas instituições governamentais, prevalece a capacidade de atendimento acima de 100 pessoas por mês, pois de 100 a 499 atendimentos/mês, das 329 respostas obtidas, 168 (51,1%) referem-se a instituições governamentais e 160 (48,6%) às não-governamentais; de 500 a 999 atendimentos/mês, do total de 70 instituições, 37 (52,9%) são governamentais e 32 (45,7%) não-governamentais.

Tabela 59: Média mensal de atendimentos de acordo com a natureza da instituição

	Não resposta		Governa- mental		Não- governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	10	5,0%	83	41,1%	109	54,0%	202	100%
Menos de 100	4	0,7%	69	11,5%	525	87,8%	598	100%
De 100 a 499	1	0,3%	168	51,1%	160	48,6%	329	100%
De 500 a 999	1	1,4%	37	52,9%	32	45,7%	70	100%
De 1.000 a 1.999	0	0%	17	60,7%	11	39,3%	28	100%
De 2.000 a 4.999	1	5,6%	11	61,1%	6	33,3%	18	100%
5.000 e mais	0	0,0%	4	36,4%	7	63,6%	11	100%
Total	17	1,4%	389	31%	850	67,7%	1 256	100%

4.1.7. Acesso à população atendida

Na Figura 121, nas instituições governamentais que realizam atividades de tratamento, o meio de acesso mais utilizado do público é a demanda do próprio usuário e/ou familiares diretamente às instituições e os encaminhamentos de outras instituições, perfazendo um total de 347 (89,2%) e 346 (88,9%) instituições, respectivamente. As atividades realizadas pela instituição na comunidade totalizam 235 (60,4%) respostas.

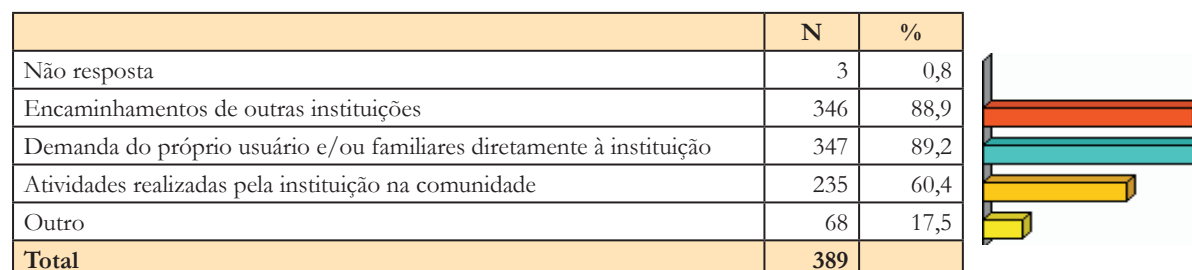


Figura 121: Acesso à população atendida por instituições governamentais

A Figura 122 mostra que, nas instituições não-governamentais, o meio de acesso mais utilizado é o mesmo das instituições governamentais, sendo que a demanda do próprio usuário e/ou familiares diretamente à instituição soma 764 (89,9%) respostas e o encaminhamento de outras instituições soma 701 (82,5%). A opção atividades realizadas pela instituição na comunidade obteve 538 (63,3%) respostas.

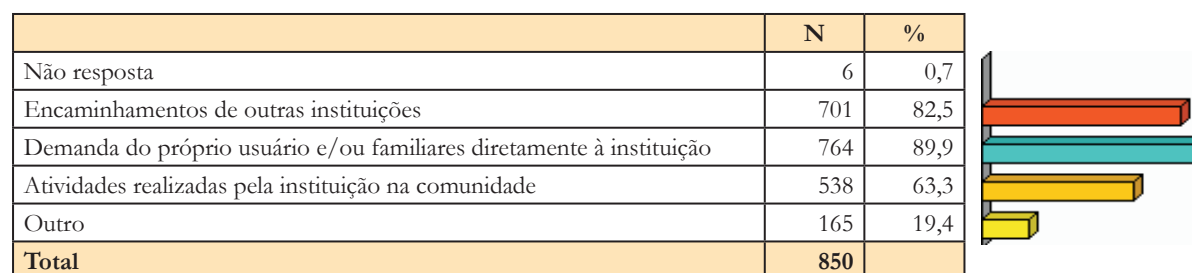


Figura 122: Acesso à população atendida por instituições não-governamentais

Na Tabela 60, observa-se que das 778 instituições cujo público-alvo é atingido por atividades na comunidade, 235 (30,2%) são governamentais e 538 (69,2%) não-governamentais.

Tabela 60: Acesso à população atendida de acordo com a natureza das instituições

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	8	47,1	3	17,6	6	35,3	17	100
Encaminhamentos de outras instituições	7	0,7	346	32,8	701	66,5	1 054	100
Demanda do próprio usuário e/ou familiares diretamente à instituição	7	0,6	347	31	764	68,3	1 118	100
Atividades realizadas pela instituição na comunidade	5	0,6	235	30,2	538	69,2	778	100
Outro	5	2,1	68	28,6	165	69,3	238	100
Total	32	1,0	999	31,2	2 174	67,8	3 205	100

4.1.8. Procedência dos encaminhamentos

A Figura 123 mostra de onde provêm os encaminhamentos de usuários/dependentes para tratamento em instituições governamentais. Observa-se que a maioria dos encaminhamentos procede de familiares e/ou amigos dos usuários de drogas 322 (82,8%), rede hospitalar 304 (78,1%) e conselho tutelar 283 (72,8%).

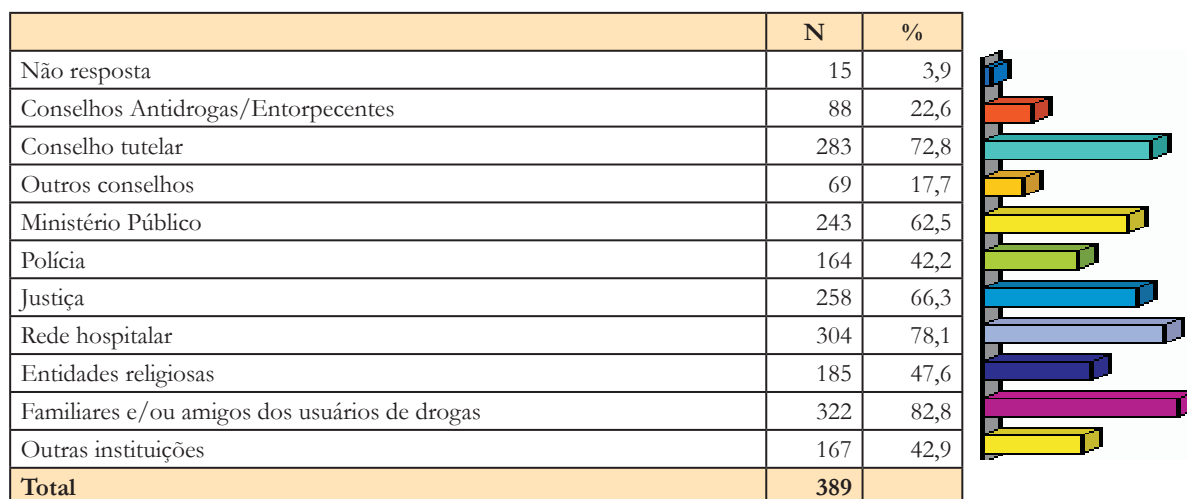


Figura 123: Procedência dos encaminhamentos para as instituições governamentais

Nota-se na Figura 124 que, nas instituições não-governamentais, os encaminhamentos procedem com maior frequência de familiares e/ou amigos dos usuários de drogas, 726 (89,6%); entidades religiosas, 602 (70,8%); justiça, 516 (60,7%); e conselho tutelar, 469 (55,2%).

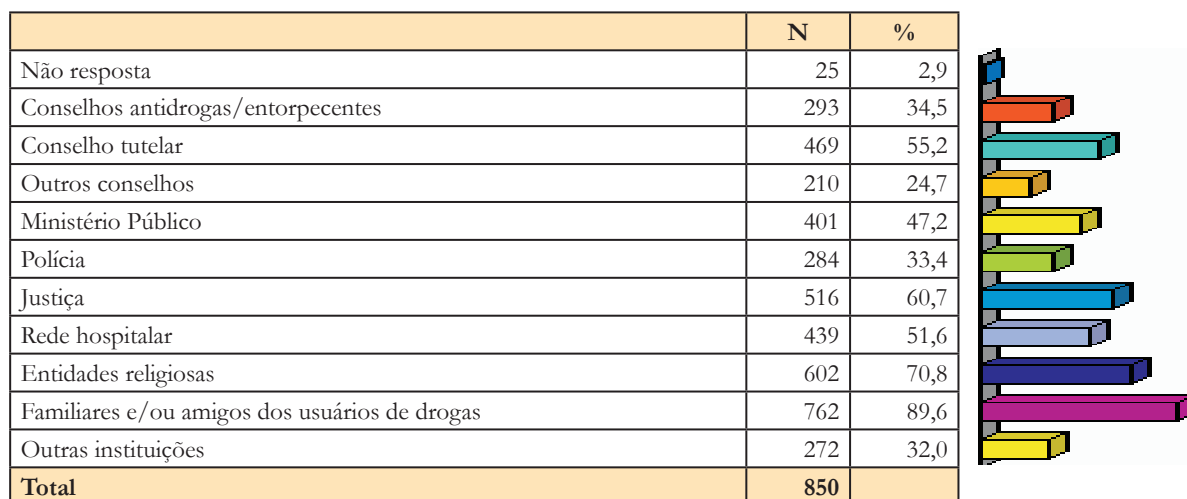


Figura 124: Procedência dos encaminhamentos para as instituições não-governamentais

A Tabela 61 mostra que 781 instituições recebem encaminhamentos da justiça. Desse total, 258 (33,0%) são instituições governamentais e 516 (66,1%) não-governamentais. Do total de 746 instituições que recebem encaminhamentos da rede hospitalar, 304 (40,8%) são instituições governamentais e 439 (58,8%) não-governamentais.

Tabela 61: Procedência dos encaminhamentos de acordo com a natureza da instituição

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	8	16,7	15	31,3	25	52,1	48	100
Conselhos antidrogas/entorpecentes	2	0,5	88	23	293	76,5	383	100
Conselho tutelar	5	0,7	283	37,4	469	62	757	100
Outros conselhos	2	0,7	69	24,6	210	74,7	281	100
Ministério Público	3	0,5	243	37,6	401	62,0	647	100
Polícia	3	0,7	164	36,4	284	63,0	451	100
Justiça	7	0,9	258	33	516	66,1	781	100
Rede hospitalar	3	0,4	304	40,8	439	58,8	746	100
Entidades religiosas	3	0,4	185	23,4	602	76,2	790	100
Familiares e/ou amigos dos usuários de drogas	6	0,6	322	29,5	762	69,9	1 090	100
Outras instituições	3	0,7	167	37,8	272	61,5	442	100
Total	45	0,7	2 098	32,7	4 273	66,6	6 416	100

4.1.9. Articulação das instituições de tratamento com outros setores

A Figura 125 retrata que, nas instituições governamentais que realizam atividades de tratamento, prevalecem as articulações realizadas com o Ministério da Saúde, na esfera federal. Na esfera estadual predominam as articulações realizadas com a Secretaria Estadual de Saúde, 263 (67,6%), e, na esfera municipal, destacam-se as articulações realizadas com a Secretaria Municipal de Saúde, 344 (88,4%), Conselho Tutelar 274 (70,4%) e Secretaria Municipal de Assistência Social, 257 (66,1%). Apenas 2 (0,5%) instituições indicaram não estabelecer nenhuma articulação.

	N	%
Não resposta	1	0,3
Secretaria Nacional Antidrogas - SENAD	128	32,9
Ministério da Educação	31	8
Ministério da Saúde	236	60,7
Ministério da Justiça	46	11,8
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	19	4,9
Secretaria Estadual de Educação	53	13,6
Secretaria Estadual de Saúde	263	67,6
Secretaria Estadual de Assistência Social	58	14,9
Secretaria Estadual de Justiça	71	18,3
Secretaria Estadual de Segurança Pública	47	12,1
Secretaria Municipal de Educação	207	53,2
Secretaria Municipal de Saúde	344	88,4
Secretaria Municipal de Assistência Social	257	66,1
Universidades e/ou centros de ensino e pesquisa	194	49,9
Conselhos Antidrogas/Entorpecentes	161	41,4
Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente	177	45,5
Conselho Tutelar	274	70,4
Conselho Comunitário de Segurança	41	10,5
Meios de comunicação (rádio, televisão, jornais, internet)	215	55,3
Associações comunitárias	174	44,7
Outra(s)	112	28,8
Não há articulação com outras instituições	2	0,5
Total	389	

Figura 125: Articulação das instituições governamentais

Em relação às instituições não-governamentais, conforme Figura 126, percebe-se que há maior articulação na esfera federal com a Secretaria Nacional Antidrogas, 296 (34,8%). Na esfera estadual, prevalecem as articulações realizadas com a Secretaria Estadual de Assistência Social, 215 (25,3%), e, na esfera municipal, destacam-se as articulações realizadas com a Secretaria Municipal de Assistência Social, 553 (65,1%), Secretaria Municipal de Saúde, 471 (55,4%), meios de comunicação, 445 (52,4%), Conselho Tutelar, 388 (45,6%) e Conselho Antidrogas/Entorpecentes, 372 (43,8%). Não estabelecem nenhuma articulação 45 (5,3%) instituições.

	N	%
Não resposta	16	1,9
Secretaria Nacional Antidrogas - SENAD	296	34,8
Ministério da Educação	31	3,6
Ministério da Saúde	149	17,5
Ministério da Justiça	120	14,1
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	56	6,6
Secretaria Estadual de Educação	97	11,4
Secretaria Estadual de Saúde	208	24,5
Secretaria Estadual de Assistência Social	215	25,3
Secretaria Estadual de Justiça	111	13,1
Secretaria Estadual de Segurança Pública	87	10,2
Secretaria Municipal de Educação	218	25,6
Secretaria Municipal de Saúde	471	55,4
Secretaria Municipal de Assistência Social	553	65,1
Universidades e/ou centros de ensino e pesquisa	280	32,9
Conselhos Antidrogas/Entorpecentes	372	43,8
Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente	331	38,9
Conselho Tutelar	388	45,6
Conselho Comunitário de Segurança	84	9,9
Meios de comunicação (rádio, televisão, jornais, internet)	445	52,4
Associações comunitárias	309	36,4
Outra(s)	210	24,7
Não há articulação com outras instituições	45	5,3
Total	850	

Figura 126: Articulações das instituições não-governamentais

Observa-se na Tabela 62, que, pela distribuição das articulações realizadas pelas instituições de acordo com sua natureza, das 537 respostas referentes a articulações realizadas com os conselhos antidrogas/entorpecentes, 30,0% (161) são realizadas por instituições governamentais e 69,3% (372) por instituições não-governamentais. As articulações com universidades e/ou centro de ensino e pesquisa são realizadas por 477 instituições, sendo 40,7% (194) governamentais e 58,7% (280) não-governamentais.

Percebe-se que, assim como ocorre com os conselhos e universidades, há maior prevalência das instituições não-governamentais na realização de articulações com os seguintes órgãos: Secretaria Municipal de Saúde, das 821 respostas obtidas, 344 (41,9%) são realizadas por instituições governamentais e 471 (57,4%) por instituições não-governamentais; Secretaria Municipal de Assistência Social, das 816 respostas obtidas, 257 (31,5%) são de instituições governamentais e 553 (67,8%) de não-governamentais; Conselho Tutelar, das 668 respostas obtidas, 274 (41,0%) são de instituições governamentais e 388 (58,1%) de não-governamentais; Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, das 510 respostas, 177 (34,7%) são de instituições governamentais e 331 (64,9%) de não-governamentais; Secretaria de Educação, das 428 respostas obtidas 207 (48,4%) são de instituições governamentais e 218 (50,9%) de não-governamentais.

Tabela 62: Articulação das instituições de acordo com a natureza

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	8	32	1	4	16	64	25	100
Secretaria Nacional Antidrogas - SENAD	5	1,2	128	29,8	296	69	429	100
Ministério da Educação	1	1,6	31	49,2	31	49,2	63	100
Ministério da Saúde	3	0,8	236	60,8	149	38,4	388	100
Ministério da Justiça	3	1,8	46	27,2	120	71	169	100
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	1	1,3	19	25,0	56	73,7	76	100
Secretaria Estadual de Educação	2	1,3	53	34,9	97	63,8	152	100
Secretaria Estadual de Saúde	2	0,4	263	55,6	208	44	473	100
Secretaria Estadual de Assistência Social	0	0	58	21,2	215	78,8	273	100
Secretaria Estadual de Justiça	3	1,6	71	38,4	111	60	185	100
Secretaria Estadual de Segurança Pública	1	0,7	47	34,8	87	64,4	135	100
Secretaria Municipal de Educação	3	0,7	207	48,4	218	50,9	428	100
Secretaria Municipal de Saúde	6	0,7	344	41,9	471	57,4	821	100
Secretaria Municipal de Assistência Social	6	0,7	257	31,5	553	67,8	816	100
Universidades e/ou centros de ensino e pesquisa	3	0,6	194	40,7	280	58,7	477	100
Conselhos Antidrogas/Entorpecentes	4	0,7	161	30,0	372	69,3	537	100
Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente	2	0,4	177	34,7	331	64,9	510	100
Conselho Tutelar	6	0,9	274	41,0	388	58,1	668	100
Conselho Comunitário de Segurança	3	2,3	41	32,0	84	65,6	128	100
Meios de comunicação (rádio, televisão, jornais, internet)	9	1,3	215	32,1	445	66,5	669	100
Associações comunitárias	3	0,6	174	35,8	309	63,6	486	100
Outra(s)	1	0,3	112	34,7	210	65	323	100
Não há articulação com outras instituições	0	0	2	4,3	45	95,7	47	100

4.1.10. Existência do conselho municipal antidrogas/entorpecentes na percepção dos dirigentes das instituições

A Figura 127 mostra que 210 (54,0%) dirigentes afirmam que no seu município existe conselho municipal antidrogas/entorpecentes e 135 (34,7%) disseram que não existe conselho. Apenas 29 (7,5%) afirmaram não saber se o conselho existe ou não.

	N	%
Não resposta	15	3,9
Sim	210	54,0
Não	135	34,7
Não sei	29	7,5
Total	389	100

Figura 127: Existência do conselho antidrogas/entorpecentes no município na percepção do dirigente da instituição governamental

Na Figura 128, observa-se que 491 (57,8%) dirigentes afirmaram existir conselho municipal antidrogas/entorpecentes, enquanto 59 (6,9%) dirigentes não sabem se o conselho existe ou não.

	N	%
Não resposta	17	2
Sim	491	57,8
Não	283	33,3
Não sei	59	6,9
Total	850	100

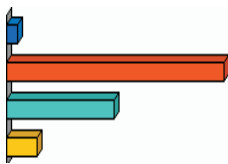


Figura 128: Existência do conselho antidrogas/entorpecentes no município na percepção do dirigente da instituição não- governamental

É importante observar, conforme Tabela 63 que 88 dirigentes afirmaram não saber se em seu município existe o conselho municipal antidrogas/entorpecentes, sendo que 29 (33,0%) são de instituições governamentais e 59 (67,0%) são de instituições não-governamentais.

Tabela 63: Existência do conselho antidrogas/entorpecentes no município na percepção do dirigente de acordo com a natureza da instituição

	Não resposta		Governa- mental		Não- governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	9	22	15	36,6	17	41,5	41	100
Sim	7	1	210	29,7	491	69,4	708	100
Não	1	0,2	135	32,2	283	67,5	419	100
Não sei	0	0,0	29	33	59	67	88	100
Total	17	1,4	389	31	850	67,7	1 256	100

4.1.11. Registro da instituição junto ao Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes

A Figura 129 mostra que 117 (30%) instituições possuem registro no conselho municipal antidrogas/entorpecentes. É importante lembrar que alguns municípios não possuem conselhos municipais antidrogas/entorpecentes.

	N	%
Não resposta	52	13,4
Sim	117	30,1
Não	218	56
Não sei	2	0,5
Total	389	100

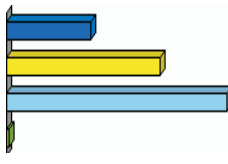


Figura 129: Registro junto ao Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes das instituições governamentais

Das instituições não-governamentais, conforme apresentado na Figura 130, percebe-se que 342 (40,2%) possuem registro no conselho municipal antidrogas/entorpecentes.

	N	%
Não resposta	72	8,5
Sim	342	40,2
Não	432	50,8
Não sei	4	0,5
Total	850	100

Figura 130: Registro junto ao Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes das instituições não-governamentais

Na Tabela 64, observa-se que das 462 instituições que possuem registro no conselho municipal antidrogas/entorpecentes, 117 (25,3%) são governamentais e 342 (74,0%) não-governamentais.

Tabela 64: Registro das instituições junto ao Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes de acordo com a natureza

	Não resposta		Governa- mental		Não- governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	11	8,1	52	38,5	72	53,3	135	100
Sim	3	0,6	117	25,3	342	74,0	462	100
Não	3	0,5	218	33,4	432	66,2	653	100
Não sei	0	0	2	33,3	4	66,7	6	100
Total	17	1,4	389	31	850	67,7	1 256	100

4.1.12. Registro da instituição junto ao Conselho Estadual Antidrogas/Entorpecentes

Observa-se na Figura 131 que mais de 132 (29%) instituições governamentais possuem registro no Conselho Estadual Antidrogas/Entorpecentes..

	N	%
Não resposta	35	9
Sim	113	29
Não	237	60,9
Não Sei	4	1
Total	389	100

Figura 131: Registro da instituição governamental junto ao Conselho Estadual Antidrogas/Entorpecentes

Na Figura 132 percebe-se que 322 (37,9%) instituições não-governamentais possuem registro no conselho estadual antidrogas/entorpecentes.

	N	%
Não resposta	57	6,7
Sim	322	37,9
Não	465	54,7
Não Sei	6	0,7
Total	850	100

Figura 132: Registro da instituição não-governamental junto ao Conselho Estadual Antidrogas/Entorpecentes

Na Tabela 65, observa-se que das 705 instituições que afirmaram não possuir registro no Conselho Estadual Antidrogas/Entorpecentes, 237 (33,6%) são governamentais e 465 (66,0%) não-governamentais.

Tabela 65: Registro da instituição junto ao Conselho Estadual Antidrogas/Entorpecentes de acordo com a natureza

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	12	11,5	35	33,7	57	54,8	104	100
Sim	2	0,5	113	25,9	322	73,7	437	100
Não	3	0,4	237	33,6	465	66	705	100
Não Sei	0	0,0	4	40,0	6	60	10	100
Total	17	1,4	389	31,0	850	67,7	1 256	100

4.1.13. Recursos materiais de acordo com a natureza da instituição

Na Tabela 66, observa-se os recursos físicos e materiais disponíveis nas instituições de tratamento. Verifica-se que os consultórios ou salas para atendimento individual totalizam 3.011, com uma média de 2,40 por instituição. Os consultórios ou salas para atendimento em grupo somam 2.028, média de 1,61 por instituição. Em relação aos leitos, os de permanência diurna somam 9.264, média de 7,38 por instituição, e os de permanência noturna totalizam 16.833, média de 13,40 por instituição. O total de enfermarias é de 4.319, média de 3,44 por instituição, e de oficinas diversas é de 1.099, média de 0,88 por instituição.

Tabela 66: Média de recursos materiais nas instituições de tratamento

RECURSOS MATERIAIS	Soma	Média
Consultório ou sala para atendimento individual	3 011	2,40
Consultório ou sala para atendimento em grupo	2 028	1,61
Laboratório de análises clínicas	71	0,06
Enfermaria ou dormitório coletivo	4 319	3,44
Apartamento/suíte	1 506	1,20
Leitos para permanência diurna	9 264	7,38
Leitos para permanência noturna	16 833	13,40
Banheiros	8 960	7,13
Chuveiros	7 926	6,31
Refeitório	1 289	1,03
Cozinha	1 302	1,04
Auditório	494	0,39
Escritório	1 415	1,13
Sala de convivência	936	0,75
Sala de atendimento	1 441	1,15
Sala de reuniões	1 862	1,48
Salas de aula	703	0,56
Sala de jogos	531	0,42
Sala de TV	1 179	0,94
Vídeo cassete	963	0,77
DVD	795	0,63
Computador	3 731	2,97
Impressora	2 258	1,80
Copiadora	327	0,26
Internet	1 195	0,95
Data Show	162	0,13
Retroprojektor	454	0,36
Filmadora	175	0,14
Máquina fotográfica	592	0,47
Oficinas diversas (marcenaria, mecânica, entre outras)	1 099	0,88
Horta/Jardim	1 221	0,97
Capela	484	0,39
Gráfica	33	0,03
Sala de ginástica	296	0,24
Quadra de esporte	484	0,39

A Tabela 67 mostra a quantidade de recursos físicos e materiais que as instituições governamentais possuem. Percebe-se que nessas instituições, o total de consultórios ou salas para atendimento individual é de 1.255, média de 1 por instituição, e para atendimento em grupo é de 678, média de 0,54 consultórios ou salas por instituição. Em relação aos leitos para permanência noturna, o total é de 1.278, média de 1,02 por instituição, e para permanência diurna é de 1.455 leitos, média de 1,16 por instituição. Quanto às enfermarias, as instituições governamentais possuem 541, média de 0,43 por instituição, e as oficinas diversas totalizam 428, média de 0,34 por instituição.

Tabela 67: Recursos materiais disponíveis nas instituições governamentais

RECURSOS MATERIAIS	Soma	Média
Consultório ou sala para atendimento individual	1 255	1,00
Consultório ou sala para atendimento em grupo	678	0,54
Laboratório de análises clínicas	30	0,02
Enfermaria ou dormitório coletivo	541	0,43
Apartamento/suíte	76	0,06
Leitos para permanência diurna	1 455	1,16
Leitos para permanência noturna	1 278	1,02
Banheiros	1 710	1,36
Chuveiros	1 093	0,87
Refeitório	269	0,21
Cozinha	321	0,26
Auditório	79	0,06
Escritório	279	0,22
Sala de convivência	224	0,18
Sala de atendimento	327	0,26
Sala de reuniões	276	0,22
Salas de aula	137	0,11
Sala de jogos	92	0,07
Sala de TV	226	0,18
Vídeo-cassete	273	0,22
DVD	189	0,15
Computador	1 137	0,91
Impressora	721	0,57
Copiadora	78	0,06
Internet	341	0,27
Data Show	78	0,06
Retroprojektor	135	0,11
Filmadora	53	0,04
Máquina fotográfica	135	0,11
Oficinas diversas (marcenaria, mecânica, entre outras)	428	0,34
Horta/Jardim	213	0,17
Capela	27	0,02
Gráfica	7	0,01
Sala de ginástica	22	0,02
Quadra de esporte	49	0,04

De acordo com a Tabela 68, nas instituições não-governamentais, o total de consultórios ou salas para atendimento individual e em grupo é 1.727, média de 1,38 por instituição, e 1.320, média de 1,05 por instituição, respectivamente. Os leitos para permanência diurna totalizam 7.474, média de 5,95 por instituição, e os de permanência noturna, 15.144, média de 12,06 por instituição. As enfermarias somam 3.689, média de 2,94 por instituição, e as oficinas diversas totalizam 655, média de 0,52 por instituição.

Tabela 68. Recursos materiais disponíveis nas instituições não-governamentais

RECURSOS MATERIAIS	Soma	Média
Consultório ou sala para atendimento individual	1 727	1,38
Consultório ou sala para atendimento em grupo	1 320	1,05
Laboratório de análises clínicas	40	0,03
Enfermaria ou dormitório coletivo	3 689	2,94
Apartamento/suíte	1 421	1,13
Leitos para permanência diurna	7 474	5,95
Leitos para permanência noturna	15 144	12,06
Banheiros	7 185	5,72
Chuveiros	6 721	5,35
Refeitório	1 009	0,80
Cozinha	969	0,77
Auditório	409	0,33
Escritório	1 128	0,90
Sala de convivência	705	0,56
Sala de atendimento	1 094	0,87
Sala de reuniões	1 575	1,25
Salas de aula	561	0,45
Sala de jogos	429	0,34
Sala de TV	937	0,75
Vídeo-cassete	679	0,54
DVD	598	0,48
Computador	2 551	2,03
Impressora	1 506	1,20
Copiadora	244	0,19
Internet	835	0,66
Data Show	81	0,06
Retroprojektor	311	0,25
Filmadora	119	0,09
Máquina fotográfica	452	0,36
Oficinas diversas (marcenaria, mecânica, entre outras)	655	0,52
Horta/Jardim	995	0,79
Capela	451	0,36
Gráfica	25	0,02
Sala de ginástica	271	0,22
Quadra de esporte	430	0,34

4.1.14. Fontes de recursos financeiros das instituições de tratamento

A Figura 133 mostra as fontes de recursos financeiros utilizados pelas instituições governamentais para desenvolver suas atividades. Pode-se perceber que das 389 (31%) instituições governamentais, 353 (28,1%) tem seus recursos provenientes do governo brasileiro, assim distribuídos: recursos municipais 267 (21%); federais, em 218 (17,4%); e estaduais, em 122 (9,7%) instituições. Observa-se que 66 (5,3%) instituições citaram que seus recursos provêm de outras fontes de recursos, prevalecendo doações de pessoas jurídicas 30 (2,4%); e de pessoas físicas, 29 (2,3%). A fonte proveniente de receita própria obteve 76 (6,1%) respostas, sendo que a venda de produtos, 39 (3,1 %), foi a mais citada pelos dirigentes.

Nas instituições não-governamentais, Figura 133, das 850 (61,8%) instituições, 622 (49,5%) indicaram que os recursos provêm de receita própria, assim distribuídos: 396 (31,5%) são recursos de internações, 252 (20,1%) são de venda de produtos, 188 (15,0%) de palestras e eventos, 95 (7,6%) de consultas. A opção Outras fontes de recursos obteve 583 (46,4%) respostas, sendo que as mais citadas foram: doações de pessoas físicas 528 (42,0%), doação de pessoas jurídicas, 351 (27,9%) e recursos provenientes de mantenedoras, 149 (11,9%). É importante observar que mais da metade das instituições não-governamentais, 454 (36,1%) recebem recursos do governo brasileiro, provenientes da esfera municipal, 365 (29,1%); estadual, 168 (13,4%); e federal 92 (7,3%).

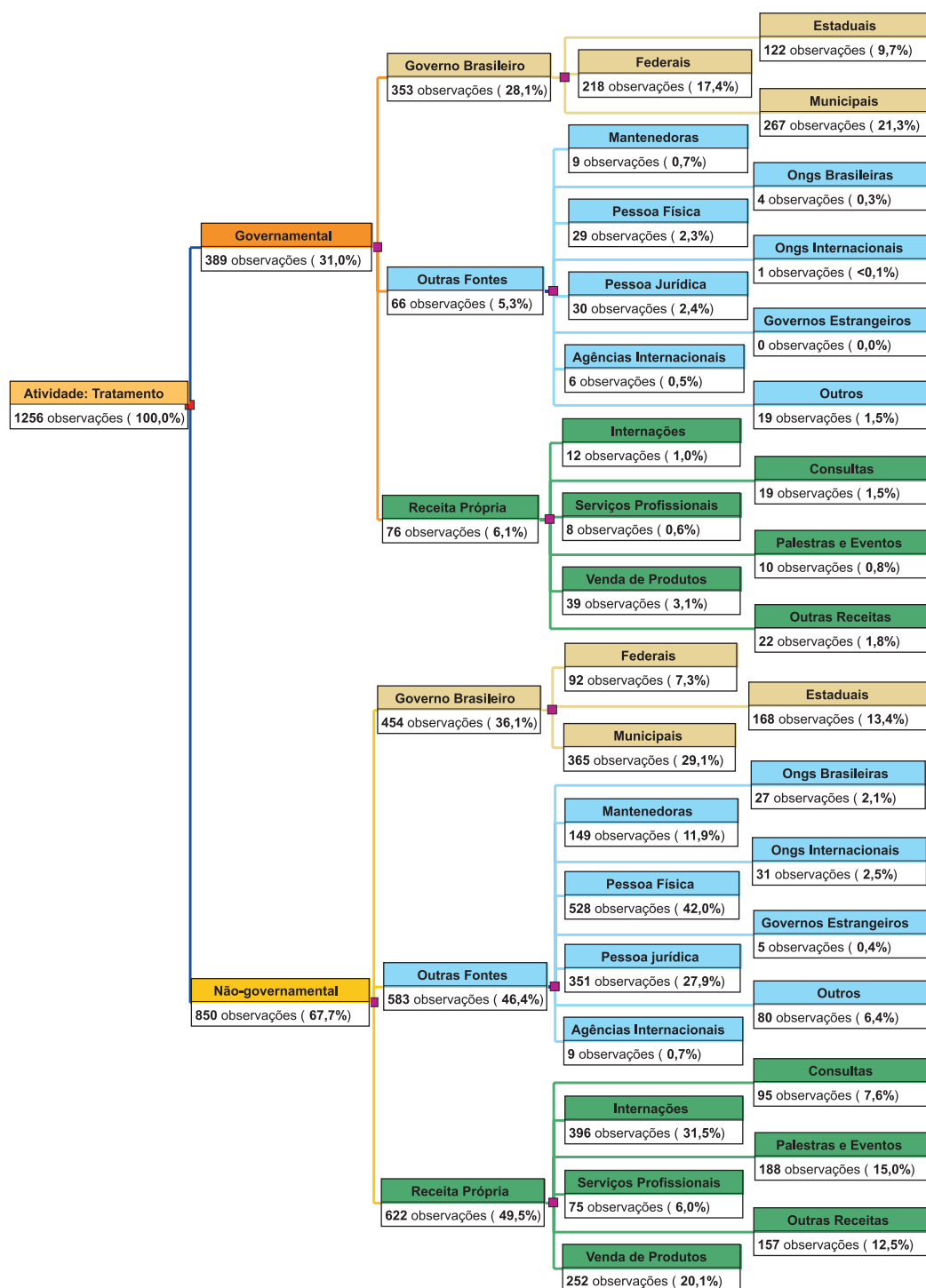
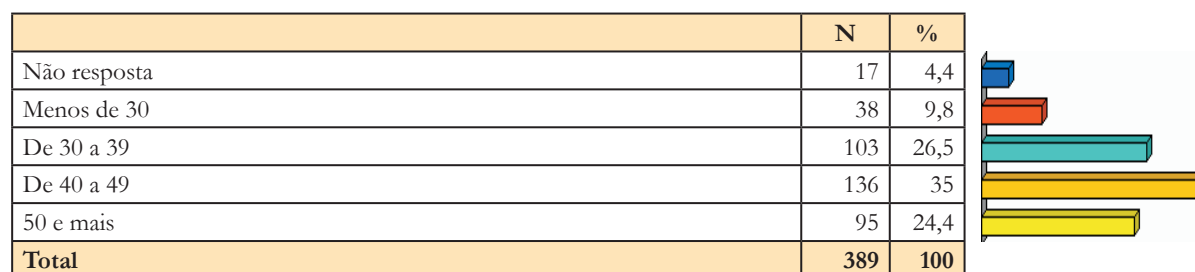


Figura 133: Fontes de recursos financeiros utilizados pelas instituições.

4.2. Características do dirigente

4.2.1. Idade

A Figura 134 mostra que a idade mínima dos dirigentes das instituições governamentais que realizam atividades de tratamento é de 21 anos e a máxima é de 77 anos. Os dirigentes que possuem de 40 a 49 anos são a maioria, em um total de 136 (35%) respostas.

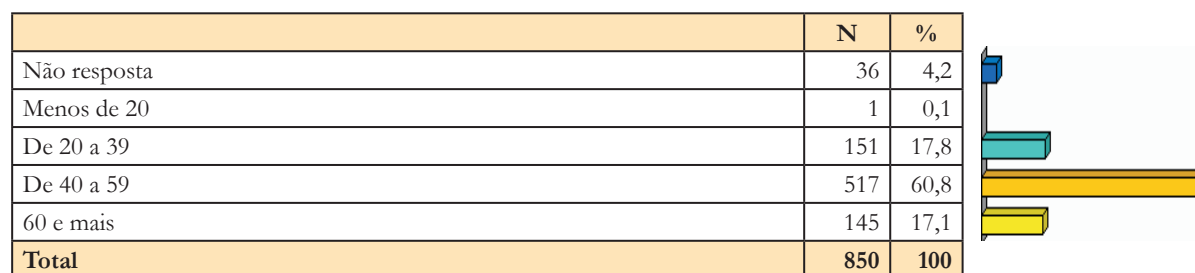


Média = 42,83 Desvio-padrão = 10,10

Mín = 21 Máx = 77

Figura 134: Idade do dirigente das instituições governamentais

Já nas instituições não-governamentais, conforme Figura 135, pode-se observar que a idade mínima do dirigente é de 19 anos e a máxima de 96 anos. A faixa etária de maior prevalência foi entre 40 a 59 anos, com 517 (60,8%) respostas.



Média = 48,92 Desvio-padrão = 11,51

Mín = 19 Máx = 96

Figura 135: Idade do dirigente das instituições não-governamentais

A Tabela 69 representa a distribuição da idade do dirigente de acordo com a natureza da instituição. Dentre as 731 respostas do intervalo de idade de 40 a 59 anos, 211 (28,9%) são de instituições governamentais e 517 (70,7%) de não-governamentais. Em relação aos dirigentes com mais de 60 anos, a Figura mostra que das 171 respostas obtidas, 20 (11,7%) são de instituições governamentais e 145 (84,8%) são de instituições não-governamentais.

Tabela 69: Idade do dirigente de acordo com a natureza da instituição

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	5	8,6	17	29,3	36	62,1	58	100
Menos de 20	0	0,0	0	0,0	1	100	1	100
De 20 a 39	3	1,0	141	47,8	151	51,2	295	100
De 40 a 59	3	0,4	211	28,9	517	70,7	731	100
60 e mais	6	3,5	20	11,7	145	84,8	171	100
Total	17	1,4	389	31,0	850	67,7	1 256	100

4.2.2. Sexo

Nas instituições de tratamento de natureza governamental (figura 136), há maior número de dirigentes do sexo feminino, totalizando 266 (68,4%) respostas, enquanto os dirigentes do sexo masculino somam 116 (29,89%).

	N	%
Não resposta	7	1,8
Feminino	266	68,4
Masculino	116	29,8
Total	389	100

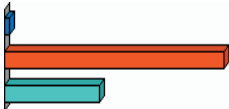


Figura 136: Sexo do dirigente das instituições governamentais

A Figura 137 mostra que, nas instituições não-governamentais de tratamento, 607 (71,4%) dirigentes são do sexo masculino, enquanto 236 (27,8%) são do sexo feminino.

	N	%
Não resposta	7	0,8
Feminino	236	27,8
Masculino	607	71,4
Total	850	100

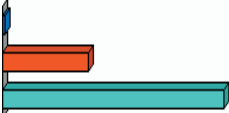


Figura 137: Sexo do dirigente das instituições não-governamentais

Na Tabela 70, observa-se que, na distribuição do gênero do dirigente de acordo com a natureza da instituição, 730 instituições marcaram o sexo masculino. Destas, 116 (15,9%) são instituições governamentais e 607 (83,2%) são instituições não-governamentais. Das 509 instituições que possuem dirigentes do sexo feminino, 266 (52,3%) são instituições governamentais e 236 (46,4%) são não-governamentais.

Tabela 70: Sexo do dirigente de acordo com a natureza da instituição

	Não resposta		Governa- mental		Não- governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	3	17,6	7	41,2	7	41,2	17	100
Feminino	7	1,4	266	52,3	236	46,4	509	100
Masculino	7	1,0	116	15,9	607	83,2	730	100
Total	17	1,4	389	31,0	850	67,7	1 256	100

4.2.3. Escolaridade

Em relação à escolaridade dos dirigentes das instituições governamentais de tratamento, Figura 138, percebe-se que 242 (62,2%) dirigentes possuem pós-graduação e 158 (40,6%) possuem nível superior completo.

	N	%
Não resposta	7	1,8
Ensino fundamental (1º grau) incompleto	1	0,3
Ensino fundamental (1º grau) completo	4	1
Ensino médio (2º grau) incompleto	3	0,8
Ensino médio (2º grau) completo	13	3,3
Ensino superior incompleto	21	5,4
Ensino superior completo	158	40,6
Pós-graduação	242	62,2
Não sabe ler	0	0
Não sabe escrever	1	0,3
Não sabe ler e escrever	0	0
Total	389	

Figura 138: Escolaridade do dirigente das instituições governamentais

Nas instituições não-governamentais, conforme apresenta a Figura 139, 309 (36,4%) dirigentes possuem nível superior, 200 (23,5%) possuem pós-graduação, 165 (19,4%) possuem ensino médio completo e 104 (12,2%) possuem ensino superior incompleto.

	N	%
Não resposta	15	1,8
Ensino fundamental (1º grau) incompleto	55	6,5
Ensino fundamental (1º grau) completo	37	4,4
Ensino médio (2º grau) incompleto	55	6,5
Ensino médio (2º grau) completo	165	19,4
Ensino superior incompleto	104	12,2
Ensino superior completo	309	36,4
Pós-graduação	200	23,5
Não sabe ler	0	0
Não sabe escrever	2	0,2
Não sabe ler e escrever	4	0,5
Total	850	

Figura 139: Escolaridade do dirigente das instituições não-governamentais

Ao se analisar a distribuição da escolaridade do dirigente de acordo com a natureza da instituição (Tabela 71), percebe-se que, do total de 476 dirigentes que possuem o ensino superior completo, 158 (33,2%) são de instituições governamentais e 309 (64,9%) são de instituições não-governamentais. Sobre os dirigentes que possuem pós-graduação das 445 respostas obtidas, 242 (54,4%) são de instituições governamentais e 200 (44,9%) são de instituições não-governamentais. É interessante observar que, dos 179 dirigentes que afirmaram possuir o ensino médio completo, 13 (7,3%) pertencem às instituições governamentais e 165 (92,2%) pertencem às não-governamentais.

Tabela 71: Escolaridade do dirigente de acordo com a natureza das instituições de tratamento

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	4	15,4	7	26,9	15	57,7	26	100
Ensino fundamental (1º grau) incompleto	0	0	1	1,8	55	98,2	56	100
Ensino fundamental (1º grau) completo	0	0	4	9,8	37	90,2	41	100
Ensino médio (2º grau) incompleto	0	0	3	5,2	55	94,8	58	100
Ensino médio (2º grau) completo	1	0,6	13	7,3	165	92,2	179	100
Ensino superior incompleto	2	1,6	21	16,5	104	81,9	127	100
Ensino superior completo	9	1,9	158	33,2	309	64,9	476	100
Pós-graduação	3	0,7	242	54,4	200	44,9	445	100
Não sabe ler	0		0		0		0	100
Não sabe escrever	0	0	1	33,3	2	66,7	3	100
Não sabe ler e escrever	0	0	0	0	4	100	4	100
Total	19	1,3	450	31,8	946	66,9	1 415	100

4.2.4 Remuneração

A Figura 140 mostra que, nas instituições governamentais que realizam atividades de tratamento, 323 (83%) dirigentes recebem alguma remuneração pela atividade realizada e 57 (14,7%) dirigentes relatam não serem remunerados pela instituição.

	N	%
Não resposta	9	2,3
Sim	323	83
Não	57	14,7
Total	389	100

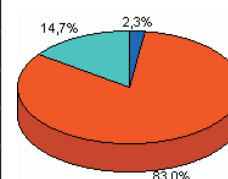


Figura 140: Remuneração do dirigente de instituição governamental

Nas instituições não-governamentais que realizam tratamento, apenas 186 (21,9%) dirigentes são remunerados pelos serviços prestados na instituição de tratamento, enquanto 655 (77,1%) dirigentes não recebem nenhuma remuneração pelas atividades realizadas, conforme mostra a Figura 141.

	N	%
Não resposta	9	1,1
Sim	186	21,9
Não	655	77,1
Total	850	100

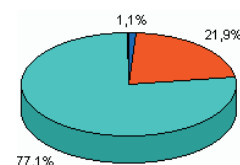


Figura 141: Remuneração do dirigente de instituição não-governamental

A Tabela 72 apresenta a distribuição da remuneração do dirigente de acordo com a natureza da instituição. Percebe-se que, dos 513 dirigentes que afirmaram receber alguma remuneração pelos serviços prestados na instituição, 323 (63,0%) trabalham em instituições governamentais e 186 (36,3%) trabalham em instituições não-governamentais. Já em relação àqueles que afirmaram não receber remuneração, do total de 720, 655 (91,0%) são dirigentes de instituições não-governamentais e apenas 57 (7,9%) são de instituições governamentais.

Tabela 72: Remuneração do dirigente de acordo com a natureza da instituição

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	5	21,7	9	39,1	9	39,1	23	100
Sim	4	0,8	323	63	186	36,3	513	100
Não	8	1,1	57	7,9	655	91,0	720	100
Total	17	1,4	389	31	850	67,7	1 256	100

4.2.5. Atividade remunerada fora da instituição pelo dirigente

A Figura 142 mostra que 200 (51,4%) dirigentes de instituições governamentais de tratamento realizam atividades remuneradas fora da instituição e 181 (46,5%) dirigentes não realizam outra atividade remunerada.

	N	%
Não resposta	8	2,1
Sim	200	51,4
Não	181	46,5
Total	389	100

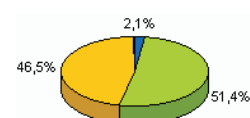


Figura 142: Exercício de atividade remunerada fora da instituição governamental

Em relação às instituições não-governamentais de tratamento, de acordo com a Figura 143, também se percebe que mais da metade dos dirigentes exercem atividades remuneradas fora da instituição, somando 507 (59,6%), enquanto 326 (38,4%) dirigentes afirmam não exercer atividades remuneradas fora da instituição.

	N	%
Não resposta	17	2
Sim	507	59,6
Não	326	38,4
Total	850	100

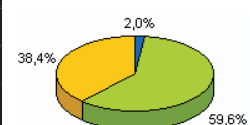


Figura 143: Exercício de atividade remunerada fora da instituição não-governamental

Na análise da distribuição do exercício de atividade remunerada fora da instituição pelo dirigente de acordo com a natureza da instituição, conforme Tabela 73, percebe-se que, do total de 714 dirigentes que afirmaram possuir alguma atividade remunerada fora da instituição, 200 (28,0%) pertencem às instituições governamentais e 507 (71,0%) são de instituições não-governamentais.

Tabela 73: Exercício de atividade remunerada fora da instituição de acordo com a natureza

	Não resposta		Governa- mental		Não- governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	5	16,7	8	26,7	17	56,7	30	100
Sim	7	1	200	28	507	71	714	100
Não	5	1	181	35,4	326	63,7	512	100
Total	17	1,4	389	31	850	67,7	1 256	100

4.2.6. Total de horas semanais

Nas instituições governamentais que oferecem atividades de tratamento, conforme mostra a Figura 144, o total de horas semanais dedicadas pelos dirigentes a essas instituições concentra-se entre 40 e 79 horas, com 190 (48,8%) respostas. Já a resposta menos de 40 horas obteve 178 (45,8%) marcações.

	N	%
Não resposta	18	4,6
Menos de 40	178	45,8
De 40 a 79	190	48,8
De 80 a 119	1	0,3
120 e mais	2	0,5
Total	389	100

Média = 33,36 Desvio-padrão = 15,33

Mín = 1 Máx = 168

Figura 144: Horas semanais dedicadas pelo dirigente à instituição governamental

Observa-se, na Figura 145, que nas instituições não-governamentais, ao contrário das governamentais, a dedicação dos dirigentes se concentra em menos de 40 horas, 474 (55,8%). Em seguida, aparece a dedicação de 40 a 79 horas com 270 (31,8%) respostas.

	N	%
Não resposta	35	4,1
Menos de 40	474	55,8
De 40 a 79	270	31,8
De 80 a 119	36	4,2
120 e mais	35	4,1
Total	850	100

Média = 37,05 Desvio-padrão = 34,18

Mín = 1 Máx = 168

Figura 145: Horas semanais dedicadas pelo dirigente à instituição não-governamental

Observa-se na Tabela 74, que das 542 marcações referentes à dedicação de 40 horas ou mais por semana, 193 (35,6%) referem-se a dirigentes pertencentes às instituições governamentais e 343 (63,3%) a instituições não-governamentais.

Tabela 74: Horas semanais dedicadas pelo dirigente de acordo com a natureza da instituição

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	6	10,5	18	31,6	33	57,9	57	100
Menos de 8	2	2,1	13	13,8	79	84	94	100
De 8 a 19	0	0	23	13,1	152	86,9	175	100
De 20 a 29	1	0,4	54	24	170	75,6	225	100
De 30 a 39	2	1,2	88	54	73	44,8	163	100
40 e mais	6	1,1	193	35,6	343	63,3	542	100
Total	17	1,4	389	31	850	67,7	1 256	100

4.2.7. Motivação do dirigente para trabalhar com a temática de álcool e outras drogas

A Figura 146 apresenta as motivações dos dirigentes das instituições governamentais. Observa-se que a motivação que prevalece é a profissional, com 236 (60,7%) respostas.

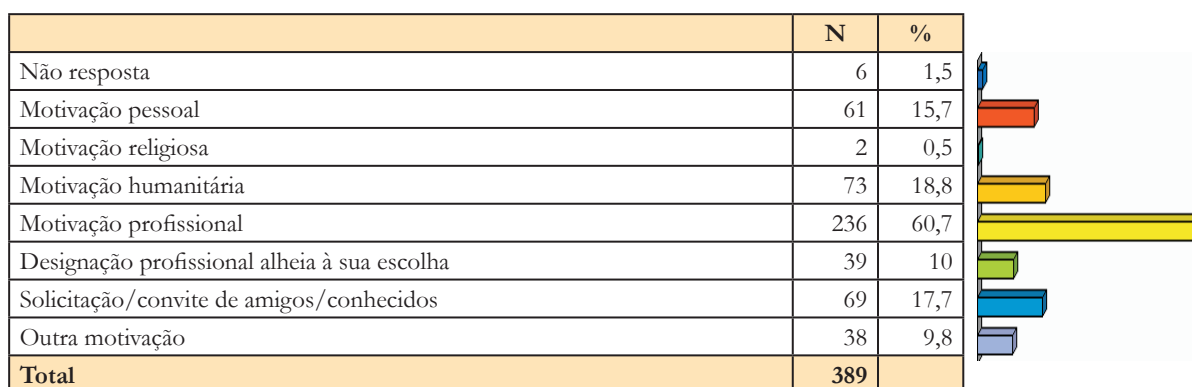


Figura 146: Motivação do dirigente de instituição governamental

Nas instituições não-governamentais, conforme apresentado na Figura 147, a principal motivação dos dirigentes é a pessoal, que obteve 351 (41,3%) marcações. Observa-se que a maioria dos dirigentes dessas instituições já foram usuários de drogas e consideraram importante essa experiência para lidar com o tratamento.

Em seguida, aparecem as motivações humanitária e religiosa, com 322 (37,9%) e 218 (25,6%) citações, respectivamente.

	N	%
Não resposta	5	0,6
Motivação pessoal	351	41,3
Motivação religiosa	218	25,6
Motivação humanitária	322	37,9
Motivação profissional	117	13,8
Designação profissional alheia à sua escolha	6	0,7%
Solicitação/convite de amigos/conhecidos	80	9,4%
Outra motivação	71	8,4%
Total	850	

Figura 147: Motivação do dirigente de instituição não-governamental

Como pode ser observado na Tabela 75, a alternativa mais citada foi a motivação pessoal, com 415 respostas, sendo 61 (14,7%) relativas às instituições governamentais e 351 (84,6%) às não-governamentais. Em relação à motivação designação profissional alheia a sua escolha, observa-se que das 45 respostas obtidas, 39 (86,7%) se referem a instituições governamentais e apenas 6 (13,3%) a instituições não-governamentais.

Tabela 75: Motivação do dirigente de acordo com a natureza da instituição de tratamento

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	6	35,3	6	35,3	5	29,4	17	100
Motivação pessoal	3	0,7	61	14,7	351	84,6	415	100
Motivação religiosa	3	1,3	2	0,9	218	97,8	223	100
Motivação humanitária	3	0,8	73	18,3	322	80,9	398	100
Motivação profissional	3	0,8	236	66,3	117	32,9	356	100
Designação profissional alheia à sua escolha	0	0	39	86,7	6	13,3	45	100
Solicitação/convite de amigos/conhecidos	1	0,7	69	46	80	53,3	150	100
Outra motivação	0	0	38	34,9	71	65,1	109	100
Total	19	1,1	524	30,6	1 170	68,3	1 713	100

4.2.8. Participação em conselhos

Em relação à participação em conselhos, Figura 148, 144 (37%) dirigentes das instituições governamentais indicaram que participam ou já participaram do Conselho Municipal de Saúde, 99 (25,4%) participam ou já participaram do Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes, 65 (16,7%) do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e 62 (15,9%) do Conselho Municipal de Assistência Social. Nota-se que 96 (24,7%) dirigentes nunca participaram de conselhos.

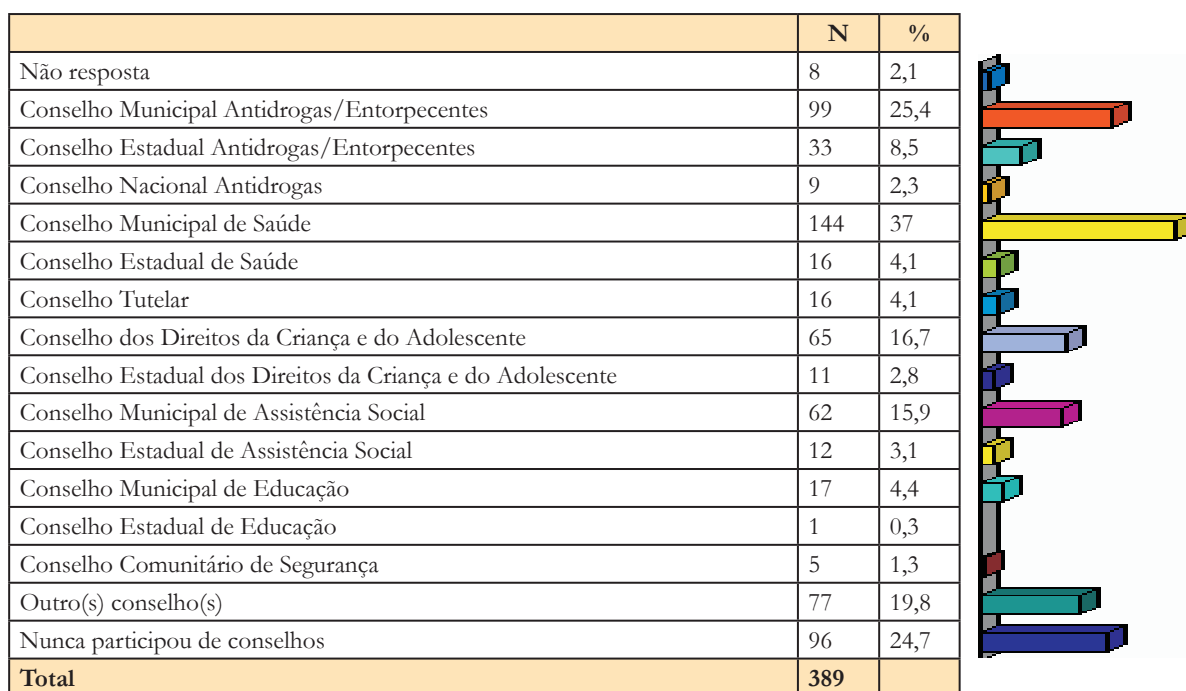


Figura 148: Participação dos dirigentes das instituições governamentais em conselhos

Conforme se observa na Figura 149, a maior participação dos dirigentes das instituições não-governamentais é no Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes, obtendo 251 (29,5%) respostas.

Em seguida, aparece o Conselho Municipal de Assistência Social 212 (24,9%); o Conselho Municipal de Saúde, 171 (20,1%); e o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, 169 (19,9%). Percebe-se que 290 (34,1%) dirigentes nunca participaram de conselhos.

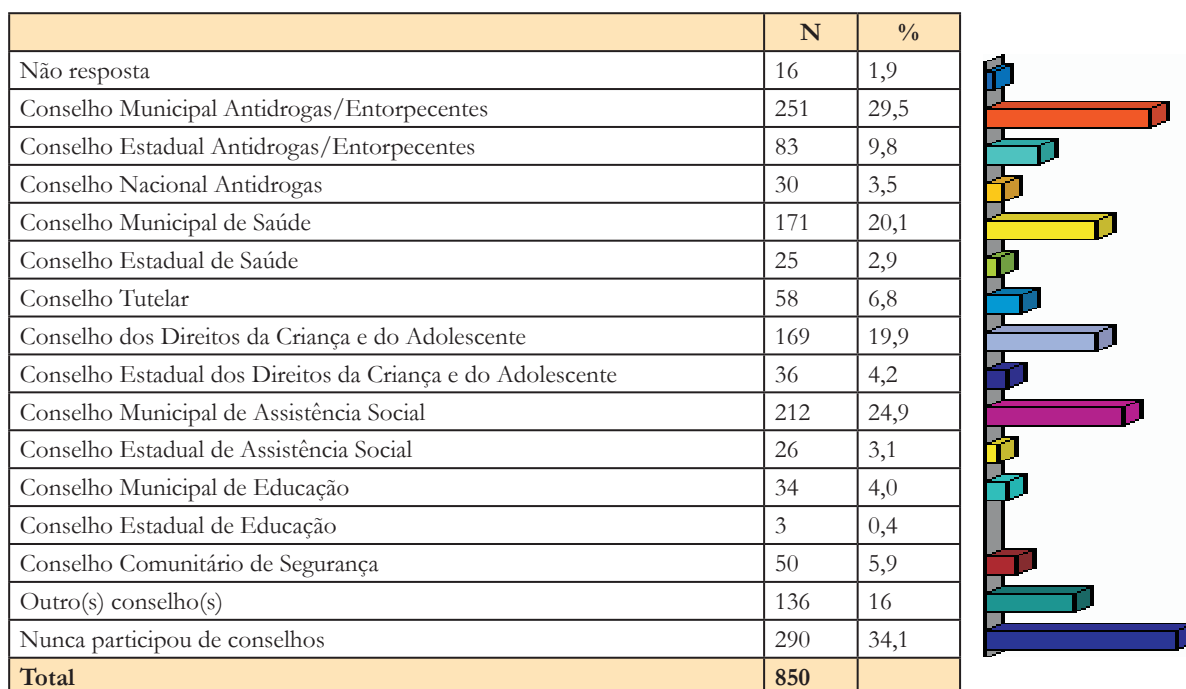


Figura 149: Participação dos dirigentes de instituições não-governamentais em conselhos

A Tabela 76 apresenta a distribuição dos dirigentes em conselhos de acordo com a natureza da instituição. Observa-se que a participação no Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes foi a alternativa com maior índice de marcação, obtendo 353 respostas, sendo que 99 (28,0%) correspondem a instituições governamentais e 251 (71,1%) a não-governamentais. Em relação à participação no Conselho de Saúde, 317 dirigentes marcaram essa opção, sendo que 144 (45,4%) se referem a instituições governamentais e 171 (53,9%) a não-governamentais. Deve-se observar que a opção nunca participou de conselhos obteve 392 respostas, 96 (24,5%) referentes às instituições governamentais e 290 (74,0%) às não-governamentais.

Tabela 76: Participação dos dirigentes em conselhos de acordo com a natureza da instituição

	Não resposta		Governa- mental		Não- governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	6	20	8	26,7	16	53,3	30	100
Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes	3	0,8	99	28	251	71,1	353	100
Conselho Estadual Antidrogas/Entorpecentes	0	0	33	28,4	83	71,6	116	100
Conselho Nacional Antidrogas	0	0	9	23,1	30	76,9	39	100
Conselho Municipal de Saúde	2	0,6	144	45,4	171	53,9	317	100
Conselho Estadual de Saúde	0	0	16	39	25	61	41	100
Conselho Tutelar	1	1,3	16	21,3	58	77,3	75	100
Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente	1	0,4	65	27,7	169	71,9	235	100
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente	0	0	11	23,4	36	76,6	47	100
Conselho Municipal de Assistência Social	2	0,7	62	22,5	212	76,8	276	100
Conselho Estadual de Assistência Social	1	2,6	12	30,8	26	66,7	39	100
Conselho Municipal de Educação	0	0	17	33,3	34	66,7	51	100
Conselho Estadual de Educação	0	0	1	25	3	75	4	100
Conselho Comunitário de Segurança	3	5,2	5	8,6	50	86,2	58	100
Outro(s) Conselho(s)	3	1,4	77	35,6	136	63	216	100
Nunca participou de conselhos	6	1,5	96	24,5	290	74	392	100
Total	28	1,2	671	29,3	1 590	69,5	2 289	100

4.3. Características da equipe profissional

4.3.1. Quantidade de profissionais que trabalham nas instituições de tratamento e sua formação

A Tabela 77 apresenta o quantitativo e a média de profissionais que trabalham em instituições de tratamento aos usuários/dependentes de álcool e drogas. Em relação aos profissionais de saúde, observa-se que a prevalência é de técnico ou de auxiliar de enfermagem, totalizando 5.742 profissionais, com uma média de 4,57 profissionais por instituição, seguidos de médico (2.988), média de 2,38 por instituição; psicólogo (2.552), média 2,03 por instituição; enfermeiro (1.369), média de 1,09 por instituição; assistente social (1.329), média de 1,06 por instituição; oficinairo (931), média de 0,74 por instituição; terapeuta ocupacional (760), média de 0,61 por instituição; agente de saúde (603), média de 0,48 por instituição; dentista (477), média de 0,38 por instituição e redutor de danos (475), média de 0,38 por instituição.

Tabela 77: Quantidade média de trabalhadores de acordo com a categoria profissional

Formação Profissional	Soma	Média/ instituição
Administrador	990	0,79
Advogado	711	0,57
Agente de Saúde	603	0,48
Assistente Social	1329	1,06
Auxiliar Sdministrativo (secretária, digitador, oficineiro	3008	2,39
Auxiliar de Serviços Gerais (faxineiro, auxiliar de escritório	4794	3,82
Contador	693	0,55
Dentista	477	0,38
Educador Social	907	0,72
Enfermeiro	1369	1,09
Estagiários/bolsistas	1601	1,27
Fisioterapeuta	266	0,21
Médico	2988	2,38
Motorista	694	0,55
Nutricionista	307	0,24
Oficineiro	931	0,74
Outros voluntários	4564	3,63
Pedagogo	418	0,33
Professor	971	0,77
Psicólogo	2552	2,03
Redutor de Danos	475	0,38
Segurança e/ou vigia	750	0,60
Técnico ou auxiliar de enfermagem	5742	4,57
Terapeuta Ocupacional	760	0,61

Na Tabela 78: observa-se o quantitativo de profissionais em instituições governamentais que realizam atividades de tratamento. Entre os profissionais da área da saúde, destacam-se, por ordem de prevalência: técnico ou auxiliar de enfermagem (2.023), média de 5,20 por instituição; médico (1.368), média de 3,52 por instituição; psicólogo (1.033), média de 2,66 por instituição; enfermeiro (652), média de 1,68 por instituição; assistente social (551), média de 1,42 por instituição. Nota-se um baixo índice de profissionais como terapeuta ocupacional (280), média de 0,72 por instituição; agente de saúde (189), média de 0,49 por instituição, e redutor de danos (162), média de 0,42 por instituição.

Tabela 78: Quantidade média de trabalhadores de acordo com a categoria profissional nas instituições governamentais

Formação Profissional	Soma	Média/
instituição		
Administrador	149	0,38
Advogado	130	0,33
Agente de Saúde	189	0,49
Assistente Social	551	1,42
Auxiliar Administrativo (secretária, digitador)	1057	2,72
Auxiliar de Serviços Gerais (faxineiro, auxiliar)	1446	3,72
Contador	34	0,09
Dentista	127	0,33
Educador Social	53	0,14
Enfermeiro	652	1,68
Estagiários/bolsistas	677	1,74
Fisioterapeuta	70	0,18
Médico	1368	3,52
Motorista	215	0,55
Nutricionista	83	0,21
Oficineiro	298	0,77
Outros voluntários	306	0,79
Pedagogo	100	0,26
Professor	311	0,80
Psicólogo	1033	2,66
Redutor de Danos	162	0,42
Segurança e/ou vigia	410	1,05
Técnico ou auxiliar de enfermagem	2023	5,20
Terapeuta Ocupacional	280	0,72

Nas instituições não-governamentais, conforme Tabela 79, percebe-se que os maiores quantitativos de profissionais de saúde que trabalham nessas instituições são, por ordem de prevalência: técnico ou auxiliar de enfermagem (3.639), média de 4,28 por instituição; médico (1.597), média de 1,88 por instituição; psicólogo (1.497), média de 1,76 por instituição; assistente social (766), média de 0,90 por instituição; enfermeiro (701), média de 0,82 por instituição; oficinairo (616), média de 0,72 por instituição; terapeuta ocupacional (471), média de 0,55 por instituição, e redutor de danos (305), média de 0,36 por instituição.

Tabela 79: Quantidade média de trabalhadores por categoria profissional nas instituições não-governamentais

Formação Profissional	Soma	Media/ instituição
Administrador	831	0,98
Advogado	575	0,68
Agente de Saúde	411	0,48
Assistente Social	766	0,90
Auxiliar Administrativo (secretária, digitador)	1928	2,27
Auxiliar de Serviços Gerais (faxineiro, auxiliar)	3317	3,90
Contador	653	0,77
Dentista	348	0,41
Educador Social	847	1,00
Enfermeiro	701	0,82
Estagiários/Bolsistas	915	1,08
Fisioterapeuta	196	0,23
Médico	1597	1,88
Motorista	473	0,56
Nutricionista	222	0,26
Oficineiro	616	0,72
Outros voluntários	4130	4,86
Pedagogo	316	0,37
Professor	657	0,77
Psicólogo	1497	1,76
Redutor de Danos	305	0,36
Segurança e/ou vigia	337	0,40
Técnico ou auxiliar de enfermagem	3639	4,28
Terapeuta Ocupacional	471	0,55

Na Figura 150, percebe-se que essa capacitação é prevista em 318 (81,7%) instituições governamentais que realizam atividades de tratamento.

	N	%
Não resposta	15	3,9
Sim	318	81,7
Não	56	14,4
Total	389	100

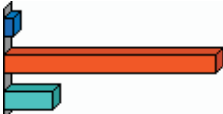


Figura 150: Previsão de capacitação nas instituições governamentais

A Figura 151 mostra que, nas instituições não-governamentais que realizam atividades de tratamento, a capacitação é prevista por 660 (77,6%).

	N	%
Não resposta	35	4,1
Sim	660	77,6
Não	155	18,2
Total	850	100

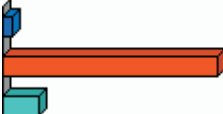


Figura 151: Previsão de capacitação nas instituições não-governamentais

Observa-se, na Tabela 80, que, das 987 instituições que indicaram prever a capacitação para os seus profissionais, 318 (32,2%) são governamentais e 660 (66,9%) não-governamentais.

Tabela 80: Previsão de capacitação de acordo com a natureza das instituições

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	7	12,3	15	26,3	35	61,4	57	100
Sim	9	0,9	318	32,2	660	66,9	987	100
Não	1	0,5	56	26,4	155	73,1	212	100
Total	17	1,4	389	31,0	850	67,7	1 256	100

4.3.2. Atividades de capacitação desenvolvidas nas instituições de tratamento

Pode-se observar, na Figura 152, que as atividades de capacitação mais fornecidas pelas instituições governamentais são palestras, conferências, seminários, simpósios, 273 (70,2%); cursos de curta duração, 238 (61,2%); e leitura e discussão de texto, 224 (57,6%).

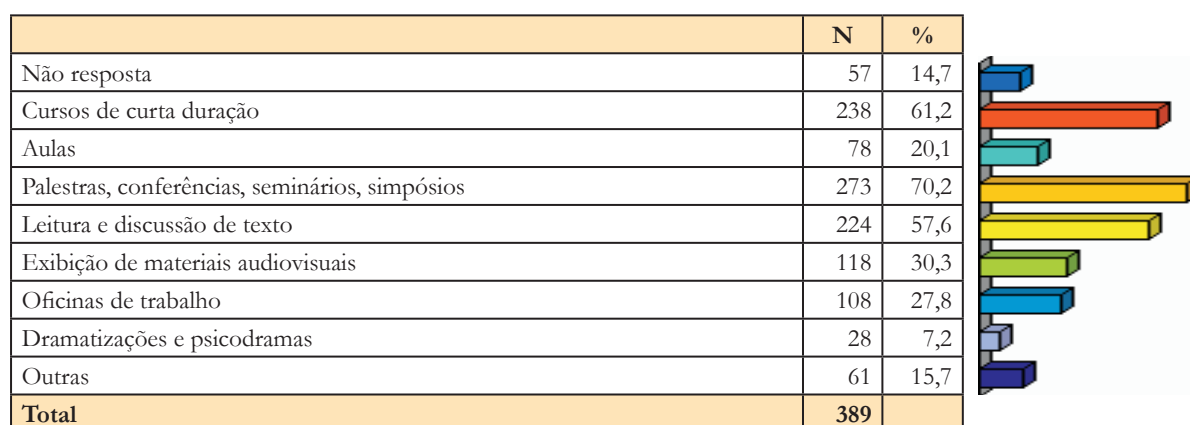


Figura 152: Atividades de capacitação desenvolvidas nas instituições governamentais

Percebe-se, na Figura 153, que, nas instituições não-governamentais que realizam atividades de tratamento, as atividades de capacitação mais oferecidas coincidem com as das instituições governamentais, como palestras, conferências, seminários, simpósios, 574 (67,5%); cursos de curta duração, 502 (59,1%); e leitura e discussão de texto, 388 (45,6%).

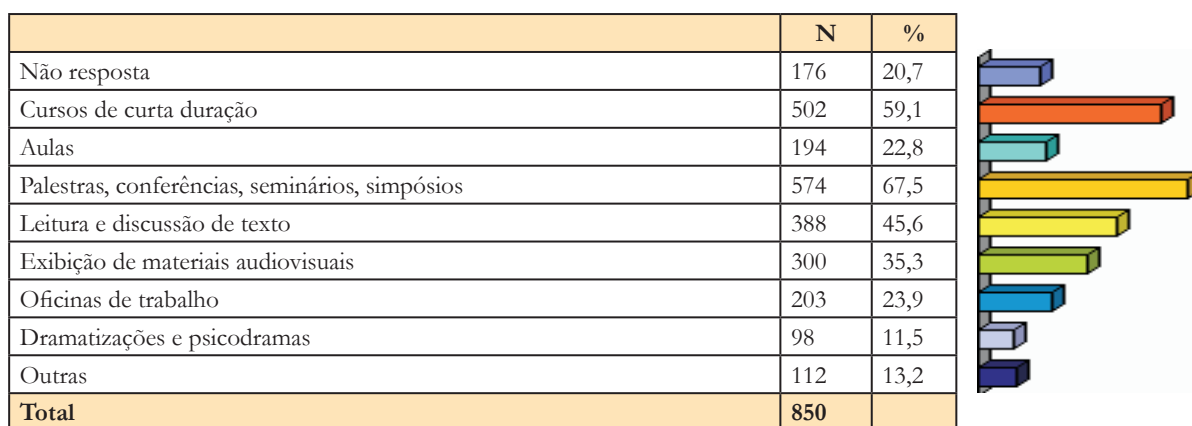


Figura 153: Atividades de capacitação desenvolvidas nas instituições não-governamentais

Na Tabela 81, observa-se que, das 855 instituições que realizam palestras, conferências, seminários e/ou simpósios como atividades de capacitação, 273 (31,9%) são governamentais e 574 (67,1%) não-governamentais. Em relação aos cursos de curta duração, do total de 747 instituições que realizam essa atividade, 238 (31,9%) são governamentais e 502 (67,2%) não-governamentais. A atividade de leitura e discussão de texto é realizada por 618 instituições, sendo 224 (36,2%) governamentais e 388 (62,8%) não-governamentais.

Tabela 81: Atividades de capacitação desenvolvidas de acordo com a natureza da instituição

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	8	3,3	57	23,7	176	73	241	100
Cursos de curta duração	7	0,9	238	31,9	502	67,2	747	100
Aulas	3	1,1	78	28,4	194	70,5	275	100
Palestras, conferências, seminários, simpósios	8	0,9	273	31,9	574	67,1	855	100
Leitura e discussão de texto	6	1	224	36,2	388	62,8	618	100
Exibição de materiais audiovisuais	4	0,9	118	28	300	71,1	422	100
Oficinas de trabalho	1	0,3	108	34,6	203	65,1	312	100
Dramatizações e psicodramas	1	0,8	28	22	98	77,2	127	100
Outras	0	0	61	35,3	112	64,7	173	100
Total	38	1,0	1 185	31,4	2 547	67,6	3 770	100

4.3.3. Frequência da capacitação nas instituições de tratamento

Como pode ser observado na Figura 154, a frequência com que as capacitações são oferecidas pelas instituições governamentais que realizam atividades de tratamento são, por ordem de ocorrência: eventual, 122 (31,4%); semanal, 65 (16,7%); e mensal, 51 (13,1%).

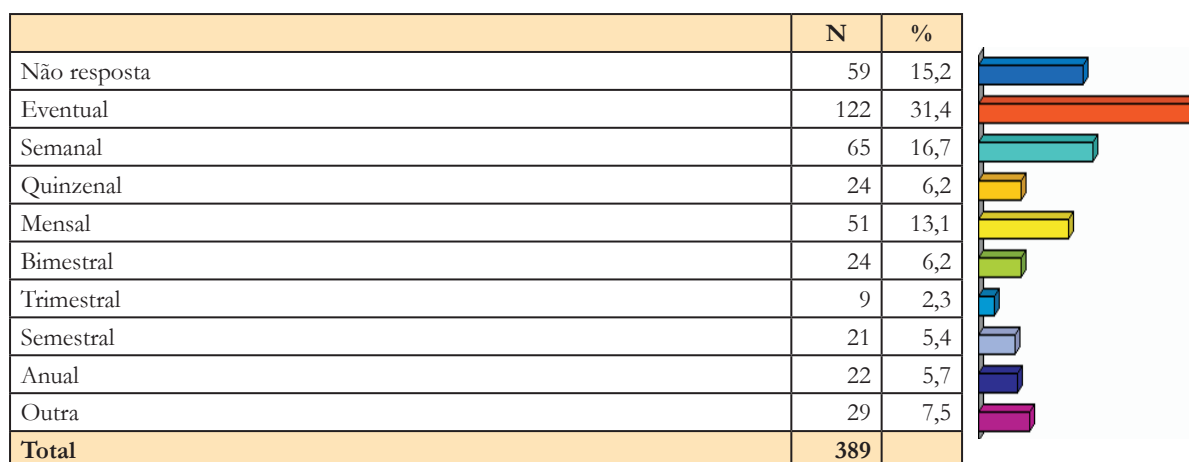


Figura 154: Frequência das capacitações nas instituições governamentais

Em relação às instituições não-governamentais, Figura 155, as capacitações ocorrem com a mesma frequência das governamentais: eventual, 207 (24,4%); semanal, 111 (13,1%); e mensal, 102 (12%).

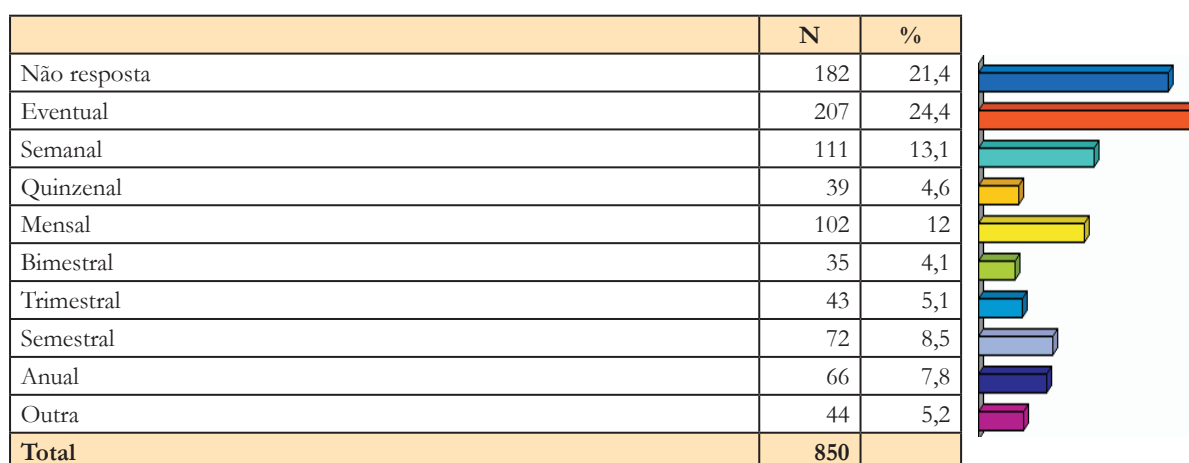


Figura 155: Frequência das capacitações nas instituições não-governamentais

Na Tabela 82, observa-se que, das 176 instituições que prevêem capacitação semanalmente, 65 (36,9%) são governamentais e 111 (63,1%) não-governamentais. Das 156 instituições que realizam capacitação mensalmente, 51 (32,7%) são governamentais e 102 (65,4%) não-governamentais.

Tabela 82: Frequência de capacitação de acordo com a natureza das instituições

	Não resposta		Governa- mental		Não- governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	8	3,2	59	23,7	182	73,1	249	100
Eventual	3	0,9	122	36,7	207	62,3	332	100
Semanal	0	0	65	36,9	111	63,1	176	100
Quinzenal	2	3,1	24	36,9	39	60	65	100
Mensal	3	1,9	51	32,7	102	65,4	156	100
Bimestral	0	0	24	40,7	35	59,3	59	100
Trimestral	0	0	9	17,3	43	82,7	52	100
Semestral	0	0	21	22,6	72	77,4	93	100
Anual	0	0	22	25	66	75	88	100
Outra	1	1,4	29	39,2	44	59,5	74	100
Total	17	1,3	426	31,7	901	67	1 344	100

4.3.4. Previsão da capacitação externa nas instituições de tratamento

A Figura 156 revela que 328 (84,3%) instituições governamentais que realizam atividades de tratamento prevêem capacitação para os seus profissionais fora da instituição.

	N	%
Não resposta	46	11,8
Não, a instituição não prevê a capacitação externa	15	3,9
Sim	328	84,3
Total	389	100

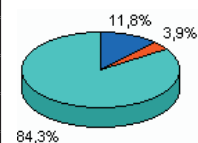


Figura 156: Previsão de capacitação externa nas instituições governamentais

Nas instituições não-governamentais, percebe-se, de acordo com a Figura 157, que a capacitação externa é prevista por 649 (76,4%).

	N	%
Não resposta	141	16,6
Não, a instituição não prevê a capacitação externa	60	7,1
Sim	649	76,4
Total	850	100

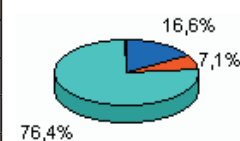


Figura 157: Previsão de capacitação externa nas instituições não-governamentais

Observa-se, na Tabela 83, que 985 instituições prevêem capacitação externa para os seus profissionais, sendo 328 (33,3%) governamentais e 649 (65,9%) não-governamentais.

Tabela 83: Previsão de capacitação externa de acordo com a natureza da instituição

	Não resposta		Governa- mental		Não- governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	8	4,1	46	23,6	141	72,3	195	100
Não, a instituição não prevê a capacitação externa	1	1,3	15	19,7	60	78,9	76	100
Sim	8	0,8	328	33,3	649	65,9	985	100
Total	17	1,4	389	31	850	67,7	1 256	100

4.3.5. Tipo de capacitação externa previsto pelas instituições de tratamento

A Figura 158 mostra que os tipos de capacitação externa mais procurados pelas instituições governamentais que realizam atividades de tratamento são: participação em eventos externos (palestras, simpósios, congressos), 320 (82,3%); participação em cursos de aperfeiçoamento, 230 (59,1%); e participação em curso de extensão, 177 (45,5%). A atividade participação em cursos de pós-graduação é prevista por 141 (36,2%) instituições e, somente, 41 (10,5%) instituições prevêem a participação em cursos para complementar a escolaridade.

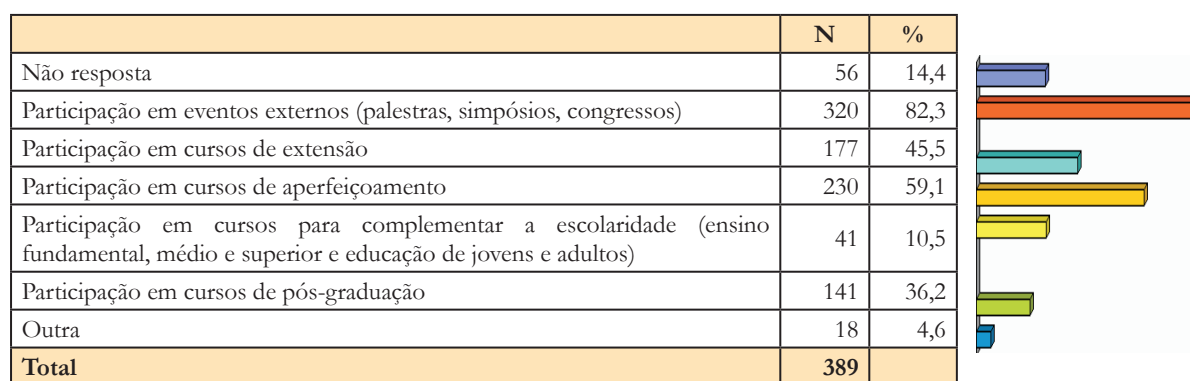


Figura 158: Tipo de capacitação externa previsto pelas instituições governamentais

Nas instituições não-governamentais que realizam atividades de tratamento, conforme Figura 159, observa-se a mesma tendência das instituições governamentais, situando-se, em primeiro lugar, a participação em eventos externos (palestras, simpósios, congressos), 622 (73,2%); em segundo lugar, participação em cursos de aperfeiçoamento, 469 (55,2%); e, em terceiro lugar, participação em cursos de extensão, 284 (33,4%). Percebe-se que, nas instituições não-governamentais, a preocupação com capacitação por meio de participação em cursos para complementar a escolaridade é maior do que a participação em cursos de pós-graduação, totalizando 197 (23,2%) e 151 (17,8%) instituições, respectivamente, ao contrário das instituições governamentais.

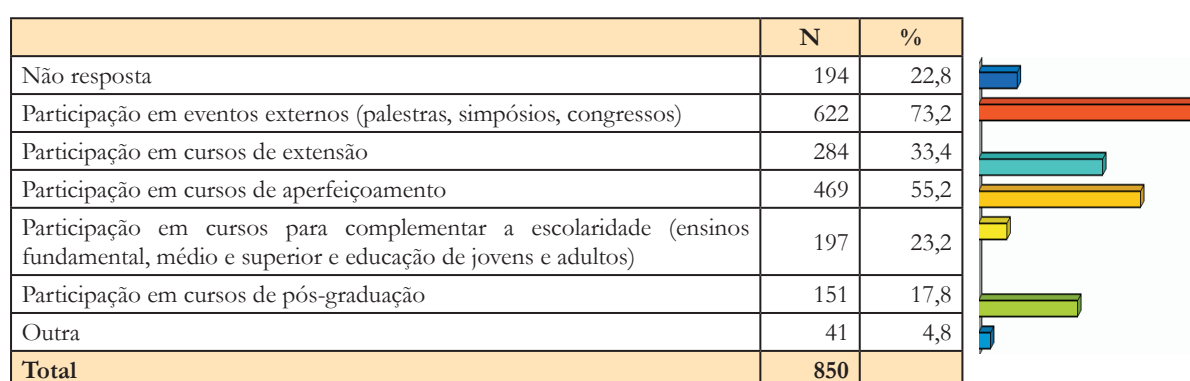


Figura 159: Tipo de capacitação externa previsto pelas instituições não-governamentais

Na Tabela 84, observa-se que, em relação aos tipos de capacitação externa oferecidos de acordo com a natureza das instituições, das 293 que indicam a participam em cursos de pós-graduação, 141 (48,1%) são instituições de natureza governamental e 151 (51,5%) de natureza não-governamental, ou seja, há um certo equilíbrio em relação à oferta desse tipo de capacitação. Já em relação à participação em cursos para complementar a escolaridade, percebe-se que, das 239

instituições que prevêem esse tipo de capacitação, apenas 41 (17,2%) são governamentais e 197 (82,4%) não-governamentais.

Tabela 84: Tipo de capacitação externa previsto de acordo com a natureza das instituições

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	9	3,5	56	21,6	194	74,9	259	100
Participação em eventos externos (palestras, simpósios, congressos)	8	0,8	320	33,7	622	65,5	950	100
Participação em cursos de extensão	2	0,4	177	38,2	284	61,3	463	100
Participação em cursos de aperfeiçoamento	7	1	230	32,6	469	66,4	706	100
Participação em cursos para complementar a escolaridade (ensinos fundamental, médio e superior e educação de jovens e adultos)	1	0,4	41	17,2	197	82,4	239	100
Participação em cursos de pós-graduação	1	0,3	141	48,1	151	51,5	293	100
Outra	0	0	18	30,5	41	69,5	59	100
Total	28	0,9	983	33,1	1 958	65,9	2 969	100

4.3.6. Participação em eventos científicos e de mobilização social

A Figura 160 retrata que 282 (72,5%) instituições governamentais que realizam atividades de tratamento participam de eventos científicos e de mobilização social para divulgação/apresentação dos trabalhos desenvolvidos e para manter intercâmbio com outros profissionais.

	N	%
Não resposta	9	2,3
Não	98	25,2
Sim	282	72,5
Total	389	100

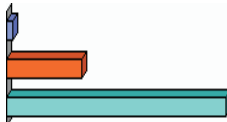


Figura 160: Participação das instituições governamentais em eventos científicos e de mobilização social

Nas instituições não-governamentais, percebe-se que 579 (68,1%) instituições participam de eventos científicos e de mobilização social, conforme Figura 161.

	N	%
Não resposta	34	4
Não	237	27,9
Sim	579	68,1
Total	850	100

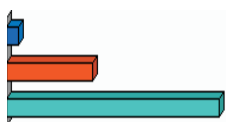


Figura 161: Participação das instituições não-governamentais em eventos científicos e de mobilização social

Na Tabela 82, observa-se que 868 instituições participam de eventos científicos e de mobilização social, sendo que 282 (32,5%) são governamentais e 579 (66,7%) não-governamentais, enquanto 338 afirmaram não participar desses eventos, sendo 98 (29,0%) de natureza governamental e 237 (70,1%) não-governamental.

Tabela 85: Participação em eventos científicos e de mobilização social de acordo com a natureza da instituição

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	7	14,0	9	18	34	68	50	100
Não	3	0,9	98	29	237	70,1	338	100
Sim	7	0,8	282	32,5	579	66,7	868	100
Total	17	1,4	389	31	850	67,7	1 256	100

5. Conclusão

- Das 1.256 (100%) instituições que realizam atividades de tratamento, 389 (31%) são governamentais e 850 (67,7%) não-governamentais.
- Entre as instituições governamentais, há uma maior proporção de CAPSad, 33,7% (131). Esses dados estão em conformidade com a política do Ministério da Saúde que definiu, por meio da Portaria/GM n.º 336, de 19 de fevereiro de 2002, as normas e diretrizes para a organização de serviços que prestam assistência em saúde mental, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), incluindo aqui os CAPS voltados para o atendimento aos usuários de álcool e outras drogas, os CAPS-ad. Nas instituições não-governamentais prevalecem as comunidades terapêuticas, 55,2% (469).
- Os tipos de tratamento mais utilizados são as psicoterapias individual, familiar e grupal. Porém, percebe-se que, nas instituições governamentais, a psicoterapia individual é a mais citada, seguida do tratamento ambulatorial. Os tipos de tratamento citados pelas instituições governamentais seguem a lógica do tratamento oferecido pelos CAPSad, que é oferecer atendimento diário à população que apresenta graves transtornos decorrentes do uso e dependência de substâncias psicoativas, evitando internações. Nas instituições não-governamentais, o foco é a internação em comunidades terapêuticas, seguida da psicoterapia individual.
- A maioria das instituições de tratamento está localizada em área urbana. Das 301 instituições localizadas na área rural, 9 (3%) são instituições governamentais e 289 (96%) não-governamentais. Esse dado expressa as limitações do suporte fornecido pelo Estado à população rural com problemas de álcool e/ou outras drogas.
- As instituições que indicaram prestar atendimento específico ao sexo feminino somam apenas 43, sendo 3 (7%) governamentais e 40 (93%) não-governamentais.
- A maioria das instituições presta atendimento à população adulta, compreendida entre as idades de 18 e 59 anos. Das 251 instituições que prestam atendimento a crianças, 41,8% são governamentais e 57,4% não-governamentais: das 728 instituições que atendem adolescentes, 32,1% são governamentais e 66,8% são não-governamentais.
- Apesar de o atendimento a pacientes com problemas psiquiátricos prevalecer nas instituições governamentais (Figura 43) e aparecer em último lugar nas instituições não-governamentais (Figura 45), estas últimas representam um maior número de instituições. Das 637 instituições que realizam atendimento a esse tipo de problema, 309 (48,5%) são governamentais e 321 (50,4%) são não-governamentais.

- 728 instituições realizam atendimentos a pacientes portadores de HIV/Aids, 238 (32,7%) governamentais e 481 (66,1%) não-governamentais.
- Percebe-se que os atendimentos mais prestados pelas instituições de tratamento decorrem de transtornos causados pelo uso/abuso/dependência de álcool e outras drogas. Após esses atendimentos, prevalecem nas instituições governamentais, os atendimentos a pacientes com problemas psiquiátricos e clínicos associados ao consumo de álcool e outras drogas e, nas instituições não-governamentais, os atendimentos decorrentes de transtornos causados pelo uso/abuso/dependência de tabaco.
- A participação da família é prevista na maioria das instituições que realizam atividades de tratamento, totalizando 1.157, sendo 29,6% (343) de instituições governamentais e 69,0% (798) de instituições não-governamentais.
- A atividade complementar para o usuário/dependente de álcool e/ou outras drogas mais oferecida pelas instituições que realizam atividades de tratamento é o acompanhamento familiar, 76,8% (964). Porém, ao se analisar de acordo com a natureza da instituição, observou-se que, nas instituições governamentais, prevalecem a visita domiciliar e o acompanhamento social, e nas não-governamentais, prevalecem assistência religiosa e os grupos de auto-ajuda.
- O requisito para admissão dos pacientes nas instituições que realizam atividades de tratamento é a concordância do paciente. Além desse requisito, observou-se que, tanto nas instituições governamentais quanto nas não-governamentais, foram citados pelos dirigentes o encaminhamento formal de profissionais de outras instituições, seguido do compromisso da família no acompanhamento do tratamento.
- A maioria das instituições declarou encaminhar usuário/dependente de álcool e outras drogas para a reinserção social, sendo 30,8% (235) referente a instituições governamentais e 68,0% (519) a instituições não-governamentais.
- Nas instituições governamentais, observa-se uma proporção maior de instituições que atendem pacientes que, além do problema com o uso de substâncias psicoativas, apresentam algum outro transtorno psiquiátrico. Já nas instituições não-governamentais, a maior proporção de instituições concentra-se no atendimento de portadores de HIV/Aids e pacientes com comprometimento clínico.
- Observa-se que 437 instituições possuem registro no Conselho Estadual Antidrogas/Entorpecentes e 462 instituições possuem registro no Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes.
- Em relação aos profissionais de saúde, observa-se que a prevalência é de técnico ou auxiliar de enfermagem, totalizando 5.742 profissionais, média de 4,57 profissionais por instituição.

REDUÇÃO DE DANOS SOCIAIS E À SAÚDE

Sumário

1. Introdução	153
2. Distribuição das variáveis quantitativas do Eixo Redução de Danos	
Sociais e à Saúde.....	153
2.1. Instituições que realizam atividades de Redução de Danos.....	153
2.2. Tipos de atividades desenvolvidas	153
2.3. Local de realização das atividades	154
2.4. Parcerias estabelecidas.....	155
2.5. Apoio da comunidade aos programas, projetos e/ou atividades	155
2.6. Resistência da comunidade aos programas, projetos e/ou atividades.....	156
2.7. Veículos automotores para desenvolvimento das atividades	156
2.8. Quantidade de veículos disponíveis nas instituições.....	157
2.9. Perfil do redutor de danos.....	157
2.10. Forma de contratação dos profissionais	157
2.11. População atendida.....	158
3.	Análise descritiva d
Sociais e à Saúde de acordo com a natureza da instituição.....	159
3.1. Atividades realizadas	159
3.2. Tipos de atividades desenvolvidas	160
3.3. Local de realização das atividades	162
3.4. Parcerias estabelecidas.....	164
3.5. Apoio da comunidade aos programas, projetos e/ou atividades	165
3.6. Resistência da comunidade aos programas, projetos e/ou atividades.....	166
3.7. Perfil do redutor de danos.....	167
3.8. Forma de contratação dos profissionais	168
3.9. População atendida.....	170
4. Informações institucionais	172
4.1. Características das instituições de acordo com a natureza	172
4.1.1. Tempo de funcionamento.....	172
4.1.2. Abrangência territorial.....	173
4.1.3. Localização da instituição.....	174
4.1.4. Sexo da população atendida.....	175
4.1.5. Faixa etária da população atendida	176
4.1.6. Média mensal de atendimentos	177
4.1.7. Acesso da população atendida.....	178
4.1.8. Procedência dos encaminhamentos.....	179
4.1.9. Articulação das instituições de redução de danos com outros setores	181
4.1.10. Existência do Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes na percepção do dirigente.....	183
4.1.11. Registro da instituição no Conselho Municipal Antidrogas/ Entorpecentes	184

4.1.12. Registro da instituição no Conselho Estadual Antidrogas/ Entorpecentes	185
4.1.13. Recursos materiais	186
4.1.14. Recursos financeiros	189
4.2. Características do dirigente de acordo com a natureza da instituição	191
4.2.1. Idade	191
4.2.2. Sexo	192
4.2.3. Escolaridade	193
4.2.4. Situação de remuneração	194
4.2.5. Atividade remunerada fora da instituição	195
4.2.6. Total de horas dedicadas à instituição	196
4.2.7. Motivação.....	197
4.2.8. Participação em conselhos	198
4.3. Características da equipe profissional de acordo com a natureza da instituição	200
4.3.1. Número de profissionais	200
4.3.2. Capacitação para os profissionais.....	203
4.3.3. Atividades de capacitação desenvolvidas	204
4.3.4. Frequência da capacitação	205
4.3.5. Previsão da capacitação externa	206
4.3.6. Tipo de capacitação externa.....	207
4.3.7. Participação em eventos científicos e de mobilização social	208
5. Conclusão.....	209

1. Introdução

A prática e o conceito da Redução de Danos (RD) se referem a um movimento iniciado nos anos 80, com o surgimento da epidemia do HIV/Aids. À época, foram introduzidas estratégias de troca de seringas e prescrição de medicamentos de substituição para usuários de drogas injetáveis. Nos anos 90, a RD entrou para a agenda pública de políticas de saúde, com a realização de diversas conferências internacionais sobre o tema, o que difundiu a estratégia por várias nações.

A Política Nacional sobre Drogas (PNAD) reconhece a estratégia de Redução de Danos, amparada pelo artigo 196 da Constituição Federal, como medida de intervenção preventiva, assistencial, de promoção da saúde e dos direitos humanos que visa diminuir o impacto dos problemas socioeconômicos, culturais e dos agravos à saúde associados ao uso de álcool e outras drogas. Propõe, também, em suas diretrizes, que os governos federal, estaduais e municipais financiem a formulação, implementação e avaliação de programas e de ações de redução de danos sociais e à saúde, de modo integrado com outros programas de saúde pública e considerando as peculiaridades locais e regionais.

Apesar de as estratégias de RD terem como objetivo a mudança dos comportamentos de risco associados ao uso de drogas, não devem se limitar aos riscos de infecção pela prática de compartilhamento de seringas ou outros instrumentos usados no consumo endovenoso de drogas, pois qualquer tipo de uso de substâncias psicoativas pode levar a comportamentos que colocam o usuário e outras pessoas em risco, principalmente em relações sexuais não protegidas.

Neste capítulo, apresentamos um panorama das ações em Redução de Danos realizadas no país, as atividades desenvolvidas, as parcerias estabelecidas, o perfil do redutor de danos, dentre outros dados relevantes neste contexto.

2. Distribuição das variáveis quantitativas do Eixo Redução de Danos Sociais e à Saúde

2.1. Instituições que realizam atividades de Redução de Danos

Do total de 1.642 questionários validados, 574 instituições responderam que realizam atividades de Redução de Danos (RD), conforme se observa na Figura 162.

	N	%
Prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas	501	87,3
Tratamento, recuperação e reinserção social	490	85,4
Redução de danos sociais e à saúde	574	100,0
Ensino e pesquisa	33	5,7
Total	574	

Figura 162: Atividades desenvolvidas pelas instituições

2.2. Tipos de atividades desenvolvidas

As atividades de Redução de Danos sociais e à saúde mais citadas foram aconselhamento, 434 (75,6%); e encaminhamento para a rede social e de saúde, 378 (65,9%) (figura 163).

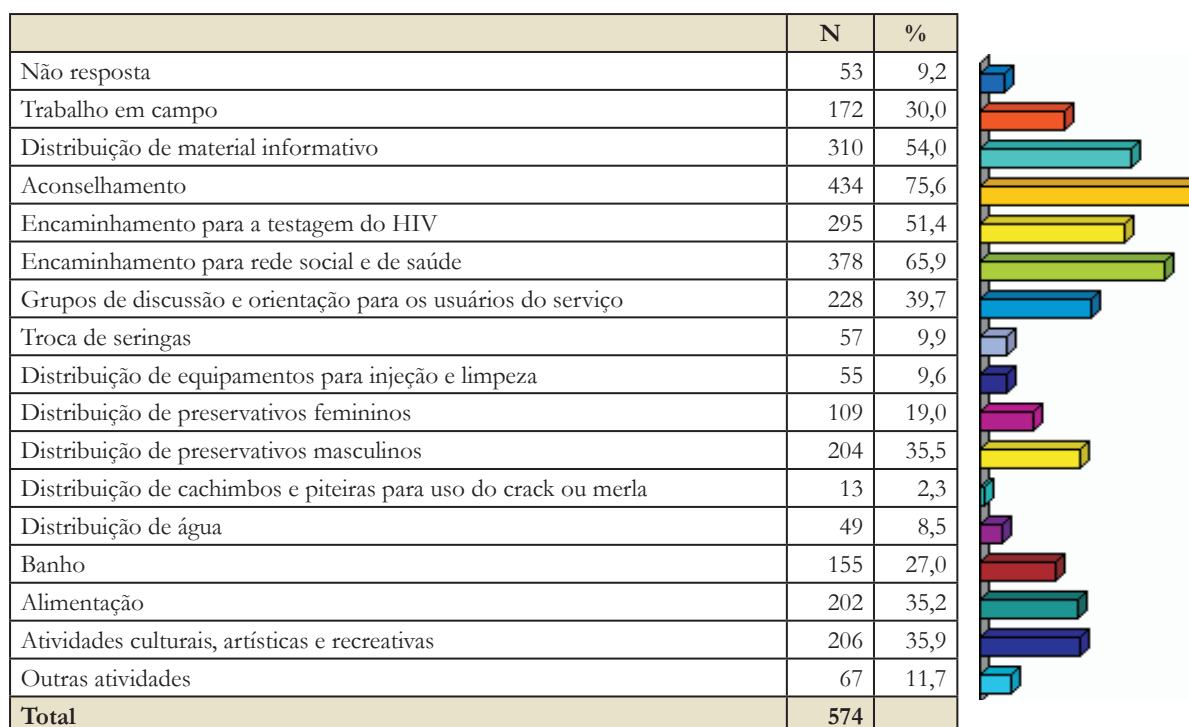


Figura 163 : Tipos de atividades de Redução de Danos desenvolvidas

Algumas instituições informaram que em RD estão inseridas ações de atendimento, orientação e acompanhamento, por meio de trabalho de base, com famílias e visitas domiciliares a usuários em situação de pré-internação. Atividades preventivas como imunização contra Hepatite B, Febre Amarela, Tétano e Gripe foram citadas como atividades de RD pelos dirigentes, assim “como a realização de encaminhamentos para a rede de saúde para testagem do vírus das Hepatites B e C e Sífilis”, por exemplo.

Os dirigentes também informaram que realizam RD por meio de atividades religiosas incluindo evangelização, trabalhos espirituais e passes.

Atividades de RD, na forma de capacitações para vários segmentos e profissionais, foram citadas pelos dirigentes, destacando-se: a) capacitação de multiplicadores, redutores de danos e outros profissionais; b) capacitação em escolas; c) capacitação de enfermeiros sobre HIV/Aids.

2.3. Local de realização das atividades

A Figura 164 mostra o local onde as instituições realizam atividades de Redução de Danos, destacando as citações: na sede da instituição, com 418 (72,8%) citações; nos serviços de saúde, 200 (34,8%); e na residência dos usuários, 186 (32,4).

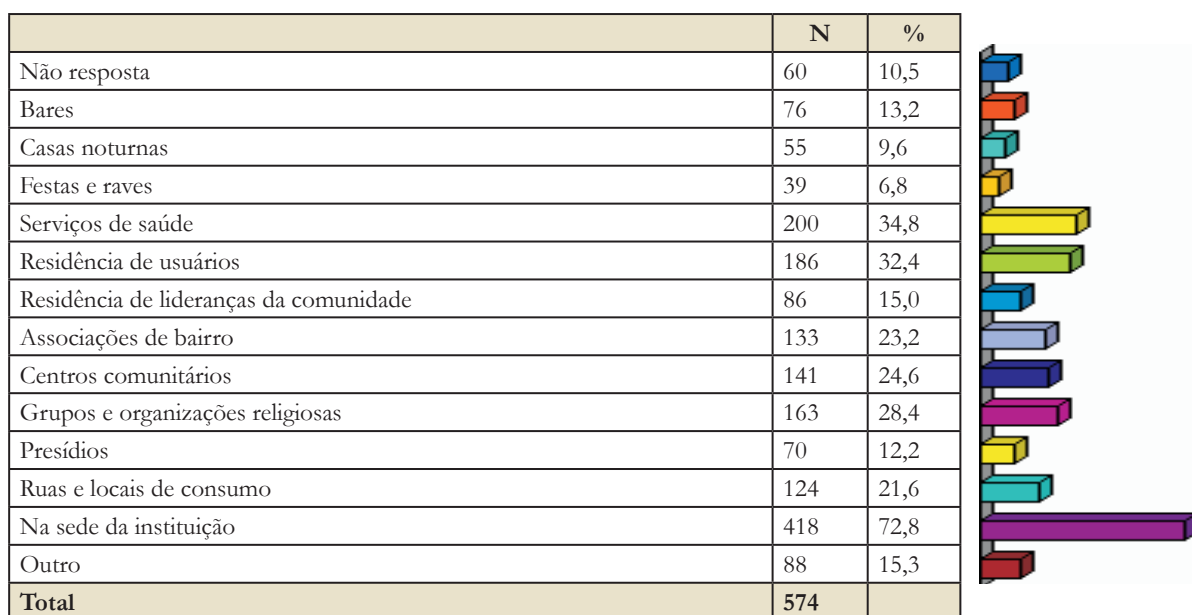


Figura 164: Local onde as instituições realizam atividades de Redução de Danos

2.4. Parcerias estabelecidas

A Tabela 86 mostra que as instituições de RD estabelecem diversas parcerias, sendo as principais com a rede pública de saúde, 318 (55,4%); com grupos e organizações religiosas, 215 (37,5%); com instituições de saúde mental, 201 (35%); com núcleos comunitários, 188 (32,8%); com o sistema judiciário, 124 (21,6%); com instituições de segurança pública, 97 (16,6%); com estabelecimentos comerciais, 84 (14,6%); e com farmácias, 30 (5,2%).

Tabela 86: Parceria estabelecidas pelas instituições

	N	%
Não resposta	93	16,2
Núcleos comunitários	188	32,8
Instituições de saúde	318	55,4
Farmácias	30	5,2
Estabelecimentos comerciais	84	14,6
Instituições de saúde mental	201	35,0
Sistema judiciário	124	21,6
Instituições de segurança pública	97	16,9
Grupos e organizações religiosas	215	37,5
Outra	85	14,8
Total	574	

2.5. Apoio da comunidade aos programas, projetos e/ou atividades

Com o objetivo de saber se as instituições recebem apoio da comunidade local para a execução dos programas, projetos e/ou atividades de Redução de Danos, os dados mostram que 261 (45,5%) instituições não recebem apoio e 235 (40,9%) responderam que recebem algum tipo de apoio. Essa questão não foi respondida por 13,6% dos dirigentes (figura 165).

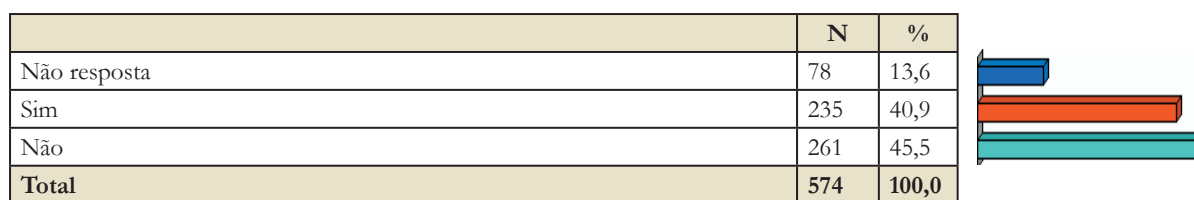


Figura 165: Apoio da comunidade aos programas, projetos e/ou atividades de Redução de Danos

2.6. Resistência da comunidade aos programas, projetos e/ou atividades

Dos 574 dirigentes das instituições que responderam sobre a resistência da comunidade, 245 (42,7%) não se manifestaram sobre o assunto, 235 (40,9%) afirmaram não haver resistência e 94 (16,4%) afirmaram sofrer resistências no desenvolvimento de ações de Redução de Danos sociais e à saúde por uso indevido de álcool e outras drogas, conforme Figura 166.

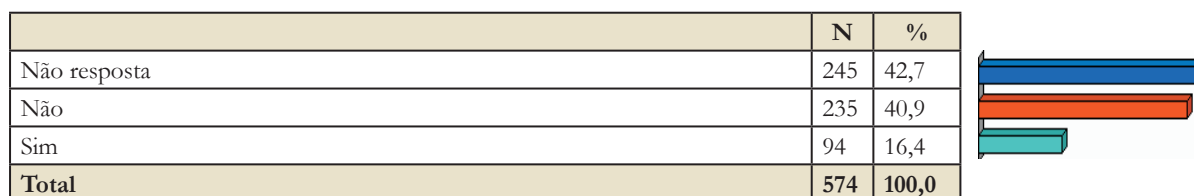


Figura 166: Resistência da comunidade às atividades de Redução de Danos

2.7. Veículos automotores para desenvolvimento das atividades

Das instituições que desenvolvem algum tipo de atividade de Redução de Danos, 311 (54,2%) não possuem veículos automotores para esse fim, razão pela qual informaram que as atividades são realizadas, na maior parte das vezes, na sede da instituição, como relacionado na Figura 167.

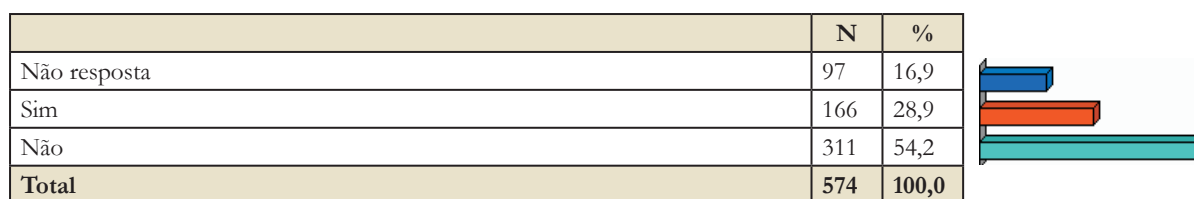


Figura 167: Veículos para desenvolvimento de atividades de Redução de Danos

2.8. Quantidade de veículos disponíveis nas instituições

Destaca-se a média de 1,42 veículo por instituição, não exclusivo, porém, para a atividade de Redução de Danos, conforme Figura 168 a seguir.

	N	%
Não resposta	401	69,9
Menos de 4	168	29,3
De 4 a 7	4	0,7
De 8 a 11	0	0,0
12 e mais	1	0,2%
Total	574	100,0%

Média = 1,42 Desvio-padrão = 1,34

Figura 168: Quantidade de veículos por instituição

2.9. Perfil do redutor de danos

A Figura 169 mostra o perfil dos redutores de danos. Em sua maioria, são profissionais da saúde (42,3%), voluntários (35,7%), ex-usuários de drogas em geral, incluindo álcool (30,7%), ex-usuários de drogas injetáveis (13,1%), usuários de drogas (UD), em geral, incluindo o álcool (12,9%), e usuários de drogas injetáveis (UDI) (5,6%). Dos 574 dirigentes, 139 (24,2%) não responderam a questão.

	N	%
Não resposta	139	24,2
Usuário de drogas injetáveis (UDI)	32	5,6
Usuários de drogas (UD) em geral, incluindo o álcool	74	12,9
Ex-usuários de drogas injetáveis	75	13,1
Ex-usuários de drogas em geral, incluindo o álcool	176	30,7
Profissionais da saúde	243	42,3
Voluntários	205	35,7
Outro	90	15,7
Total	574	

Figura 169: Perfil do redutor de danos

Com relação ao detalhamento do perfil dos profissionais de saúde, os resultados mostram uma grande diversificação de perfis, profissões e ocupações, destacando-se, com maior recorrência: a) psicólogo; b) médico (neurologista, psiquiatra, clínico, residente); c) assistente social; d) técnico e/ou auxiliar de enfermagem; e) terapeuta ocupacional.

2.10. Forma de contratação dos profissionais

Quanto à forma de contratação dos redutores de danos, os resultados mostram que se trata ainda de um trabalho predominantemente voluntário, com 219 (38,2%) respostas, como consta da Figura 170. Os redutores contratados por meio de projetos específicos correspondem a 82 (14,3%) citações.

Os resultados mostram 54 (9,4%) citações sobre a contratação dos redutores de danos pelos Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e outras Drogas (CAPS ad), 40 (7%) citações sobre os contratados pela Atenção Básica de Saúde Municipal, como agentes comunitários de saúde e que atuam como redutores de danos e, apenas, 5 (0,9%) contratados pela rede básica estadual de saúde.

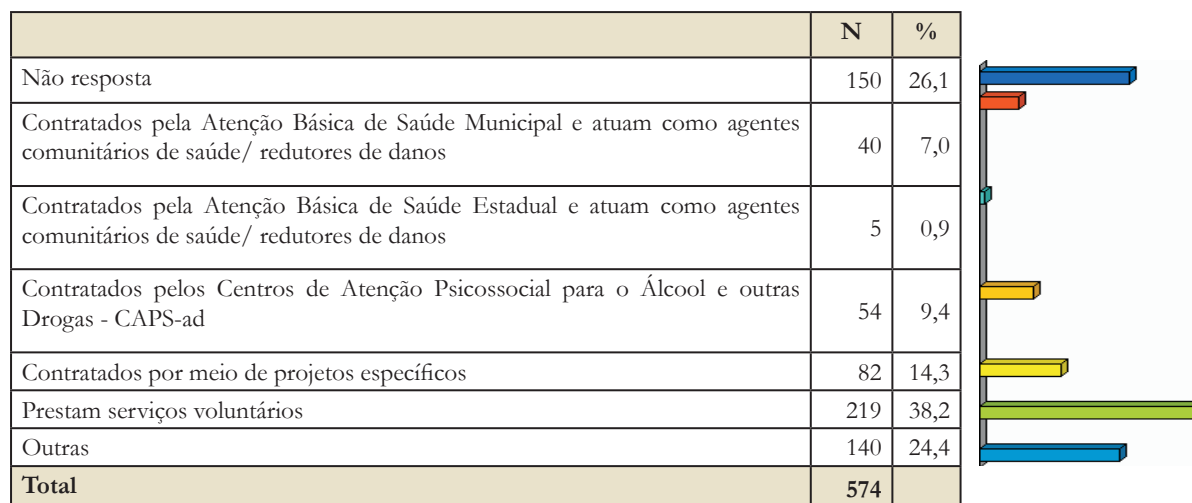


Figura 170: Forma de contratação dos redutores de danos

2.11. População atendida

O perfil da população atendida, objeto das ações de Redução de Danos (figura 171), é, em sua maioria, identificado como adultos em situação de risco social, 314 (54,7%); seguido de crianças e adolescentes em situação de risco social, 225 (39,2%); adolescentes em medida socioeducativa, 201 (35%); portadores do HIV/Aids, 161 (28%); trabalhadores do sexo, 117 (20,4%); egressos do sistema carcerário, 89 (15,5%); população carcerária, 80 (13,9%); profissionais de segurança pública, como bombeiros, policiais, militares, entre outros, 64 (11,1%); freqüentadores de festas e raves, 63 (11%); e transgêneros, 60 (10%). Apenas 20 (3,5%) instituições informaram realizar ações dirigidas às populações indígenas, demonstrando a necessidade de uma atuação mais próxima desses povos. O índice de não resposta à questão foi de 94 (16,4%) e de 92 (16%) para a categoria “não há atendimento a públicos específicos”.

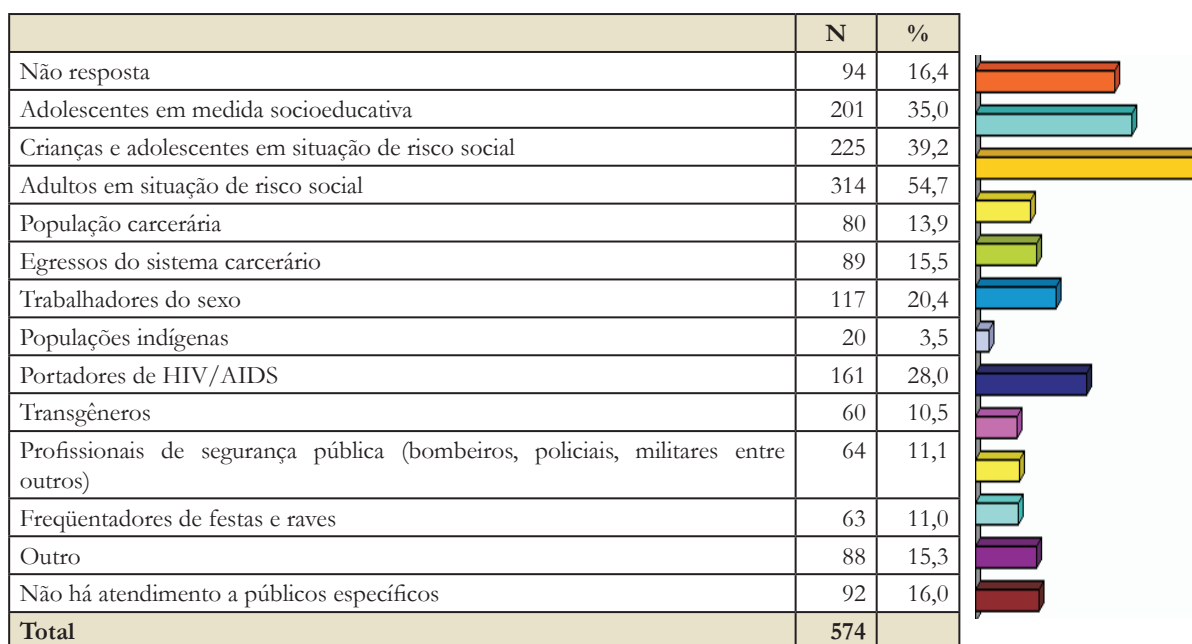


Figura 171: População atendida por meio das atividades de Redução de Danos

3. Análise descritiva das variáveis quantitativas do Eixo Redução de Danos Sociais e à Saúde de acordo com a natureza da instituição

3.1 Atividades realizadas

A Tabela 87 mostra 574 ocorrências sobre o eixo em análise, sendo 250 (43,6%) de natureza governamental e 313 (54,5%) não-governamental.

Observa-se que 501 instituições realizam atividades de Redução de Danos e atividades de prevenção ao mesmo tempo, sendo 216 (43,1%) governamentais e 277 (55,3%) não-governamentais; 490 instituições realizam, além das atividades de Redução de Danos, atividades de tratamento, sendo 221 (45,1%) governamentais e 262 (53,5%) não-governamentais. Já instituições que realizam atividades de Redução de Danos e também realizam ensino e pesquisa somam 33 instituições, sendo 19 (57,6%) governamentais e 14 (42,4%) não-governamentais.

Tabela 87: Atividades desenvolvidas de acordo com a natureza da instituição

	Não resposta		Governa- mental		Não- governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas	8	1,6	216	43,1	277	55,3	501	100,0
Tratamento, recuperação e reinserção social	7	1,4	221	45,1	262	53,5	490	100,0
Redução de danos sociais e à saúde	11	1,9	250	43,6	313	54,5	574	100,0
Ensino e pesquisa	0	0,0	19	57,6	14	42,4	33	100,0
Total	26	1,6	706	44,2	866	54,2	1 598	100,0

3.2. Tipos de atividades desenvolvidas

Os dirigentes das instituições governamentais informaram que as atividades de Redução de Danos sociais e à saúde realizadas pelas instituições foram: aconselhamento, 186 (74,4%); encaminhamento para a rede social e de saúde, 180 (72,0%); distribuição de material informativo, 147 (58,8%); encaminhamento para testagem do HIV, 141 (56,4%); distribuição de preservativos masculinos, 132 (52,8%); e grupos de discussão e orientação para os usuários do serviço, 125 (50,0%) (figura 172).

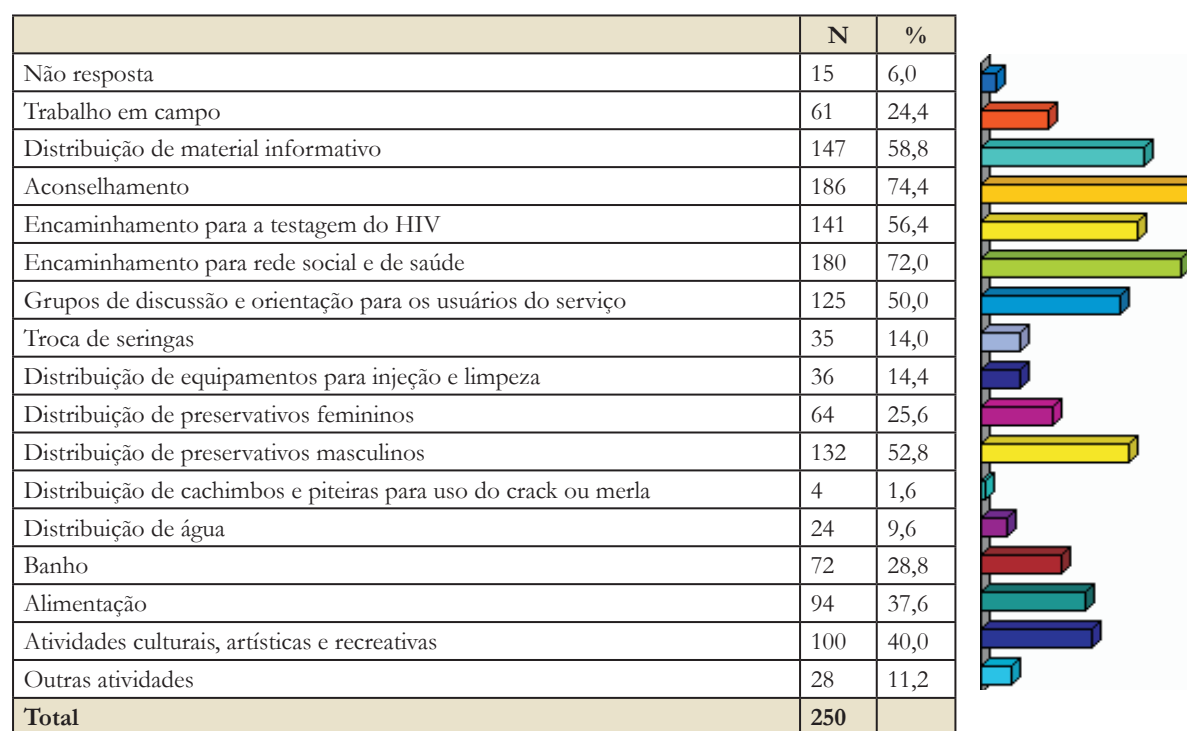


Figura 172: Atividades de Redução de Danos desenvolvidas por instituições governamentais

No caso das instituições não-governamentais (figura 173), essas citaram as atividades, até a quarta posição, semelhantes às instituições governamentais.

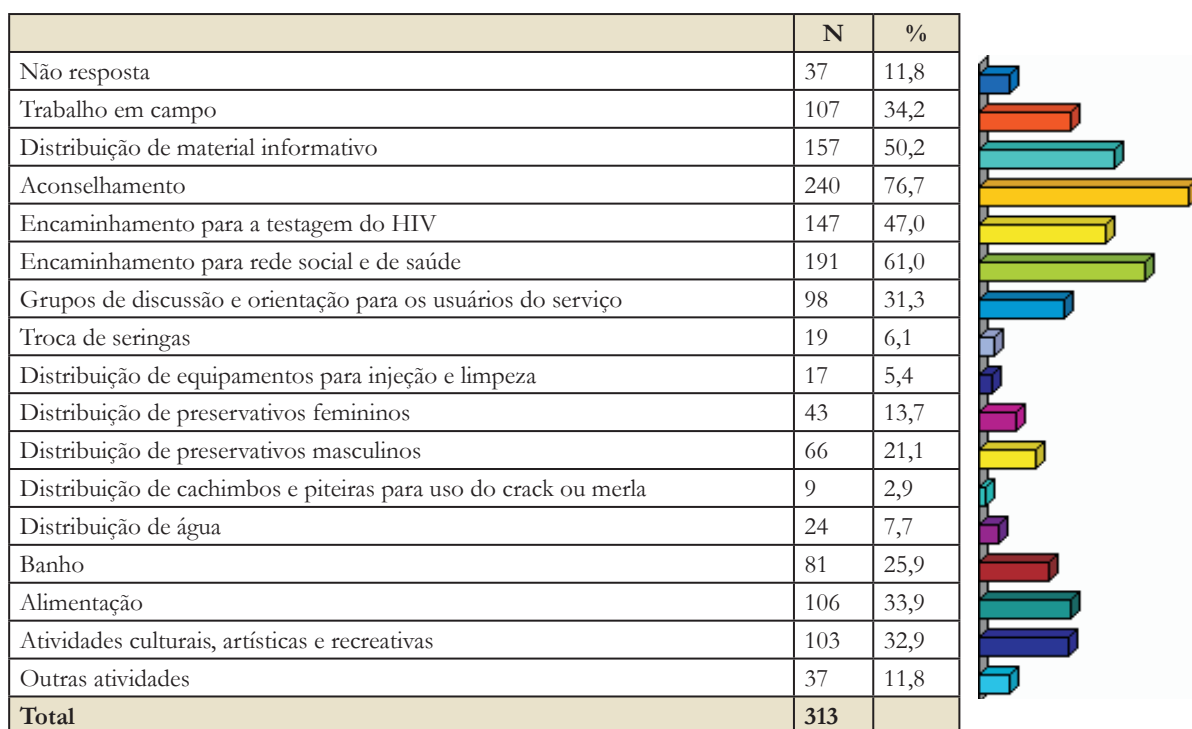


Figura 173: Atividades de Redução de Danos desenvolvidas por instituições não-governamentais

Vale destacar, na distribuição do tipo de atividade de acordo com a natureza das instituições (tabela 88), que, das 172 instituições que realizam trabalho de campo, 61 (35,5%) são instituições governamentais e 107 (62,2%) são instituições não-governamentais. Outra diferença entre as instituições governamentais e não-governamentais diz respeito à distribuição de cachimbos e piteiras para o uso de crack ou merla. Do total de 13 instituições que afirmaram realizar essa atividade, 4 (30,8%) são governamentais e 9 (69,2%) não-governamentais.

Por outro lado, podemos levantar a hipótese de que a implantação dos Centros de Atenção Psicossocial de Álcool e Drogas vem contribuindo para o desenvolvimento das atividades de RD, como troca de seringas e distribuição de equipamentos para injeção e limpeza. Assim, enquanto 35 (61,4%) instituições governamentais realizam troca de seringas, apenas 19 (33,9%) instituições não-governamentais realizam essa atividade. O mesmo ocorre com a distribuição de equipamentos para injeção e limpeza, pois 36 (65,5%) instituições governamentais realizam essa atividade e apenas 17 (30,9%) instituições não-governamentais a fazem.

Tabela 88: Atividades de Redução de Danos de acordo com a natureza da instituição

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Distribuição de material informativo	6	1,9	147	47,4	157	50,6	310	100,0
Aconselhamento	8	1,8	186	42,9	240	55,3	434	100,0
Encaminhamento para a testagem do HIV	7	2,4	141	47,8	147	49,8	295	100,0
Encaminhamento para rede social e de saúde	7	1,9	180	47,6	191	50,5	378	100,0
Grupos de discussão e orientação para os usuários do serviço	5	2,2	125	54,8	98	43,0	228	100,0
Troca de seringas	3	5,3	35	61,4	19	33,3	57	100,0
Distribuição de equipamentos para injeção e limpeza	2	3,6	36	65,5	17	30,9	55	100,0
Distribuição de preservativos femininos	2	1,8	64	58,7	43	39,4	109	100,0
Distribuição de preservativos masculinos	6	2,9	132	64,7	66	32,4	204	100,0
Distribuição de cachimbos e piteiras para uso do crack ou merla	0	0,0	4	30,8	9	69,2	13	100,0
Distribuição de água	1	2,0	24	49,0	24	49,0	49	100,0
Banho	2	1,3	72	46,5	81	52,3	155	100,0
Alimentação	2	1,0	94	46,5	106	52,5	202	100,0
Atividades culturais, artísticas e recreativas	3	1,5	100	48,5	103	50,0	206	100,0
Outras atividades	2	3,0	28	41,8	37	55,2	67	100,0
Não resposta	1	1,9	15	28,3	37	69,8	53	100,0
Total	61	2,0	1 444	48,3	1 482	49,6	2 987	100,0

3.3. Local de realização de atividades

A Figura 174 mostra o local onde as instituições governamentais realizam atividades de Redução de Danos. Os mais citados foram: na sede da instituição, 185 (74,0%); nos serviços de saúde, 122 (48,8%); e na residência dos usuários 90, (36,0%).

	N	%
Não resposta	19	7,6
Bares	38	15,2
Casas noturnas	26	10,4
Festas e raves	16	6,4
Serviços de saúde	122	48,8
Residência de usuários	90	36,0
Residência de lideranças da comunidade	26	10,4
Associações de bairro	47	18,8
Centros comunitários	58	23,2
Grupos e organizações religiosas	34	13,6
Presídios	22	8,8
Ruas e locais de consumo	50	20,0
Na sede da instituição	185	74,0
Outro	38	15,2
Total	250	

Figura 174: Local de realização de atividades de Redução de Danos das instituições governamentais

Quanto às instituições não-governamentais, Figura 175, foram encontrados os seguintes resultados principais: na sede da instituição, 225 (71,9%); nos grupos e organizações religiosas, 127 (40,6%); e na residência de usuários, 95 (30,4%).

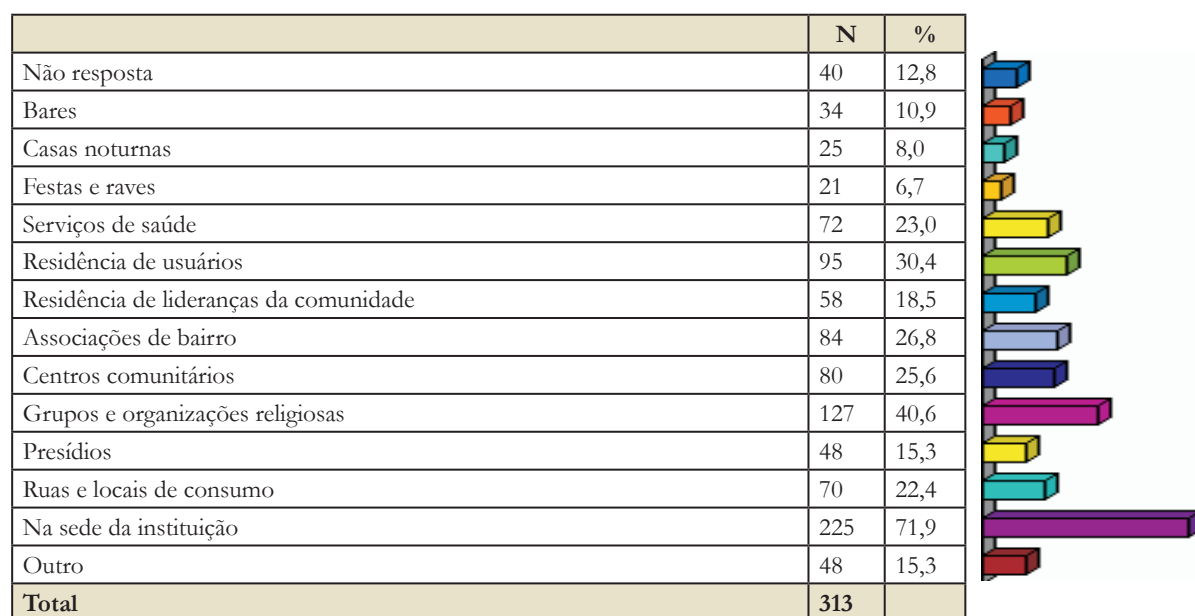


Figura 175: Local de realização de atividades de Redução de Danos das instituições não-governamentais

A Tabela 89 apresenta a distribuição das respostas referentes aos locais onde são realizadas as atividades de Redução de Danos de acordo com a natureza das instituições. Em relação às atividades desenvolvidas nos serviços de saúde, percebe-se que, das 200 instituições que marcaram essa opção, 122 (61%) são governamentais e apenas 72 (36%) não-governamentais. Por outro lado, as não-governamentais realizam a maioria das atividades de RD em grupos e associações religiosas, pois, das 163 instituições que afirmaram realizar atividades nesses grupos, 34 (20,9%) são governamentais e 127 (77,9%) não-governamentais. Um outro dado relevante se refere à realização de atividades em presídios realizadas por 70 instituições, sendo 22 (31,4%) governamentais e 48 (68,6%) não-governamentais, podendo-se inferir sobre a necessidade de a rede básica de saúde chegar até os presídios.

As atividades realizadas em associações de bairro totalizaram 133 respostas, 47 (35,3%) referentes às instituições governamentais e 84 (63,2%) às instituições não-governamentais. Já as atividades realizadas em residências de lideranças da comunidade obtiveram 86 marcações, sendo 26 (30,2%) de instituições governamentais e 58 (67,4%) de instituições não-governamentais. Esses resultados mostram a inserção significativa das instituições governamentais na comunidade.

Tabela 89: Local de realização de atividades de Redução de Danos acordo com a natureza da instituição

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	1	1,7	19	31,7	40	66,7	60	100,0
Bares	4	5,3	38	50,0	34	44,7	76	100,0
Casas noturnas	4	7,3	26	47,3	25	45,5	55	100,0
Festas e raves	2	5,1	16	41,0	21	53,8	39	100,0
Serviços de saúde	6	3,0	122	61,0	72	36,0	200	100,0
Residência de usuários	1	0,5	90	48,4	95	51,1	186	100,0
Residência de lideranças da comunidade	2	2,3	26	30,2	58	67,4	86	100,0
Associações de bairro	2	1,5	47	35,3	84	63,2	133	100,0
Centros comunitários	3	2,1	58	41,1	80	56,7	141	100,0
Grupos e organizações religiosas	2	1,2	34	20,9	127	77,9	163	100,0
Presídios	0	0,0	22	31,4	48	68,6	70	100,0
Ruas e locais de consumo	4	3,2	50	40,3	70	56,5	124	100,0
Na sede da instituição	8	1,9	185	44,3	225	53,8	418	100,0
Outro	2	2,3	38	43,2	48	54,5	88	100,0
Total	41	2,2	771	41,9	1 027	55,8	1 839	100,0

3.4. Parcerias estabelecidas

A Figura 176 retrata as parcerias estabelecidas pelas instituições pesquisadas para a promoção das atividades de Redução de Danos sociais e à saúde. Do total de 612 respostas, o destaque das parcerias das instituições governamentais recai sobre as instituições de saúde, com 167 (66,8%) citações, instituições de saúde mental, 118 (47,2%), núcleos comunitários, 74 (29,6%), e grupos e organizações religiosas, 54 (21,6%).

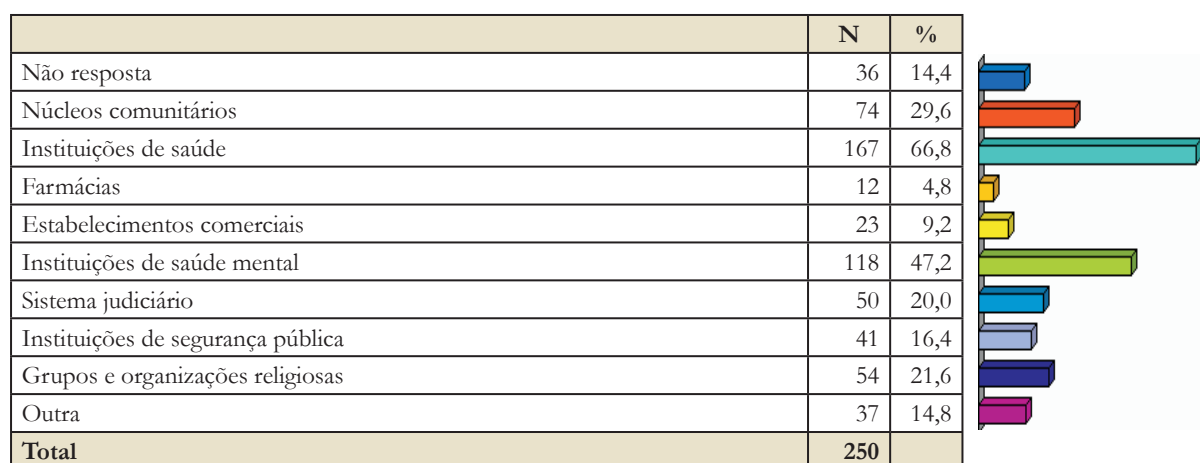


Figura 176: Parcerias realizadas pelas instituições governamentais de Redução de Danos

Do total de 800 respostas das organizações não-governamentais, verifica-se por ordem de recorrência, as seguintes citações: a) grupos e organizações religiosas, 158 (50,5%), instituições de saúde, 144 (46,0%); núcleos comunitários, 111 (35,5%); instituições de saúde mental, 79 (25,2%); sistema judiciário, 74 (23,6%); estabelecimentos comerciais, 58 (18,5%); instituições de segurança pública, 56 (17,9%); e farmácias, 18 (5,8%) citações (figura 177).

	N	%
Não resposta	56	17,9
Núcleos comunitários	111	35,5
Instituições de saúde	144	46,0
Farmácias	18	5,8
Estabelecimentos comerciais	58	18,5
Instituições de saúde mental	79	25,2
Sistema judiciário	74	23,6
Instituições de segurança pública	56	17,9
Grupos e organizações religiosas	158	50,5
Outra	46	14,7
Total	313	

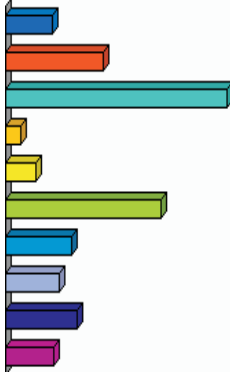


Figura 177: Parcerias realizadas pelas instituições não-governamentais de Redução de Danos

A análise comparativa entre as parcerias das instituições governamentais e não-governamentais (tabela 90) revela que 318 instituições realizam parcerias com instituições de saúde, sendo que 167 (52,5%) são governamentais e 144 (45,3%) não-governamentais.

As parcerias realizadas com grupos e organizações religiosas totalizaram 215 respostas, sendo 54 (25,1%) realizadas por instituições governamentais e 158 (73,5%) realizadas por instituições não-governamentais. Em relação às parcerias realizadas com núcleos comunitários, das 188 respostas, 74 (39,4%) foram por instituições governamentais e 111 (59,0%) por instituições não-governamentais. Quanto à parceria realizada com estabelecimentos comerciais, das 84 instituições que marcaram essa opção, 23 (27,4%) são governamentais e 58 (69,0%) não-governamentais.

Tabela 90: Parcerias estabelecidas de acordo com a natureza das instituições

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	1	1,1	36	38,7	56	60,2	93	100,0
Núcleos comunitários	3	1,6	74	39,4	111	59,0	188	100,0
Instituições de saúde	7	2,2	167	52,5	144	45,3	318	100,0
Farmácias	0	0,0	12	40,0	18	60,0	30	100,0
Estabelecimentos comerciais	3	3,6	23	27,4	58	69,0	84	100,0
Instituições de saúde mental	4	2,0	118	58,7	79	39,3	201	100,0
Sistema judiciário	0	0,0	50	40,3	74	59,7	124	100,0
Instituições de segurança pública	0	0,0	41	42,3	56	57,7	97	100,0
Grupos e organizações religiosas	3	1,4	54	25,1	158	73,5	215	100,0
Outra	2	2,4	37	43,5	46	54,1	85	100,0
Total	23	1,6	612	42,6	800	55,7	1 435	100,0

3.5. Apoio da comunidade aos programas, projetos e/ou atividades

Observa-se na Figura 178 que a maioria das instituições governamentais, 133 (53,2%), não recebem apoio da comunidade para a realização das atividades de Redução de Danos.

	N	%
Não resposta	35	14,0
Sim	82	32,8
Não	133	53,2
Total	250	100,0

Figura 178: Apoio da comunidade às atividades de Redução de Danos desenvolvidas pelas instituições governamentais

Ao contrário das instituições governamentais observa-se, na Figura 179, que 148 (47,3%) instituições não-governamentais recebem apoio da comunidade para a realização de suas atividades de Redução de Danos.

	N	%
Não resposta	42	13,4
Sim	148	47,3
Não	123	39,3
Total	313	100,0

Figura 179: Apoio da comunidade às atividades de Redução de Danos desenvolvidas pelas instituições não-governamentais

A Tabela 91 abaixo é condizente com as análises anteriores nas quais as instituições não-governamentais contam com maior apoio da comunidade para a realização das suas atividades do que as governamentais, até mesmo por aquelas estabelecerem mais articulações na comunidade. Observa-se que, das 235 instituições que afirmaram receber apoio da comunidade para a realização das atividades de Redução de Danos, 82 (34,9%) são governamentais e 148 (63,0%) não-governamentais.

Tabela 91: Apoio local à Redução de Danos de acordo com a natureza da instituição

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não Resposta	1	1,3	35	44,9	42	53,8	78	100
Sim	5	2,1	82	34,9	148	63,0	235	100
Não	5	1,9	133	51,0	123	47,1	261	100
Total	11	1,9	250	43,6	313	54,5	574	100

3.6. Resistência da comunidade aos programas, projetos e/ou atividades

Em relação à resistência da comunidade para a realização das atividades de Redução de Danos, observa-se, na Figura 180, que 44 (17,6%) instituições afirmaram não sofrer nenhum tipo de resistência. Destaca-se que a quantidade de não respostas a esta questão totalizou 110 (44,0%).

	N	%
Não resposta	110	44,0
Não	96	38,4
Sim	44	17,6
Total	250	100,0

Figura 180: Resistência da comunidade às atividades de RD desenvolvidas pelas instituições governamentais

A Figura 181 mostra que 48 (15,3%) instituições não-governamentais sofrem alguma resistência da comunidade para realizar atividades de Redução de Danos. O número de não resposta também foi bastante considerável, 129 (41,2%).

	N	%
Não resposta	129	41,2
Não	136	43,5
Sim	48	15,3
Total	313	100,0

Figura 181: Resistência da comunidade às atividades de RD desenvolvidas pelas instituições não-governamentais

Na Tabela 92, observa-se que, das 94 instituições que afirmaram sofrer algum tipo de resistência, 44 (46,8%) são governamentais e 48 (51,1%) não-governamentais. O resultado confirma o preconceito e o estigma que sofrem as instituições que realizam atividades de RD, evidenciando a necessidade de campanhas públicas de conscientização da população sobre a importância da atividade na prevenção, controle e vigilância de doenças, como o HIV/Aids, a sífilis, dentre outras.

Tabela 92: Resistência da comunidade às atividades de RD desenvolvidas de acordo com a natureza das instituições

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	6	2,4	110	44,9	129	52,7	245	100,0
Não	3	1,3	96	40,9	136	57,9	235	100,0
Sim	2	2,1	44	46,8	48	51,1	94	100,0
Total	11	1,9	250	43,6	313	54,5	574	100,0

3.7. Perfil do redutor de danos

A Figura 182 retrata o perfil dos redutores de danos das instituições governamentais. Observa-se que a grande maioria é composta de profissionais de saúde, 130 (52,0%). Em seguida, aparecem voluntários, 35 (14,0%); ex-usuários de drogas em geral, incluindo o álcool, 32 (12,8%); e os usuários de drogas em geral, incluindo o álcool, 22 (8,8%).

	N	%
Não resposta	74	29,6%
Usuário de drogas injetáveis (UDI)	9	3,6%
Usuários de drogas (UD) em geral, incluindo o álcool	22	8,8%
Ex-usuários de drogas injetáveis	14	5,6%
Ex-usuários de drogas em geral, incluindo o álcool	32	12,8%
Profissionais da saúde	130	52,0%
Voluntários	35	14,0%
Outro	40	16,0%
Total	250	

Figura 182: Perfil do redutor de danos das instituições governamentais

Nas instituições não-governamentais, a Figura 183 mostra que a maior parte das equipes de Redução de Danos é formada por voluntários, 167 (53,4%). Em seguida, aparecem ex-usuários de drogas, incluindo o álcool, 142 (45,4%), e os profissionais de saúde, 109 (34,8%).

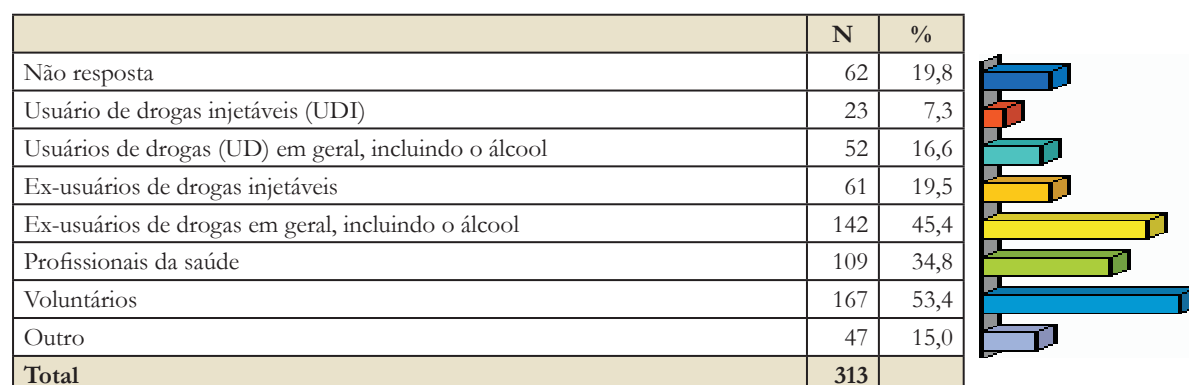


Figura 183: Perfil do redutor de danos das instituições não-governamentais

A Tabela 93 apresenta a distribuição do perfil dos redutores de danos de acordo com a natureza da instituição. Verificam-se algumas diferenças marcantes, como seguem: ex-usuários de drogas em geral incluindo o álcool, das 176 marcações, apenas 32 (18,2%) referem-se a instituições governamentais e 142 (80,7%) a não-governamentais; ex-usuários de drogas injetáveis (75), sendo que apenas 14 (18,7%) referem-se a instituições governamentais e 61 (81,3%) a não-governamentais; usuários de drogas em geral, incluindo o álcool (74), sendo 22 (29,7%) governamentais e 52 (70,3%) não-governamentais; e usuários de drogas injetáveis, das 32 marcações, apenas 9 (28,1%) são governamentais e 23 (71,9%) não-governamentais.

Tabela 93: Perfil do redutor de danos de acordo com a natureza da instituição

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	3	2,2	74	53,2	62	44,6	139	100,0
Usuário de drogas injetáveis (UDI)	0	0,0	9	28,1	23	71,9	32	100,0
Usuários de drogas (UD) em geral, incluindo o álcool	0	0,0	22	29,7	52	70,3	74	100,0
Ex-usuários de drogas injetáveis	0	0,0	14	18,7	61	81,3	75	100,0
Ex-usuários de drogas em geral, incluindo o álcool	2	1,1	32	18,2	142	80,7	176	100,0
Profissionais da saúde	4	1,6	130	53,5	109	44,9	243	100,0
Voluntários	3	1,5	35	17,1	167	81,5	205	100,0
Outro	3	3,3	40	44,4	47	52,2	90	100,0
Total	15	1,5	356	34,4	663	64,1	1 034	100,0

3.8. Forma de contratação dos profissionais

Observa-se na Figura 184 que a forma de contratação mais utilizada pelas instituições governamentais da equipe de Redução de Danos são, por ordem de recorrência: contratados pelos CAPSad, 41 (16,4%); voluntários, 35 (14,0%); contratados por projetos específicos, 33 (13,2%); e contratados pela Atenção Básica de Saúde Municipal, 27 (10,8%).

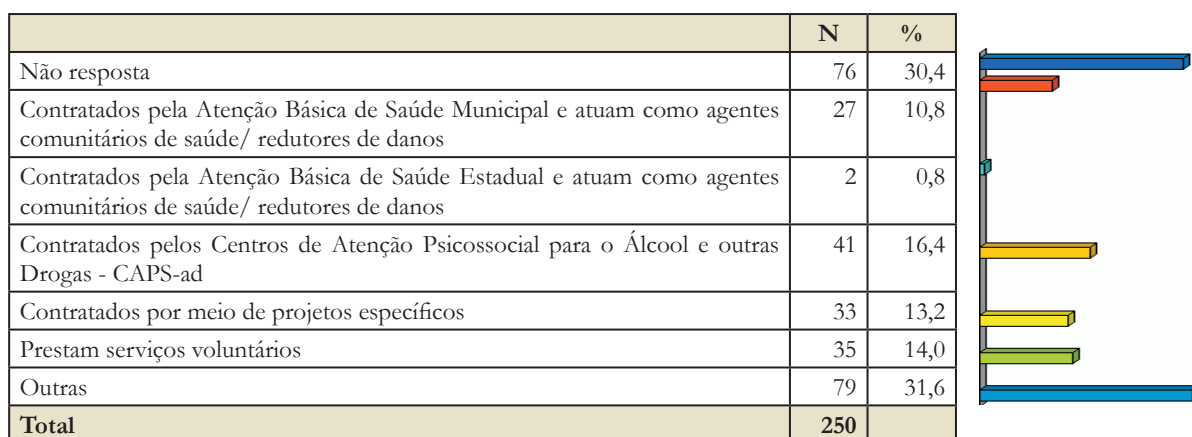


Figura 184: Forma de contratação dos profissionais nas instituições governamentais

Nas instituições não-governamentais, observa-se, na Figura 185, que os redutores de danos são, em sua maioria, voluntários, 183 (58,5%). Em seguida, aparecem redutores de danos contratados por projetos específicos, 48 (15,3%).

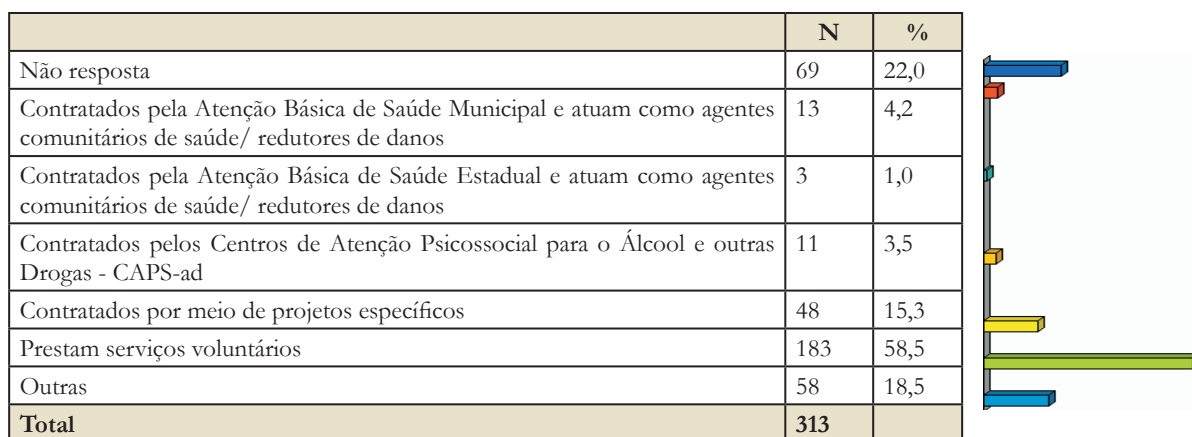


Figura 185: Forma de contratação dos profissionais nas instituições não-governamentais

Ao se analisar a forma de contratação dos redutores de danos de acordo com a natureza da instituição (tabela 94), destacam-se os redutores de danos contratados pela Atenção Básica de Saúde Estadual, pois apenas 5 instituições marcaram essa opção, sendo 2 (40,0%) governamentais e 3 (60,0%) não-governamentais. Já em relação aos contratados por projetos específicos, das 82 instituições que afirmaram essa forma de contratação, 33 (40,2%) são governamentais e 48 (58,5%) não-governamentais.

Tabela 94: Forma de contratação dos profissionais de acordo com a natureza da instituição

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	5	3,3	76	50,7	69	46,0	150	100,0
Contratados pela Atenção Básica de Saúde Municipal e atuam como agentes comunitários de saúde/ redutores de danos	0	0,0	27	67,5	13	32,5	40	100,0
Contratados pela Atenção Básica de Saúde Estadual e atuam como agentes comunitários de saúde/ redutores de danos	0	0,0	2	40,0	3	60,0	5	100,0
Contratados pelos Centros de Atenção Psicossocial para o Álcool e outras Drogas - CAPS-ad	2	3,7	41	75,9	11	20,4	54	100,0
Contratados por meio de projetos específicos	1	1,2	33	40,2	48	58,5	82	100,0
Prestam serviços voluntários	1	0,5	35	16,0	183	83,6	219	100,0
Outras	3	2,1	79	56,4	58	41,4	140	100,0
Total	12	1,7	293	42,5	385	55,8	690	100,0

3.9. População atendida

A Figura 186 apresenta o público-alvo das ações de Redução de Danos nas instituições governamentais: adultos em situação de risco social, 133 (53,2%); crianças e adolescentes em situação de risco social, 91 (36,4%); adolescentes em medida socioeducativa, 84 (33,6%); portadores de HIV/Aids, 69 (27,6%); e trabalhadores do sexo, 60 (24,0%). Apenas 9 (3,6%) instituições atendem às populações indígenas.

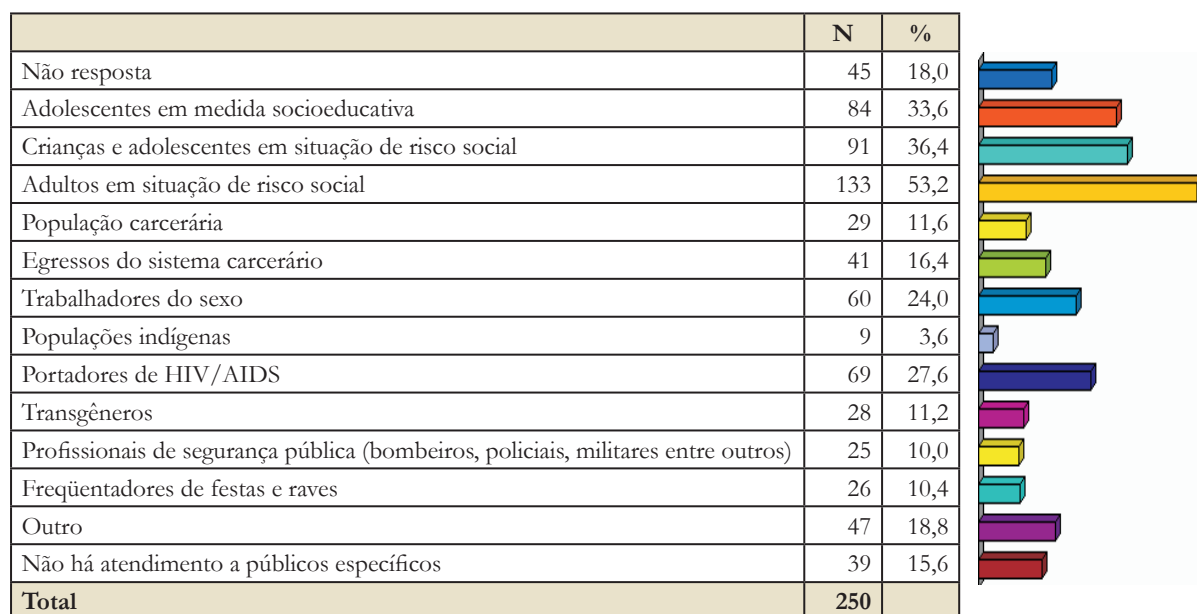


Figura 186: Público-alvo das atividades de Redução de Danos nas instituições governamentais

Nas instituições não-governamentais, observa-se, de acordo com a Figura 187, que o público-alvo das ações de Redução de Danos nas instituições não-governamentais ocorrem na mesma ordem das instituições governamentais, aparecendo: adultos em situação de risco social, 175 (55,9%); crianças e adolescentes em situação de risco social, 131 (41,9%); adolescentes em

medida socioeducativa, 114 (36,4%); portadores de HIV/Aids, 87 (27,8%). As instituições que atendem a populações indígenas somam apenas 11 (3,5%).

	N	%
Não resposta	47	15,0
Adolescentes em medida socioeducativa	114	36,4
Crianças e adolescentes em situação de risco social	131	41,9
Adultos em situação de risco social	175	55,9
População carcerária	51	16,3
Egressos do sistema carcerário	47	15,0
Trabalhadores do sexo	53	16,9
Populações indígenas	11	3,5
Portadores de HIV/AIDS	87	27,8
Transgêneros	29	9,3
Profissionais de segurança pública (bombeiros, policiais, militares entre outros)	38	12,1
Freqüentadores de festas e raves	36	11,5
Outro	38	12,1
Não há atendimento a públicos específicos	49	15,7
Total	313	

Figura 187: Público-alvo das atividades de Redução de Danos nas instituições não-governamentais

Na Tabela 95, observa-se que, em relação à população carcerária, apenas 80 instituições atingem esse público-alvo, sendo que 29 (36,3%) são governamentais e 51 (63,8%) não-governamentais. Observa-se também que 64 instituições possuem como público-alvo profissionais de segurança pública, sendo 25 (39,1%) governamentais e 38 (54,9%) não-governamentais.

Tabela 95: Público-alvo das atividades de acordo com a natureza da instituição

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	2	2,1	45	47,9	47	50,0	94	100,0
Adolescentes em medida sócio-educativa	3	1,5	84	41,8	114	56,7	201	100,0
Crianças e adolescentes em situação de risco social	3	1,3	91	40,4	131	58,2	225	100,0
Adultos em situação de risco social	6	1,9	133	42,4	175	55,7	314	100,0
População carcerária	0	0,0	29	36,3	51	63,8	80	100,0
Egressos do sistema carcerário	1	1,1	41	46,1	47	52,8	89	100,0
Trabalhadores do sexo	4	3,4	60	51,3	53	45,3	117	100,0
Populações indígenas	0	0,0	9	45,0	11	55,0	20	100,0
Portadores de HIV/AIDS	5	3,1	69	42,9	87	54,0	161	100,0
Transgêneros	3	5,0	28	46,7	29	48,3	60	100,0
Profissionais de segurança pública (bombeiros, policiais, militares entre outros)	1	1,6	25	39,1	38	59,4	64	100,0
Freqüentadores de festas e raves	1	1,6	26	41,3	36	57,1	63	100,0
Outro	3	3,4	47	53,4	38	43,2	88	100,0
Não há atendimento a públicos específicos	4	4,3	39	42,4	49	53,3	92	100,0
Total	36	2,2	726	43,5	906	54,3	1 668	100,0

4. Informações institucionais

4.1. Características das instituições de acordo com a natureza da instituição

4.1.1 Tempo de funcionamento

Pode-se observar, na Figura 188, há quantos anos as instituições governamentais que realizam atividades de Redução de Danos estão em funcionamento. Percebe-se que 135 (54,0%) instituições passaram a funcionar a partir do ano 2000 ou mais, ou seja, possuem menos de 8 anos de funcionamento. Esse resultado deve-se à regulamentação dos CAPS ter ocorrido a partir de 2002.

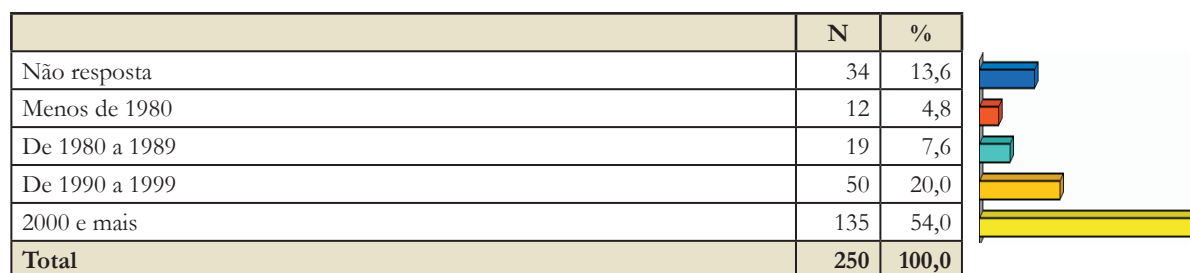


Figura 188: Ano de funcionamento das instituições governamentais

Conforme Figura 189, nas instituições não-governamentais que desenvolvem atividades de Redução de Danos, a maior ocorrência é de instituições criadas entre 1990 e 1999, com 113 (36,1%) marcações. As instituições criadas a partir do ano 2000 ou mais, totalizam 95 (30,4%).

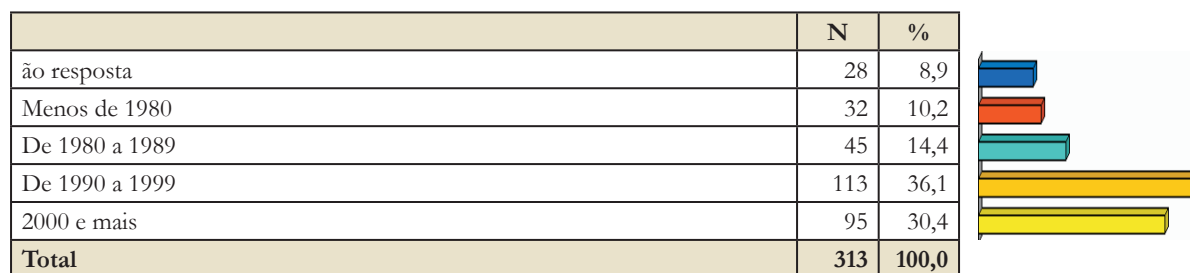


Figura 189: Ano de funcionamento das instituições não-governamentais

A Tabela 96 mostra a distribuição do ano de criação das instituições de Redução de Danos de acordo com sua natureza governamental ou não-governamental. Observa-se que das 44 instituições que funcionam desde antes de 1980, 12 (27,3%) são governamentais e 32 (72,7%) não-governamentais. Já as instituições que estão em funcionamento a menos de 8 anos, ou seja, que passaram a funcionar a partir de 2000, do total de 234 instituições, 135 (57,7%) são governamentais e 95 (40,6%) não-governamentais.

Tabela 96: Ano de funcionamento quanto à natureza da instituição

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	4	6,1	34	51,5	28	42,4	66	100,0
Menos de 1980	0	0,0	12	27,3	32	72,7	44	100,0
De 1980 a 1989	0	0,0	19	29,7	45	70,3	64	100,0
De 1990 a 1999	3	1,8	50	30,1	113	68,1	166	100,0
2000 e mais	4	1,7	135	57,7	95	40,6	234	100,0
Total	11	1,9	250	43,6	313	54,5	574	100,0

4.1.2. Abrangência territorial

Na Figura 190, percebe-se que a maioria das instituições governamentais que realiza atividades de Redução de Danos abrange todo o município ou cidade, totalizando 166 (66,4%) respostas.

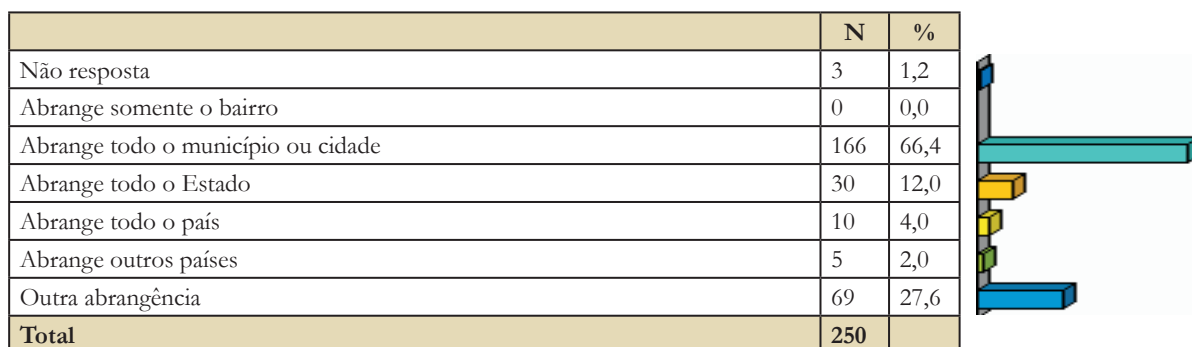


Figura 190: Abrangência das atividades da instituição governamental

A Figura 191 revela que 94 (30,0%) instituições que realizam atividades de Redução de Danos abrangem todo o município ou cidade. Em seguida, aparece a opção “abrange todo o país”, com 92 respostas (29,4%).

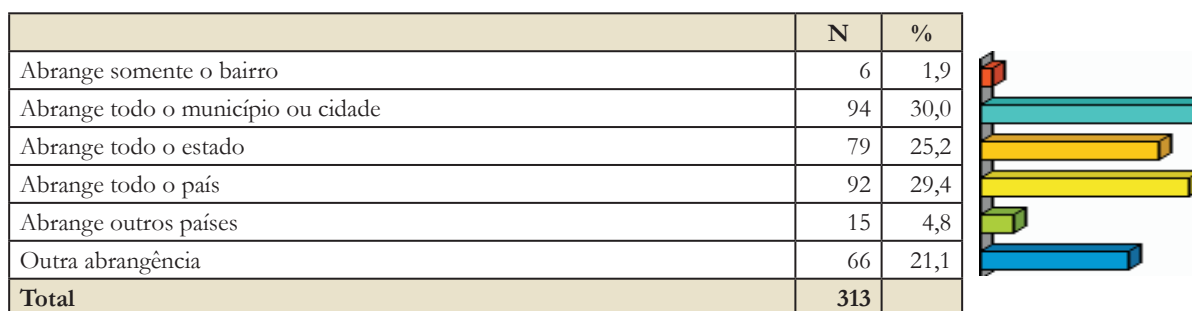


Figura 191: Abrangência das atividades da instituição não-governamental

Observa-se na análise da Tabela 97 que, do total de 262 instituições cujas atividades abrangem todo o município ou cidade, 166 (63,4%) são governamentais e 94 (35,9%) são não-governamentais. Já em relação às instituições cujas atividades abrangem todo o estado, das 109 respostas, 30 (27,5%) se referem às instituições governamentais e, a grande maioria, 79 (72,5%) se referem às não-governamentais.

Tabela 97: Abrangência das atividades de acordo com a natureza da instituição

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	7	70,0	3	30,0	0	0,0	10	100,0
Abrange somente o bairro	0	0,0	0	0,0	6	100,0	6	100,0
Abrange todo o município ou cidade	2	0,8	166	63,4	94	35,9	262	100,0
Abrange todo o Estado	0	0,0	30	27,5	79	72,5	109	100,0
Abrange todo o país	1	1,0	10	9,7	92	89,3	103	100,0
Abrange outros países	0	0,0	5	25,0	15	75,0	20	100,0
Outra abrangência	2	1,5	69	50,4	66	48,2	137	100,0
Total	12	1,9	283	43,7	352	54,4	647	100,0

4.1.3. Localização da instituição

A maioria das instituições governamentais que realiza atividades de Redução de Danos está localizada na área urbana, 245 (98,0%), e somente 4 (1,6%) instituições estão localizadas na área rural, como pode ser observado na Figura 192.

	N	%
Área urbana	245	98,0
Área rural	4	1,6
Área urbana e rural	1	0,4
Total	250	100,0

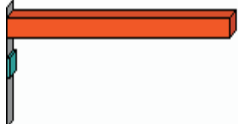


Figura 192: Localização da instituição governamental

A Figura 193 também revela que a maioria das instituições não-governamentais também estão concentradas na área urbana, com 231 (73,8%) respostas. Porém, observa-se um número razoável de instituições localizadas na área rural 72 (23,0%).

	N	%
Não resposta	2	0,6
Área urbana	231	73,8
Área rural	72	23,0
Área urbana e rural	8	2,6
Total	313	100,0

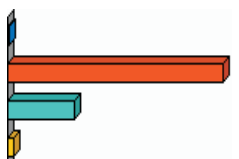


Figura 193: Localização da instituição não-governamental

A Tabela 98 mostra a distribuição da localização de acordo com a natureza da instituição. Percebe-se que, das 480 instituições que realizam atividades de Redução de Danos e estão localizadas na área urbana, 245 (51,0%) são governamentais e 231 (48,1%) não-governamentais. Já das 76 instituições que se localizam na área rural, apenas 4 (5,3%) são instituições governamentais, enquanto 72 (94,7%) se referem a instituições não-governamentais.

Tabela 98: Localização da instituição de Redução de Danos quanto à natureza

	Não resposta		Governa- mental		Não- governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	7	77,8	0	0,0	2	22,2	9	100,0
Área urbana	4	0,8	245	51,0	231	48,1	480	100,0
Área rural	0	0,0	4	5,3	72	94,7	76	100,0
Área Urbana e rural	0	0,0	1	11,1	8	88,9	9	100,0
Total	11	1,9	250	43,6	313	54,5	574	100,0

4.1.4. Sexo da população atendida

Observa-se na Figura 194 que as instituições governamentais atendem, em sua maioria, pacientes de ambos os sexos, totalizando 242 respostas. Apenas 1 (0,4%) instituição atende ao sexo feminino especificamente. Já o número de instituições que presta atendimento específico aos pacientes do sexo masculino soma 7 (2,8%).

	N	%
Masculino	7	2,8
Feminino	1	0,4
Ambos os sexos	242	96,8
Total	250	100,0

Figura 194: Sexo da população atendida pela instituição governamental

Nas instituições não-governamentais que realizam atividades de Redução de Danos, de acordo com a Figura 195, percebe-se que 211 (67,4%) prestam atendimentos a ambos os sexos e que 89 (28,4%) atendem somente pessoas do sexo masculino. Percebe-se que não há muitas instituições voltadas ao atendimento específico às mulheres, pois apenas 12 (3,8%) instituições realizam esse atendimento.

	N	%
Não resposta	1	0,3
Masculino	89	28,4
Feminino	12	3,8
Ambos os sexos	211	67,4
Total	313	100,0

Figura 195: Sexo do público-alvo atendido pela instituição não-governamental

A Tabela 99 mostra que, das 96 instituições que afirmaram prestar atendimento somente ao sexo masculino, 7 (7,3%) são governamentais e 89 (92,7%) não-governamentais. As instituições que indicaram prestar atendimento específico ao sexo feminino somam apenas 13, sendo 1 (7,7%) governamental e 12 (92,3%) não-governamentais. Esse dado revela que as instituições governamentais precisam ampliar os atendimentos específicos, tanto ao público feminino quanto ao público masculino, pois cada um tem suas peculiaridades e demandam estratégias diferentes.

Tabela 99: Sexo da população atendida de acordo com a natureza da instituição

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	7	87,5	0	0,0	1	12,5	8	100,0
Masculino	0	0,0	7	7,3	89	92,7	96	100,0
Feminino	0	0,0	1	7,7	12	92,3	13	100,0
Ambos os sexos	4	0,9	242	53,0	211	46,2	457	100,0
Total	11	1,9	250	43,6	313	54,5	574	100,0

4.1.5. Faixa etária da população atendida

A Figura 196 mostra que, nas instituições governamentais, o atendimento ao público concentra-se na faixa etária de 25 a 59 anos e de 18 a 24 anos, com 231 (92,4%) e 230 (92,0%) respostas, respectivamente. Em seguida, o público mais atendido são os idosos a partir de 60 anos de idade, somando um total de 192 (76,8%) instituições, e os adolescentes, com um total de 162 (64,8%) instituições.

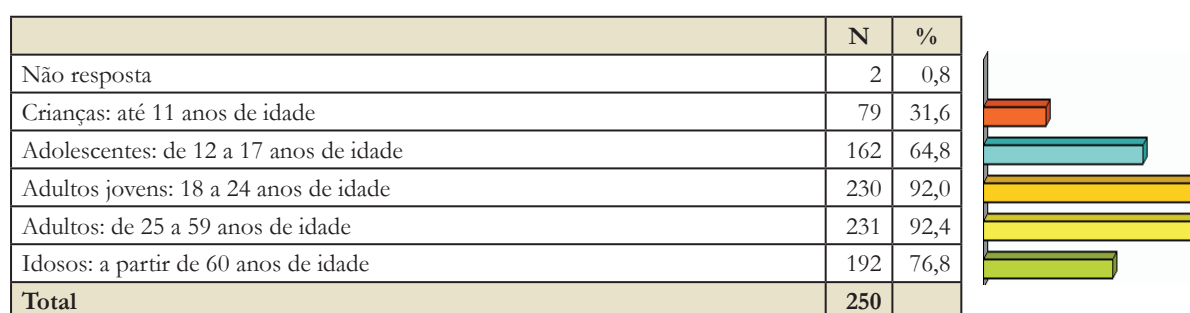


Figura 196: Faixa etária do público-alvo atendido pela instituição governamental

Já nas instituições não-governamentais, como pode ser observado na Figura 197, o atendimento está concentrado nas faixas etárias de 18 a 24 anos e de 25 a 59 anos, somando, respectivamente, 289 (92,3%) e 282 (90,1%), porém ocorrendo de forma inversa às governamentais. Em seguida, aparecem os atendimentos prestados aos adolescentes, 215 (68,7%), e idosos, 174 (55,6%).

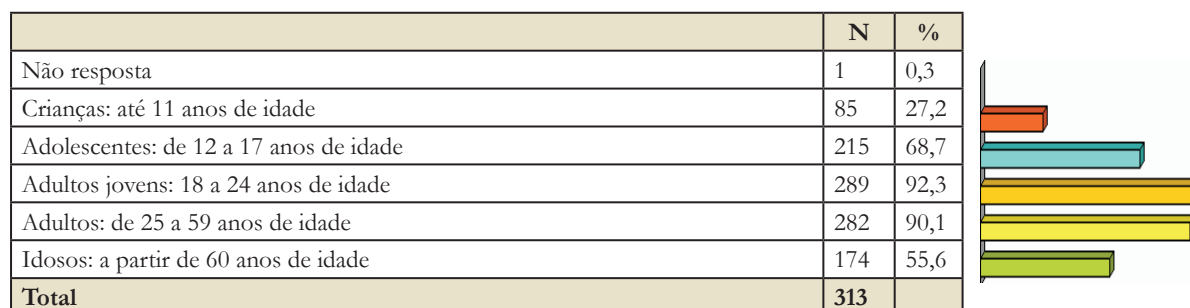


Figura 197: Faixa etária do público-alvo atendido pela instituição não-governamental

Na Tabela 100, observa-se que, das 522 instituições que atendem ao público de 18 a 24 anos, 230 (44,1%) são governamentais e 289 (55,4%) não-governamentais. O público de 25 a 59 anos é atendido por 517 instituições, sendo 231 (44,7%) governamentais e 282 (54,5%) não-governamentais. Em relação aos adolescentes, 380 instituições afirmaram atingir esse público, sendo 162 (42,6%) governamentais e 215 (56,6%) não-governamentais.

Tabela 100: Faixa etária do público-alvo atendido pela instituição de Redução de Danos quanto à natureza

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	7	70,0	2	20,0	1	10,0	10	100,0
Crianças: até 11 anos de idade	1	0,6	79	47,9	85	51,5	165	100,0
Adolescentes: de 12 a 17 anos de idade	3	0,8	162	42,6	215	56,6	380	100,0
Adultos jovens: 18 a 24 anos de idade	3	0,6	230	44,1	289	55,4	522	100,0
Adultos: de 25 a 59 anos de idade	4	0,8	231	44,7	282	54,5	517	100,0
Idosos: a partir de 60 anos de idade	3	0,8	192	52,0	174	47,2	369	100,0
Total	21	1,1	896	45,6	1 046	53,3	1 963	100,0

4.1.6. Média mensal de atendimentos

Figura 198 mostra que a média mensal de atendimentos realizados pelas instituições governamentais é de 100 a 499 atendimentos por mês, totalizando 102 (40,8%) respostas.

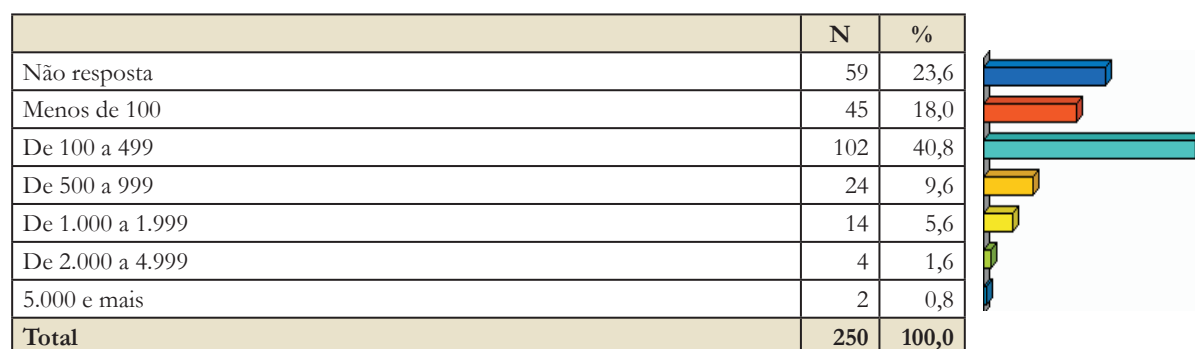


Figura 198: Média mensal de atendimentos nas instituições governamentais

Já nas instituições não-governamentais, a média de atendimento está concentrada em menos de 100 atendimentos por mês, totalizando 142 (45,4%) instituições, conforme se verifica na Figura 199.

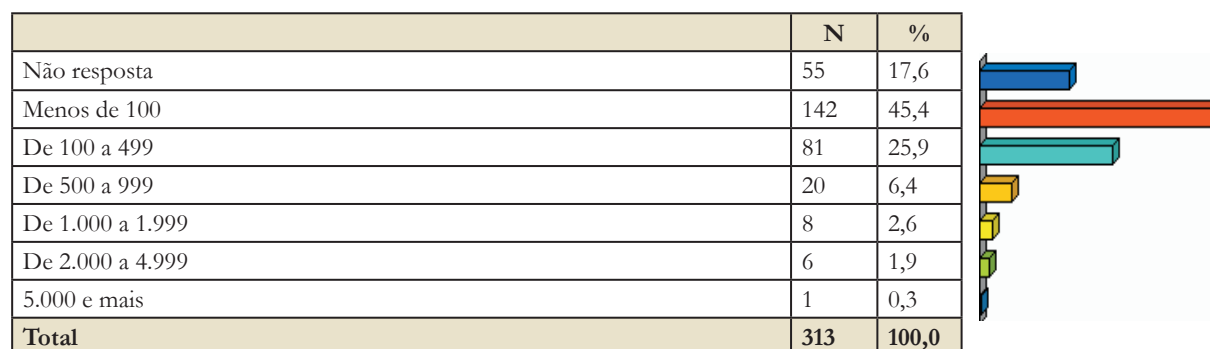


Figura 199: Média mensal de atendimentos nas instituições não-governamentais

A Tabela 101 mostra que, do total de 188 instituições que realizam menos de 100 atendimentos por mês, 45 (23,9%) são governamentais e 12 (75,5%) não-governamentais. É possível observar que, nas instituições governamentais, prevalece a capacidade de atendimento acima de 100 pessoas por mês, com exceção de 2.000 a 4.999 atendimentos/mês, que obteve 11 marcações, sendo 4 (36,4%) de instituições governamentais e 6 (54,5%) de não-governamentais.

Tabela 101: Média mensal de atendimentos de acordo com a natureza a instituição

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	9	7,3	59	48,0	55	44,7	123	100,0
Menos de 100	1	0,5	45	23,9	142	75,5	188	100,0
De 100 a 499	0	0,0	102	55,7	81	44,3	183	100,0
De 500 a 999	0	0,0	24	54,5	20	45,5	44	100,0
De 1.000 a 1.999	0	0,0	14	63,6	8	36,4	22	100,0
De 2.000 a 4.999	1	9,1	4	36,4	6	54,5	11	100,0
5.000 e mais	0	0,0	2	66,7	1	33,3	3	100,0
Total	11	1,9	250	43,6	313	54,5	574	100,0

4.1.7. Acesso da população atendida

A Figura 200 mostra que o meio de acesso mais utilizado do público às instituições governamentais é a demanda do próprio usuário e /ou familiares diretamente à instituição, com 220 (88,0%) respostas. Em seguida, aparecem os encaminhamentos de outras instituições, perfazendo um total de 216 (86,4%) instituições. As atividades realizadas pela instituição na comunidade totalizam 180 (72,0%) respostas.

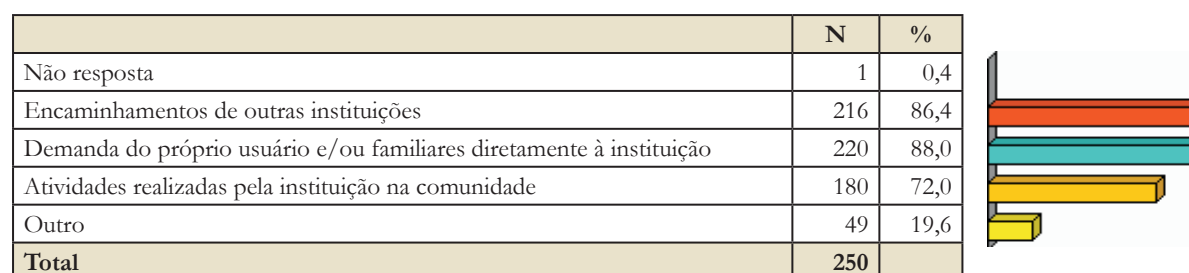


Figura 200: Acesso do público-alvo às instituições governamentais

O meio de acesso mais utilizado do público às instituições não-governamentais de Redução de Danos, de acordo com a Figura 201, ocorre na mesma ordem das instituições governamentais, sendo que a demanda do próprio usuário e/ou familiares diretamente à instituição soma 271 (86,6%) respostas, o encaminhamento de outras instituições soma 238 (76,0%) e a opção “atividades realizadas pela instituição na comunidade” obteve 219 respostas (70,0%).

	N	%
Não resposta	3	1,0
Encaminhamentos de outras instituições	238	76,0
Demanda do próprio usuário e/ou familiares diretamente à instituição	271	86,6
Atividades realizadas pela instituição na comunidade	219	70,0
Outro	56	17,9
Total	313	

Figura 201: Acesso do público-alvo às instituições não-governamentais

Observa-se na Tabela 102, que das 400 instituições que realizaram atividades na comunidade, 180 (45,0%) são governamentais e 219 (54,8%) são não-governamentais.

Tabela 102: Acesso da população atendida de acordo com a natureza da instituição

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	8	66,7	1	8,3	3	25,0	12	100,0
Encaminhamentos de outras instituições	2	0,4	216	47,4	238	52,2	456	100,0
Demanda do próprio usuário e/ou familiares diretamente à instituição	1	0,2	220	44,7	271	55,1	492	100,0
Atividades realizadas pela instituição na comunidade	1	0,3	180	45,0	219	54,8	400	100,0
Outro	2	1,9	49	45,8	56	52,3	107	100,0
Total	14	1,0	666	45,4	787	53,6	1 467	100,0

4.1.8. Procedência dos encaminhamentos

A Figura 202 mostra que a maior parte dos encaminhamentos para as instituições que realizam atividades de Redução de Danos procedem de familiares e/ou amigos dos usuários de drogas, 211 (84,4%); rede hospitalar, 195 (78,0%); e Conselho Tutelar, 184 (73,6%).

	N	%
Não resposta	7	2,8
Conselhos Antidrogas/Entorpecentes	64	25,6
Conselho Tutelar	184	73,6
Outros Conselhos	54	21,6
Ministério Público	163	65,2
Polícia	103	41,2
Justiça	166	66,4
Rede Hospitalar	195	78,0
Entidades Religiosas	120	48,0
Familiares e/ou amigos dos usuários de drogas	211	84,4
Outras instituições	105	42,0
Total	250	

Figura 202: Procedência dos encaminhamentos para as instituições governamentais

Observa-se na Figura 203, que nas instituições não-governamentais, os encaminhamentos procedem com maior frequência de familiares e/ou amigos dos usuários de drogas, 265 (84,7%); entidades religiosas, 200 (63,9%); rede hospitalar, 165 (52,7%), Justiça, 153 (48,9%); e Conselho Tutelar, 150 (47,9%).

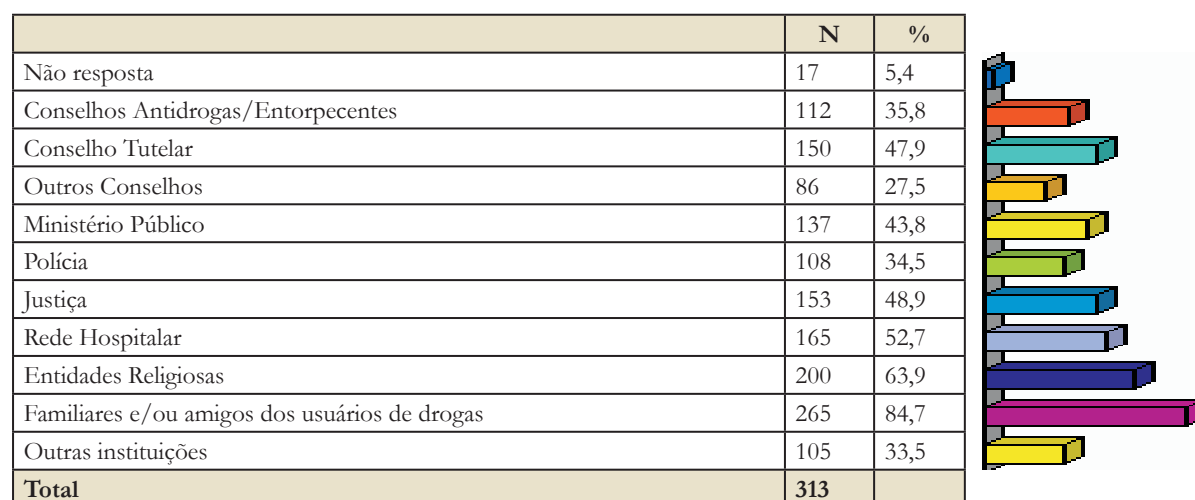


Figura 203: Procedência dos encaminhamentos para as instituições não-governamentais

A Tabela 103 mostra que 335 instituições recebem encaminhamentos do Conselho Tutelar, sendo 184 (54,9%) instituições governamentais e 150 (44,8%) instituições não-governamentais. Do total de 361 instituições que recebem encaminhamentos da rede hospitalar, 195 (54,0%) são instituições governamentais e 165 (45,7%) não-governamentais. Em relação aos encaminhamentos procedentes da Justiça, 321 instituições marcaram essa opção, sendo que, desse total, 166 (51,7%) são instituições governamentais e 153 (47,7%) são instituições não-governamentais.

Tabela 103: Procedência dos encaminhamentos de acordo com a natureza da instituição

	Não resposta		Governa- mental		Não- governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	8	25,0	7	21,9	17	53,1	32	100,0
Conselhos Antidrogas/Entorpecentes	0	0,0	64	36,4	112	63,6	176	100,0
Conselho Tutelar	1	0,3	184	54,9	150	44,8	335	100,0
Outros Conselhos	1	0,7	54	38,3	86	61,0	141	100,0
Ministério Público	1	0,3	163	54,2	137	45,5	301	100,0
Polícia	0	0,0	103	48,8	108	51,2	211	100,0
Justiça	2	0,6	166	51,7	153	47,7	321	100,0
Rede Hospitalar	1	0,3	195	54,0	165	45,7	361	100,0
Entidades Religiosas	0	0,0	120	37,5	200	62,5	320	100,0
Familiares e/ou amigos dos usuários de drogas	1	0,2	211	44,2	265	55,6	477	100,0
Outras instituições	2	0,9	105	49,5	105	49,5	212	100,0
Total	17	0,6	1 372	47,5	1 498	51,9	2 887	100,0

4.1.9. Articulação das instituições de Redução de Danos com outros setores

A Figura 204 mostra que as articulações realizadas, na instância federal pelas instituições governamentais que desenvolvem atividade de redução de danos ocorrem, principalmente, com o Ministério da Saúde, 56 (62,4%). No nível estadual, prevalecem as articulações realizadas com a Secretaria Estadual de Saúde, 171 (68,4%), e, na esfera municipal, destacam-se as articulações realizadas com Secretaria Municipal de Saúde, 222 (88,8%); Conselho Tutelar, 188 (75,2%); e Secretaria Municipal de Assistência Social, 170 (68,0%). Apenas 1 (0,4%) instituição indicou não possuir articulação com outra instituição.

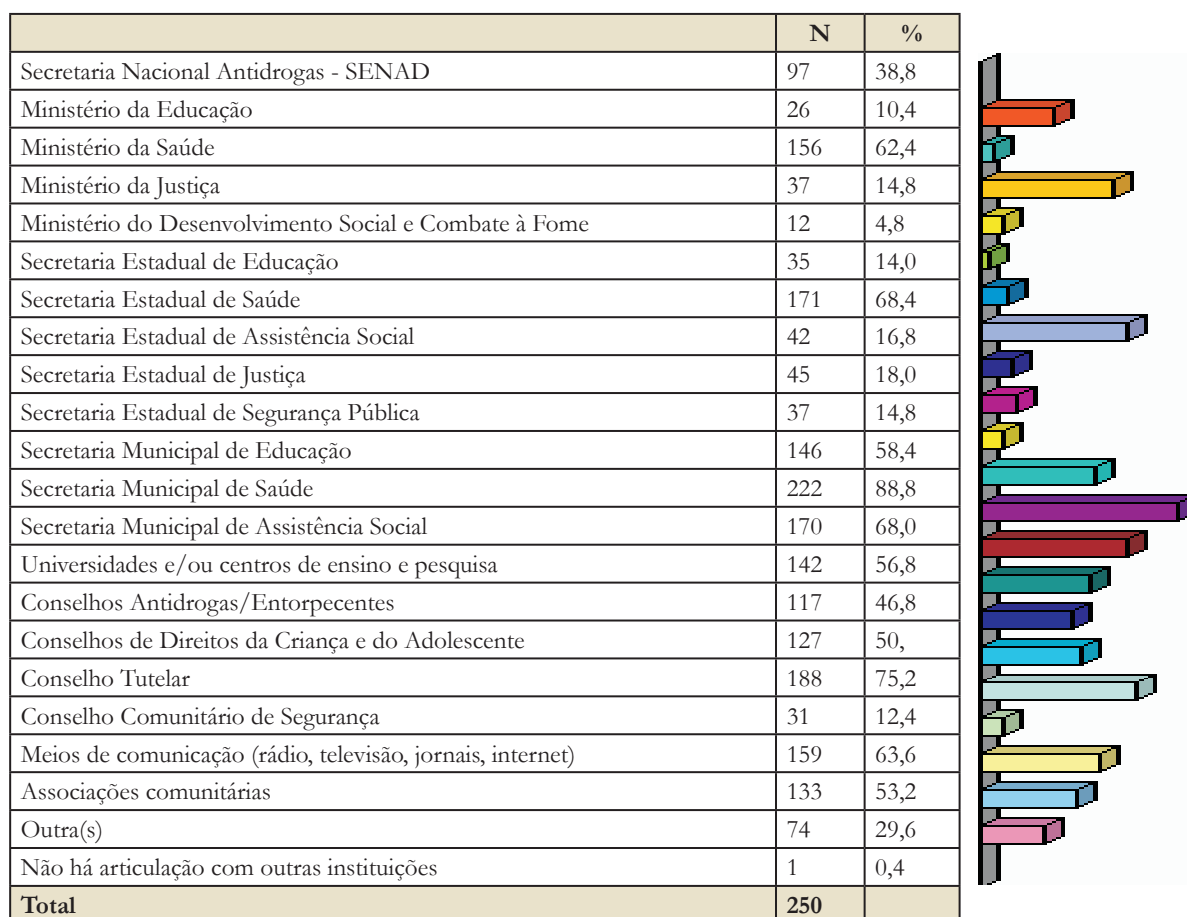


Figura 204: Articulação das instituições governamentais

Em relação às instituições não-governamentais, conforme Figura 205, percebe-se que a articulação tem sido estabelecida no nível federal com a Secretaria Nacional Antidrogas, 106 (33,9%). No nível estadual, a prevalência é de articulações realizadas com a Secretaria Estadual de Saúde, principalmente com Secretaria Municipal de Saúde, 195 (62,3%), e no nível municipal, destacam-se as parcerias realizadas com a Secretaria Municipal de Assistência Social, 188 (60,1%); meios de comunicação, 182 (58,1%); associações comunitárias, 143 (45,7%); Conselho Tutelar, 141 (45,0%); e Conselho Antidrogas/Entorpecentes, 140 (44,7%). Não possuem nenhuma articulação 16 (5,1%) instituições.

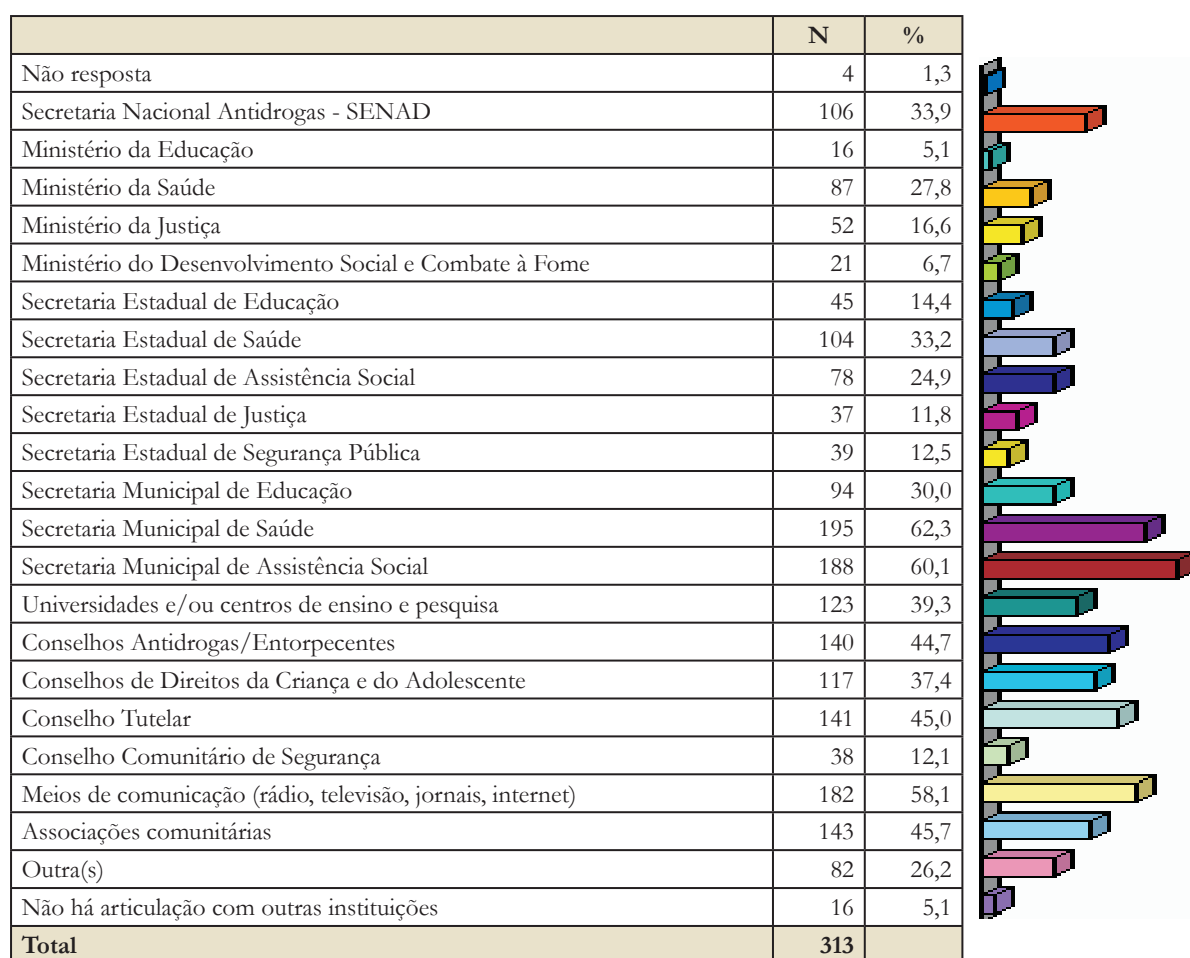


Figura 205 Articulações das instituições não-governamentais

A Tabela 104 apresenta a distribuição das articulações realizadas pela instituição de acordo com sua natureza. Observa-se que, das 420 instituições que realizam articulação com a Secretaria Municipal de Saúde, 222 (52,9%) são governamentais e 195 (46,4%) não-governamentais. A Secretaria Municipal de Assistência Social também é bastante articulada com as instituições, obtendo 361 respostas, sendo 170 (47,1%) relativas a instituições governamentais e 188 (52,1%) a não-governamentais. A articulação com os Conselhos Antidrogas/Entorpecentes é realizada por 258 instituições, sendo 117 (45,3%) governamentais e 140 (54,3%) não-governamentais.

Tabela 104: Articulação das instituições de acordo com a natureza das instituições

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	7	63,6	0	0,0	4	36,4	11	100,0
Secretaria Nacional Antidrogas - SENAD	1	0,5	97	47,5	106	52,0	204	100,0
Ministério da Educação	1	2,3	26	60,5	16	37,2	43	100,0
Ministério da Saúde	2	0,8	156	63,7	87	35,5	245	100,0
Ministério da Justiça	2	2,2	37	40,7	52	57,1	91	100,0
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	0	0,0	12	36,4	21	63,6	33	100,0
Secretaria Estadual de Educação	0	0,0	35	43,8	45	56,3	80	100,0
Secretaria Estadual de Saúde	1	0,4	171	62,0	104	37,7	276	100,0
Secretaria Estadual de Assistência Social	0	0,0	42	35,0	78	65,0	120	100,0
Secretaria Estadual de Justiça	1	1,2	45	54,2	37	44,6	83	100,0
Secretaria Estadual de Segurança Pública	0	0,0	37	48,7	39	51,3	76	100,0
Secretaria Municipal de Educação	2	0,8	146	60,3	94	38,8	242	100,0
Secretaria Municipal de Saúde	3	0,7	222	52,9	195	46,4	420	100,0
Secretaria Municipal de Assistência Social	3	0,8	170	47,1	188	52,1	361	100,0
Universidades e/ou centros de ensino e pesquisa	2	0,7	142	53,2	123	46,1	267	100,0
Conselhos Antidrogas/Entorpecentes	1	0,4	117	45,3	140	54,3	258	100,0
Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente	1	0,4	127	51,8	117	47,8	245	100,0
Conselho Tutelar	3	0,9	188	56,6	141	42,5	332	100,0
Conselho Comunitário de Segurança	0	0,0	31	44,9	38	55,1	69	100,0
Meios de comunicação (rádio, televisão, jornais, internet)	4	1,2	159	46,1	182	52,8	345	100,0
Associações comunitárias	0	0,0	133	48,2	143	51,8	276	100,0
Outra(s)	0	0,0	74	47,4	82	52,6	156	100,0
Não há articulação com outras instituições	0	0,0	1	5,9	16	94,1	17	100,0

4.1.10. Existência do Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes na percepção do dirigente

A Figura 206 se refere à existência do Conselho Antidrogas/Entorpecentes na percepção do dirigente da instituição. Observa-se que 139 (55,6%) dirigentes afirmam que no seu município existe Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes e 77 (30,8%) disseram que não existe conselho. Apenas 21 (8,4%) afirmaram não saber se o conselho existe ou não.

	N	%
Não resposta	13	5,2
Sim	139	55,6
Não	77	30,8
Não sei	21	8,4
Total	250	100,0

Figura 206: Existência do Conselho Antidrogas/Entorpecentes no município na percepção do dirigente da instituição governamental

Em relação aos dirigentes das instituições não-governamentais, percebe-se, na Figura 207, que 185 (59,1%) dirigentes afirmaram existir Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes em seus municípios.

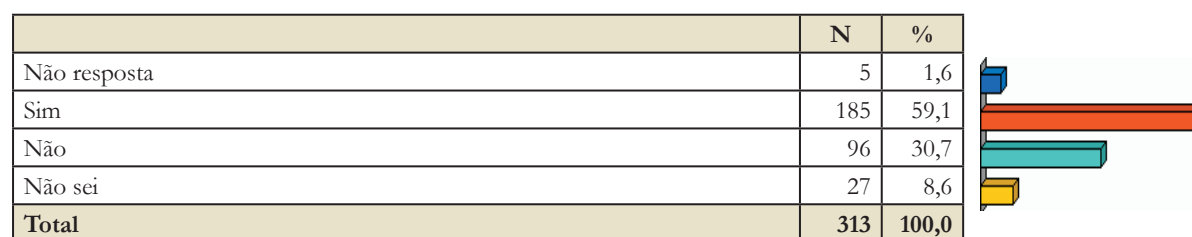


Figura 207: Existência do Conselho Antidrogas/Entorpecentes no município na percepção do dirigente da instituição não-governamental

Observa-se na Tabela 105, que 174 dirigentes afirmaram não saber se em seu município existe o Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes, sendo que 77 (44,3%) são de instituições governamentais e 96 (55,2%) são de instituições não-governamentais.

Tabela 105: Existência do Conselho Antidrogas/Entorpecentes no município na percepção do dirigente de acordo com a natureza da instituição

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	8	30,8	13	50,0	5	19,2	26	100,0
Sim	2	0,6	139	42,6	185	56,7	326	100,0
Não	1	0,6	77	44,3	96	55,2	174	100,0
Não sei	0	0,0	21	43,8	27	56,3	48	100,0
Total	11	1,9	250	43,6	313	54,5	574	100,0

4.1.11. Registro da instituição no Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes

A Figura 208 mostra que a maioria, 126 (50,4%), das instituições governamentais que realizam atividades de Redução de Danos não possuem registro no Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes. É importante lembrar que alguns municípios não possuem Conselhos Municipais Antidrogas/Entorpecentes.

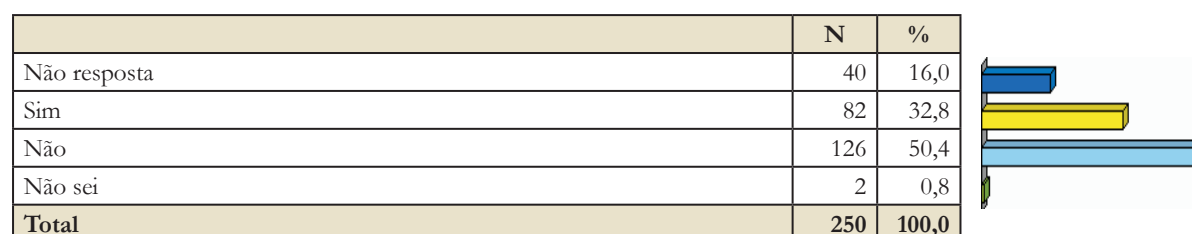


Figura 208: Registro das instituições governamentais no Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes

Conforme apresentado na Figura 209, nas instituições não-governamentais, percebe-se também que mais da metade das instituições não possui registro no Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes, totalizando 160 (51,1%) instituições.

	N	%
Não resposta	30	9,6
Sim	122	39,0
Não	160	51,1
Não sei	1	0,3
Total	313	100,0

Figura 209: Registro das instituições não-governamentais no Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes

Na Tabela 106, observa-se que, 204 instituições de Redução de Danos possuem registro no Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes, sendo que 82 (40,2%) são governamentais e 122 (59,8%) não-governamentais.

Tabela 106: Registro no Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes das instituições quanto à natureza

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	9	11,4	40	50,6	30	38,0	79	100,0
Sim	0	0,0	82	40,2	122	59,8	204	100,0
Não	2	0,7	126	43,8	160	55,6	288	100,0
Não sei	0	0,0	2	66,7	1	33,3	3	100,0
Total	11	1,9	250	43,6	313	54,5	574	100,0

4.1.12. Registro da instituição no Conselho Estadual Antidrogas/Entorpecentes

Observa-se na Figura 210 que apenas 82 (32,8%) instituições governamentais possuem registro no Conselho Estadual Antidrogas/Entorpecentes.

	N	%
Não resposta	26	10,4
Sim	82	32,8
Não	140	56,0
Não Sei	2	0,8
Total	250	100,0

Figura 210: Registro da instituição governamental no Conselho Estadual Antidrogas/Entorpecentes

Na Figura 211, percebe-se também um baixo número de instituições não-governamentais registradas no Conselho Estadual Antidrogas/Entorpecentes, totalizando 112 (35,8%) instituições.

	N	%
Não resposta	20	6,4
Sim	112	35,8
Não	178	56,9
Não Sei	3	1,0
Total	313	100,0

Figura 211: Registro da instituição não-governamental no Conselho Estadual Antidrogas/Entorpecentes

Na Tabela 107, observa-se que 195 instituições que realizam atividades de Redução de Danos afirmaram possuir registro no Conselho Estadual Antidrogas/Entorpecentes, sendo 82 (42,1%) governamentais e 112 (57,4%) não-governamentais.

Tabela 107: Registro da instituição no Conselho Estadual Antidrogas/Entorpecentes quanto à natureza

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	8	14,8	26	48,1	20	37,0	54	100,0
Sim	1	0,5	82	42,1	112	57,4	195	100,0
Não	2	0,6	140	43,8	178	55,6	320	100,0
Não Sei	0	0,0	2	40,0	3	60,0	5	100,0
Total	11	1,9	250	43,6	313	54,5	574	100,0

4.1.13. Recursos materiais

Na Tabela 108, verifica-se que, entre os recursos materiais disponíveis, os consultórios ou salas para atendimento individual totalizam 1.371, média de 2,39 por instituição; e os consultórios ou salas para atendimento em grupo somam 904, média de 1,57 por instituição. As salas de convivência totalizam 409, média de 0,71 por instituição; e as salas de atendimento, 594, média de 1,03 por instituição. O total de oficinas diversas é de 515, média de 0,90 por instituição.

Tabela 108: Quantidade média de recursos físicos e materiais nas instituições de RD

RECURSOS MATERIAIS	Soma	Média
Consultório ou sala para atendimento individual	1 371	2,39
Consultório ou sala para atendimento em grupo	904	1,57
Laboratório de análises clínicas	28	0,05
Enfermaria ou dormitório coletivo	1 410	2,46
Apartamento/suíte	532	0,93
Leitos para permanência diurna	3 965	6,91
Leitos para permanência noturna	6 290	10,96
Banheiros	3 309	5,76
Chuveiros	2 871	5,00
Refeitório	507	0,88
Cozinha	541	0,94
Auditório	210	0,37
Escritório	607	1,06
Sala de convivência	409	0,71
Sala de atendimento	594	1,03
Sala de reuniões	612	1,07
Salas de aula	359	0,63
Sala de jogos	205	0,36
Sala de TV	529	0,92
Videocassete	456	0,79
DVD	347	0,60
Computador	2 099	3,66
Impressora	1 116	1,94
Copiadora	156	0,27
Internet	884	1,54
Data Show	98	0,17
Retroprojektor	303	0,53
Filmadora	97	0,17
Máquina fotográfica	274	0,48
Oficinas diversas (marcenaria, mecânica, entre out...	515	0,90
Horta/Jardim	421	0,73
Capela	170	0,30
Gráfica	13	0,02
Sala de ginástica	104	0,18
Quadra de esporte	158	0,28

A Tabela 109 mostra a quantidade de recursos físicos e materiais que as instituições governamentais possuem. Percebe-se que, nas instituições governamentais, o total de consultórios ou salas para atendimento individual é de 708, média de 2,83 por instituição; e para atendimento em grupo é de 432, média de 1,73 por instituição. As salas de convivência somam 131, média de 0,52 por instituição; e as salas de atendimento, 213, média de 0,85 por instituição. As oficinas diversas totalizam 271, média de 1,08 por instituição.

Tabela 109: Quantidade média de recursos materiais nas instituições governamentais de RD

RECURSOS MATERIAIS	Soma	Média
Consultório ou sala para atendimento individual	708	2,83
Consultório ou sala para atendimento em grupo	432	1,73
Laboratório de análises clínicas	21	0,08
Enfermaria ou dormitório coletivo	240	0,96
Apartamento/suíte	43	0,17
Leitos para permanência diurna	750	3,00
Leitos para permanência noturna	695	2,78
Banheiros	961	3,84
Chuveiros	596	2,38
Refeitório	163	0,65
Cozinha	202	0,81
Auditório	67	0,27
Escritório	179	0,72
Sala de convivência	131	0,52
Sala de atendimento	213	0,85
Sala de reuniões	183	0,73
Salas de aula	110	0,44
Sala de jogos	54	0,22
Sala de TV	145	0,58
Videocassete	171	0,68
DVD	139	0,56
Computador	782	3,13
Impressora	490	1,96
Copiadora	54	0,22
Internet	224	0,90
Data Show	54	0,22
Retroprojektor	91	0,36
Filmadora	39	0,16
Máquina fotográfica	81	0,32
Oficinas diversas (marcenaria, mecânica, entre out...	271	1,08
Horta/Jardim	131	0,52
Capela	20	0,08
Gráfica	5	0,02
Sala de ginástica	17	0,07
Quadra de esporte	30	0,12

De acordo com a Tabela 110, nas instituições não-governamentais, o total de consultórios ou salas para atendimento individual e em grupo totalizam 647, média de 2,07 por instituição; e 454, média de 1,45 por instituição, respectivamente. As salas de convivência totalizam 275, média de 0,88 por instituição; e as salas de atendimento somam 369, média de 1,18 por instituição. As oficinas diversas totalizam 235, média de 0,75 por instituição.

Tabela 110: Média de recursos materiais nas instituições não-governamentais de RD

RECURSOS MATERIAIS	Soma	Média
Consultório ou sala para atendimento individual	647	2,07
Consultório ou sala para atendimento em grupo	454	1,45
Laboratório de análises clínicas	7	0,02
Enfermaria ou dormitório coletivo	1 085	3,47
Apartamento/suíte	480	1,53
Leitos para permanência diurna	2 880	9,20
Leitos para permanência noturna	5 254	16,79
Banheiros	2 312	7,39
Chuveiros	2 186	6,98
Refeitório	338	1,08
Cozinha	333	1,06
Auditório	141	0,45
Escritório	425	1,36
Sala de convivência	275	0,88
Sala de atendimento	369	1,18
Sala de reuniões	422	1,35
Salas de aula	247	0,79
Sala de jogos	145	0,46
Sala de TV	373	1,19
Video cassete	278	0,89
DVD	204	0,65
Computador	1 293	4,13
Impressora	606	1,94
Copiadora	99	0,32
Internet	649	2,07
Data Show	42	0,13
Retroprojektor	207	0,66
Filmadora	56	0,18
Máquina fotográfica	191	0,61
Oficinas diversas (marcenaria, mecânica, entre outros.	235	0,75
Horta/Jardim	285	0,91
Capela	148	0,47
Gráfica	7	0,02
Sala de ginástica	86	0,27
Quadra de esporte	126	0,40

4.1.14 Recursos financeiros

A Figura 212 mostra de onde provêm os recursos financeiros utilizados pelas instituições de Redução de Danos para desenvolver suas atividades.

Nas instituições governamentais, que totalizam 250 (43,6%), pode-se perceber que a maioria dos recursos provêm do governo brasileiro, 224 (39,0%), assim distribuídos: recursos municipais, 171 (29,8%); federais, 140 (24,4%); e estaduais, 69 (12,0%). Os recursos provenientes de receita própria totalizaram 50 (8,7%) respostas, sendo a venda de produtos a mais citada pelos dirigentes, com 26 (4,5%) observações. Já “Outras fontes de recursos” foi citada por 45 (7,8%) dirigentes, prevalecendo mais doações de pessoas jurídicas, 20 (3,5%), e de pessoas físicas, 19 (3,3%).

Nas instituições não-governamentais, das 313 (54,5%) instituições, 211 (36,8%) indicaram que os recursos provêm de “Outras fontes de recursos”, sendo que as mais citadas foram: doações de pessoas físicas, 176 (30,7%); doação de pessoas jurídicas, 110 (19,2%); e recursos provenientes de mantenedoras, 59 (10,3%).

Em segundo lugar, foram citadas fontes provenientes de receita própria, assim distribuídas: 101 (17,6%) são recursos de internações, 91 (15,9%) são de venda de produtos, 68 (11,8%) de palestras e eventos, 40 (7,0%) de consultas. É interessante observar que 168 (29,3%) instituições recebem recursos do governo brasileiro, provenientes da esfera municipal, 131 (22,8%); estadual, 69 (12,0%); e federal, 49 (8,5%).

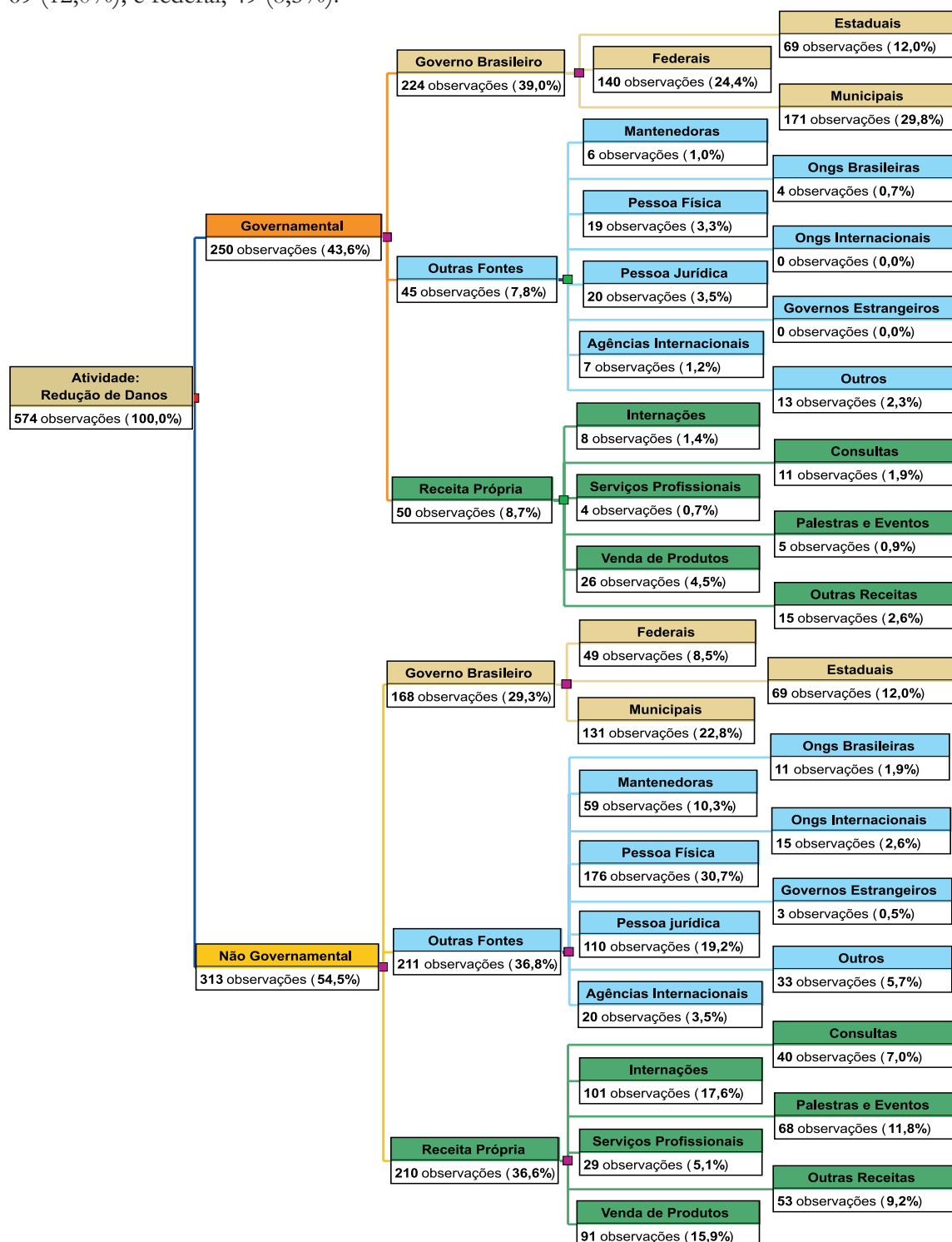
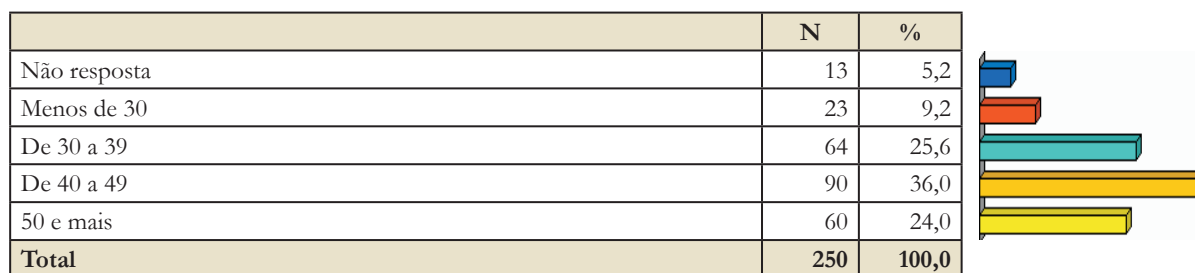


Figura 212: Recursos financeiros utilizados pelas instituições

4.2. Características do dirigente de acordo com a natureza da instituição

4.2.1. Idade do dirigente

Observa-se na Figura 213 que a idade mínima dos dirigentes das instituições governamentais que realizam atividades de Redução de Danos é de 21 anos e a máxima é de 77 anos. Nesse intervalo, prevalecem os dirigentes que possuem de 40 a 49 anos, com o total de 90 (36,0%) marcações.

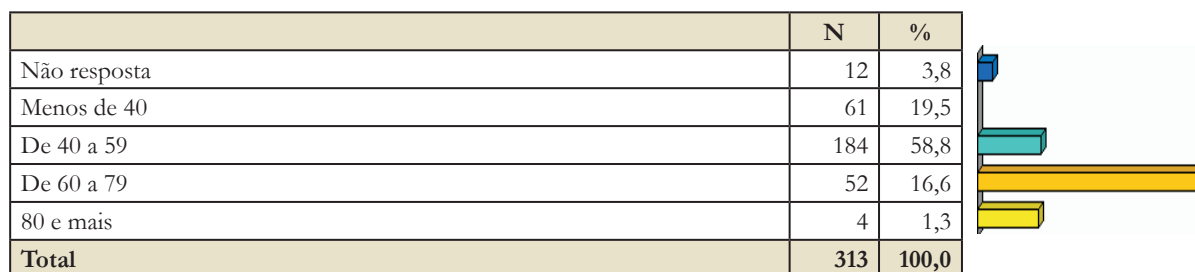


Média = 42,97 Desvio-padrão = 10,24

Mín = 21 Máx = 77

Figura 213: Idade do dirigente das instituições governamentais

Conforme Figura 214, pode-se observar que a idade mínima do dirigente das instituições não-governamentais é de 21 anos e a máxima é de 96 anos. Nesse intervalo, prevalecem os dirigentes com idade entre 40 a 59 anos, com 184 (58,8%) respostas.



Média = 48,59 Desvio-padrão = 12,14

Mín = 21 Máx = 96

Figura 214: Idade do dirigente das instituições não-governamentais

A Tabela 111 retrata a distribuição da idade dos dirigentes das instituições de Redução de Danos de acordo com sua natureza governamental e não-governamental. Percebe-se que a maioria dos dirigentes possuem entre 40 e 59 anos, totalizando 321 marcações, sendo 315 (42,1%) de instituições governamentais e 184 (57,3%) de instituições não-governamentais.

Tabela 111: Idade do dirigente quanto à natureza da instituição

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	5	16,7	13	43,3	12	40,0	30	100,0
Menos de 40	3	2,0	87	57,6	61	40,4	151	100,0
De 40 a 59	2	0,6	135	42,1	184	57,3	321	100,0
De 60 a 79	1	1,5	15	22,1	52	76,5	68	100,0
80 e mais	0	0,0	0	0,0	4	100,0	4	100,0
Total	11	1,9	250	43,6	313	54,5	574	100,0

4.2.2. Sexo do dirigente

Na Figura 215, observa-se que nas instituições governamentais de Redução de Danos, há maior número de dirigentes do sexo feminino totalizando 165 (66,0%) respostas.

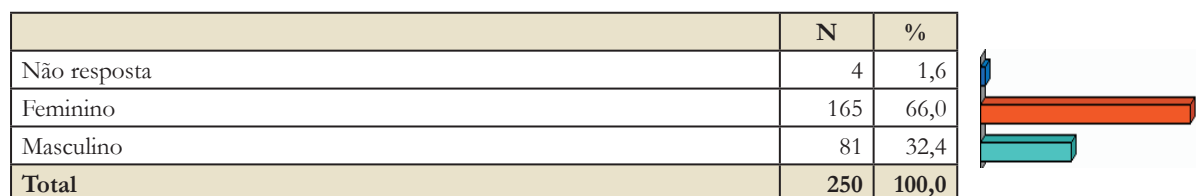


Figura 215: Sexo do dirigente das instituições governamentais

A Figura 216 revela que a maioria dos dirigentes das instituições não-governamentais de Redução de Danos são do sexo masculino, com 209 (66,8%) respostas, ao contrário das governamentais.

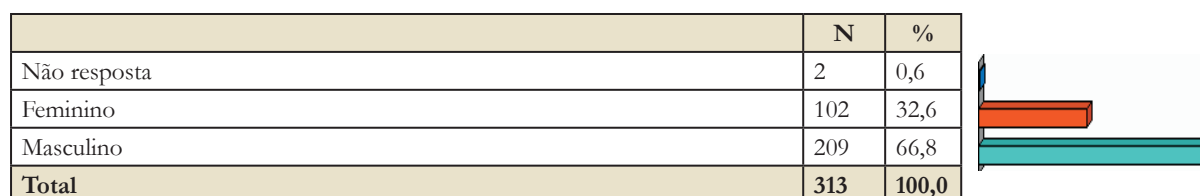


Figura 216: Sexo do dirigente das instituições não-governamentais

Na Tabela 112, observa-se que, das 294 respostas referentes ao sexo masculino, 81 (27,6%) são das instituições governamentais e 209 (71,1%) das instituições não-governamentais, e das 271 instituições que possuem dirigentes do sexo feminino, 165 (60,9%) são governamentais e 102 (37,6%) não-governamentais.

Tabela 112: Sexo do dirigente das instituições de Redução de Danos quanto à natureza

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	3	33,3	4	44,4	2	22,2	9	100,0
Feminino	4	1,5	165	60,9	102	37,6	271	100,0
Masculino	4	1,4	81	27,6	209	71,1	294	100,0
Total	11	1,9	250	43,6	313	54,5	574	100,0

4.2.3. Escolaridade do dirigente

A Figura 217 mostra a escolaridade do dirigente das instituições que realizam atividades de Redução de Danos. Percebe-se que a maioria dos dirigentes possuem pós-graduação, 165 (66,0%). Em seguida, aparecem os dirigentes que possuem nível superior completo, totalizando 88 (35,2%) respostas.

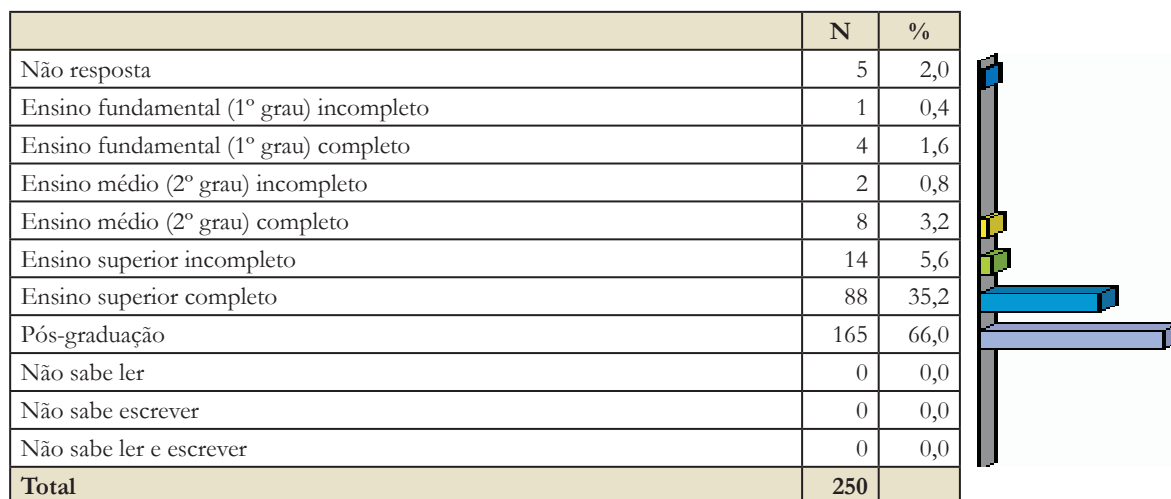


Figura 217: Escolaridade do dirigente das instituições governamentais

Nas instituições não-governamentais, conforme apresenta a Figura 218, 120 (38,3%) dirigentes possuem nível superior completo e 73 (23,3%) possuem alguma pós-graduação.



Figura 218: Escolaridade do dirigente das instituições não-governamentais

Na Tabela 113, ao se analisar a distribuição da escolaridade do dirigente de acordo com a natureza da instituição, percebe-se que do total de 242 dirigentes que possuem alguma pós-graduação 165 (68,2%) são de instituições governamentais e 73 (30,2%) são de instituições não-governamentais.

Tabela 113: Escolaridade do dirigente de acordo com a natureza da instituição

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	4	26,7	5	33,3	6	40,0	15	100,0
Ensino fundamental (1º grau) incompleto	0	0,0	1	4,3	22	95,7	23	100,0
Ensino fundamental (1º grau) completo	0	0,0	4	21,1	15	78,9	19	100,0
Ensino médio (2º grau) incompleto	0	0,0	2	7,4	25	92,6	27	100,0
Ensino médio (2º grau) completo	0	0,0	8	12,3	57	87,7	65	100,0
Ensino superior incompleto	0	0,0	14	30,4	32	69,6	46	100,0
Ensino superior completo	5	2,3	88	41,3	120	56,3	213	100,0
Pós-graduação	4	1,7	165	68,2	73	30,2	242	100,0
Não sabe ler	0		0		0		0	100,0
Não sabe escrever	0	0,0	0	0,0	1	100,0	1	100,0
Não sabe ler e escrever	0	0,0	0	0,0	5	100,0	5	100,0
Total	13	2,0	287	43,8	356	54,3	656	100,0

4.2.4. Situação de remuneração do dirigente

Pode-se observar, na Figura 219, que, nas instituições governamentais que realizam atividades de Redução de Danos, 204 (81,6%) dirigentes recebem alguma remuneração pela atividade realizada e 39 (15,6%) dirigentes afirmam não receber nenhuma remuneração pelas atividades desenvolvidas na instituição.

	N	%
Não resposta	7	2,8
Sim	204	81,6
Não	39	15,6
Total	250	100,0

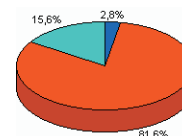


Figura 219: Remuneração do dirigente da instituição governamental

Em relação às instituições não-governamentais, de acordo com a Figura 220, apenas 70 (22,4%) dirigentes são remunerados pelos serviços prestados na instituição, enquanto a maioria, 241 (77,0%) dirigentes, não recebe nenhuma remuneração pelas atividades realizadas.

	N	%
Não resposta	2	0,6
Sim	70	22,4
Não	241	77,0
Total	313	100,0

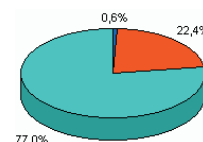


Figura 220: Remuneração do dirigente da instituição não-governamental

A Tabela 114 apresenta a distribuição da remuneração do dirigente de acordo com a natureza da instituição. Percebe-se que, do total de 277 dirigentes que afirmaram receber alguma remuneração pelo serviço prestado, 204 (73,6%) são de instituições governamentais e apenas 70 (25,3%) são de instituições não-governamentais, demonstrando, portanto, o grande número de voluntários trabalhando com Redução de Danos nas instituições não-governamentais.

Tabela 114: Remuneração do dirigente quanto à natureza da instituição

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	4	30,8	7	53,8	2	15,4	13	100,0
Sim	3	1,1	204	73,6	70	25,3	277	100,0
Não	4	1,4	39	13,7	241	84,9	284	100,0
Total	11	1,9	250	43,6	313	54,5	574	100,0

4.2.5. Atividade remunerada do dirigente fora da instituição

Apesar de a grande maioria dos profissionais das instituições governamentais receberem algum tipo de remuneração, observa-se, na Figura 221, que 119 (47,6%) dirigentes realizam outras atividades remuneradas fora da instituição.

	N	%
Não resposta	8	3,2
Sim	119	47,6
Não	123	49,2
Total	250	100,0

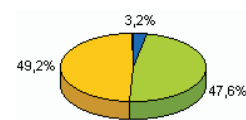


Figura 221: Exercício de atividade remunerada fora da instituição governamental

Em relação às instituições não-governamentais que realizam atividades de Redução de Danos, de acordo com a Figura 222, percebe-se que mais da metade dos dirigentes exercem atividades remuneradas fora da instituição, somando 196 (62,6%).

	N	%
Não resposta	8	2,6
Sim	196	62,6
Não	109	34,8
Total	313	100,0



Figura 222: Exercício de atividade remunerada fora da instituição não-governamental

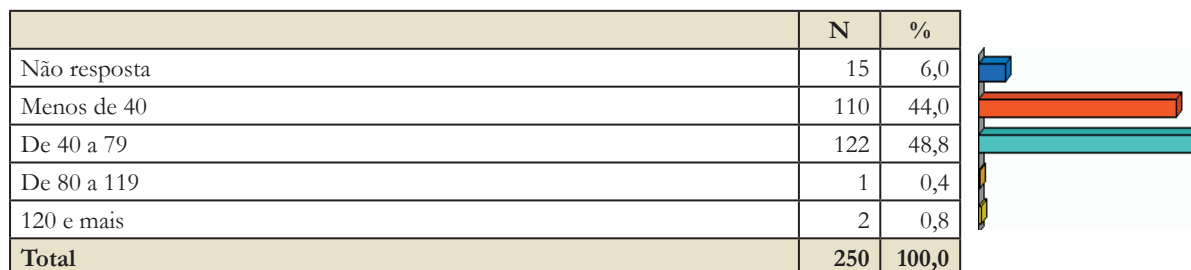
Observa-se na Tabela 115 que, do total de 320 dirigentes que afirmaram possuir alguma atividade remunerada fora da instituição, 119 (37,2%) pertencem às instituições governamentais e 196 (61,3%) são de instituições não-governamentais.

Tabela 115: Exercício de atividade remunerada fora da instituição quanto à natureza

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	4	20,0	8	40,0	8	40,0	20	100,0
Sim	5	1,6	119	37,2	196	61,3	320	100,0
Não	2	0,9	123	52,6	109	46,6	234	100,0
Total	11	1,9	250	43,6	313	54,5	574	100,0

4.2.6. Total de horas dedicadas pelos dirigentes à instituição

A Figura 223 mostra que, nas instituições governamentais que oferecem atividades de Redução de Danos, o total de horas dedicadas pelos dirigentes a essas instituições concentra-se entre 40 e 79 horas, com 122 (48,8%) respostas.

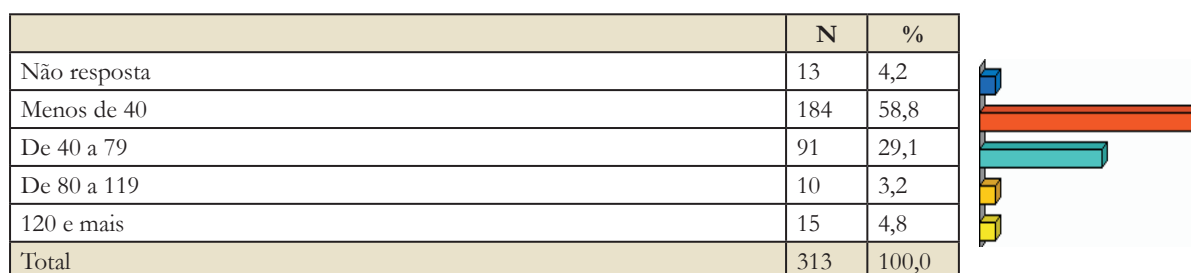


Média = 33,84 Desvio-padrão = 17,88

Mín = 1 Máx = 168

Figura 223: Dedicção do dirigente à instituição governamental

Observa-se na Figura 224 que, nas instituições não-governamentais, ao contrário das governamentais, a dedicação dos dirigentes se concentra em menos de 40 horas, totalizando 184 (58,8%).



Média = 37,05 Desvio-padrão = 34,18

Mín = 1 Máx = 168

Figura 224: Dedicção do dirigente à instituição não-governamental

A Tabela 116 mostra que, dos 244 dirigentes que afirmaram dedicar 40 horas ou mais ao trabalho na instituição, 125 (51,2%) são dirigentes pertencentes às instituições governamentais e 116 (47,5%) às não-governamentais.

Tabela 116: Dedicção do dirigente à instituição quanto à natureza

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	6	17,6	15	44,1	13	38,2	34	100,0
Menos de 8	0	0,0	9	24,3	28	75,7	37	100,0
De 8 a 19	0	0,0	19	24,7	58	75,3	77	100,0
De 20 a 29	0	0,0	34	34,7	64	65,3	98	100,0
De 30 a 39	2	2,4	48	57,1	34	40,5	84	100,0
40 e mais	3	1,2	125	51,2	116	47,5	244	100,0
Total	11	1,9	250	43,6	313	54,5	574	100,0

4.2.7. Motivação do dirigente

A Figura 225 retrata o motivo que levou o dirigente das instituições governamentais a trabalhar com a temática de álcool e outras drogas. Observa-se que a motivação que prevalece é a profissional, com 147 (58,8%) respostas.

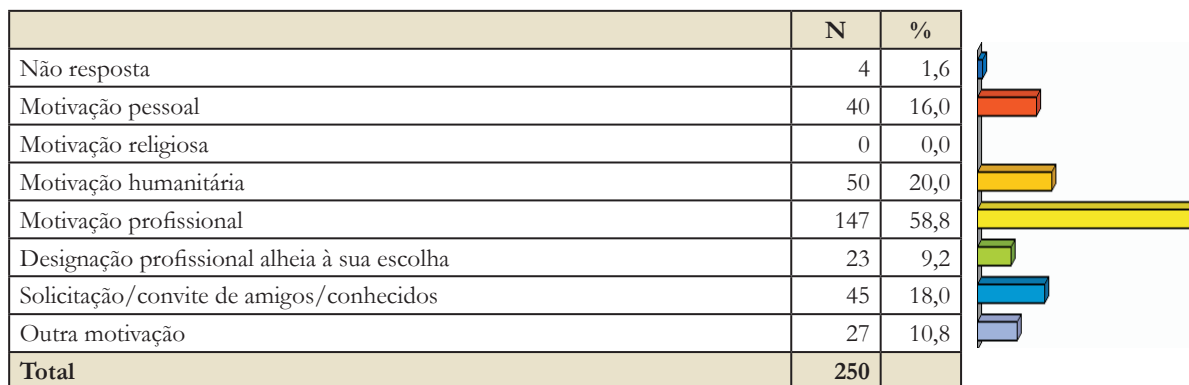


Figura 225 Motivação do dirigente da instituição governamental

Conforme apresentado na Figura 226, nas instituições não-governamentais, a principal motivação dos dirigentes é a pessoal, totalizado 133 (42,5%) respostas, seguida da motivação humanitária, que obteve 129 (41,2%) respostas.

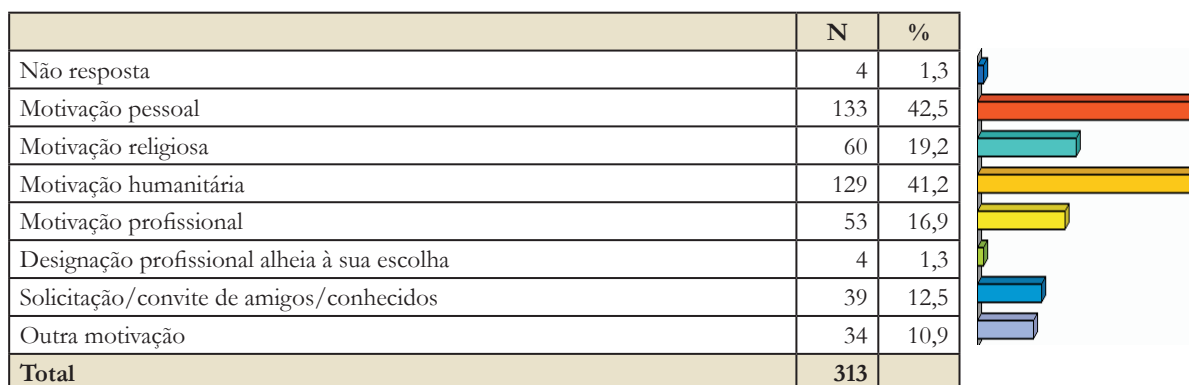


Figura 226: Motivação do dirigente da instituição não-governamental

Ao analisar a distribuição da motivação do dirigente de acordo com natureza da instituição (tabela 117), observa-se que, das 204 respostas referentes à motivação profissional, 147 (72,1%) são de instituições governamentais e 53 (26,0%) são de instituições não-governamentais. Em relação à motivação humanitária, dos 180 dirigentes que marcaram essa opção, 50 (27,8%) pertencem a instituições governamentais e 129 (71,7%) a não-governamentais. O mesmo ocorre com a motivação pessoal, pois, das 173 respostas referentes a essa opção, 40 (23,1%) são de instituições governamentais e 133 (76,9%) são de instituições não-governamentais.

Tabela 117: Motivação do dirigente da instituição de Redução de Danos quanto à natureza

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	5	38,5	4	30,8	4	30,8	13	100,0
Motivação pessoal	0	0,0	40	23,1	133	76,9	173	100,0
Motivação religiosa	0	0,0	0	0,0	60	100,0	60	100,0
Motivação humanitária	1	0,6	50	27,8	129	71,7	180	100,0
Motivação profissional	4	2,0	147	72,1	53	26,0	204	100,0
Designação profissional alheia à sua escolha	0	0,0	23	85,2	4	14,8	27	100,0
Solicitação/convite de amigos/conhecidos	0	0,0	45	53,6	39	46,4	84	100,0
Outra motivação	1	1,6	27	43,5	34	54,8	62	100,0
Total	11	1,4	336	41,8	456	56,8	803	100,0

4.2.8. Participação do dirigente em conselhos

Observa-se na Figura 227, em relação à participação em conselhos, que 94 (37,6%) dirigentes das instituições governamentais participam ou já participaram do Conselho Municipal de Saúde.

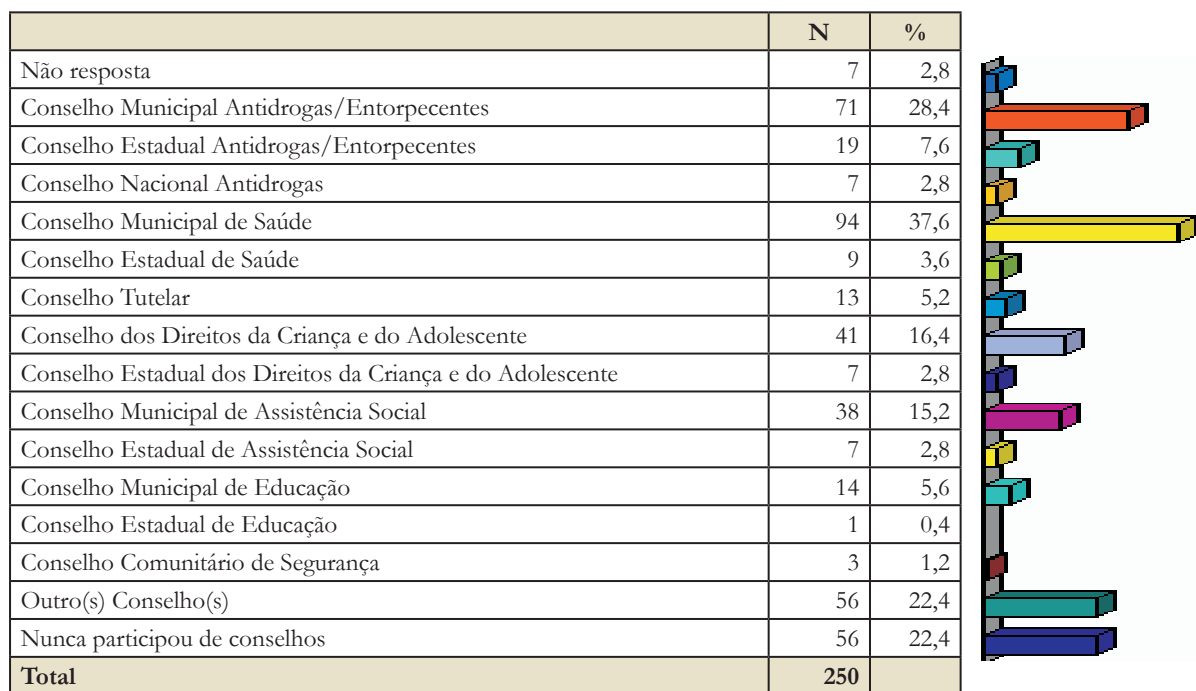


Figura 227: Participação dos dirigentes das instituições governamentais em conselhos

Em relação à participação dos dirigentes das instituições não-governamentais em conselhos, observa-se, na Figura 228, que essa participação é maior no Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes, que obteve 95 (30,4%) marcações.

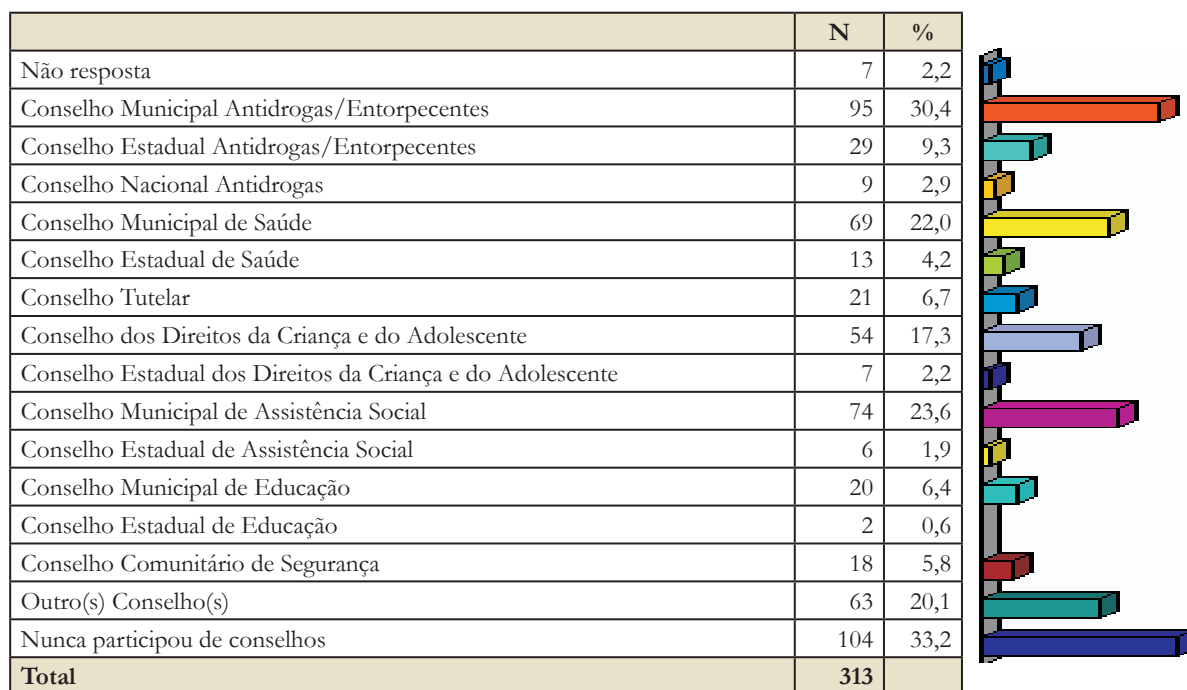


Figura 228: Participação dos dirigentes das instituições não-governamentais em conselhos

A Tabela 118 apresenta a distribuição da participação dos dirigentes em conselhos de acordo com a natureza da instituição. Observa-se que a participação no Conselho Municipal Antidrogas/entorpecentes foi a alternativa que obteve o maior número de respostas, 166, sendo 71 (42,8%) correspondentes a instituições governamentais e 95 (57,2%) a não-governamentais; seguida do Conselho Municipal de Saúde, totalizando 165 marcações, sendo 94 (57,0%) de instituições governamentais e 69 (41,8%) de instituições não-governamentais. Observa-se que a opção “nunca participou de conselhos” obteve 164 respostas, 56 (34,1%) referentes às instituições governamentais e 104 (63,4%) às não-governamentais.

Tabela 118: Participação dos dirigentes das instituições de Redução de Danos em conselhos quanto à natureza

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	5	26,3	7	36,8	7	36,8	19	100,0
Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes	0	0,0	71	42,8	95	57,2	166	100,0
Conselho Estadual Antidrogas/Entorpecentes	0	0,0	19	39,6	29	60,4	48	100,0
Conselho Nacional Antidrogas	0	0,0	7	43,8	9	56,3	16	100,0
Conselho Municipal de Saúde	2	1,2	94	57,0	69	41,8	165	100,0
Conselho Estadual de Saúde	0	0,0	9	40,9	13	59,1	22	100,0
Conselho Tutelar	0	0,0	13	38,2	21	61,8	34	100,0
Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente	1	1,0	41	42,7	54	56,3	96	100,0
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente	0	0,0	7	50,0	7	50,0	14	100,0
Conselho Municipal de Assistência Social	1	0,9	38	33,6	74	65,5	113	100,0
Conselho Estadual de Assistência Social	0	0,0	7	53,8	6	46,2	13	100,0
Conselho Municipal de Educação	0	0,0	14	41,2	20	58,8	34	100,0
Conselho Estadual de Educação	0	0,0	1	33,3	2	66,7	3	100,0
Conselho Comunitário de Segurança	0	0,0	3	14,3	18	85,7	21	100,0
Outro(s) Conselho(s)	1	0,8	56	46,7	63	52,5	120	100,0
Nunca participou de conselhos	4	2,4	56	34,1	104	63,4	164	100,0
Total	14	1,3	443	42,3	591	56,4	1 048	100,0

4.3. Características da equipe profissional de acordo com a natureza da instituição

4.3.1. Número de profissionais

A Tabela 119 apresenta o quantitativo e a média de profissionais que trabalham em instituições de redução de danos sociais e à saúde no Brasil. Em relação aos profissionais de saúde, observa-se que a prevalência é de técnico ou auxiliar de enfermagem, totalizando 1.998, ou seja, uma média de 3,48 profissionais por instituição. Em seguida, aparecem psicólogo (1.262), média de 2,20 por instituição; médico (1.135), média de 1,98 por instituição; assistente social (641), média de 1,12 por instituição; enfermeiro (625), média de 1,09 por instituição; e professores (890), com uma média de 1,55 por instituição. Os redutores de danos perfazem um total de 570, média de 0,99 por instituição. Verifica-se um número muito grande de outros voluntários (2.025), média de 3,53 por instituição.

Tabela 119: Média de profissionais por categoria

REDUÇÃO DE DANOS	SOMA	MÉDIA
Administrador	428	0,75
Advogado	352	0,61
Agente de saúde	452	0,79
Assistente Social	641	1,12
Auxiliar administrativo (secretária, digitador, of...	1364	2,38
Auxiliar de serviços gerais (faxineiro, auxiliar d...	1852	3,23
Contador	256	0,45
Dentista	214	0,37
Educador social	569	0,99
Enfermeiro	625	1,09
Estagiários/Bolsistas	835	1,45
Fisioterapeuta	123	0,21
Médico	1135	1,98
Motorista	301	0,52
Nutricionista	119	0,21
Oficineiro	508	0,89
Outros voluntários	2025	3,53
Pedagogo	249	0,43
Professor	890	1,55
Psicólogo	1262	2,20
Redutor de danos	570	0,99
Segurança e/ou vigia	375	0,65
Técnico ou auxiliar de enfermagem	1998	3,48
Terapeuta ocupacional	337	0,59

Na Tabela 120, observa-se o quantitativo de profissionais que trabalha em instituições governamentais. Os maiores quantitativos de profissionais são: técnico ou auxiliar de enfermagem (853), com uma média de 3,51 profissionais por instituição; psicólogo (635), média de 2,54 por instituição; médico (626), média de 2,50 por instituição; assistente social (344), média de 1,38 por instituição; e enfermeiro (323), média de 1,29 por instituição. Nota-se um baixo índice de redutor de danos (185), média de 0,74 profissional por instituição.

Tabela 120: Média de profissionais das instituições governamentais por categoria

REDUÇÃO DE DANOS - GOV	SOMA	MÉDIA
Administrador	106	0,42
Advogado	120	0,48
Agente de saúde	163	0,65
Assistente Social	344	1,38
Auxiliar administrativo (secretária, digitador)	589	2,36
Auxiliar de serviços gerais (faxineiro, auxiliar)	688	2,75
Contador	26	0,10
Dentista	86	0,34
Educador social	40	0,16
Enfermeiro	323	1,29
Estagiários/Bolsistas	391	1,56
Fisioterapeuta	41	0,16
Médico	626	2,50
Motorista	126	0,50
Nutricionista	28	0,11
Oficineiro	189	0,76
Outros voluntários	242	0,97
Pedagogo	63	0,25
Professor	263	1,05
Psicólogo	635	2,54
Redutor de danos	185	0,74
Segurança e/ou vigia	243	0,97
Técnico ou auxiliar de enfermagem	853	3,41
Terapeuta ocupacional	157	0,63

Nas instituições não-governamentais, conforme Tabela 121, percebe-se que os maiores quantitativos de profissionais que trabalham nessas instituições são, por ordem de prevalência: técnico ou auxiliar de enfermagem (1.066), média de 3,41 por instituição; professor (625), média de 2,00 por instituição; psicólogo (614), média de 1,96 por instituição; educador social (528), média de 1,69 por instituição; médico (489), média de 1,56 por instituição. Os redutores de danos totalizam 377, média de 1,20 por instituição.

Tabela 121: Média de profissionais das instituições não-governamentais por categoria

REDUÇÃO DE DANOS – NGOV	SOMA	MÉDIA
Administrador	319	1,02
Advogado	230	0,73
Agente de saúde	289	0,92
Assistente Social	287	0,92
Auxiliar administrativo (secretária, digitador)	759	2,42
Auxiliar de serviços gerais (faxineiro, auxiliar)	1135	3,63
Contador	228	0,73
Dentista	127	0,41
Educador social	528	1,69
Enfermeiro	288	0,92
Estagiários/Bolsistas	440	1,41
Fisioterapeuta	82	0,26
Médico	489	1,56
Motorista	172	0,55
Nutricionista	89	0,28
Oficineiro	302	0,96
Outros voluntários	1779	5,68
Pedagogo	184	0,59
Professor	625	2,00
Psicólogo	614	1,96
Redutor de danos	377	1,20
Segurança e/ou vigia	129	0,41
Técnico ou auxiliar de enfermagem	1066	3,41
Terapeuta ocupacional	172	0,55

4.3.2. Capacitação para os profissionais

Na Figura 229, percebe-se que a capacitação para os profissionais que desenvolvem atividades de Redução de Danos é prevista em 215 (86,0%) instituições governamentais.

	N	%
Não resposta	10	4,0
Sim	215	86,0
Não	25	10,0
Total	250	100,0

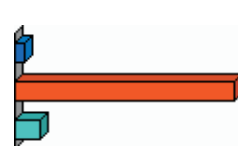


Figura 229: Previsão de capacitação nas instituições governamentais

A Figura 230 mostra que, nas instituições não-governamentais que realizam atividades de Redução de Danos, a capacitação é prevista por 246 (78,6%) instituições.

	N	%
Não resposta	14	4,5
Sim	246	78,6
Não	53	16,9
Total	313	100,0

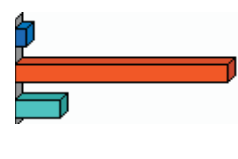


Figura 230: Previsão de capacitação nas instituições não-governamentais

Pode-se observar na Tabela 122, que, das 465 instituições que indicaram prever a capacitação para seus profissionais, 215 (46,2%) são governamentais e 246 (52,9%) não-governamentais.

Tabela 122: Previsão de capacitação de acordo com a natureza da instituição

	Não resposta		Governa- mental		Não- governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	6	20,0	10	33,3	14	46,7	30	100,0
Sim	4	0,9	215	46,2	246	52,9	465	100,0
Não	1	1,3	25	31,6	53	67,1	79	100,0
Total	11	1,9	250	43,6	313	54,5	574	100,0

4.3.3. Atividades de capacitação desenvolvidas

As atividades de capacitação mais desenvolvidas pelas instituições governamentais, conforme Figura 231 são: palestras, conferências, seminários, simpósios, 191 (76,4%); cursos de curta duração, 166 (66,4%); e leitura e discussão de texto, 157 (62,8%).

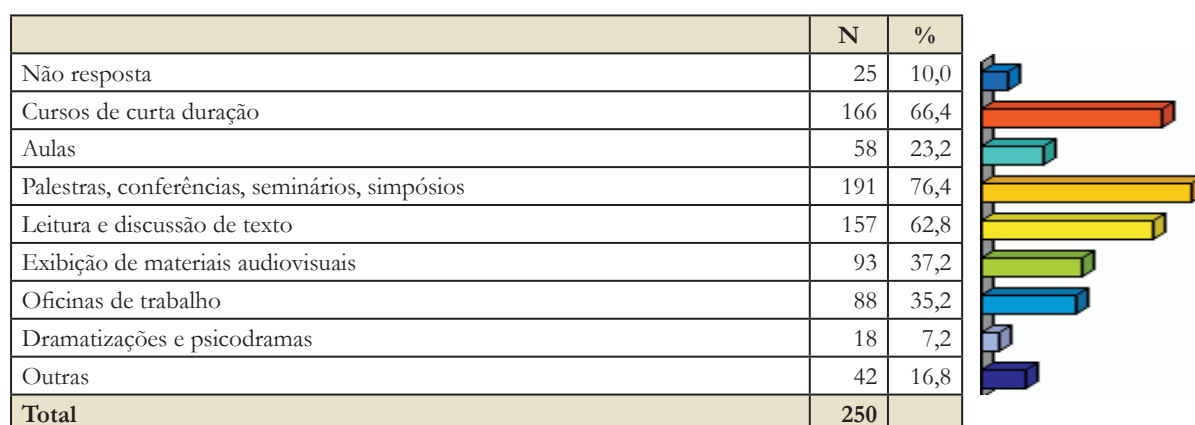


Figura 231: Atividades de capacitação desenvolvidas nas instituições governamentais

Percebe-se na Figura 232 que, nas instituições não-governamentais, as atividades de capacitação mais desenvolvidas coincidem com as oferecidas pelas instituições governamentais.

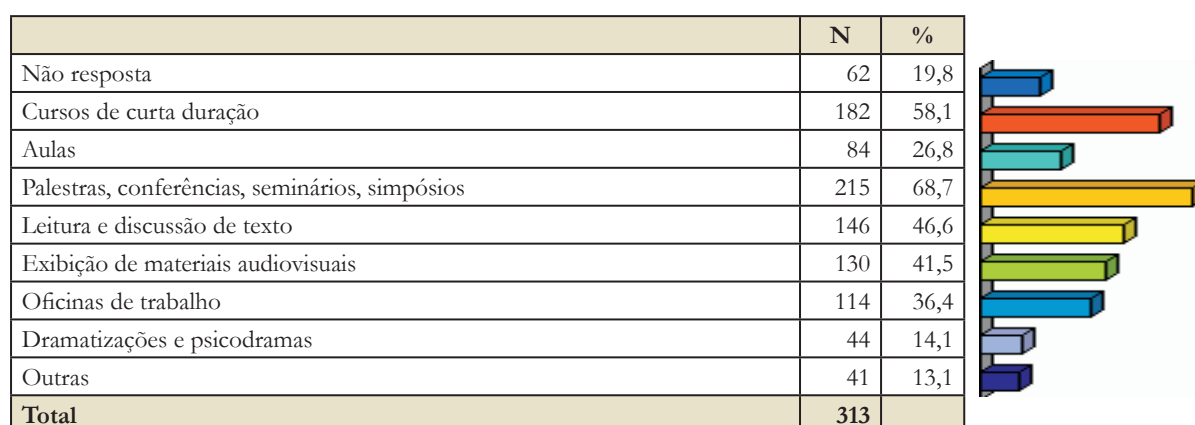


Figura 232: Atividades de capacitação desenvolvidas nas instituições não-governamentais

Na Tabela 123, observa-se que as atividades de capacitação mais desenvolvidas são palestras, conferências, seminários e/ou simpósios, totalizando 410 marcações, sendo 191 (46,6%) de instituições governamentais e 215 (52,4%) de não-governamentais.

Tabela 123: Atividades de capacitação desenvolvidas nas instituições de Redução de Danos quanto à natureza

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	7	7,4	25	26,6	62	66,0	94	100,0
Cursos de curta duração	2	0,6	166	47,4	182	52,0	350	100,0
Aulas	2	1,4	58	40,3	84	58,3	144	100,0
Palestras, conferências, seminários, simpósios	4	1,0	191	46,6	215	52,4	410	100,0
Leitura e discussão de texto	3	1,0	157	51,3	146	47,7	306	100,0
Exibição de materiais audiovisuais	2	0,9	93	41,3	130	57,8	225	100,0
Oficinas de trabalho	1	0,5	88	43,3	114	56,2	203	100,0
Dramatizações e psicodramas	1	1,6	18	28,6	44	69,8	63	100,0
Outras	0	0,0	42	50,6	41	49,4	83	100,0
Total	22	1,2	838	44,6	1 018	54,2	1 878	100,0

4.3.4. Frequência da capacitação

A frequência das capacitações oferecidas pelas instituições governamentais, como pode ser observada na Figura 233, ocorre, na maioria das instituições, eventualmente, que obteve 76 (30,4%) marcações.

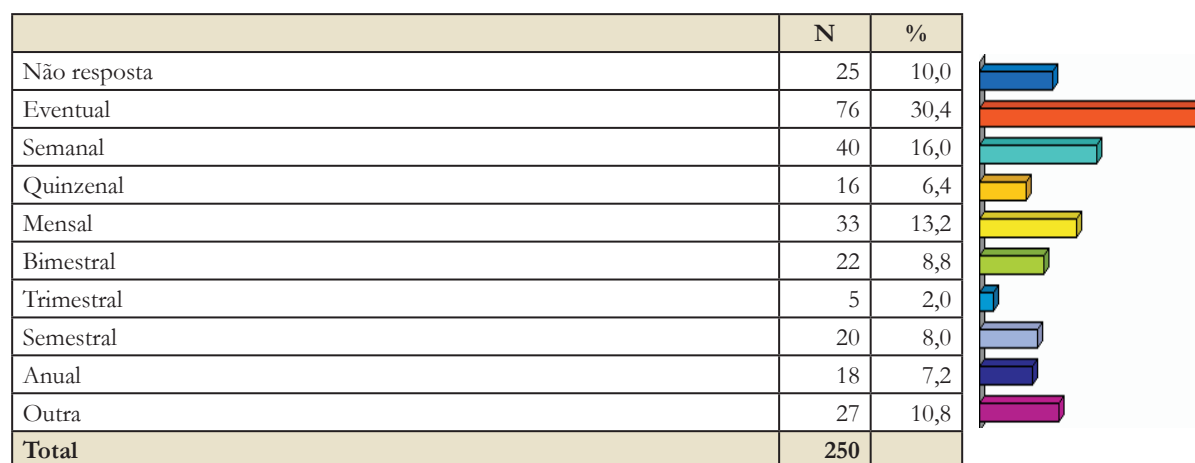


Figura 233: Frequência da capacitação nas instituições governamentais

Nas instituições não-governamentais que realizam atividades de Redução de Danos, a capacitação também acontece, em sua maioria, eventualmente, somando 81 (25,9%) das instituições (figura 234). Em seguida, aparecem as capacitações realizadas semanalmente, 46 (14,7%), e mensalmente, 34 (10,9%).

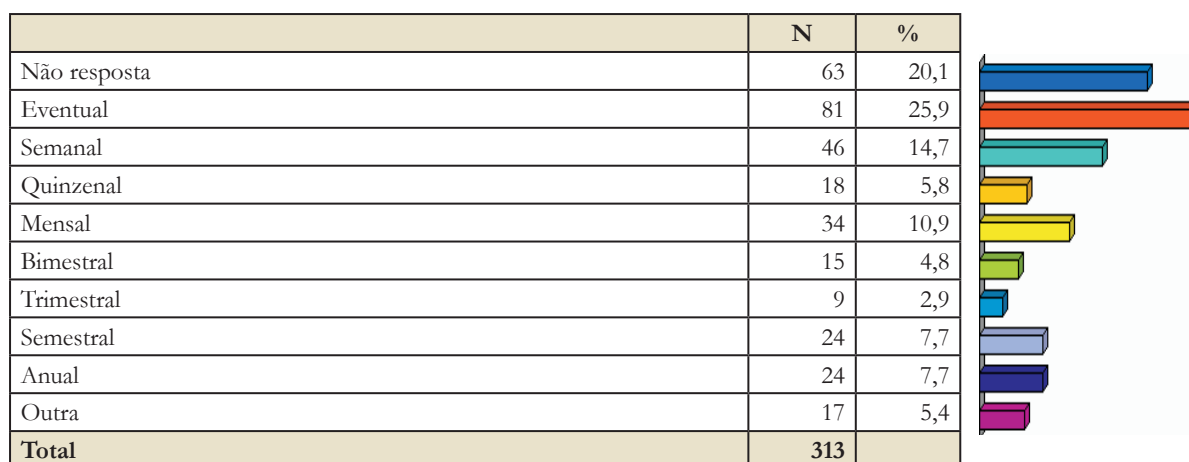


Figura 234: Frequência da capacitação nas instituições não-governamentais

Na Tabela 124, observa-se que, das 86 instituições que prevêem capacitação semanal, 40 (46,5%) são governamentais e 46 (53,5%) são não-governamentais. Houve 69 instituições que declararam realizar capacitação mensalmente, sendo 33 (47,8%) governamentais e 34 (49,3%) não-governamentais.

Tabela 124: Frequência de capacitação nas instituições de Redução de Danos quanto à natureza

	Não resposta		Governa- mental		Não- governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	7	7,4	25	26,3	63	66,3	95	100,0
Eventual	1	0,6	76	48,1	81	51,3	158	100,0
Semanal	0	0,0	40	46,5	46	53,5	86	100,0
Quinzenal	1	2,9	16	45,7	18	51,4	35	100,0
Mensal	2	2,9	33	47,8	34	49,3	69	100,0
Bimestral	0	0,0	22	59,5	15	40,5	37	100,0
Trimestral	0	0,0	5	35,7	9	64,3	14	100,0
Semestral	0	0,0	20	45,5	24	54,5	44	100,0
Anual	0	0,0	18	42,9	24	57,1	42	100,0
Outra	0	0,0	27	61,4	17	38,6	44	100,0
Total	11	1,8	282	45,2	331	53,0	624	100,0

4.3.5. Previsão de capacitação externa

A Figura 235 revela que 218 (87,2%) instituições governamentais que realizam atividades de Redução de Danos prevêem capacitação para seus profissionais fora da instituição.

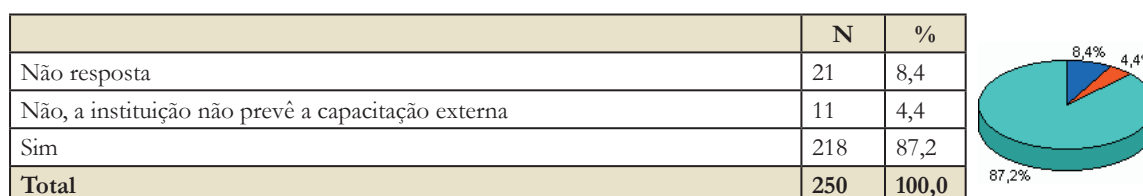


Figura 235: Previsão de capacitação externa nas instituições governamentais

Nas instituições não-governamentais, a capacitação externa é prevista por 231 (73,8%) instituições, como pode ser observado na Figura 236.

	N	%
Não resposta	53	16,9
Não, a instituição não prevê a capacitação externa	29	9,3
Sim	231	73,8
Total	313	100,0

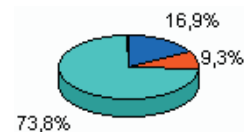


Figura 236: Previsão de capacitação externa nas instituições não-governamentais

Observa-se na Tabela 125 que 452 instituições prevêem capacitação externa para seus profissionais, sendo 218 (48,2%) governamentais e 231 (51,1%) não-governamentais.

Tabela 125: Previsão de capacitação externa nas instituições de Redução de Danos quanto à natureza

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	7	8,6	21	25,9	53	65,4	81	100,0
Não, a instituição não prevê a capacitação externa	1	2,4	11	26,8	29	70,7	41	100,0
Sim	3	0,7	218	48,2	231	51,1	452	100,0
Total	11	1,9	250	43,6	313	54,5	574	100,0

4.3.6. Tipo de capacitação externa prevista

A Figura 237 mostra que os tipos de capacitação externa mais oferecidos pelas instituições governamentais de Redução de Danos são: participação em eventos externos (palestras, simpósios, congressos), 211 (84,4%); participação em cursos de aperfeiçoamento, 159 (63,6%); e participação em curso de extensão, 124 (49,6%). A atividade “participação em cursos de pós-graduação” é prevista por 96 (38,4%) instituições e somente 29 (11,6%) instituições prevêem a participação em cursos para complementar a escolaridade.

	N	%
Não resposta	31	12,4
Participação em eventos externos (palestras, simpósios, congressos)	211	84,4
Participação em cursos de extensão	124	49,6
Participação em cursos de aperfeiçoamento	159	63,6
Participação em cursos para complementar a escolaridade (ensino fundamental, médio e superior e educação de jovens e adultos)	29	11,6
Participação em cursos de pós-graduação	96	38,4
Outra	14	5,6
Total	250	

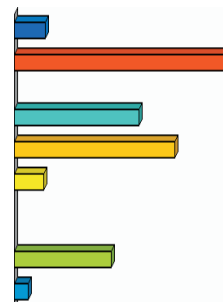


Figura 237: Tipo de capacitação externa prevista pelas instituições governamentais

Pode-se observar na Figura 238 que, nas instituições não-governamentais que realizam atividades de Redução de Danos, ocorre a mesma tendência das instituições governamentais.

	N	%
Não resposta	78	24,9
Participação em eventos externos (palestras, simpósios, congressos)	227	72,5
Participação em cursos de extensão	103	32,9
Participação em cursos de aperfeiçoamento	162	51,8
Participação em cursos para complementar a escolaridade (ensino fundamental, médio e superior e educação de jovens e adultos)	70	22,4
Participação em cursos de pós-graduação	62	19,8
Outra	14	4,5
Total	313	

Figura 238: Tipo de capacitação externa prevista pelas instituições não-governamentais

Na Tabela 126, observa-se que, em relação à capacitação referente à participação em cursos de pós-graduação, das 159 instituições que afirmaram prever essa capacitação, 96 (60,4%) são governamentais e 62 (39,0%) não-governamentais. Já em relação à participação em cursos para complementar a escolaridade, percebe-se que, das 99 instituições que prevêem esse tipo de capacitação, apenas 29 (29,3%) são governamentais e 70 (70,7%) não-governamentais.

Tabela 126: Tipo de capacitação externa prevista nas instituições quanto à natureza

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	8	6,8	31	26,5	78	66,7	117	100,0
Participação em eventos externos (palestras, simpósios, congressos)	3	0,7	211	47,8	227	51,5	441	100,0
Participação em cursos de extensão	1	0,4	124	54,4	103	45,2	228	100,0
Participação em cursos de aperfeiçoamento	3	0,9	159	49,1	162	50,0	324	100,0
Participação em cursos para complementar a escolaridade (ensino fundamental, médio e superior e educação de jovens e adultos)	0	0,0	29	29,3	70	70,7	99	100,0
Participação em cursos de pós-graduação	1	0,6	96	60,4	62	39,0	159	100,0
Outra	0	0,0	14	50,0	14	50,0	28	100,0
Total	16	1,1	664	47,6	716	51,3	1 396	100,0

4.3.7. Participação em eventos científicos e de mobilização social

A Figura 239 retrata que 190 (76,0%) instituições governamentais que realizam atividades de Redução de Danos participam de eventos científicos e de mobilização social para divulgação/apresentação dos trabalhos desenvolvidos e para manter intercâmbio com outros profissionais.

	N	%
Não resposta	8	3,2
Não	52	20,8
Sim	190	76,0
Total	250	100,0

Figura 239: Participação das instituições governamentais em eventos científicos e de mobilização social

A Figura 240 mostra que, nas instituições não-governamentais, 227 (72,5%) instituições participam em eventos científicos e de mobilização social.

	N	%
Não resposta	9	2,9
Não	77	24,6
Sim	227	72,5
Total	313	100,0

Figura 240: Participação das instituições não-governamentais em eventos científicos e de mobilização social

Na Tabela 127, observa-se que 420 instituições participam de eventos científicos e de mobilização social, sendo que 190 (45,2%) são governamentais e 227 (54,0%) não-governamentais, enquanto 132 afirmaram não participar desses eventos, sendo 52 (39,2%) de natureza governamental e 77 (58,3%) não-governamental.

Tabela 127: Participação das instituições em eventos científicos e de mobilização social quanto à natureza

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	5	22,7	8	36,4	9	40,9	22	100,0
Não	3	2,3	52	39,4	77	58,3	132	100,0
Sim	3	0,7	190	45,2	227	54,0	420	100,0
Total	11	1,9	250	43,6	313	54,5	574	100,0

5. Conclusão

- Nos 1642 questionários validados para a pesquisa, 574 instituições informaram realizar atividades de Redução de Danos (RD), sendo 250 (43,6%) de natureza governamental e 313 (54,5%) não-governamental.
- As atividades de Redução de Danos mais utilizadas foram aconselhamentos, encaminhamentos para rede social e de saúde, distribuição de material educativo e encaminhamentos para testagem do HIV.
- Em relação ao trabalho em campo, das 172 instituições que realizam esse tipo de atividade, 35,5% (61) são instituições governamentais e 62,2% (107) são instituições não-governamentais.

- Outra diferença entre as instituições governamentais e não-governamentais diz respeito à distribuição de cachimbos e piteiras para o uso de crack ou merla. Do total de 13 instituições que afirmaram realizar essa atividade, 30,8% (4) são governamentais e 69,2% (9) são não-governamentais.
- Os Centros de Atenção Psicossocial de Álcool e Drogas (CAPSad) vem contribuindo para o desenvolvimento das atividades de RD, como troca de seringas e distribuição de equipamentos para injeção e limpeza. Assim, enquanto 35 (61,4%) instituições governamentais realizam troca de seringas, apenas 19 (33,9%) instituições não-governamentais realizam essa atividade. O mesmo ocorre com a distribuição de equipamentos para injeção e limpeza, pois 36 (65,5%) instituições governamentais realizam essa atividade e apenas 17 (30,9%) instituições não-governamentais o fazem.
- O principal local informado pelos dirigentes para a realização de atividades de RD é a sede da instituição.
- O perfil da população atendida, objeto das ações de Redução de Danos, é, em sua maioria, identificado como “adultos em situação de risco social”, 314 (54,7%); seguido de “crianças e adolescentes em situação de risco social”, 225 (39,2%); “adolescentes em medida socioeducativa”, 201 (35%); portadores do HIV/Aids 161 (28%); trabalhadores do sexo, 117 (20,4%); egressos do sistema carcerário, 89 (15,5%); população carcerária, 80 (13,9%); profissionais de segurança pública, como bombeiros, policiais, militares entre outros, 64 (11,1%), frequentadores de festas e raves, 63 (11%); e transgêneros, 60 (10%).
- Quanto ao sexo da população atendida, das 96 instituições que afirmaram prestar atendimento somente ao sexo masculino, 7 (7,3%) são governamentais e 89 (92,7%) não-governamentais. As instituições que indicaram prestar atendimento específico ao sexo feminino somam apenas 13, sendo 1 (7,7%) governamental e 12 (92,3%) não-governamentais. Esse dado revela que as instituições governamentais precisam ampliar os atendimentos específicos, tanto ao público feminino quanto ao público masculino, pois cada um tem suas peculiaridades e demandam estratégias diferentes.
- Com relação à faixa etária da população atendida, das 522 instituições que atendem ao público de 18 a 24 anos, 230 (44,1%) são governamentais e 289 (55,4%) não-governamentais. O público de 25 a 59 anos é atendido por 517 instituições, sendo 231 (44,7%) governamentais e 282 (54,5%) não-governamentais. Em relação aos adolescentes, 380 instituições afirmaram atingir esse público, sendo 162 (42,6%) governamentais e 215 (56,6%) não-governamentais.
- A parceria mais indicada pelas instituições que realizam atividades de RD foi junto a rede pública de saúde. Porém, nas instituições não-governamentais, prevalecem as articulações realizadas com grupos e organizações religiosas.
- A maioria das instituições que realizam atividades de RD, 45,5% (261), não recebem apoio da comunidade para o desenvolvimento de suas atividade, 40,9% informaram receber algum tipo de apoio. Porém, na análise das instituições quanto a sua natureza, observou-se que, nas não-governamentais, 47,3% (148) dos dirigentes informaram receber apoio da comunidade e 39,3% (123) afirmaram não receber nenhum tipo de apoio.
- 54,2% (311) das instituições de RD informaram não possuir veículos para o desenvolvimento das atividades.

- Os redutores de danos são constituídos, em sua maioria, por profissionais de saúde, sendo que, nas instituições não-governamentais, prevalecem os voluntários, com 53,4% (167) marcações, e os ex-usuários de drogas, 45,4% (142).
- 38,2% (219) dos dirigentes informaram que os redutores de danos desenvolvem um trabalho voluntário. Apenas 14,3% são contratados por meio de projetos específicos. Ao se analisar esta informação, de acordo com a natureza da instituições, observa-se que entre as instituições governamentais, prevalecem os profissionais contratados pelos CAPS-ad e nas não-governamentais, voluntários.

ENSINO E/OU PESQUISA

Sumário

1. Introdução	217
2. Distribuição de variáveis quantitativas do Eixo Ensino e/ou Pesquisa	217
2.1. Tipos de atividades desenvolvidas	217
2.2. Assuntos abordados nas instituições de ensino	218
2.3. Apoio para a realização de atividades de ensino	218
2.4. Publicações referentes à temática álcool e outras drogas	218
2.5. Meios utilizados para divulgação das publicações	219
2.6. Divulgação no Portal do OBID	219
2.7. Formação da equipe	219
2.8. Tipo de pesquisa realizada pela instituição	220
2.9. Público-alvo das pesquisas	221
2.10. Atividades de ensino relacionadas à temática álcool e outras drogas	221
2.11. Modalidades de ensino oferecidas pela instituição	222
2.12. Público-alvo dos cursos oferecidos pelas instituições que realizam atividades de ensino e/ou pesquisa	222
3. Análise descritiva das variáveis quantitativas do Eixo Ensino e/ou Pesquisa de acordo com a natureza da instituição	222
3.1. Tipos de atividades realizadas	222
3.2. Assuntos abordados nas instituições	223
3.3. Apoio recebido pelas instituições	224
3.4. Publicações relativas às instituições	225
3.5. Forma de divulgação das publicações	226
3.6. Publicações no OBID	227
3.7. Formação da equipe de profissionais	228
3.8. Tipos de pesquisas realizadas	229
3.9. Público-alvo das instituições de pesquisa	230
3.10. Atividades de ensino oferecidas pelas instituições	232
3.11. Modalidades de ensino oferecidas pelas instituições	234
3.12. Público-alvo dos cursos oferecidos pelas instituições	235
4. Informações institucionais	237
4.1. Características da instituição	237
4.1.1. Tempo de funcionamento	237
4.1.2. Abrangência territorial	238
4.1.3. Localização da instituição	239
4.1.4. Articulação das instituições de ensino e/ou pesquisa com outros setores	240
4.1.5. Existência do Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes na percepção do dirigente	242
4.1.6. Registro da instituição no Conselho Municipal Antidrogas/ Entorpecentes	243

4.1.7. Registro da instituição no Conselho Estadual Antidrogas/ Entorpecentes.....	244
4.1.8. Recursos financeiros	245
4.2. Características dos dirigentes.....	247
4.2.1. Idade	247
4.2.2. Sexo.....	248
4.2.3. Escolaridade	248
4.2.4. Situação de remuneração.....	250
4.2.5. Atividade remunerada fora da instituição	251
4.2.6. Total de horas dedicadas à instituição	252
4.2.7. Motivação do dirigente.....	253
4.2.8. Participação em conselhos	254
4.3. Características da equipe profissional.....	256
4.3.1. Capacitação para os profissionais	256
4.3.2. Atividades de capacitação desenvolvidas de acordo com a natureza da instituição	257
4.3.3. Frequência da capacitação.....	258
4.3.4. Previsão da capacitação externa	259
4.3.5. Tipo de capacitação externa prevista.....	260
4.3.6. Participação em eventos científicos e de mobilização social	261
5. Conclusão.....	262

1. Introdução

Ensino e pesquisa são considerados componentes social e cultural essenciais para o desenvolvimento dos países. Importante assinalar que a participação brasileira no cenário científico internacional vem demonstrando crescimento. A produção de trabalhos científicos brasileiros publicados em revistas indexadas cresceu 5,6 vezes, enquanto o crescimento da produção mundial cresceu 1,7 vezes nas duas últimas décadas.

Apesar de todo esse avanço verifica-se uma concentração do desenvolvimento científico nacional na Região Sudeste. O Estado de São Paulo, por exemplo, foi responsável por 47,06% da produção científica nacional em periódicos indexados.

A diferenciação regional, decorrente da concentração de pesquisadores, de cursos de pós-graduação, além de maior número de editoras, empresas e meios de comunicação de maior influência, reflete a tendência da associação entre ciência/tecnologia e crescimento econômico, apontando uma situação privilegiada da Região Sul e Sudeste do país, com índices inexpressivos nas demais regiões e uma situação ainda mais desfavorecida no Norte e Nordeste brasileiros.

Reafirmando a tendência nacional, pesquisa do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID) aponta que 48% das produções científicas constantes no Banco de Publicações Brasileiras sobre Abuso de Drogas Psicotrópicas provém de São Paulo e 22%, do Rio de Janeiro. Entre os conteúdos abordados, verifica-se que o álcool e a maconha são as drogas mais pesquisadas, e os aspectos médicos e levantamentos (pesquisas epidemiológicas) os assuntos mais explorados.

Porém o Brasil, país de dimensões continentais, dividido geograficamente em cinco regiões com características culturais, sociais e econômicas diversas, com uma população aproximada de 200 milhões de habitantes, carece, ainda, de pesquisadores e de centros de excelência para a formação de estudiosos nas áreas de álcool e outras drogas.

É importante suprir essa deficiência, uma vez que a área que envolve a pesquisa sobre álcool e outras drogas constitui um dos setores que necessita de constante investimento para o desenvolvimento científico e tecnológico pela sua relevância médica, social e epidemiológica.

Este capítulo objetivou ampliar o conhecimento acerca da atuação das instituições nos campos do ensino e da pesquisa na área de drogas, com especial ênfase para os assuntos que são pesquisados, a existência de apoio, a formação das equipes, entre outros.

2. Distribuição de variáveis quantitativas do Eixo Ensino e/ou Pesquisa

2.1 Tipos de atividades desenvolvidas

Do total de 1.642 questionários respondidos, apenas 73 (4,3%) se referem a instituições que desenvolvem atividades de ensino e/ou pesquisa voltadas às questões relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas no Brasil, que são as universidades, centros universitários ou os institutos de pesquisa.

Observa-se na Figura 241 que essas instituições também realizam outras atividades além de ensino e/ou pesquisa, que são: prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas 54 (74,0%); tratamento, recuperação e reinserção social, 47 (64,4%); e redução de danos sociais e à saúde, 33 (45,2%).

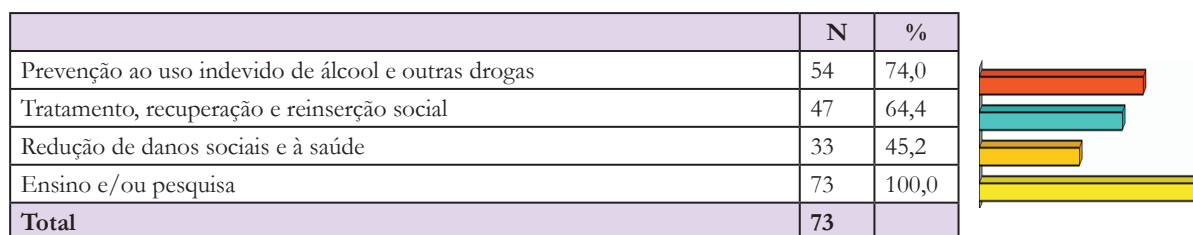


Figura 241: Atividades realizadas pelas instituições de ensino e/ou pesquisa

2.2. Assuntos abordados nas instituições de ensino e/ou pesquisa

Observa-se na Figura 242 que as instituições que realizam atividades de ensino e/ou pesquisa abordam com mais frequência assuntos relativos à prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas, 60 (82,2%), e ao tratamento/recuperação dos dependentes químicos, 58 (79,5%). Os assuntos referentes à redução de danos sociais e à saúde são abordados por 38 (52,1%) instituições.

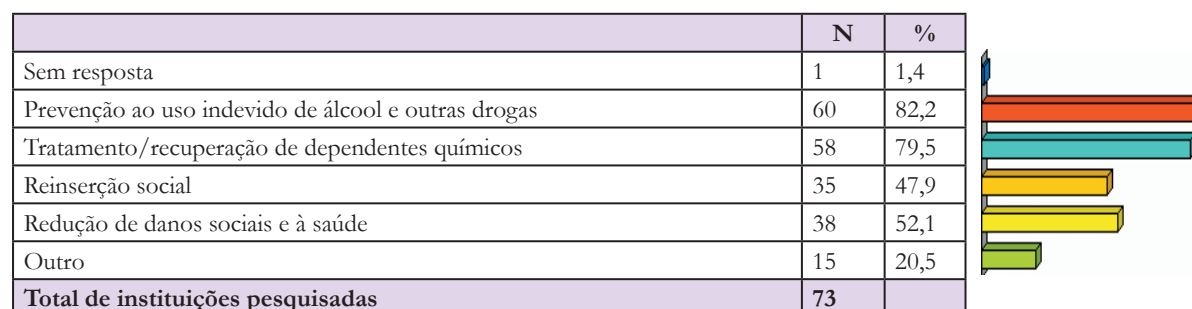


Figura 242: Assuntos relacionados à temática álcool e outras drogas abordados em atividades de ensino e/ou pesquisa

2.3. Apoio para a realização de atividades de ensino e/ou pesquisa

Observa-se na Figura 243 que 16 (21,9%) instituições que realizam ensino e/ou pesquisa recebem algum tipo de apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e 8 (11,0%) recebem apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Percebe-se que 26 (35,6 %) instituições de ensino e/ou pesquisa em estudo declararam não receber apoio de nenhum órgão.



Figura 243: Apoio recebido pelas instituições de ensino e/ou pesquisa

2.4. Publicações referentes à temática álcool e outras drogas

Ao se questionar os dirigentes sobre as publicações realizadas por suas instituições, foi encontrado um dado importante para o cenário científico brasileiro: das 73 instituições que participaram da pesquisa em questão, 52 (71,2%) possuem publicações (figura 244).

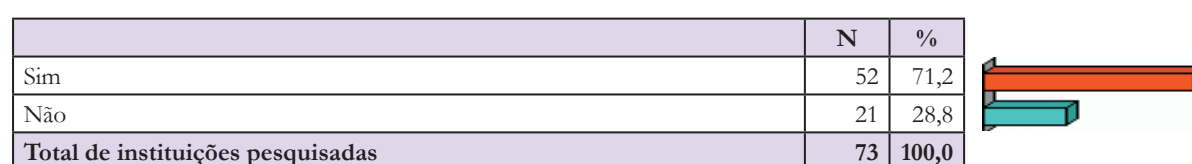


Figura 244: Existência de publicações das instituições de ensino e/ou pesquisa

2.5. Meios utilizados para a divulgação das publicações

Os meios mais utilizados pelas instituições para a divulgação de suas pesquisas são, em sua maioria, revistas científicas (nacionais e internacionais), 41 (56,2%); livros, revistas e jornais de divulgação científica, 39 (53,4%); e periódicos 25 (34,2%) (figura 245).

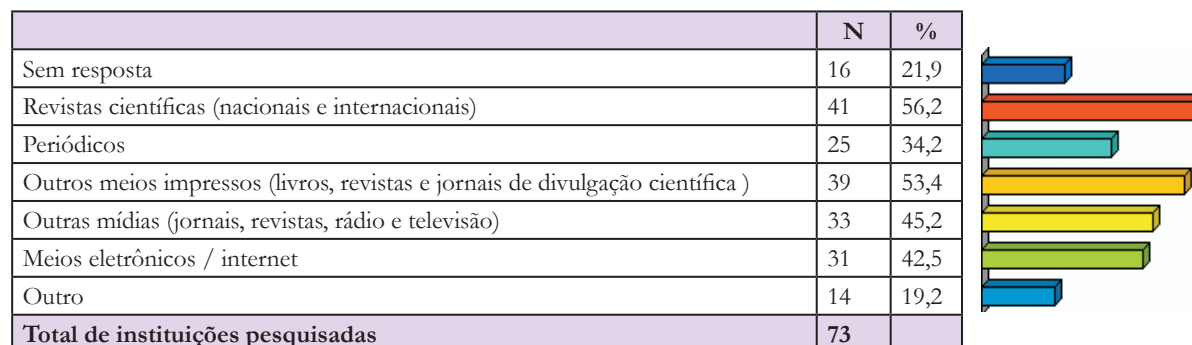


Figura 245: Meios utilizados pela instituição de ensino e/ou pesquisa para divulgar as publicações

2.6. Divulgação no Portal do OBID

A Senad possui em sua estrutura organizacional, o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID), um órgão de gestão do conhecimento que tem como missão possibilitar a reunião, a manutenção e a análise de dados referentes a drogas lícitas e ilícitas englobando os conhecimentos sobre o consumo de álcool e de outras drogas no Brasil e no mundo. No Portal do OBID estão disponibilizadas pesquisas científicas, artigos e reportagens sobre o tema. Das instituições entrevistadas, apenas 9 (12,3%) possuem publicações no referido portal (figura 246). Esse dado ratifica a necessidade de articular as instituições de ensino e/ou pesquisa no Brasil com o OBID e similares.

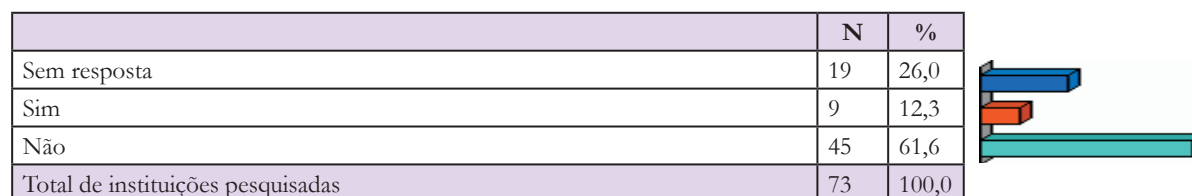


Figura 246: Existência de publicações divulgadas no portal do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID)

2.7. Formação da equipe

Observa-se na Figura 247 que a maioria dos profissionais que compõe as instituições de ensino e/ou pesquisa estudadas possui mestrado, 53 (72,6%). Em seguida, aparecem os profissionais que possuem apenas graduação, 46 (63,0%); especialização, 44 (60,3%); doutorado, 43 (58,9%); e pós-doutorado 18 (24,7%).

	N	%
Sem resposta	8	11,0
Graduação	46	63,0
Especialização	44	60,3
Mestrado	53	72,6
Doutorado	43	58,9
Pós-Doutorado	18	24,7
Total de instituições pesquisadas	73	

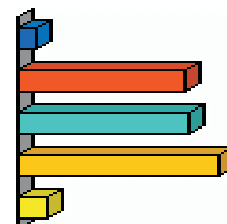


Figura 247: Formação acadêmica da equipe de ensino e/ou pesquisa que trabalha com a temática álcool e outras drogas nas instituições

Ainda sobre a equipe de ensino e/ou pesquisa, foram informados os seguintes profissionais em cada modalidade:

No campo destinado à graduação, os profissionais mais citados foram: psicólogo (64), médico (36), enfermeiro (36), residente de psiquiatria (20), assistente social (19), terapeuta ocupacional (12) e biólogo (11).

Os profissionais com especialização mais citados foram: psicólogo (67), médico (48), assistente social (9) e enfermeiro (6).

No campo destinado aos profissionais com mestrado, destacaram-se: psicólogo (44), médico (2), assistente social (6) e enfermeiro (4).

Os profissionais que informaram possuir doutorado foram: psicólogo (21), médico (19), farmacêutico (9), enfermeiro (7), biólogo (6) e assistente social (2).

Na opção pós-doutorado, foram citados os seguintes profissionais: médico (6), psicólogo (4), antropólogo (1), biólogo (1), enfermeiro (1), estatístico (1), farmacêutico (1) e pedagogo (1).

2.8. Tipo de pesquisa realizada pela instituição

Pode-se perceber na Figura 248 o tipo de pesquisa realizada pelas instituições de ensino e/ou pesquisa. Destacam-se a pesquisa epidemiológica, 46 (63,0%); a pesquisa clínica, 40 (54,8%); e a pesquisa básica, 39 (53,4%).

	N	%
Sem resposta	5	6,8
Pesquisa básica	39	53,4
Pesquisa clínica	40	54,8
Pesquisa epidemiológica	46	63,0
Outro	7	9,6
Total	73	

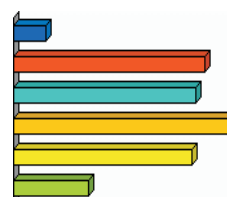


Figura 248: Tipo de pesquisa realizada pela instituição de ensino e/ou pesquisa

2.9. Público-alvo das pesquisas

O público-alvo das pesquisas, como observado na Figura 249, concentra-se em estudantes do ensino superior, 31 (42,5%), e alunos do ensino médio, 23 (31,5%).

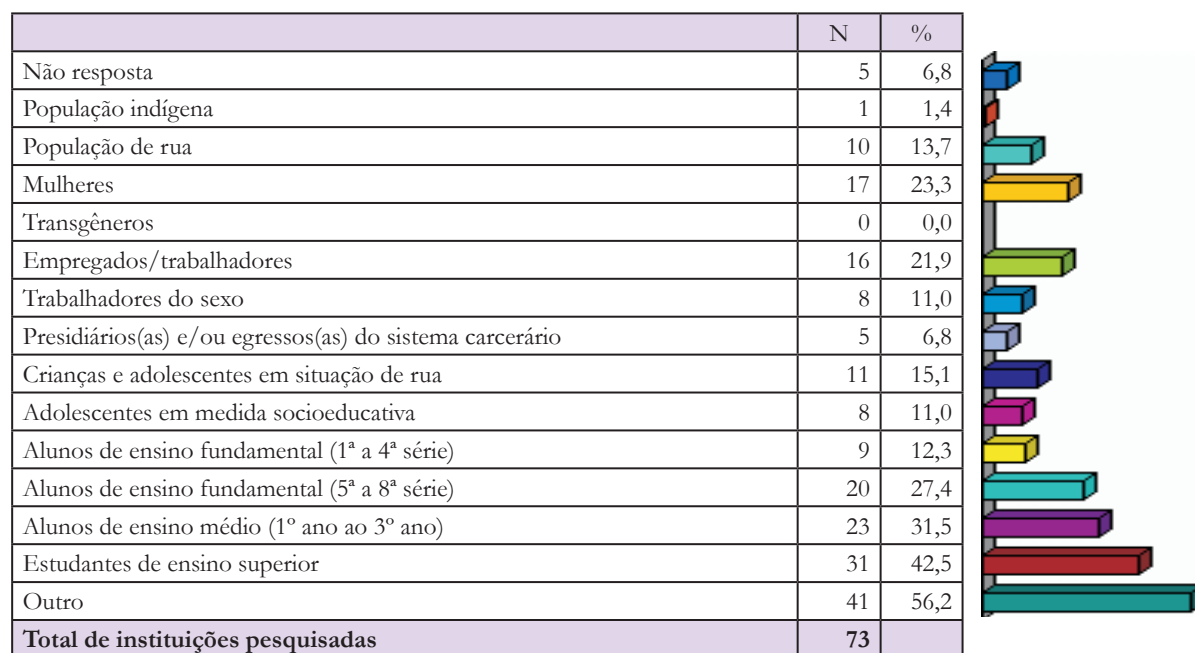


Figura 249: Público-alvo das pesquisas

2.10. Atividades de ensino relacionadas à temática álcool e outras drogas

Observa-se na Figura 250 que, na pós-graduação lato sensu, o curso mais oferecido é o de aperfeiçoamento, totalizando 28 (38,4%) respostas. Os cursos de especialização são oferecidos por 22 (30,1%) instituições.

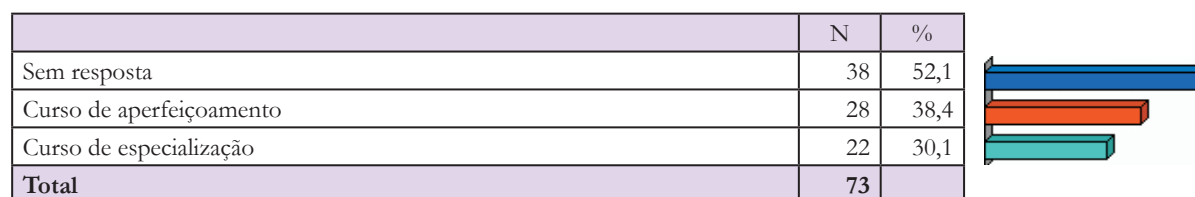


Figura 250: Cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos pelas Instituições de ensino

Já em relação à pós-graduação stricto sensu, a modalidade que obteve o maior número de respostas foi o mestrado, oferecido por 20 (27,4%) instituições. Em seguida, aparece o doutorado com 15 (20,5%) respostas e o pós-doutorado com apenas 5 (6,8%) marcações.

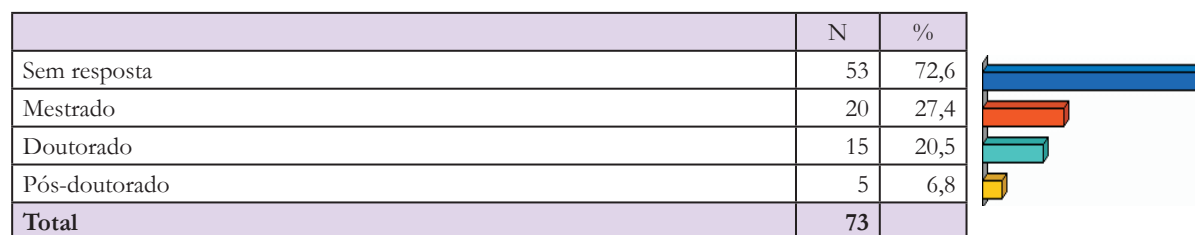


Figura 251: Cursos de pós-graduação *stricto sensu* oferecidos pelas instituições de ensino

2.11. Modalidades de ensino oferecidas pela instituição

Observa-se, na Figura 252, que as instituições de ensino e/ou pesquisa oferecem em sua maioria, 52 (71,2%), a modalidade de curso presencial, seguida da educação a distância, 6 (8,2%), e, por fim, de cursos semipresenciais, 5 (6,8%).

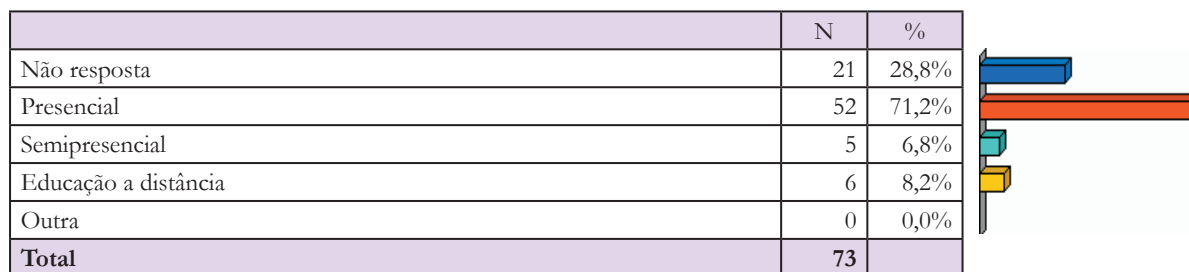


Figura 252: Modalidade(s) de ensino oferecida(s) pelas instituições

2.12. Público-alvo dos cursos oferecidos pelas instituições que realizam atividades de ensino e/ou pesquisa

Nas instituições que realizam atividades de ensino e/ou pesquisa, o público-alvo nos cursos relacionados ao consumo de álcool e outras drogas concentra-se em profissionais da área da saúde, 51 (69,9 %). Em seguida, aparecem os profissionais com curso superior que trabalham com atividades relacionadas à temática do álcool e outras drogas, 35 (47,9%); profissionais da área de educação, 28 (38,4%); justiça, 14 (19,2%); segurança pública, 8 (11,0%). Verifica-se que 25 (34,2%) instituições oferecem cursos para quaisquer interessados, independentemente da sua formação.

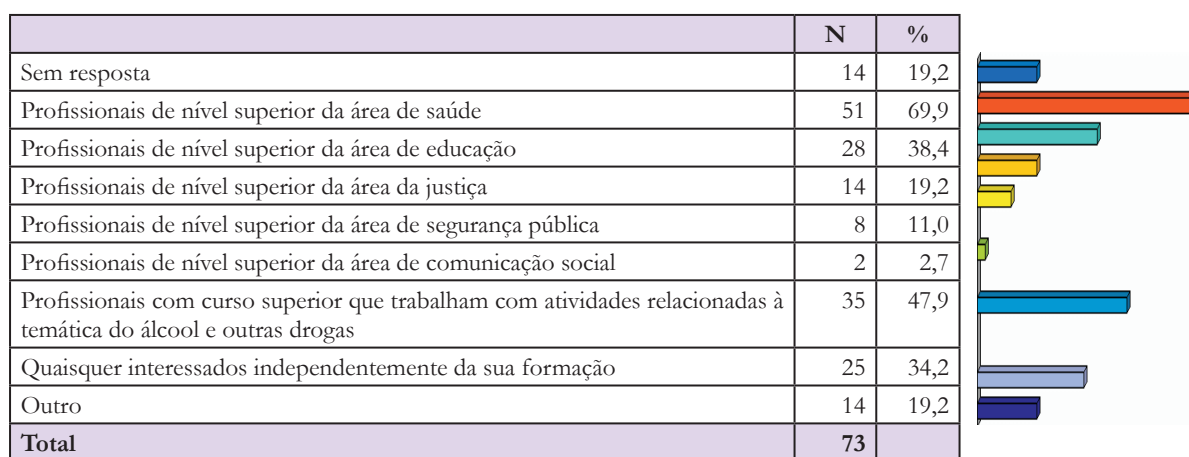


Figura 253: Público-alvo dos cursos oferecidos pela instituição sobre o tema álcool e outras drogas

3. Análise descritiva das variáveis quantitativas do Eixo Ensino e/ou Pesquisa de acordo com a natureza da instituição

3.1. Tipos de atividades realizadas

A Tabela 128 apresenta a prevalência das instituições de ensino e/ou pesquisa de acordo com a sua natureza. Observa-se que do total de 73 instituições que realizam essa atividade, 37 (50,7%) são governamentais e 33 (45,2%) são não-governamentais.

A mesma figura apresenta o quantitativo das instituições que realizam ensino e/ou pesquisa e que também desenvolvem atividades de prevenção: do total de 54 instituições, 26 (48,1%) são governamentais e 27 (50,0%) são não-governamentais; tratamento, recuperação e reinserção social, do total de 47 instituições, 28 (59,6%) são governamentais e 19 (40,4%) são não-governamentais; redução de danos sociais e à saúde, do total de 33 instituições, 19 (57,6%) são governamentais e 14 (42,4%) são não-governamentais.

Tabela 128: Natureza das instituições e as atividades realizadas

	Não resposta		Governa- mental		Não- governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas	1	1,9	26	48,1	27	50,0	54	100,0
Tratamento, recuperação e reinserção social	0	0,0	28	59,6	19	40,4	47	100,0
Redução de danos sociais e à saúde	0	0,0	19	57,6	14	42,4	33	100,0
Ensino e/ou pesquisa	3	4,1	37	50,7	33	45,2	73	100,0
Total	4	1,9	110	53,1	93	44,9	207	100,0

3.2. Assuntos abordados nas instituições de ensino e/ou pesquisa

Observa-se na Figura 254 que, nas instituições governamentais, o assunto mais abordado é referente ao tratamento/recuperação de dependentes químicos, totalizando 32 (86,5%) respostas. Em seguida, aparece a prevenção, com 30 (81,1%) marcações. Percebe-se que a redução de danos sociais e à saúde é realizada por 21 instituições (56,8%).

	N	%
Prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas	30	81,1
Tratamento/recuperação de dependentes químicos	32	86,5
Reinserção social	20	54,1
Redução de danos sociais e à saúde	21	56,8
Outro	9	24,3
Total	37	

Figura 254: Assuntos relacionados à temática álcool e outras drogas abordados em atividades de ensino e/ou pesquisa pelas instituições governamentais

Nas instituições não-governamentais, a Figura 255 mostra que os assuntos abordados referem-se à prevenção, totalizando 28 (84,8%) instituições, seguida do tratamento/recuperação de dependentes químicos, com 26 (78,8%) respostas.

	N	%
Não resposta	1	3,0
Prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas	28	84,8
Tratamento/recuperação de dependentes químicos	26	78,8
Reinserção social	15	45,5
Redução de danos sociais e à saúde	17	51,5
Outro	4	12,1
Total	33	

Figura 255: Assuntos relacionados à temática álcool e outras drogas abordados em atividades de ensino e/ou pesquisa pelas instituições não-governamentais

Verifica-se na Tabela 129 uma maior participação as instituições governamentais em todos os assuntos relacionados à temática de álcool e outras drogas abordados nas instituições de ensino e/ou pesquisa.

Tabela 129: Natureza da organização e assuntos abordados por instituições de ensino e/ou pesquisas

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Sem resposta	0	0,0	0	0,0	1	100,0	1	100,0
Prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas	2	3,3	30	50,0	28	46,7	60	100,0
Tratamento/recuperação de dependentes químicos	0	0,0	32	55,2	26	44,8	58	100,0
Reinserção social	0	0,0	20	57,1	15	42,9	35	100,0
Redução de danos sociais e à saúde	0	0,0	21	55,3	17	44,7	38	100,0
Outro	2	13,3	9	60,0	4	26,7	15	100,0
Total de instituições pesquisadas	4	1,9	112	54,1	91	44,0	207	100,0

3.3. Apoio recebido pelas instituições de ensino e/ou pesquisa

A Figura 256 mostra que apenas 8 (21,6%) instituições governamentais recebem apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Um número significativo de instituições, 20 (54,1%), declarou receber apoio de outros órgãos. Observa-se que 12 (32,4%) instituições afirmaram não receber apoio.

	N	%
Não resposta	1	2,7
Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)	5	13,5
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)	8	21,6
Outro	20	54,1
A instituição não recebe apoio de nenhum órgão	12	32,4
Total	37	

Figura 256: Apoio recebido pelas instituições governamentais de ensino e/ou pesquisa

Na Figura 257, percebe-se que 7 (21,2%) instituições não-governamentais recebem apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e que 14 (42,4%) instituições não recebem apoio de nenhum órgão.



Figura 257: Apoio recebido pelas instituições não-governamentais de ensino e/ou pesquisa

Na Tabela 130, observa-se que, do total de 26 instituições que afirmaram não receber apoio de nenhum órgão, 12 (46,2%) são governamentais e 14 (53,8%) são não-governamentais.

Tabela 130: Natureza das instituições e o apoio para ensino e/ou pesquisa

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	0	0,0	1	25,0	3	75,0	4	100,0
Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT	0	0,0	5	62,5	3	37,5	8	100,0
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES	1	6,3	8	50,0	7	43,8	16	100,0
Outro	3	8,3	20	55,6	13	36,1	36	100,0
A instituição não recebe apoio de nenhum órgão	0	0,0	12	46,2	14	53,8	26	100,0
Total	4	4,4	46	51,1	40	44,4	90	100,0

3.4. Publicações relativas às instituições de ensino e/ou pesquisa

A Figura 258 mostra que a maioria das instituições governamentais, 28 (75,7%), possui alguma publicação sobre a temática álcool e outras drogas.

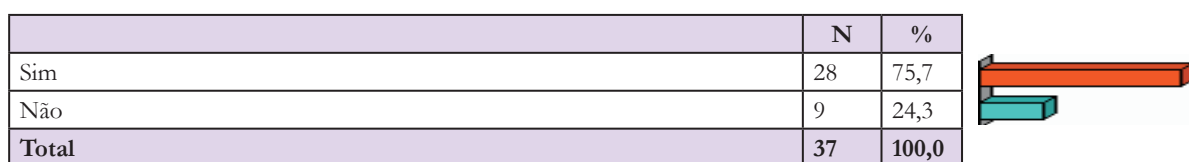


Figura 258: Existência de publicações das instituições governamentais de ensino e/ou pesquisa

É possível observar na Figura 259 que 22 (66,7%) instituições não-governamentais possuem publicações relacionadas com a temática álcool e outras drogas.

	N	%
Sim	22	66,7
Não	11	33,3
Total	33	100,0

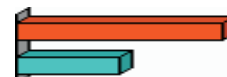


Figura 259: Existência de publicações das instituições não-governamentais de ensino e/ou pesquisa

Na Tabela 131, verifica-se que, das 52 instituições que afirmaram possuir publicações relacionadas à temática álcool e outras drogas, 28 (53,8%) são governamentais e 22 (42,3%) são não-governamentais.

Tabela 131: Natureza das instituições e a existência de publicações

	Não resposta		Governa- mental		Não- governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Sim	2	3,8	28	53,8	22	42,3	52	100,0
Não	1	4,8	9	42,9	11	52,4	21	100,0
Total	3	4,1	37	50,7	33	45,2	73	100,0

3.5. Forma de divulgação das publicações

A Figura 260 mostra que, nas instituições governamentais, as formas mais utilizadas para a divulgação das pesquisas relacionadas ao tema álcool e outras drogas são, por ordem de recorrência: revistas científicas, 24 (64,9%); outros meios impressos (livros, revistas e jornais), 23 (62,2%); outras mídias (jornais, revistas, rádio e televisão), 20 (54,1%), meios eletrônicos/internet, 15 (40,5%) e periódicos 10 (27,0%).

	N	%
Não resposta	6	16,2
Revistas científicas (nacionais e internacionais)	24	64,9
Periódicos	10	27,0
Outros meios impressos (livros, revistas e jornais de divulgação científica)	23	62,2
Outras mídias (jornais, revistas, rádio e televisão)	20	54,1
Meios eletrônicos/internet	15	40,5
Outro	7	18,9
Total	37	

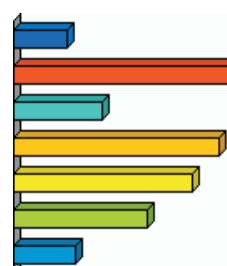


Figura 260: Forma de divulgação das publicações das instituições governamentais de ensino e/ou pesquisa

As instituições não-governamentais totalizam 15 (45,5%) com divulgações realizadas em revistas científicas, periódicos, outros meios impressos, meios eletrônicos/internet. A opção “outras mídias” aparece com 13 (39,4%) marcações.

	N	%
Não resposta	9	27,3
Revistas científicas (nacionais e internacionais)	15	45,5
Periódicos	15	45,5
Outros meios impressos (livros, revistas e jornais de divulgação científica)	15	45,5
Outras mídias (jornais, revistas, rádio e televisão)	13	39,4
Meios eletrônicos/internet	15	45,5
Outro	7	21,2
Total	33	

Figura 261: Forma de divulgação das publicações das instituições não-governamentais de ensino e/ou pesquisa

Observa-se na Tabela 132 que as publicações divulgadas por outras mídias, como jornais, revistas, rádio, televisão, que atingem um número maior de pessoas, são realizadas por 39 instituições, sendo 20 (60,6%) governamentais e 13 (39,4%) não-governamentais.

Tabela 132: Natureza da organização e a forma de divulgação das publicações

	Não resposta		Governa- mental		Não- governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	1	6,3	6	37,5	9	56,3	16	100,0
Revistas científicas (nacionais e internacionais)	2	4,9	24	58,5	15	36,6	41	100,0
Periódicos	0	0,0	10	40,0	15	60,0	25	100,0
Outros meios impressos (livros, revistas e jornais de divulgação científica)	1	2,6	23	59,0	15	38,5	39	100,0
Outras mídias (jornais, revistas, rádio e televisão)	0	0,0	20	60,6	13	39,4	33	100,0
Meios eletrônicos/internet	1	3,2	15	48,4	15	48,4	31	100,0
Outro	0	0,0	7	50,0	7	50,0	14	100,0
Total	5	2,5	105	52,8	89	44,7	199	100,0

3.6. Publicações no OBID

Observa-se na Figura 262 que 6 (16,2%) instituições governamentais possuem publicações divulgadas no site do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID).

	N	%
Não resposta	8	21,6
Sim	6	16,2
Não	23	62,2
Total	37	100,0

Figura 262: Existência de publicações de instituições governamentais divulgadas no site do OBID

Nas instituições não-governamentais, conforme Figura 263, a quantidade de instituições que possui publicação no OBID soma 3 (9,1%).

	N	%
Não resposta	11	33,3
Sim	3	9,1
Não	19	57,6
Total	33	100,0

Figura 263: Existência de publicações de instituições não-governamentais divulgadas no site do OBID

Das 9 instituições que declararam possuir publicações no Portal do OBID, 6 (66,7%) são governamentais e 3 (33,3%) são não-governamentais (tabela 133).

Tabela 133: Natureza da organização e a existência de publicações divulgadas no Portal OBID

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	0	0,0	8	42,1	11	57,9	19	100,0
Sim	0	0,0	6	66,7	3	33,3	9	100,0
Não	3	6,7	23	51,1	19	42,2	45	100,0
Total	3	4,1	37	50,7	33	45,2	73	100,0

3.7. Formação da equipe de profissionais

Nas instituições governamentais, observa-se na Figura 264 que prevalecem os profissionais que possuem mestrado, 29 (78,4%). Em seguida, aparecem os profissionais que possuem graduação, 26 (70,3%), e os profissionais com especialização e doutorado, ambos com o mesmo índice de respostas, 23 (62,2%). Apenas 10 (27,0%) profissionais possuem pós-doutorado.

	N	%
Não resposta	3	8,1
Graduação	26	70,3
Especialização	23	62,2
Mestrado	29	78,4
Doutorado	23	62,2
Pós-doutorado	10	27,0
Total	37	

Figura 264: Formação acadêmica da equipe de ensino e/ou pesquisa nas instituições governamentais

A Figura 265 demonstra que, nas instituições não-governamentais, prevalecem os profissionais com mestrado e especialização, totalizando 22 (66,7%) e 20 (60,6%) marcações, respectivamente. Os profissionais que possuem apenas graduação somam 18 (54,5%) e os que possuem doutorado, 17 (51,5%). Apenas 7 (21,2%) profissionais possuem pós-doutorado.

	N	%
Não resposta	5	15,2
Graduação	18	54,5
Especialização	20	60,6
Mestrado	22	66,7
Doutorado	17	51,5
Pós-doutorado	7	21,2
Total	33	




Figura 265: Formação acadêmica da equipe de ensino e/ou pesquisa nas instituições não-governamentais

Quando se analisa a formação do profissional que trabalha nas instituições de ensino e/ou pesquisa e a natureza da instituição, observa-se que há um predomínio das instituições governamentais em todos os níveis de formação em relação às não-governamentais, conforme se apresenta na Tabela 134.

Tabela 134: Natureza das instituições e a formação acadêmica da equipe de ensino e/ou pesquisa

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	0	0,0	3	37,5	5	62,5	8	100,0
Graduação	2	4,3	26	56,5	18	39,1	46	100,0
Especialização	1	2,3	23	52,3	20	45,5	44	100,0
Mestrado	2	3,8	29	54,7	22	41,5	53	100,0
Doutorado	3	7,0	23	53,5	17	39,5	43	100,0
Pós-doutorado	1	5,6	10	55,6	7	38,9	18	100,0
Total	9	4,2	114	53,8	89	42,0	212	100,0

3.8. Tipos de pesquisas realizadas

A Figura 266 mostra que o tipo de pesquisa mais realizada pelas instituições de ensino e/ou pesquisa é a epidemiológica, com 23 (62,2%) marcações. Logo em seguida, aparece a pesquisa clínica, com 21 (56,8%) respostas, e a pesquisa básica, com 17 (45,9%) marcações.

	N	%
Não resposta	4	10,8
Pesquisa básica	17	45,9
Pesquisa clínica	21	56,8
Pesquisa epidemiológica	23	62,2
Outro	5	13,5
Total	37	

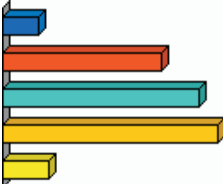


Figura 266: Tipo de pesquisa realizada pelas instituições governamentais

Nas instituições não-governamentais, também prevalecem as pesquisas epidemiológicas, 23 (69,7%). Em segundo lugar, aparece a pesquisa básica, 20 (60,6%), e, em seguida, a pesquisa clínica, 19 (57,6%).

	N	%
Não resposta	1	3,0
Pesquisa básica	20	60,6
Pesquisa clínica	19	57,6
Pesquisa epidemiológica	23	69,7
Outro	1	3,0
Total	33	

Figura 267: Tipo de pesquisa realizada pelas instituições não-governamentais

Observa-se na Tabela 135 que 46 instituições declararam realizar pesquisa epidemiológica, sendo esta realizada pelas instituições governamentais e não-governamentais na mesma proporção, 23 (50,0%).

Tabela 135: Natureza da instituição e o tipo de pesquisa realizada

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Sem resposta	0	0,0	4	80,0	1	20,0	5	100,0
Pesquisa básica	2	5,1	17	43,6	20	51,3	39	100,0
Pesquisa clínica	0	0,0	21	52,5	19	47,5	40	100,0
Pesquisa epidemiológica	0	0,0	23	50,0	23	50,0	46	100,0
Outro	1	14,3	5	71,4	1	14,3	7	100,0
Total de instituições pesquisadas	3	2,2	70	51,1	64	46,7	137	100,0

3.9. Público-alvo das instituições de pesquisa

A Figura 268 apresenta o público-alvo das pesquisas realizadas pelas instituições governamentais. Observa-se que as populações mais frequentemente abordadas nas pesquisas são os estudantes de nível superior, 15 (40,5%), e as mulheres, 11 (29,7%).

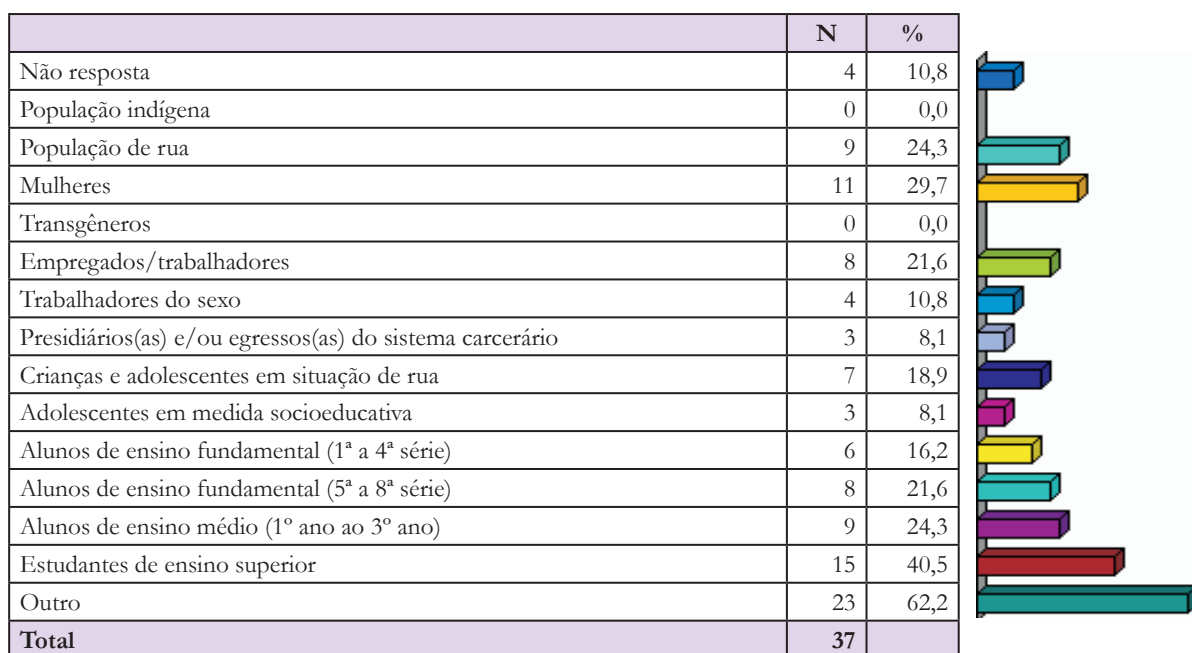


Figura 268: Público-alvo das pesquisas realizadas pelas instituições governamentais de pesquisa

Nas instituições não-governamentais, a Figura 269 demonstra que as populações mais pesquisadas são: estudantes de ensino superior, 15 (45,5%); alunos de ensino médio, 13 (39,4%); alunos de ensino fundamental (5.ª a 8.ª série), 12 (36,4%).

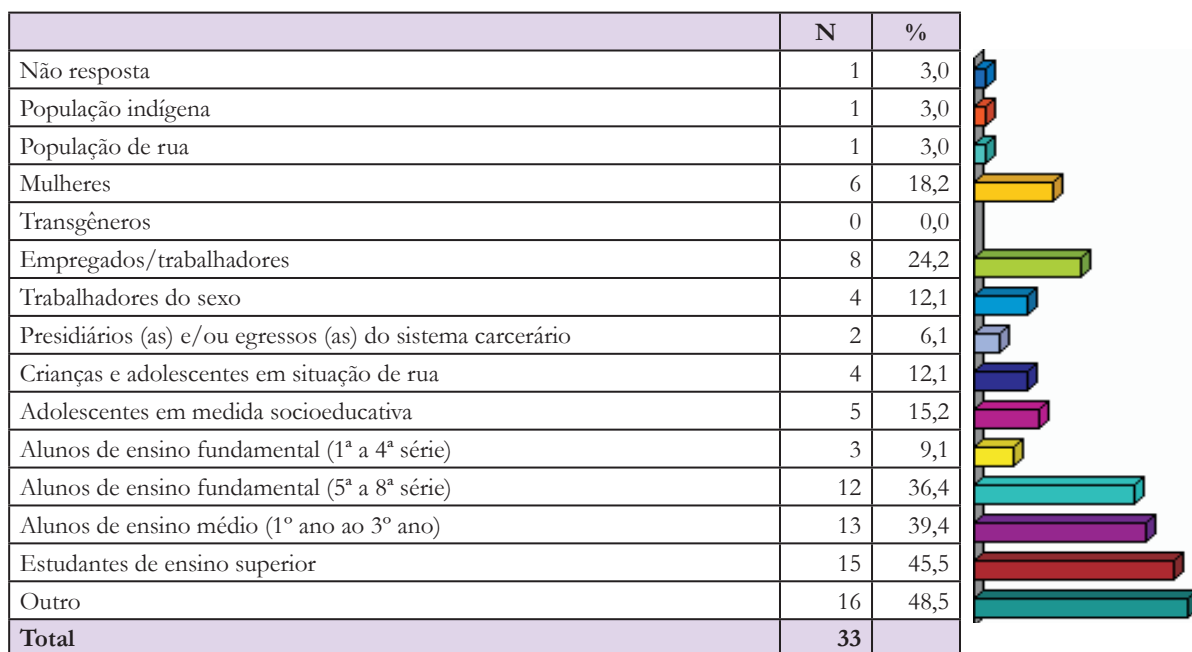


Figura 269: Público-alvo das pesquisas realizadas pelas instituições não-governamentais de pesquisa

Observa-se na Tabela 136 que apenas 1 instituição, de natureza não-governamental, declarou realizar pesquisas com a população indígena. É importante observar que nenhuma instituição afirmou realizar pesquisas com transgêneros. Em relação à população em situação de rua, apenas 10 instituições realizam pesquisas com esse público-alvo, sendo 9 (90,0%) governamentais e 1 (10,0%) não-governamental.

Tabela 136: Natureza da instituição e o público pesquisado

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	0	0,0	4	80,0	1	20,0	5	100,0
População indígena	0	0,0	0	0,0	1	100,0	1	100,0
População de rua	0	0,0	9	90,0	1	10,0	10	100,0
Mulheres	0	0,0	11	64,7	6	35,3	17	100,0
Transgêneros	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	100,0
Empregados/trabalhadores	0	0,0	8	50,0	8	50,0	16	100,0
Trabalhadores do sexo	0	0,0	4	50,0	4	50,0	8	100,0
Presidiários(as) e/ou egressos(as) do sistema carcerário	0	0,0	3	60,0	2	40,0	5	100,0
Crianças e adolescentes em situação de rua	0	0,0	7	63,6	4	36,4	11	100,0
Adolescentes em medida socioeducativa	0	0,0	3	37,5	5	62,5	8	100,0
Alunos de ensino fundamental (1ª a 4ª série)	0	0,0	6	66,7	3	33,3	9	100,0
Alunos de ensino fundamental (5ª a 8ª série)	0	0,0	8	40,0	12	60,0	20	100,0
Alunos de ensino médio (1º ano ao 3º ano)	1	4,3	9	39,1	13	56,5	23	100,0
Estudantes de ensino superior	1	3,2	15	48,4	15	48,4	31	100,0
Outro	2	4,9	23	56,1	16	39,0	41	100,0
Total	4	2,0	110	53,7	91	44,4	205	100,0

3.10. Atividades de ensino oferecidas pelas instituições

Na Figura 270, pode-se observar que, nas instituições governamentais que oferecem pós-graduação *lato sensu*, 17 (45,9%) realizam curso de aperfeiçoamento e 15 (40,5%) realizam curso de especialização relacionado com a temática de álcool e outras drogas.

	N	%
Não resposta	17	45,9
Curso de aperfeiçoamento	17	45,9
Curso de especialização	15	40,5
Total	37	

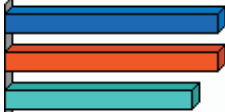


Figura 270: Modalidades de cursos *lato sensu* oferecidos pelas instituições governamentais de ensino

Na Figura 271, verifica-se que, entre as instituições não-governamentais que oferecem pós-graduação *lato sensu*, 11 (33,3%) são relativas a curso de aperfeiçoamento e 7 (21,2%) a curso de especialização.

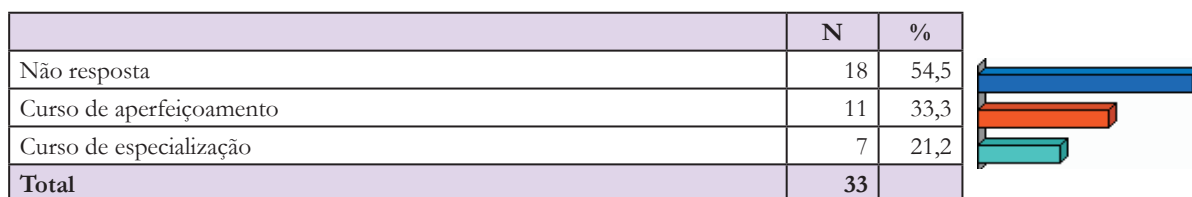


Figura 271: Modalidades de cursos *lato sensu* oferecidos pelas instituições não-governamentais de ensino

Em relação às instituições governamentais que oferecem pós-graduação *stricto sensu* (figura 272), observa-se que 12 (32,4%) são referentes ao mestrado, 10 (27,0%) referem-se ao doutorado e 2 (5,4%) ao pós-doutorado.

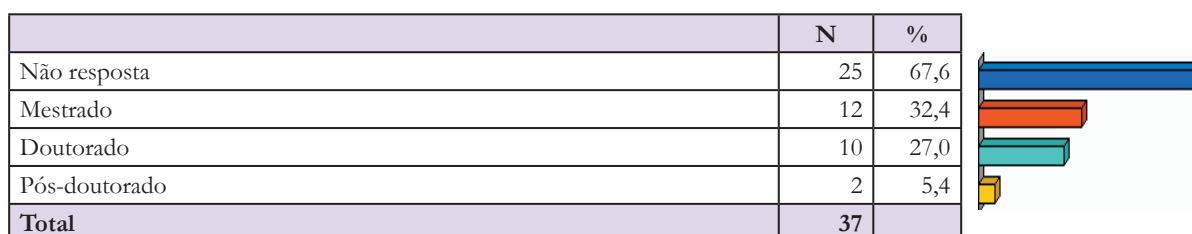


Figura 272: Modalidades de cursos *stricto sensu* oferecidos pelas instituições governamentais de ensino

Entre as instituições não-governamentais que oferecem pós-graduação *stricto sensu*, observa-se que 7 (21,2%) são relativas ao mestrado, 4 (12,1%) ao doutorado e 2 (6,1%) ao pós-doutorado.

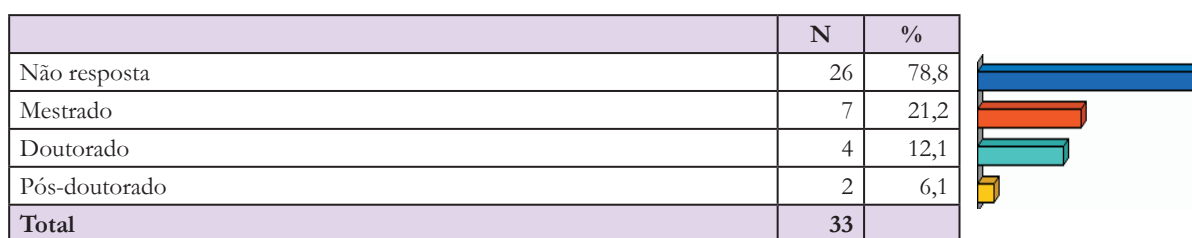


Figura 273: Modalidades de cursos *stricto sensu* oferecidos pelas instituições não-governamentais de ensino

Observa-se a predominância da natureza governamental nos tipos de atividades oferecidas pelas instituições de ensino e/ou pesquisa, com exceção do doutorado, que possui a mesma prevalência das instituições não-governamentais, com apenas 2 (40,0%) marcações cada uma.

Tabela 137: Natureza das instituições e as atividades de ensino

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	2	6,9	12	41,4	15	51,7	29	100,0
Pós-graduação lato sensu	0	0,0	19	55,9	15	44,1	34	100,0
Pós-graduação stricto sensu	1	5,3	11	57,9	7	36,8	19	100,0
78_Ensino_atividades_lato_stricto	3	3,7	42	51,2	37	45,1	82	100,0
Não resposta	3	7,9	17	44,7	18	47,4	38	100,0
Curso de aperfeiçoamento	0	0,0	17	60,7	11	39,3	28	100,0
Curso de especialização	0	0,0	15	68,2	7	31,8	22	100,0
78_Ensino_atividades_lato	3	3,4	49	55,7	36	40,9	88	100,0
Não resposta	2	3,8	25	47,2	26	49,1	53	100,0
Mestrado	1	5,0	12	60,0	7	35,0	20	100,0
Doutorado	1	6,7	10	66,7	4	26,7	15	100,0
Pós-doutorado	1	20,0	2	40,0	2	40,0	5	100,0
78_Ensino_atividades_stricto	5	5,4	49	52,7	39	41,9	93	100,0

3.11. Modalidades de ensino oferecidas pelas instituições

A Figura 274 mostra que a modalidade de ensino mais oferecida pelas instituições governamentais é a presencial, totalizando 29 (78,4%) marcações. A educação a distância é oferecida por 3 (8,1%) instituições.

	N	%
Não resposta	8	21,6
Presencial	29	78,4
Semipresencial	2	5,4
Educação a distância	3	8,1
Outra	0	0,0
Total	37	

Figura 274: Modalidades dos cursos oferecidas pelas instituições governamentais de ensino

Nas instituições não-governamentais, observa-se também que a modalidade presencial é a mais oferecida, com 223 (66,7%) respostas. Apenas 3 (9,1) instituições oferecem curso a distância (figura 275).

	N	%
Não resposta	11	33,3
Presencial	22	66,7
Semipresencial	3	9,1
Educação a distância	3	9,1
Outra	0	0,0
Total	33	

Figura 275: Modalidades dos cursos oferecidas pelas instituições não-governamentais de ensino

A Tabela 138 retrata que apenas 6 instituições oferecem educação a distância, sendo realizada por 50,0% (3) das instituições governamentais e não-governamentais.

Tabela 138: Natureza das instituições e a modalidades de ensino

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	2	9,5	8	38,1	11	52,4	21	100,0
Presencial	1	1,9	29	55,8	22	42,3	52	100,0
Semipresencial	0	0,0	2	40,0	3	60,0	5	100,0
Educação a distância	0	0,0	3	50,0	3	50,0	6	100,0
Outra	0		0		0		0	100,0
Total	3	3,6	42	50,0	39	46,4	84	100,0

3.12. Público-alvo dos cursos oferecidos pela instituição

Pode-se observar na Figura 276 que o público-alvo dos cursos oferecidos pelas instituições governamentais é, por ordem de prevalência: profissionais de nível superior da área da saúde, 28 (75,7%); que trabalham com atividades relacionadas à temática do álcool e outras drogas, 19 (51,4%); da área de educação; e quaisquer interessados independentemente da sua formação; estes últimos totalizando 15 (40,5%) respostas.

	N	%
Não resposta	5	13,5
Profissionais de nível superior da área de saúde	28	75,7
Profissionais de nível superior da área de educação	15	40,5
Profissionais de nível superior da área da justiça	8	21,6
Profissionais de nível superior da área de segurança pública	4	10,8
Profissionais de nível superior da área de comunicação social	0	0,0
Profissionais com curso superior que trabalham com atividades relacionadas à temática do álcool e outras drogas	19	51,4
Quaisquer interessados independentemente da sua formação	15	40,5
Outro	7	18,9
Total	37	

Figura 276: Público-alvo dos cursos oferecidos pelas instituições governamentais de ensino

Nas instituições não-governamentais, observa-se na Figura 277 que a prevalência do público-alvo coincide com as instituições governamentais: profissionais de nível superior da área da saúde, 23 (69,7%); que trabalham com atividades relacionadas à temática do álcool e outras drogas, 16 (48,5%); profissionais da área de educação, 13 (39,4%); e quaisquer interessados independentemente da sua formação, 9 (27,3%).

	N	%
Não resposta	7	21,2
Profissionais de nível superior da área de saúde	23	69,7
Profissionais de nível superior da área de educação	13	39,4
Profissionais de nível superior da área da justiça	6	18,2
Profissionais de nível superior da área de segurança pública	4	12,1
Profissionais de nível superior da área de comunicação social	2	6,1
Profissionais com curso superior que trabalham com atividades relacionadas à temática do álcool e outras drogas	16	48,5
Quaisquer interessados independentemente da sua formação	9	27,3
Outro	7	21,2
Total	33	

Figura 277: Público-alvo dos cursos oferecidos pelas instituições não-governamentais de ensino

Na Tabela 139, verifica-se que os profissionais mais visados pelas instituições que oferecem cursos sobre o tema álcool e outras drogas são os profissionais de saúde, totalizando 51 respostas, sendo 28 (54,9%) de instituições governamentais e 23 (45,1%) de não-governamentais.

Tabela 139: Natureza da instituição e público-alvo

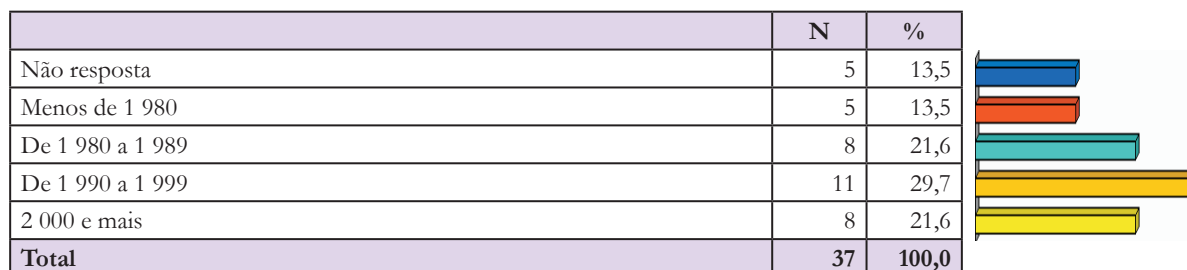
	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	2	14,3	5	35,7	7	50,0	14	100,0
Profissionais de nível superior da área de saúde	0	0,0	28	54,9	23	45,1	51	100,0
Profissionais de nível superior da área de educação	0	0,0	15	53,6	13	46,4	28	100,0
Profissionais de nível superior da área da justiça	0	0,0	8	57,1	6	42,9	14	100,0
Profissionais de nível superior da área de segurança pública	0	0,0	4	50,0	4	50,0	8	100,0
Profissionais de nível superior da área de comunicação social	0	0,0	0	0,0	2	100,0	2	100,0
Profissionais com curso superior que trabalham com atividades relacionadas à temática do álcool e outras drogas	0	0,0	19	54,3	16	45,7	35	100,0
Quaisquer interessados independentemente da sua formação	1	4,0	15	60,0	9	36,0	25	100,0
Outro	0	0,0	7	50,0	7	50,0	14	100,0
Total	3	1,6	101	52,9	87	45,5	191	100,0

4. Informações institucionais

4.1. Características da instituição

4.1.1. Tempo de funcionamento

Observa-se na Figura 278 que 11 (29,7%) instituições governamentais passaram a funcionar entre 1990 e 1999, ou seja, estão em funcionamento há mais de 8 anos.

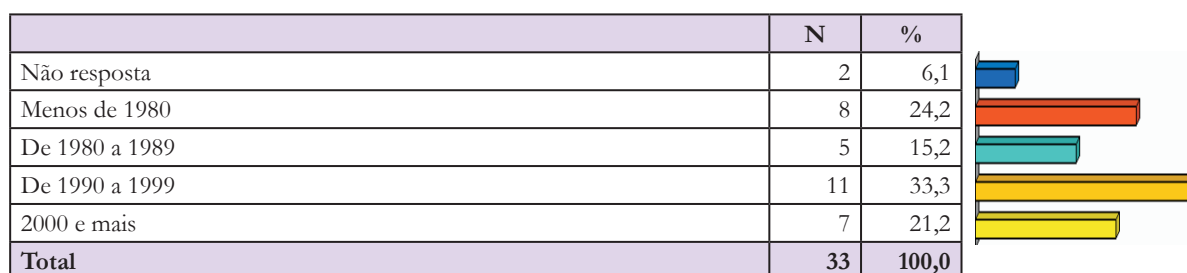


Média = 1 989,00 Desvio-padrão = 17,74

Mín = 1 922 Máx = 2 006

Figura 278: Ano de criação das instituições governamentais de ensino e pesquisa

Nas instituições não-governamentais, conforme a Figura 279, a maior ocorrência é também de instituições criadas entre 1990 e 1999, somando 11 (33,3%).



Média = 1 986,68 Desvio-padrão = 18,39

Mín = 1 924 Máx = 2 002

Figura 279: Ano de criação das instituições não-governamentais de ensino e pesquisa

A Tabela 140 mostra o cruzamento do ano de criação das instituições de ensino e/ou pesquisa e sua natureza governamental ou não-governamental. Do total de 15 instituições que estão em funcionamento há menos de 8 anos, ou seja, que passaram a funcionar a partir de 2000, 8 (53,3%) são governamentais e 7 (46,7%) são não-governamentais.

Tabela 140: Ano de criação de acordo com a natureza das instituições de ensino e pesquisa

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	2	22,2	5	55,6	2	22,2	9	100,0
Menos de 1980	1	7,1	5	35,7	8	57,1	14	100,0
De 1980 a 1989	0	0,0	8	61,5	5	38,5	13	100,0
De 1990 a 1999	0	0,0	11	50,0	11	50,0	22	100,0
2000 e mais	0	0,0	8	53,3	7	46,7	15	100,0
Total	3	4,1	37	50,7	33	45,2	73	100,0

4.1.2. *Abrangência territorial*

Na Figura 280, percebe-se que a maioria das instituições governamentais abrange todo o estado, num total de 18 (48,6%) instituições.

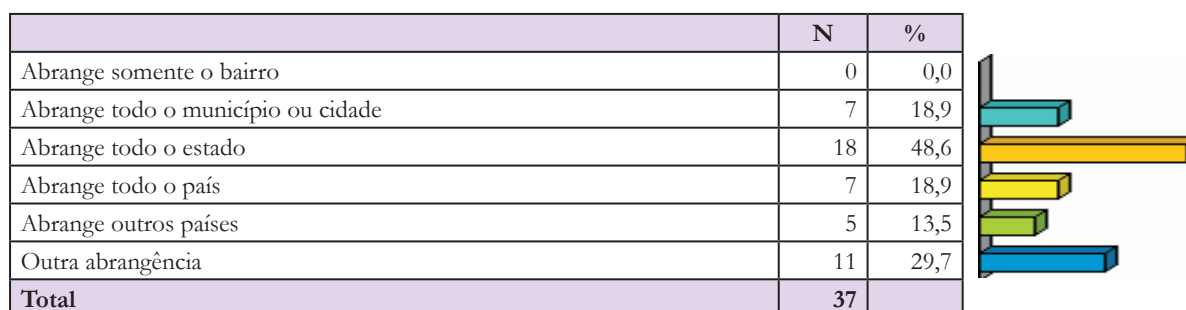


Figura 280: Abrangência das atividades da instituição governamental

Na Figura 281, verifica-se que as instituições não-governamentais abrangem com a mesma proporção, 10 (30,3%), o município ou cidade e o estado.

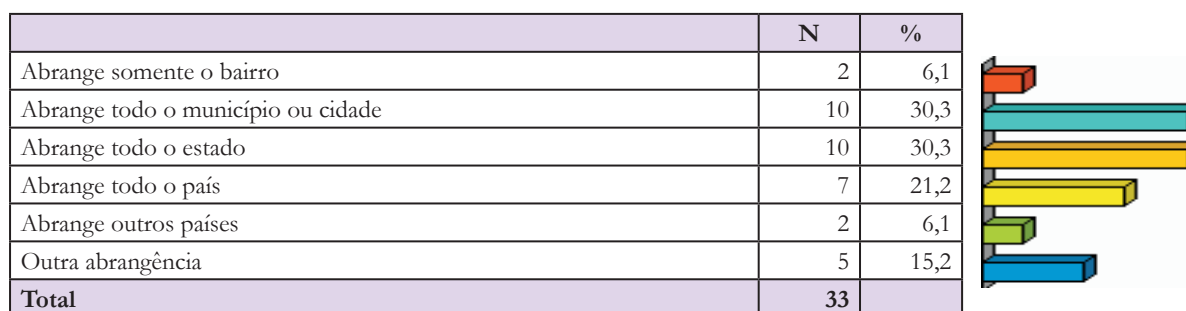


Figura 281: Abrangência das atividades das instituições não-governamentais

Na análise da Tabela 141, observa-se que as instituições de ensino e/ou pesquisa abrangem, em sua maioria, o estado, totalizando 28 marcações, sendo 18 (64,3%) governamentais e 10 (35,7%) não-governamentais.

Tabela 141: Abrangência das atividades da instituição de ensino e/ou pesquisa quanto à natureza

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	3	100,0	0	0,0	0	0,0	3	100,0
Abrange somente o bairro	0	0,0	0	0,0	2	100,0	2	100,0
Abrange todo o município ou cidade	0	0,0	7	41,2	10	58,8	17	100,0
Abrange todo o estado	0	0,0	18	64,3	10	35,7	28	100,0
Abrange todo o país	0	0,0	7	50,0	7	50,0	14	100,0
Abrange outros países	0	0,0	5	71,4	2	28,6	7	100,0
Outra abrangência	0	0,0	11	68,8	5	31,3	16	100,0
Total	3	3,4	48	55,2	36	41,4	87	100,0

4.1.3. Localização da instituição

Pode-se perceber na Figura 282, que todas as instituições governamentais estão localizadas na área urbana, perfazendo 37 marcações (100%).

	N	%
Área urbana	37	100,0
Área rural	0	0,0
Área urbana e rural	0	0,0
Total	37	100,0

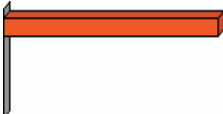


Figura 282: Localização da instituição governamental

A Figura 283 mostra que, em relação às instituições não-governamentais, 30 (90,9%) estão localizadas na área urbana e apenas 1 (3,0%) está localizada na área rural. Observa-se que 2 (6,1%) instituições estão localizadas tanto na área urbana como na área rural.

	N	%
Área urbana	30	90,9
Área rural	1	3,0
Área urbana e rural	2	6,1
Total	33	100,0




Figura 283: Localização da instituição não-governamental

A Tabela 142 revela que 67 instituições que realizam atividades de ensino e/ou pesquisa se concentram na área urbana, sendo 37 (55,2%) governamentais e 30 (44,8%) não-governamentais.

Tabela 142: Localização da instituição de ensino e/ou pesquisa quanto à natureza

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	3	100,0	0	0,0	0	0,0	3	100,0
Área urbana	0	0,0	37	55,2	30	44,8	67	100,0
Área rural	0	0,0	0	0,0	1	100,0	1	100,0
Área urbana e rural	0	0,0	0	0,0	2	100,0	2	100,0
Total	3	4,1	37	50,7	33	45,2	73	100,0

4.1.4. *Articulação das instituições de ensino e/ou pesquisa com outros setores*

Observa-se na Figura 284 que as instituições governamentais possuem mais articulações com universidades e/ou centros de ensino e/ou pesquisa, 33 (89,2%); Secretaria Estadual de Saúde, 28 (75,7%); Ministério da Saúde e Secretaria Municipal de Saúde, com a mesma proporção, 27 (73,0%); meios de comunicação, 21 (56,8%); Secretaria Nacional Antidrogas; e Conselhos Antidrogas/Entorpecentes; totalizando estes últimos 19 (51,4%).

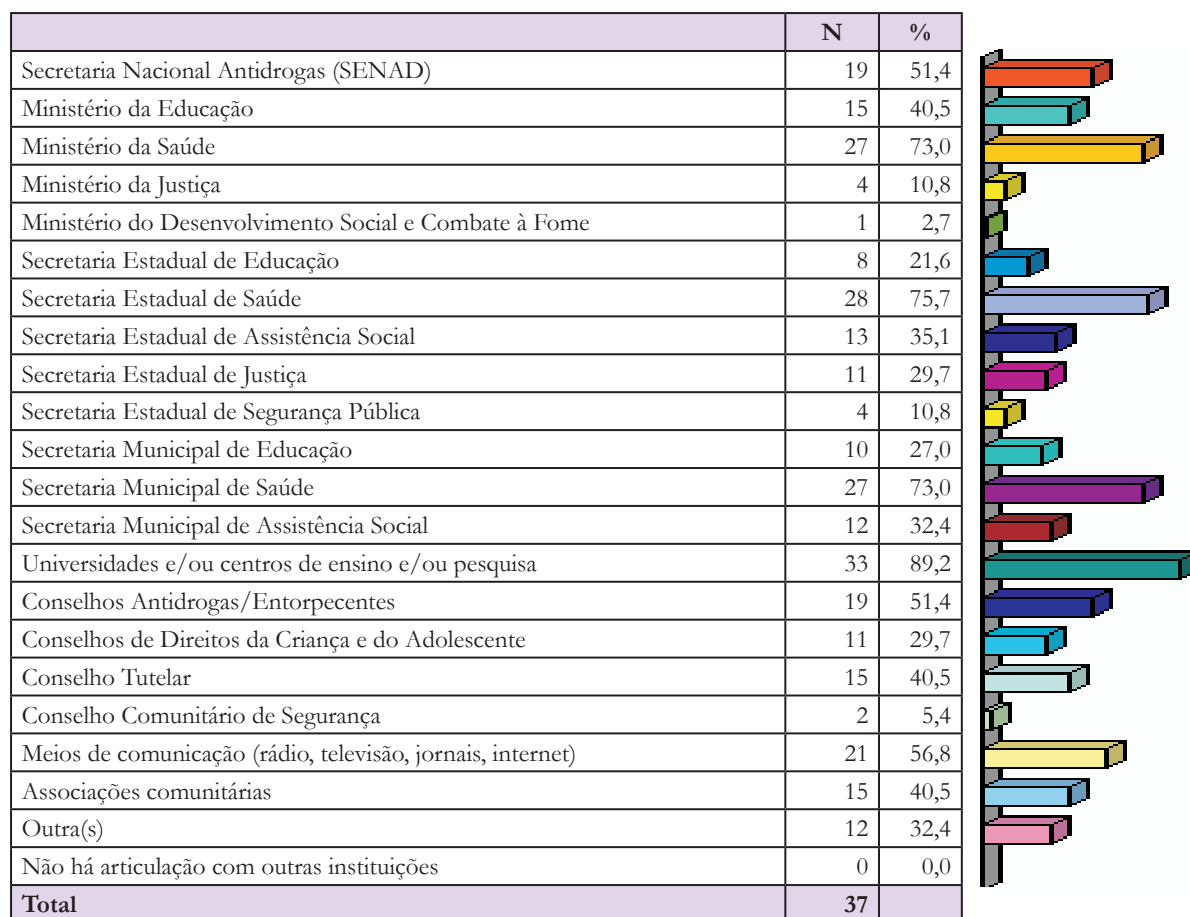


Figura 284: Articulação das instituições governamentais

Em relação às instituições não-governamentais, conforme Figura 285, percebe-se que há maior articulação com universidades e/ou centros de ensino e/ou pesquisa, 26 (78,8%), e com a Secretaria de Saúde, 21 (63,6%).

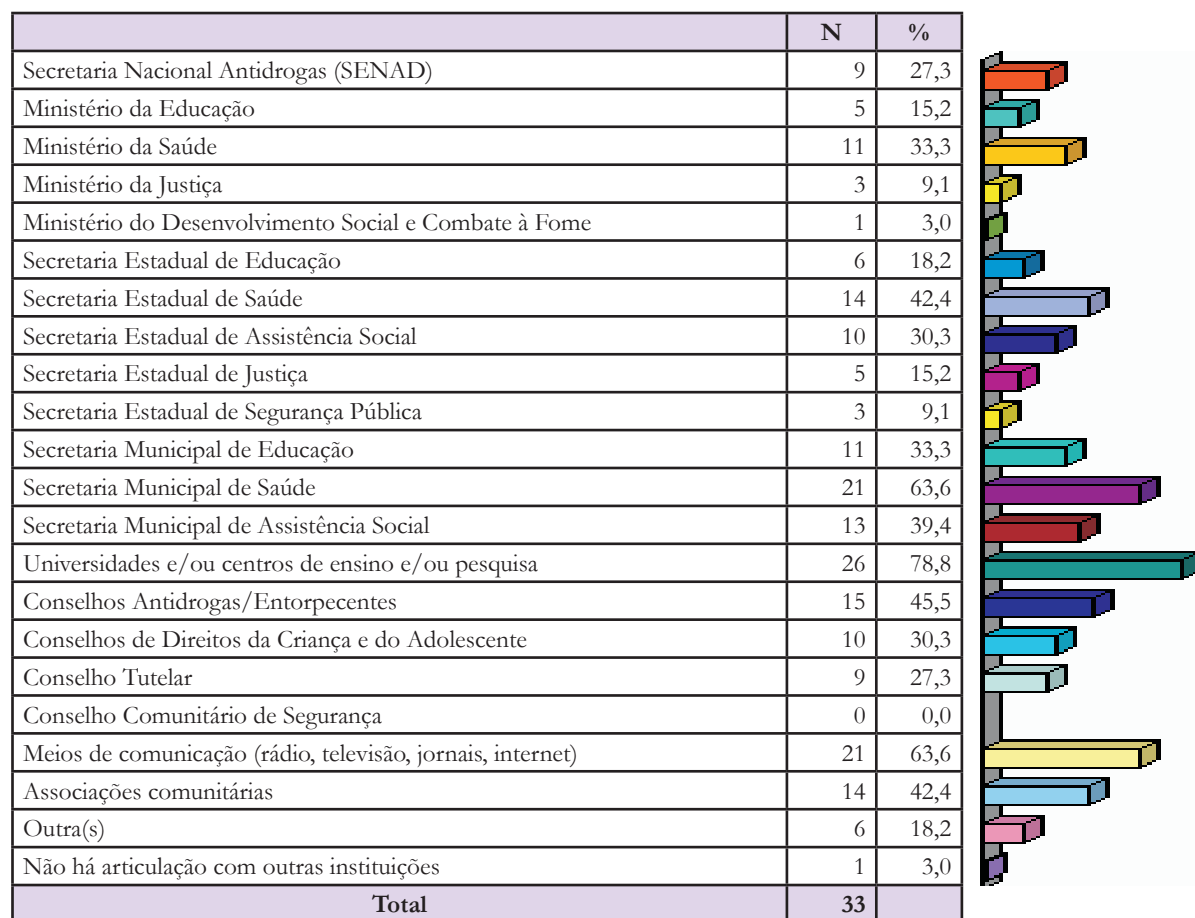


Figura 285: Articulações das instituições não-governamentais

Na Tabela 143, ao cruzar as articulações realizadas pela instituição e sua natureza, percebe-se que, das 59 instituições que realizam articulações com universidades e/ou centros de ensino e/ou pesquisa, 33 (55,9%) são governamentais e 26 (44,1%) são não-governamentais. Das 28 instituições que afirmaram possuir articulação com a Secretaria Nacional Antidrogas, 19 (67,9%) são governamentais e 9 (32,1%) não-governamentais.

Tabela 143: Articulação das instituições de ensino e/ou pesquisa quanto à natureza

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	3	100,0	0	0,0	0	0,0	3	100,0
Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD)	0	0,0	19	67,9	9	32,1	28	100,0
Ministério da Educação	0	0,0	15	75,0	5	25,0	20	100,0
Ministério da Saúde	0	0,0	27	71,1	11	28,9	38	100,0
Ministério da Justiça	0	0,0	4	57,1	3	42,9	7	100,0
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	0	0,0	1	50,0	1	50,0	2	100,0
Secretaria Estadual de Educação	0	0,0	8	57,1	6	42,9	14	100,0
Secretaria Estadual de Saúde	0	0,0	28	66,7	14	33,3	42	100,0
Secretaria Estadual de Assistência Social	0	0,0	13	56,5	10	43,5	23	100,0
Secretaria Estadual de Justiça	0	0,0	11	68,8	5	31,3	16	100,0
Secretaria Estadual de Segurança Pública	0	0,0	4	57,1	3	42,9	7	100,0
Secretaria Municipal de Educação	0	0,0	10	47,6	11	52,4	21	100,0
Secretaria Municipal de Saúde	0	0,0	27	56,3	21	43,8	48	100,0
Secretaria Municipal de Assistência Social	0	0,0	12	48,0	13	52,0	25	100,0
Universidades e/ou centros de ensino e/ou pesquisa	0	0,0	33	55,9	26	44,1	59	100,0
Conselhos Antidrogas/Entorpecentes	0	0,0	19	55,9	15	44,1	34	100,0
Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente	0	0,0	11	52,4	10	47,6	21	100,0
Conselho Tutelar	0	0,0	15	62,5	9	37,5	24	100,0
Conselho Comunitário de Segurança	0	0,0	2	100,0	0	0,0	2	100,0
Meios de comunicação (rádio, televisão, jornais, Internet)	0	0,0	21	50,0	21	50,0	42	100,0
Associações comunitárias	0	0,0	15	51,7	14	48,3	29	100,0
Outra(s)	0	0,0	12	66,7	6	33,3	18	100,0
Não há articulação com outras instituições	0	0,0	0	0,0	1	100,0	1	100,0

4.1.5. Existência do Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes na percepção do dirigente

A Figura 286 mostra que 24 (64,9%) dirigentes afirmaram que, no seu município, existe Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes.

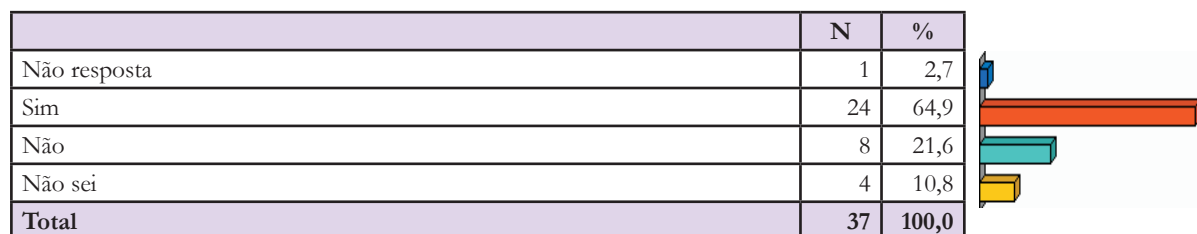


Figura 286: Existência do Conselho Antidrogas/Entorpecentes no município na percepção do dirigente da instituição governamental

Em relação às instituições não-governamentais, observa-se na Figura 287 que 26 (78,8%) dirigentes afirmaram existir o Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes.

	N	%
Sim	26	78,8
Não	5	15,2
Não sei	2	6,1
Total	33	100,0

Figura 287: Existência do Conselho Antidrogas/Entorpecentes no município na percepção do dirigente da instituição não-governamental

É importante observar na Tabela 144 que 50 dirigentes afirmaram existir o Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes, sendo que 24 (48,0%) são de instituições governamentais e 26 (52,0%) são de instituições não-governamentais.

Tabela 144: Existência do Conselho Antidrogas/Entorpecentes no município, na percepção do dirigente, quanto à natureza da instituição

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	3	75,0	1	25,0	0	0,0	4	100,0
Sim	0	0,0	24	48,0	26	52,0	50	100,0
Não	0	0,0	8	61,5	5	38,5	13	100,0
Não sei	0	0,0	4	66,7	2	33,3	6	100,0
Total	3	4,1	37	50,7	33	45,2	73	100,0

4.1.6. Registro da instituição no Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes

Verifica-se na Figura 288 que, das instituições governamentais, 12 (32,4%) possuem registro no Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes. É importante lembrar que alguns municípios não possuem conselhos municipais antidrogas/entorpecentes.

	N	%
Não resposta	5	13,5
Sim	12	32,4
Não	20	54,1
Não sei	0	0,0
Total	37	100,0

Figura 288: Registro no Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes das instituições governamentais

Nas instituições não-governamentais, conforme apresentado na Figura 289, percebe-se que 13 (39,4%) instituições possuem registro no Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes.

	N	%
Não resposta	2	6,1
Sim	13	39,4
Não	17	51,5
Não sei	1	3,0
Total	33	100,0

Figura 289: Registro no Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes das instituições não-governamentais

Na Tabela 145, observa-se que 25 instituições possuem registro no Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes, sendo que 12 (48,0%) são governamentais e 13 (52,0%) não-governamentais.

Tabela 145: Registro no Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes das instituições quanto à natureza

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	3	30,0	5	50,0	2	20,0	10	100,0
Sim	0	0,0	12	48,0	13	52,0	25	100,0
Não	0	0,0	20	54,1	17	45,9	37	100,0
Não sei	0	0,0	0	0,0	1	100,0	1	100,0
Total	3	4,1	37	50,7	33	45,2	73	100,0

4.1.7. Registro da instituição no Conselho Estadual Antidrogas/Entorpecentes

Observa-se na Figura 290 que 16 (43,2%) instituições governamentais não possuem registro no Conselho Estadual Antidrogas/Entorpecentes.

	N	%
Não resposta	4	10,8
Sim	16	43,2
Não	17	45,9
Não Sei	0	0,0
Total	37	100,0

Figura 290: Registro da instituição governamental no Conselho Estadual Antidrogas/Entorpecentes

Na Figura 291, percebe-se que, das instituições não-governamentais, 9 (27,3%) possuem registro no Conselho Estadual Antidrogas/Entorpecentes.

	N	%
Não resposta	3	9,1
Sim	9	27,3
Não	20	60,6
Não Sei	1	3,0
Total	33	100,0

Figura 291: Registro da instituição não-governamental no Conselho Estadual Antidrogas/Entorpecentes

Na Tabela 146, observa-se que apenas 25 instituições afirmaram possuir registro no Conselho Estadual Antidrogas/Entorpecentes, sendo 16 (64,0%) governamentais e 9 (36,0%) não-governamentais.

Tabela 146: Registro da instituição no Conselho Estadual Antidrogas/Entorpecentes quanto à natureza

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	3	30,0	4	40,0	3	30,0	10	100,0
Sim	0	0,0	16	64,0	9	36,0	25	100,0
Não	0	0,0	17	45,9	20	54,1	37	100,0
Não Sei	0	0,0	0	0,0	1	100,0	1	100,0
Total	3	4,1	37	50,7	33	45,2	73	100,0

4.1.8. Recursos financeiros

A figura 292 apresenta as fontes de recursos financeiros utilizados pelas instituições para desenvolver suas atividades. Pode-se perceber que nas 37 (50,7%) instituições governamentais, a maioria dos recursos origina-se do governo brasileiro, em 35 (47,9%), assim distribuídos: recursos federais, 30 (41,1%); estaduais, 16 (21,9%); e municipais, 11 (15,1%). Observa-se que 16 (21,9%) instituições citaram que seus recursos provêm de “Outras fontes”, prevalecendo repasses de agências internacionais e recursos de mantenedoras, ambas totalizando 6 (8,2%) marcações.

Nas instituições não-governamentais, das 33 (45,2%) instituições, 19 (26,0%) indicaram que os recursos provêm de receita própria, prevalecendo receitas provenientes de palestras e eventos, 15 (20,5%), e consultas 10 (13,7%). A opção “Outras fontes de recursos” obteve 18 (24,7%) respostas, sendo que as mais citadas foram: recursos de mantenedoras, 5 (6,8%); doações de pessoas físicas, 4 (5,5%), doação de pessoas jurídicas, 3 (4,1%); e repasses de agências internacionais, 3 (4,1%). Observa-se que 18 (24,7%) instituições declararam receber recursos do governo brasileiro, provenientes da esfera federal, 13 (17,8%); estadual, 9 (12,3%); e municipal 7 (9,6%).

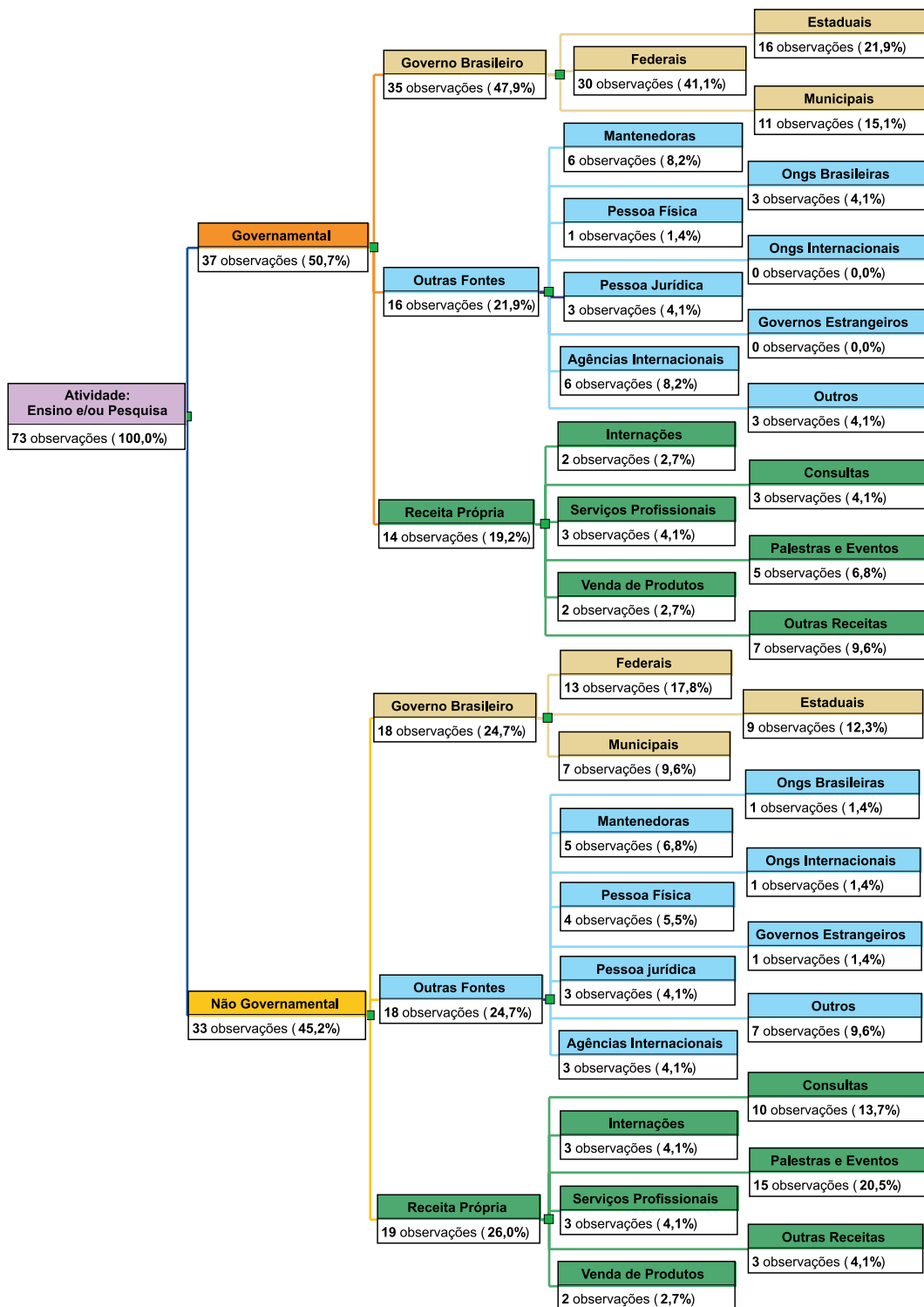


Figura 292: Fontes de recursos financeiros

4.2. Características dos dirigentes

4.2.1 Idade do dirigente

A Figura 293 retrata que a idade mínima dos dirigentes das instituições governamentais é de 31 anos e a máxima é de 65 anos.

	N	%
Não resposta	2	5,4
Menos de 36	2	5,4
De 36 a 44	7	18,9
De 45 a 53	15	40,5
54 e mais	11	29,7
Total	37	100,0

Média = 49,74 Desvio-padrão = 8,61

Mín = 31 Máx = 65

Figura 293: Idade do dirigente das instituições governamentais

Conforme Figura 294, nas instituições não-governamentais, pode-se observar que a idade mínima do dirigente é de 29 anos e a máxima é de 76 anos.

	N	%
Menos de 30	1	3,0
De 30 a 39	4	12,1
De 40 a 49	13	39,4
50 e mais	15	45,5
Total	33	100,0

Média = 49,09 Desvio-padrão = 11,06

Mín = 29 Máx = 76

Figura 294: Idade do dirigente das instituições não-governamentais

A Tabela 147 representa o cruzamento da natureza da instituição e a idade dos dirigentes. Percebe-se que, dentre as 38 respostas referentes à opção 50 anos ou mais, 21 (55,3%) referem-se a instituições governamentais e 15 (39,5%) a não-governamentais.

Tabela 147: Idade do dirigente quanto à natureza da instituição

	Não resposta		Governa- mental		Não- governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	1	33,3	2	66,7	0	0,0	3	100,0
Menos de 30	0	0,0	0	0,0	1	100,0	1	100,0
De 30 a 39	0	0,0	6	60,0	4	40,0	10	100,0
De 40 a 49	0	0,0	8	38,1	13	61,9	21	100,0
50 e mais	2	5,3	21	55,3	15	39,5	38	100,0
Total	3	4,1	37	50,7	33	45,2	73	100,0

4.2.2. Sexo

Em relação ao sexo do dirigente das instituições governamentais, observa-se, na Figura 295, que há maior número de dirigentes do sexo masculino, totalizando 21 (56,8%) respostas, enquanto os dirigentes do sexo feminino somam 16 (43,2%).

	N	%
Feminino	16	43,2
Masculino	21	56,8
Total	37	100,0

Figura 295: Sexo do dirigente das instituições governamentais

A Figura 296 mostra que, nas instituições não-governamentais, a maioria dos dirigentes é do sexo masculino, somando 19 (57,6%) dirigentes. Em relação ao sexo feminino, o total de dirigentes é de 14 (42,4%).

	N	%
Feminino	14	42,4
Masculino	19	57,6
Total	33	100,0

Figura 296: Sexo do dirigente das instituições não-governamentais

A Tabela 148 mostra o cruzamento entre o sexo do dirigente e a natureza da instituição. Observa-se que as instituições de ensino e/ou pesquisa possuem 41 dirigentes do sexo masculino, sendo 21 (51,2%) de instituições governamentais e 19 (46,3%) de instituições não-governamentais. Das 31 respostas referentes a dirigentes do sexo feminino, 16 (51,6%) são referentes a instituições governamentais e 14 (45,2%) a não-governamentais.

Tabela 148: Sexo do dirigente das instituições de tratamento quanto à natureza

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	1	100,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0
Feminino	1	3,2	16	51,6	14	45,2	31	100,0
Masculino	1	2,4	21	51,2	19	46,3	41	100,0
Total	3	4,1	37	50,7	33	45,2	73	100,0

4.2.3. Escolaridade do dirigente

Verifica-se na Figura 297 que os dirigentes das instituições governamentais, possuem, em sua maioria, pós-graduação, totalizando 36 (97,3%).

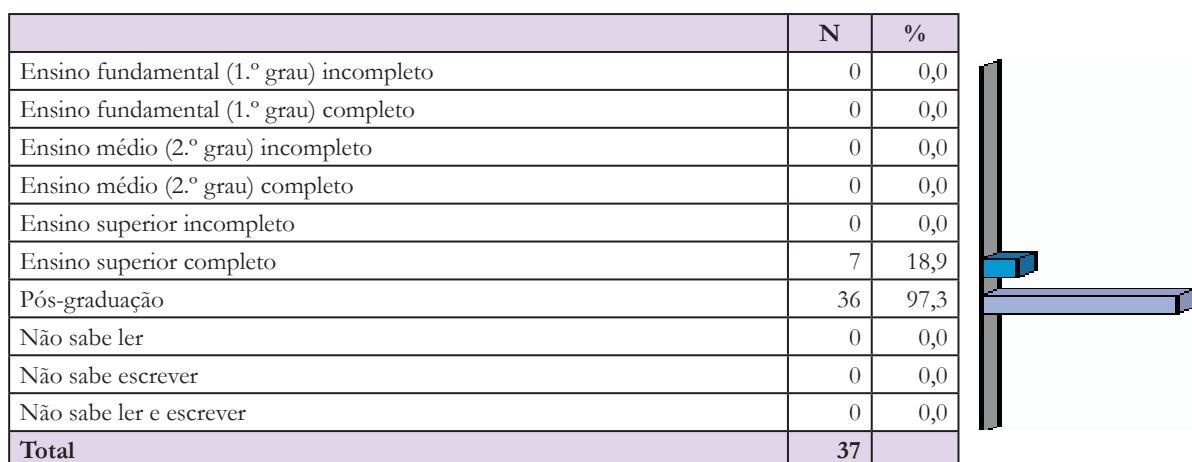


Figura 297: Escolaridade do dirigente das instituições governamentais

Nas instituições não-governamentais, conforme apresenta a Figura 298, 27 (81,8%) dirigentes possuem pós-graduação e 9 (27,3%) possuem o ensino superior completo.

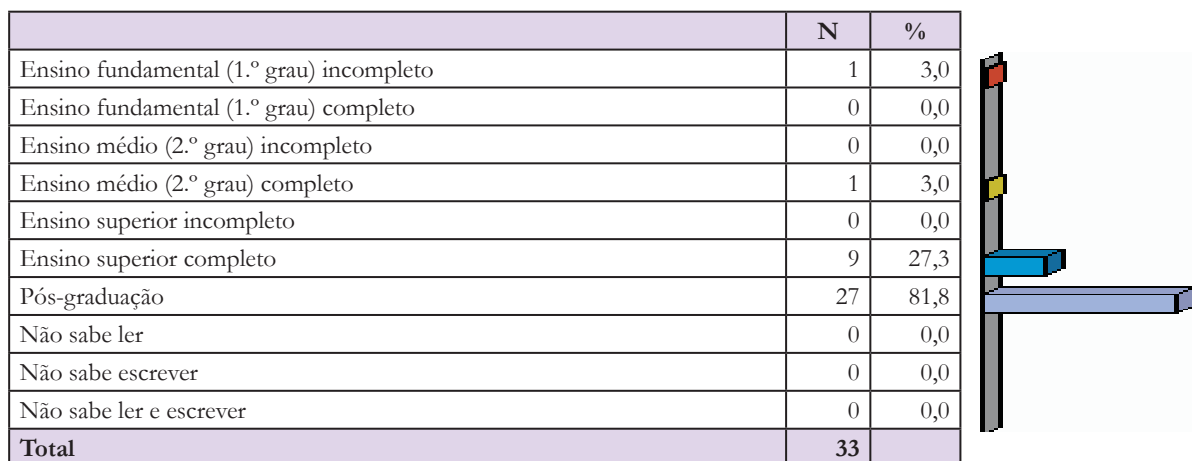


Figura 298: Escolaridade do dirigente das instituições não-governamentais

Observa-se na Tabela 149 que 65 dirigentes das instituições declararam possuir pós-graduação, ou seja, a maioria. Dessa maioria, 36 (55,4%) são de instituições governamentais e 27 (41,5%) de instituições não-governamentais.

Tabela 149: Escolaridade do dirigente das instituições de ensino e/ou pesquisa quanto à natureza

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	1	100,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0
Ensino fundamental (1º grau) incompleto	0	0,0	0	0,0	1	100,0	1	100,0
Ensino fundamental (1º grau) completo	0		0		0		0	100,0
Ensino médio (2º grau) incompleto	0		0		0		0	100,0
Ensino médio (2º grau) completo	0	0,0	0	0,0	1	100,0	1	100,0
Ensino superior incompleto	0		0		0		0	100,0
Ensino superior completo	0	0,0	7	43,8	9	56,3	16	100,0
Pós-graduação	2	3,1	36	55,4	27	41,5	65	100,0
Não sabe ler	0		0		0		0	100,0
Não sabe escrever	0		0		0		0	100,0
Não sabe ler e escrever	0		0		0		0	100,0
Total	3	3,6	43	51,2	38	45,2	84	100,0

4.2.4. Situação de remuneração do dirigente

A Figura 299 mostra que, nas instituições governamentais, 32 (86,5%) dirigentes recebem alguma remuneração pela atividade realizada.

	N	%
Sim	32	86,5
Não	5	13,5
Total	37	100,0

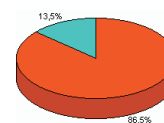


Figura 299: Remuneração do dirigente da instituição governamental

Em relação à remuneração dos dirigentes das instituições não-governamentais que realizam atividades de ensino e/ou pesquisa, 15 (45,5%) dirigentes são remunerados pelos serviços prestados na instituição, conforme mostra a Figura 300.

	N	%
Sim	15	45,5
Não	18	54,5
Total	33	100,0



Figura 300: Remuneração do dirigente da instituição não-governamental

A Tabela 150 apresenta o cruzamento entre a remuneração do dirigente e a natureza da instituição. Observa-se que 49 dirigentes declararam receber remuneração pelos serviços prestados na instituição, sendo 32 (65,3%) de instituições governamentais e 15 (30,6%) de instituições não-governamentais. Em relação àqueles que afirmaram não receber remuneração, do total de 23 dirigentes, 5 (21,7%) são de instituições governamentais e 18 (78,3%) de instituições não-governamentais.

Tabela 150: Remuneração do dirigente da instituição quanto à natureza

	Não resposta		Governa- mental		Não- governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	1	100,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0
Sim	2	4,1	32	65,3	15	30,6	49	100,0
Não	0	0,0	5	21,7	18	78,3	23	100,0
Total	3	4,1	37	50,7	33	45,2	73	100,0

4.2.5. Atividade remunerada do dirigente fora da instituição

O quantitativo de dirigentes das instituições governamentais que realiza atividades remuneradas fora da instituição totaliza 22 (59,5%), conforme observado na Figura 301.

	N	%
Sim	22	59,5
Não	15	40,5
Total	37	100,0



Figura 301: Exercício de atividade remunerada fora da instituição governamental

Na Figura 302, verifica-se um número considerável de dirigentes de instituições não-governamentais que realizam atividades fora da instituição, totalizando 23 (69,7%) dirigentes.

	N	%
Sim	23	69,7
Não	10	30,3
Total	33	100,0



Figura 302: Exercício de atividade remunerada fora da instituição não-governamental

Percebe-se na análise cruzada da figura 85, que, do total de 45 dirigentes que afirmaram possuir alguma atividade remunerada fora da instituição, 22 (48,9%) pertencem às instituições governamentais e 23 (51,1%) são de instituições não-governamentais.

Tabela 151: Exercício de atividade remunerada fora da instituição quanto à natureza

	Não resposta		Governa- mental		Não- governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	1	100,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0
Sim	0	0,0	22	48,9	23	51,1	45	100,0
Não	2	7,4	15	55,6	10	37,0	27	100,0
Total	3	4,1	37	50,7	33	45,2	73	100,0

4.2.6. Total de horas dedicadas pelos dirigentes à instituição

A Figura 303 mostra que o total de horas que o dirigente das instituições governamentais dedica às instituições é de 30 horas ou mais, totalizando 25 (67,6%) respostas.

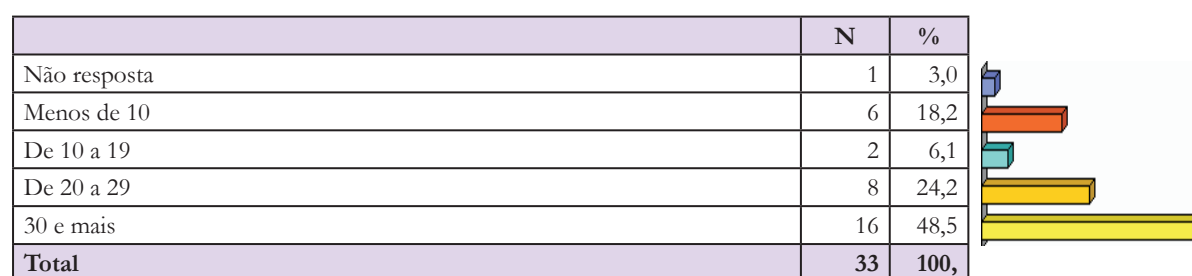


Média = 32,64 Desvio-padrão = 11,44

Mín = 8 Máx = 60

Figura 303: Dedicção do dirigente à instituição governamental

Na Figura 304, observa-se que, nas instituições não-governamentais, a dedicação dos dirigentes também é de 30 horas ou mais, 16 (48,5%).



Média = 26,19 Desvio-padrão = 13,61

Mín = 2 Máx = 40

Figura 304: Dedicção do dirigente à instituição não-governamental

Observa-se na Tabela 152 que 34 dirigentes declararam dedicar 40 horas ou mais às instituições, sendo 21 (58,3%) de instituições governamentais e 13 (36,1%) de instituições não-governamentais.

Tabela 152: Dedicção do dirigente à instituição quanto à natureza

	Não resposta		Governa- mental		Não- governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	1	33,3	1	33,3	1	33,3	3	100,0
Menos de 8	0	0,0	0	0,0	4	100,0	4	100,0
De 8 a 19	0	0,0	3	42,9	4	57,1	7	100,0
De 20 a 29	0	0,0	8	50,0	8	50,0	16	100,0
De 30 a 39	0	0,0	4	57,1	3	42,9	7	100,0
40 e mais	2	5,6	21	58,3	13	36,1	36	100,0
Total	3	4,1	37	50,7	33	45,2	73	100,0

4.2.7. Motivação

A Figura 305 mostra a motivação do dirigente das instituições governamentais para trabalhar com a temática de álcool e outras drogas. Observa-se que a motivação que prevalece é a profissional, com 31 (83,8%) respostas.

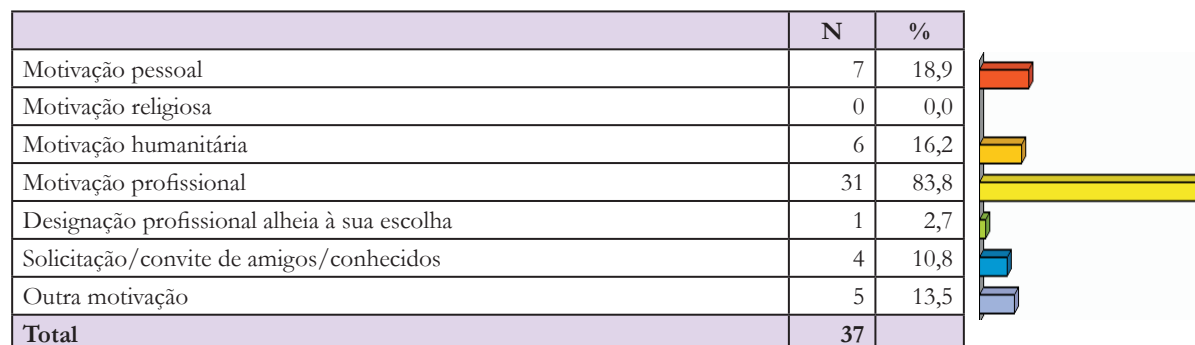


Figura 305: Motivação do dirigente da instituição governamental

A Figura 306 mostra que, nas instituições não-governamentais, a principal motivação dos dirigentes é também a profissional, totalizando 19 (57,6%). Em seguida, aparecem a motivação humanitária, com 322 (37,9%), e a motivação pessoal, ambas com 7 (21,2%) marcações.

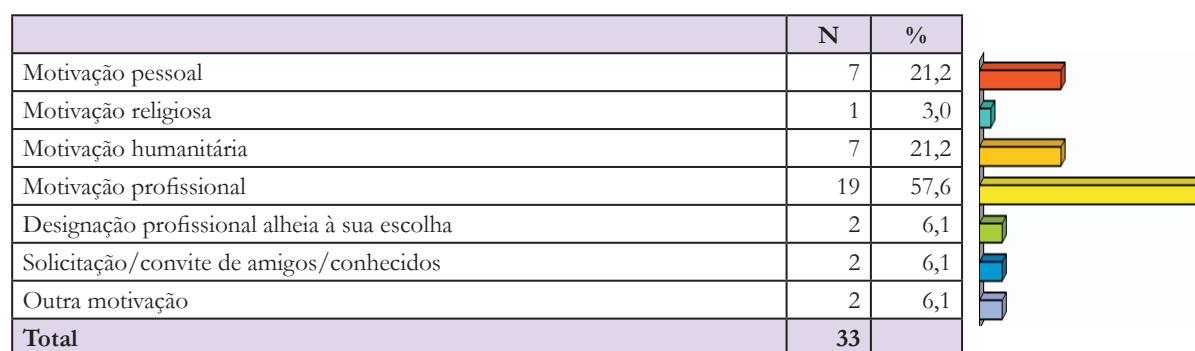


Figura 306: Motivação do dirigente da instituição não-governamental

Como pode ser observado na Tabela 153, a alternativa mais citada foi a motivação profissional, com 52 respostas, sendo 31 (59,6%) relativas às instituições governamentais e 19 (36,5%) referentes às não-governamentais. A motivação pessoal aparece em segundo lugar, com 14 marcações, obtendo a mesma proporção de marcações tanto dos dirigentes das instituições governamentais como das não-governamentais, 50,0% (7).

Tabela 153: Motivação do dirigente da instituição de ensino e/ou pesquisa quanto à natureza

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	1	100,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0
Motivação pessoal	0	0,0	7	50,0	7	50,0	14	100,0
Motivação religiosa	0	0,0	0	0,0	1	100,0	1	100,0
Motivação humanitária	0	0,0	6	46,2	7	53,8	13	100,0
Motivação profissional	2	3,8	31	59,6	19	36,5	52	100,0
Designação profissional alheia à sua escolha	0	0,0	1	33,3	2	66,7	3	100,0
Solicitação/convite de amigos/conhecidos	0	0,0	4	66,7	2	33,3	6	100,0
Outra motivação	0	0,0	5	71,4	2	28,6	7	100,0
Total	3	3,1	54	55,7	40	41,2	97	100,0

4.2.8. Participação em conselhos

Observa-se na Figura 307 que as participações mais citadas pelos dirigentes das instituições governamentais são mais prevalente nos Conselhos Antidrogas/Entorpecentes Estadual, 12 (32,4%), e Municipal, 9 (24,3%). Nota-se que 11 (29,7%) dirigentes nunca participaram de conselhos.

	N	%
Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes	9	24,3
Conselho Estadual Antidrogas/Entorpecentes	12	32,4
Conselho Nacional Antidrogas	3	8,1
Conselho Municipal de Saúde	3	8,1
Conselho Estadual de Saúde	3	8,1
Conselho Tutelar	0	0,0
Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente	1	2,7
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente	1	2,7
Conselho Municipal de Assistência Social	1	2,7
Conselho Estadual de Assistência Social	0	0,0
Conselho Municipal de Educação	0	0,0
Conselho Estadual de Educação	0	0,0
Conselho Comunitário de Segurança	0	0,0
Outro(s) conselho(s)	9	24,3
Nunca participou de conselhos	11	29,7
Total	37	

Figura 307: Participação dos dirigentes das instituições governamentais em conselhos

Conforme se observa na Figura 308, a maior participação mais freqüente dos dirigentes das instituições não-governamentais é no Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes, obtendo 10 (30,3%) respostas, a mesma proporção dos dirigentes nunca participou de conselhos.

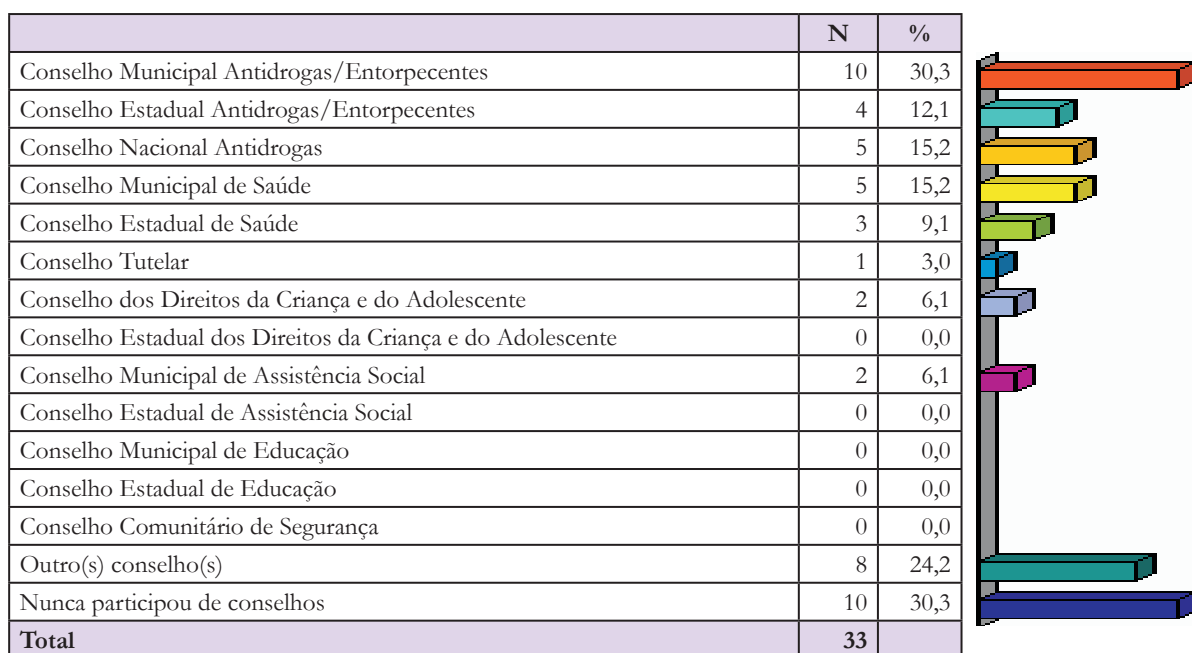


Figura 308: Participação dos dirigentes das instituições não-governamentais em conselhos

A Tabela 154 apresenta o cruzamento entre a participação dos dirigentes em conselhos e a natureza da instituição. Observa-se que a participação no Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes foi a alternativa com maior índice de marcação, obtendo 19 respostas, sendo que 9 (47,4%) correspondem a instituições governamentais e 10 (52,6%) a não-governamentais. Em relação à participação no Conselho Estadual de Entorpecentes, 16 dirigentes assinalaram essa opção, sendo 12 (75,0%) de instituições governamentais e 4 (25,0%) de não-governamentais. Deve-se observar que a opção “nunca participou de conselhos” obteve 22 respostas, 11 (50,0%) referentes às instituições governamentais e 10 (45,5%) às não-governamentais.

Tabela 154: Participação dos dirigentes das instituições de ensino e/ou pesquisa em conselhos quanto à natureza

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	1	100,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0
Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes	0	0,0	9	47,4	10	52,6	19	100,0
Conselho Estadual Antidrogas/Entorpecentes	0	0,0	12	75,0	4	25,0	16	100,0
Conselho Nacional Antidrogas	0	0,0	3	37,5	5	62,5	8	100,0
Conselho Municipal de Saúde	0	0,0	3	37,5	5	62,5	8	100,0
Conselho Estadual de Saúde	0	0,0	3	50,0	3	50,0	6	100,0
Conselho Tutelar	0	0,0	0	0,0	1	100,0	1	100,0
Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente	0	0,0	1	33,3	2	66,7	3	100,0
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente	0	0,0	1	100,0	0	0,0	1	100,0
Conselho Municipal de Assistência Social	0	0,0	1	33,3	2	66,7	3	100,0
Conselho Estadual de Assistência Social	0		0		0		0	100,0
Conselho Municipal de Educação	1	100,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0
Conselho Estadual de Educação	0		0		0		0	100,0
Conselho Comunitário de Segurança	0		0		0		0	100,0
Outro(s) conselho(s)	1	5,6	9	50,0	8	44,4	18	100,0
Nunca participou de conselhos	1	4,5	11	50,0	10	45,5	22	100,0
Total	4	3,7	53	49,5	50	46,7	107	100,0

4.3. Características da equipe profissional

4.3.1. Capacitação para os profissionais das instituições de ensino e/ou pesquisa

Na Figura 309, observa-se que a grande maioria das instituições governamentais, 35 (94,6%), prevêem capacitação a seus profissionais.

	N	%
Não resposta	1	2,7
Sim	35	94,6
Não	1	2,7
Total	37	100,0

Figura 309: Previsão de capacitação nas instituições governamentais

Nas instituições não-governamentais, a capacitação é prevista por 30 (90,9%) instituições que realizam atividades de ensino e/ou pesquisa, conforme observado na Figura 310.

	N	%
Não resposta	1	3,0
Sim	30	90,9
Não	2	6,1
Total	33	100,0

Figura 310: Previsão de capacitação nas instituições não-governamentais

Observa-se, na Tabela 155, que, das 67 instituições que indicaram prever a capacitação para seus profissionais, 35 (52,2%) são governamentais e 30 (44,8%) não-governamentais.

Tabela 155: Previsão de capacitação nas instituições de ensino e/ou pesquisa quanto à natureza

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	1	33,3	1	33,3	1	33,3	3	100,0
Sim	2	3,0	35	52,2	30	44,8	67	100,0
Não	0	0,0	1	33,3	2	66,7	3	100,0
Total	3	4,1	37	50,7	33	45,2	73	100,0

4.3.2. Atividades de capacitação desenvolvidas de acordo com a natureza da instituição

Pode-se observar, na Figura 311, que as atividades de capacitação mais fornecidas pelas instituições governamentais são cursos de curta duração e palestras, conferências, seminários, simpósios, ambas atividades totalizando 32 (86,5%) marcações. Em seguida, aparecem leitura e discussão de texto, 29 (86,5%).

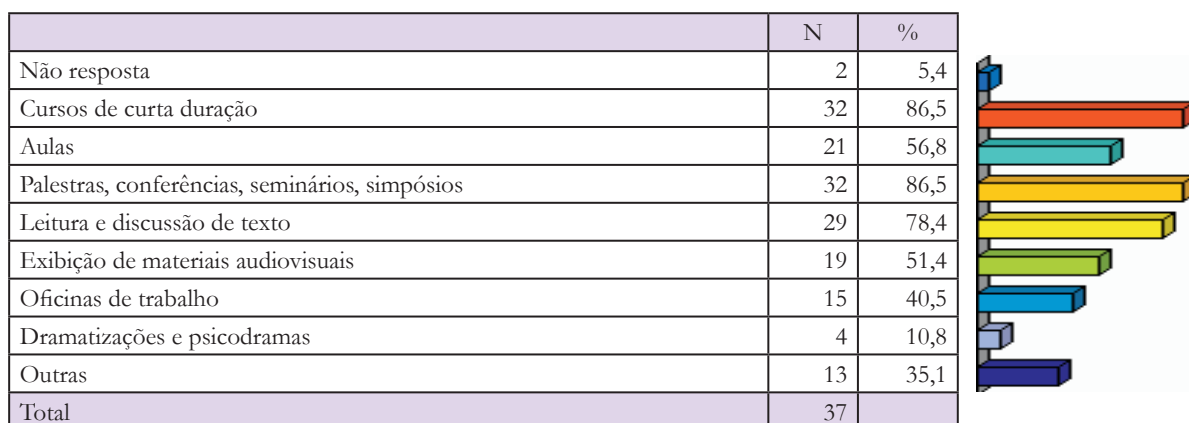


Figura 311: Atividades de capacitação desenvolvidas nas instituições governamentais

Nas instituições não-governamentais, percebe-se que as atividades de capacitação mais oferecidas são: palestras, conferências, seminários, simpósios, 29 (87,9%); cursos de curta duração, 20 (60,6%); e exibição de materiais audiovisuais, 15 (45,5%), conforme observado na Figura 312.

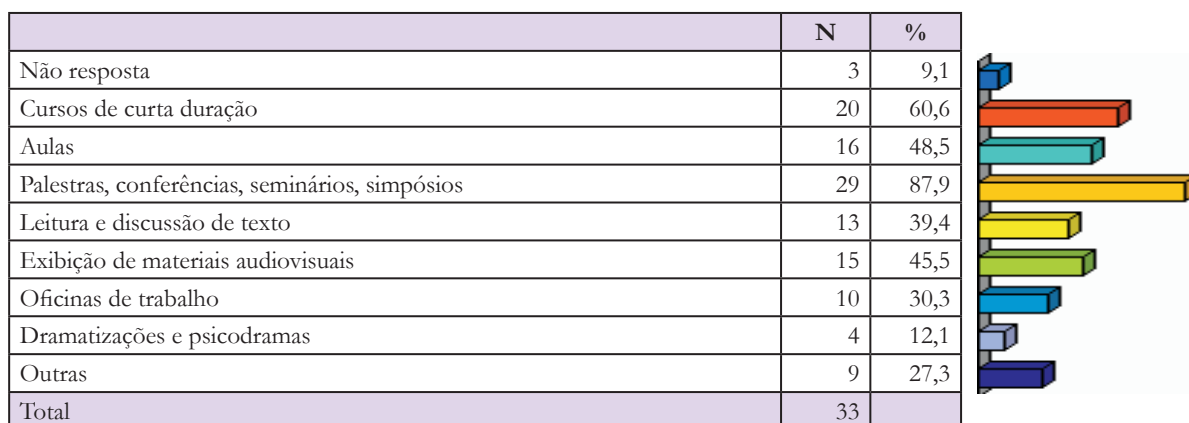


Figura 312: Atividades de capacitação desenvolvidas nas instituições não-governamentais

No cruzamento das atividades de capacitação desenvolvidas na instituição com a sua natureza, observa-se na Tabela 156 que, das 63 instituições que realizam palestras, conferências, seminários e/ou simpósios como atividades de capacitação, 32 (50,8%) são governamentais e 29 (46,0%) não-governamentais. Em relação aos cursos de curta duração, do total de 54 instituições que realizam essa atividade, 32 (59,3%) são governamentais e 20 (37,0%) não-governamentais. A atividade de leitura e discussão de texto é realizada por 42 instituições, sendo 29 (69,0%) governamentais e 13 (31,0%) não-governamentais.

Tabela 156: Atividades de capacitação desenvolvidas nas instituições de ensino e/ou pesquisa quanto à natureza

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	1	16,7	2	33,3	3	50,0	6	100,0
Cursos de curta duração	2	3,7	32	59,3	20	37,0	54	100,0
Aulas	1	2,6	21	55,3	16	42,1	38	100,0
Palestras, conferências, seminários, simpósios	2	3,2	32	50,8	29	46,0	63	100,0
Leitura e discussão de texto	0	0,0	29	69,0	13	31,0	42	100,0
Exibição de materiais audiovisuais	1	2,9	19	54,3	15	42,9	35	100,0
Oficinas de trabalho	1	3,8	15	57,7	10	38,5	26	100,0
Dramatizações e psicodramas	0	0,0	4	50,0	4	50,0	8	100,0
Outras	2	8,3	13	54,2	9	37,5	24	100,0
Total	10	3,4	167	56,4	119	40,2	296	100,0

4.3.3. Freqüência da capacitação

Como pode ser observado na Figura 313, a maior freqüência de capacitação nas instituições governamentais é a semanal, totalizando 17 (45,9%) marcações.

	N	%
Não resposta	2	5,4
Eventual	4	10,8
Semanal	17	45,9
Quinzenal	2	5,4
Mensal	3	8,1
Bimestral	2	5,4
Trimestral	0	0,0
Semestral	1	2,7
Anual	2	5,4
Outra	9	24,3
Total	37	

Figura 313: Freqüência das capacitações nas instituições governamentais

Em relação às instituições não-governamentais, as capacitações são oferecidas, com mais freqüência, semanalmente, 8 (24,2%), e eventualmente, 7 (21,2%).

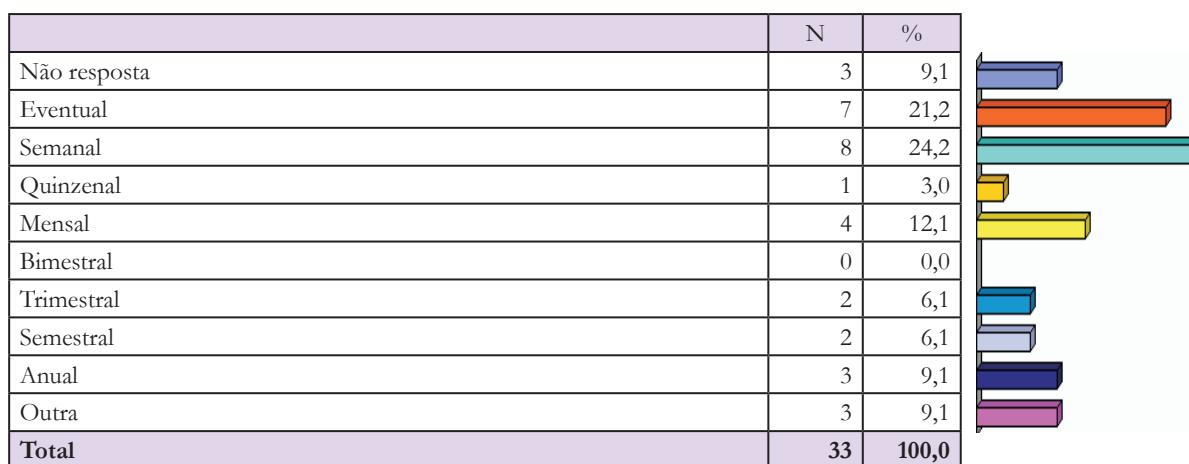


Figura 314: Frequência das capacitações nas instituições não-governamentais

Na Tabela 157, observa-se que 25 instituições prevêem atividades semanais de capacitação, sendo 17 (68,0%) governamentais e 8 (32,0%) não-governamentais.

Tabela 157: Frequência de capacitação nas instituições de ensino e/ou pesquisa, quanto à natureza

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	1	16,7	2	33,3	3	50,0	6	100,0
Eventual	1	8,3	4	33,3	7	58,3	12	100,0
Semanal	0	0,0	17	68,0	8	32,0	25	100,0
Quinzenal	0	0,0	2	66,7	1	33,3	3	100,0
Mensal	0	0,0	3	42,9	4	57,1	7	100,0
Bimestral	0	0,0	2	100,0	0	0,0	2	100,0
Trimestral	0	0,0	0	0,0	2	100,0	2	100,0
Semestral	0	0,0	1	33,3	2	66,7	3	100,0
Anual	0	0,0	2	40,0	3	60,0	5	100,0
Outra	1	7,7	9	69,2	3	23,1	13	100,0
Total	3	3,8	42	53,8	33	42,3	78	100,0

4.3.4. Previsão da capacitação externa

A Figura 315 revela que 34 (91,9%) instituições governamentais prevêem capacitação para seus profissionais fora da instituição.

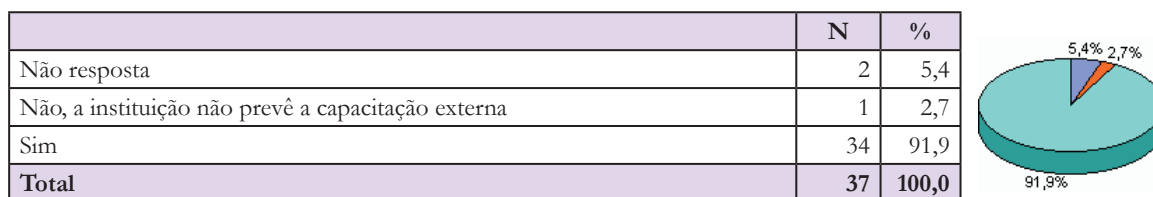


Figura 315: Previsão de capacitação externa nas instituições governamentais

Na Figura 316, observa-se que a capacitação externa é prevista por 27 (81,8%) instituições.

	N	%
Não resposta	2	6,1
Não, a instituição não prevê a capacitação externa	4	12,1
Sim	27	81,8
Total	33	100,0

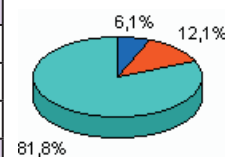


Figura 316: Previsão de capacitação externa nas instituições não-governamentais

Observa-se, na Tabela 158, que 63 instituições prevêem capacitação externa para seus profissionais, sendo 34 (54,0%) governamentais e 27 (42,9%) não-governamentais.

Tabela 158: Previsão de capacitação externa nas instituições de ensino e/ou pesquisa quanto à natureza

	Não resposta		Governa- mental		Não- governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	1	20,0	2	40,0	2	40,0	5	100,0
Não, a instituição não prevê a capacitação externa	0	0,0	1	20,0	4	80,0	5	100,0
Sim	2	3,2	34	54,0	27	42,9	63	100,0
Total	3	4,1	37	50,7	33	45,2	73	100,0

4.3.5. Tipo de capacitação externa prevista

A Figura 317 mostra que os tipos de capacitação externa mais procurados pelas instituições governamentais são: participação em eventos externos (palestras, simpósios, congressos), 33 (89,2%); participação em cursos de pós-graduação, 28 (75,7%); aperfeiçoamento, 25 (67,6%); e participação em cursos de extensão, 23 (62,2%).

	N	%
Não resposta	3	8,1
Participação em eventos externos (palestras, simpósios, congressos)	33	89,2
Participação em cursos de extensão	23	62,2
Participação em cursos de aperfeiçoamento	25	67,6
Participação em cursos para complementar a escolaridade (ensino fundamental, médio e superior e educação de jovens e adultos)	5	13,5
Participação em cursos de pós-graduação	28	75,7
Outra	2	5,4
Total	37	

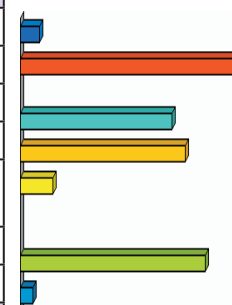


Figura 317: Tipo de capacitação externa previsto pelas instituições governamentais

Observa-se nas instituições não-governamentais que as atividades de capacitação externa previstas são: participação em eventos externos (palestras, simpósios, congressos), 28 (84,8%); participação em cursos de aperfeiçoamento, 21 (63,6%); participação em cursos de extensão, 20 (60,6%); e participação em cursos de pós-graduação, 16 (48,5%) (figura 318).

	N	%
Não resposta	5	15,2
Participação em eventos externos (palestras, simpósios, congressos)	28	84,8
Participação em cursos de extensão	20	60,6
Participação em cursos de aperfeiçoamento	21	63,6
Participação em cursos para complementar a escolaridade (ensino fundamental, médio e superior e educação de jovens e adultos)	4	12,1
Participação em cursos de pós-graduação	16	48,5
Outra	1	3,0
Total	33	

Figura 318: Tipo de capacitação externa previsto pelas instituições não-governamentais

Na Tabela 159 observa-se que 46 instituições indicaram a opção referente à participação em cursos de pós-graduação, sendo 28 (60,9%) governamentais e 16 (34,8%) não-governamentais.

Tabela 159: Tipo de capacitação externa previsto nas instituições quanto à natureza

	Não resposta		Governa- mental		Não- governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	1	11,1	3	33,3	5	55,6	9	100,0
Participação em eventos externos (palestras, simpósios, congressos)	2	3,2	33	52,4	28	44,4	63	100,0
Participação em cursos de extensão	2	4,4	23	51,1	20	44,4	45	100,0
Participação em cursos de aperfeiçoamento	2	4,2	25	52,1	21	43,8	48	100,0
Participação em cursos para complementar a escolaridade (ensino fundamental, médio e superior e educação de jovens e adultos)	1	10,0	5	50,0	4	40,0	10	100,0
Participação em cursos de pós-graduação	2	4,3	28	60,9	16	34,8	46	100,0
Outra	0	0,0	2	66,7	1	33,3	3	100,0
Total	10	4,5	119	53,1	95	42,4	224	100,0

4.3.6. Participação em eventos científicos e de mobilização social

A Figura 319 retrata que 34 (91,9%) instituições governamentais participam de eventos científicos e de mobilização social para divulgação/apresentação dos trabalhos desenvolvidos e para manter intercâmbio com outros profissionais.

	N	%
Não resposta	2	5,4
Não	1	2,7
Sim	34	91,9
Total	37	100,0

Figura 319: Participação das instituições governamentais em eventos científicos e de mobilização social

Das instituições não-governamentais, 31 (93,9%) participam em eventos científicos e de mobilização social, conforme Figura 320.

	N	%
Não	2	6,1
Sim	31	93,9
Total	33	100,0




Figura 320: Participação das instituições não-governamentais em eventos científicos e de mobilização social

Na Tabela 160, observa-se que 67 instituições participam de eventos científicos e de mobilização social, sendo 34 (50,7%) governamentais e 31 (46,3%) não-governamentais.

Tabela 160: Participação das instituições em eventos científicos e de mobilização social quanto à natureza

	Não resposta		Governamental		Não-governamental		Total	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Não resposta	1	33,3	2	66,7	0	0,0	3	100,0
Não	0	0,0	1	33,3	2	66,7	3	100,0
Sim	2	3,0	34	50,7	31	46,3	67	100,0
Total	3	4,1	37	50,7	33	45,2	73	100,0

5. Conclusão

- Nos 1.642 questionários analisados, observa-se que apenas 73 instituições desenvolvem atividades referentes a ensino e/ou pesquisa, sendo 37 governamentais e 33 não-governamentais;
- Entre as instituições governamentais, o assunto mais abordado é o tratamento/recuperação de dependentes químicos. Já entre as não-governamentais, o assunto mais abordado é a prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas.
- Entre os tipos de pesquisa realizadas pelas instituições, destacam-se a pesquisa epidemiológica, com 46 (63,0%) marcações; a pesquisa clínica, com 40 (54,8%); e a pesquisa básica, 39 (53,4%).
- 35,6% das instituições informaram não receber apoio de nenhum órgão para realizar atividades de ensino e/ou pesquisa. Desses, 46,2% são instituições governamentais e 53,8% não-governamentais.
- 71,2% das instituições de ensino e/ou pesquisa informaram possuir publicações: 53,8% são governamentais e 42,3% não-governamentais.
- Nas instituições governamentais, a forma mais utilizada para a divulgação das pesquisas relacionadas ao tema álcool e outras drogas é por meio de revistas científicas, 24 (64,9%), e outros meios impressos (livros, revistas e jornais). Nas instituições não-governamentais aparecem, com 15 (45,5%) marcações, as divulgações realizadas em revistas científicas, periódicos, outros meios impressos, meios eletrônicos/internet.

- Apenas 9 instituições declararam possuir publicações no Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID), das quais 6 são governamentais e 3 não-governamentais.
- A equipe de trabalho das instituições de ensino e/ou pesquisa é composta, em sua maioria, por mestres, e os profissionais mais citados foram psicólogos, médicos, enfermeiros e assistentes sociais.
- O público-alvo das pesquisas mais citado pelos dirigentes, tanto das instituições governamentais como das não-governamentais, foi “estudantes do ensino superior”. Apenas 1 instituição, de natureza não-governamental, declarou realizar pesquisas com a população indígena. Nenhuma instituição afirmou realizar pesquisas com transgêneros. Em relação à população de rua, apenas 10 instituições realizam pesquisas com esse público-alvo, sendo 90,0% (9) governamentais e 10,0% (1) não-governamentais.
- Entre as instituições de ensino, há maior oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*; o mais ofertado é o de aperfeiçoamento, com 60,7% de respostas das instituições governamentais e 39,3% de não-governamentais. Na pós-graduação *stricto sensu*, o curso mais ofertado é o de mestrado, sendo 60% em instituições governamentais e 35% em não-governamentais.
- O principal público-alvo dos cursos oferecidos pelas instituições de ensino é composto de profissionais de nível superior da área da saúde.

Considerações Finais

O mapeamento das instituições que atuam na prevenção, tratamento, recuperação, reinserção social, redução de danos, ensino e pesquisa na área de drogas possibilitou vislumbrar um panorama destas instituições no país. Dos dados levantados e analisados alguns serão destacados a seguir.

Nas instituições que realizam atividades de prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas prevalece a prevenção universal e o modelo mais utilizado é o da educação afetiva. Mais da metade das instituições realiza formação de multiplicadores e a maioria das ações é destinada para a comunidade em geral.

Nas instituições de tratamento, recuperação e reinserção social verificou-se que a maioria das instituições que prestam esse tipo de serviço aos usuários/dependentes de álcool e/ou outras drogas são não-governamentais, ficando concentrado nas comunidades terapêuticas e grupos de auto-ajuda. Os tipos de tratamento mais utilizados são as psicoterapias individual, familiar e grupal. A participação da família é considerada de suma importância para o tratamento dos usuários/dependentes de álcool e outras drogas. Verificou-se que há uma necessidade de ampliar o atendimento ao público feminino, pois das 1.255 instituições que declararam realizar atividades de tratamento, apenas 43 prestam atendimento somente ao público feminino. Em relação à reinserção social, observou-se que a maioria das instituições visam a reinserção social do usuário/dependente químico, seja encaminhando para grupos de auto-ajuda, cursos profissionalizantes, mercado de trabalho, entre outros.

As instituições que desenvolvem atividades de redução de danos realizam com frequência aconselhamentos, encaminhamentos para rede social e de saúde, distribuição de materiais educativos e encaminhamentos para testagem do HIV. Das 574 instituições que declararam realizar tal atividade, apenas 174 desenvolvem trabalho de campo, ou seja, saem da sede da instituição e vão até a comunidade. O público-alvo mais atingido pelas ações de redução de danos é o adulto em situação de risco social e a idade se concentra entre 25 e 59 anos. Nas instituições governamentais é interessante notar que o perfil dos profissionais que realizam atividade de redução de danos é o do profissional de saúde. Nas instituições não-governamentais prevalecem os voluntários e os ex-usuários de drogas.

Em relação às instituições que realizam atividades de ensino e pesquisa, observou-se que o tema mais abordado nas instituições governamentais é tratamento/recuperação de dependentes químicos e nas instituições não-governamentais o tema prevalente é a prevenção do uso indevido de álcool e outras drogas. A pesquisa mais utilizada pelas instituições é a epidemiológica. 35% das instituições declararam não receber apoio de nenhum órgão para desenvolver pesquisas. Mesmo com a falta de apoio para o desenvolvimento de pesquisas, a grande maioria das instituições possui publicações em revistas científicas (nacionais e internacionais). A equipe de ensino e pesquisa é composta em sua grande maioria por mestres, destacando-se psicólogos, médicos, enfermeiros e assistentes sociais.

Os dados coletados e as informações obtidas por meio da realização deste mapeamento vão ampliar o conhecimento sobre a atuação na área de drogas, o que pode contribuir com a melhoria no acesso ao atendimento, à atenção, à abordagem e a articulação entre as instituições mapeadas.

ANEXOS

Anexo I - Questionário reduzido

ORIENTAÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO QUE SERÁ APLICADO POR MEIO DE TELEMARKETING

- 1 - Será realizado um curso de capacitação com os operadores de telemarketing sobre a pesquisa e sobre a Política Nacional sobre Drogas – PNAD.
- 2 - As informações sobre a instituição, constantes no banco de dados, serão confirmadas para subsidiar o envio do questionário completo pelo correio.
- 3 - No momento da ligação, o operador de telemarketing deverá confirmar as informações fornecidas pelo dirigente ou responsável pela instituição.
- 4 - Caso o dirigente não esteja no momento da ligação, os dados poderão ser confirmados pela pessoa que é responsável pela instituição na ausência do dirigente. Neste caso, é obrigatório o preenchimento do nome completo e o cargo/função que a pessoa ocupa na instituição;
- 5 - Confira os dados fornecidos pelo dirigente ou responsável com as informações que constam na tela do computador. Caso haja alguma divergência faça as devidas correções. É imprescindível que todos os dados da instituição estejam corretos.
- 6 - No campo das atividades realizadas pela instituição pode-se marcar mais de uma alternativa. As atividades devem estar dentro destas categorias: **Prevenção ao uso indevido de drogas** (estudos, educação, palestras); **Tratamento e Recuperação** (comunidades terapêuticas, internação, acompanhamentos); **Reinserção Social** (encaminhamentos para cursos profissionalizantes, oficinas, grupos de auto ajuda com os familiares, terapia ocupacional); **Redução de Danos** (troca de seringas, distribuição de preservativos, aconselhamentos); **Ensino e Pesquisa** (pesquisa na área de drogas, cursos sobre a temática das drogas).

INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

Caso o dirigente esteja ausente, informe o nome e o cargo/função da pessoa responsável pelas informações:

Nome completo: _____

Cargo / função: _____

Nome da instituição: _____

Nome do dirigente da instituição: _____

Endereço: _____

Município: _____

UF: _____

CEP: _____

Telefone: () _____

Fax da instituição: () _____

E-mail da instituição: _____

E-mail do dirigente: _____

Página da Instituição na internet: _____

Qual a natureza da instituição?

Instituição Pública	Instituição Privada	Conselho Antidrogas / Entorpecentes
() Federal	() Com fins lucrativos	() Conselho Estadual
() Estadual	() Sem fins lucrativo	() Conselho Municipal
() Município		

Como são classificadas as atividades desenvolvidas pela instituição? Pode-se marcar mais de uma alternativa

- () Prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas (Ex: estudos, educação, palestras);
- () Tratamento, recuperação (Ex: comunidades terapêuticas, internação, acompanhamentos, grupos de auto-ajuda, AA, NA; CAPSad);
- () Reinserção Social (Ex: encaminhamentos para cursos profissionalizantes, oficinas, grupos de auto-ajuda com os familiares, terapia ocupacional);
- () Redução de danos (Ex: troca de seringas, distribuição de preservativos, aconselhamentos);
- () Ensino e pesquisa (Ex: pesquisa na área de drogas, cursos sobre drogas).

Anexo II - Questionário ampliado



PESQUISA

Mapeamento das instituições governamentais e não-governamentais de atenção às questões relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas no Brasil

EQUIPE DE PESQUISA:

Márcia Maria Martins Lopes – Coordenadora Geral de Tratamento - SENAD
Alissandra Alves Rodrigues – Assessora Técnica – SENAD
Andréa Lagares Neiva - Assistente Social
Andréia dos Reis Elias - Assistente Social
Elizabeth Maulaz Lacerda - Assistente Social
Enid Rocha Andrade da Silva – Consultora - IPEA
Maria do Socorro Elias de Menezes – Consultora - IPEA
Daniela Carina Pena Pascual - Consultora de Informática
Márcia Gomes Colen – Secretária
Tânia Maria Tosta da Silva - Pesquisadora
Valéria do Socorro O. Leal Pena – Digitadora
Tháís Kristosch Imperatori - Bolsista em Serviço Social
Lazara Lorena de Oliveira G. Villar - Estagiária em Serviço Social - SENAD
Paulo Rogério Gomes Sampaio - Bolsista em Estatística



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
SECRETARIA NACIONAL ANTIDROGAS
Palácio do Planalto - Anexo II - Sala 273 - 70150-900 - Brasília - DF.
Telefone: (61) 3411-2154 - E-mail: senad@planalto.gov.br

Ofício-Circular nº 09 - GSIPR/SENAD/DPT

Brasília, 17 de julho de 2006

Caro(a) Senhor(a)

1. A Secretaria Nacional Antidrogas – SENAD, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, reconhece a importância do trabalho desenvolvido pelas organizações governamentais e não governamentais de atenção às questões relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas no Brasil.

2. Nesse contexto, a SENAD está promovendo, em parceria com a Universidade de Brasília – UnB e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, a pesquisa “Mapeamento das instituições governamentais e não-governamentais de atenção às questões relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas no Brasil”, sob responsabilidade técnica da **Profa. Dra. Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte**, diretora de prevenção e tratamento da Secretaria Nacional Antidrogas - SENAD e da **Profa. Dra. Denise Bomtempo Birche de Carvalho**, do Departamento de Serviço Social da Universidade e Brasília – UnB.

3. Essa pesquisa tem como objetivo mapear as organizações governamentais e não-governamentais que desenvolvem atividades de prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social, redução de danos sociais e à saúde, ensino e pesquisa, em todo território nacional, para atender a demanda da sociedade brasileira por informações sobre os serviços existentes na área de álcool e outras drogas.

4. Sendo assim, orientado pelo princípio da responsabilidade compartilhada, solicito o apoio dessa Instituição, mediante o preenchimento do questionário que encaminho, em anexo, esclarecendo que é imprescindível que todos os dados da instituição estejam corretos.

Atenciosamente,

PAULO ROBERTO YOG DE MIRANDA UCHOA
Secretário Nacional Antidrogas

ORIENTAÇÕES GERAIS PARA O PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO

1. O questionário está organizado em cinco **EIXOS** assim distribuídos:

Eixo 1 - Instituições

- Parte 1: Informações institucionais
- Parte 2: Perfil do dirigente da instituição
- Parte 3: Perfil da instituição
- Parte 4: Recursos humanos
- Parte 5: Recursos financeiros
- Parte 6: Recursos físicos/materiais

Eixo 2 - Prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas

Eixo 3 - Tratamento aos usuários de álcool e outras drogas

Eixo 4 - Redução de danos sociais e à saúde

Eixo 5 - Ensino e pesquisa sobre a temática álcool e outras drogas

2. O Eixo 1 - “Instituições” (que compreende as partes de 1 a 6) deverá ser respondido por todos os dirigentes. Os Eixos de números 2 a 5 deverão ser respondidos de acordo com as atividades desenvolvidas pela instituição.

Exemplo 1: Se a instituição desenvolve atividades de “Prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas”, responder as questões referentes ao Eixo 1 (partes de 1 a 6) e o Eixo 2.

Exemplo 2: Se a instituição desenvolve atividades de “Prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas” e de “Tratamento aos usuários de álcool e outras drogas”, responder as questões referentes ao Eixo 1 (partes de 1 a 6) e os Eixos 2 e 3.

3. O questionário deverá ser preenchido pelo dirigente ou responsável técnico da instituição.

4. As informações fornecidas deverão refletir a realidade clara e precisa da instituição.

5. Ao concluir o preenchimento do questionário, coloque-o dentro do envelope já selado e etiquetado com o endereço do destinatário:

Coordenação Geral da PESQUISA - Mapeamento das instituições governamentais e não governamentais de atenção às questões relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas no Brasil:

Profa. Dra. Denise Bomtempo Birche de Carvalho
Centro de Atividades, SHIN CA 09 Lote 17 Salas 7 e 8
Cep: 71 505-000 - Lago Norte - Brasília-DF
Telefones (61) 3468-6672, 3468-1318 e 3468-4847

IMPORTANTE: O envelope selado não comporta peso extra. Portanto, nele não poderão ser incluídos outros papéis, sob risco de recusa da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Para obter maiores informações e orientações sobre esta pesquisa ligue para o número: **0800 644-3435**, a ligação é gratuita de segunda à sexta-feira de 8h às 12h e das 14h às 17h.

EIXO 1 - INSTITUIÇÕES PARTE 1 - INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

PARTE 1: INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

Nº do questionário
Nome da instituição:
Nome do dirigente da instituição:
Endereço:
Município:
UF:
CEP:

Identificação da pessoa responsável pelo preenchimento e pela devolução do questionário à coordenação geral da Pesquisa:

Nome completo: _____
Cargo/função: _____
Endereço: _____
Telefone: _____
E-mail: _____
Data de preenchimento do questionário: ____/____/____

Confira as informações contidas na etiqueta. Se necessário, faça as devidas alterações nos campos abaixo.

Nome da instituição: _____
 Nome do dirigente da instituição: _____
 Endereço da instituição: _____
 Município: _____
 UF: _____ CEP: _____

Informações complementares

* Preencha obrigatoriamente estes campos.

* CNPJ: (_____) Não há registro no CNPJ _____
 * Telefone: (_____)
 Fax da instituição: (_____)
 E-mail da instituição: _____
 E-mail do dirigente: _____
 Página da instituição na internet: _____

01. Em que ano a instituição começou a funcionar?

02. Quais as atividades realizadas pela instituição?

- Prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas
 Tratamento, recuperação e reinserção social
 Redução de danos sociais e à saúde
 Ensino e pesquisa

Esta questão admite mais de uma resposta. Assinale com um "X" a(s) alternativa(s) que contemple(m) as atividades realizadas pela instituição, conforme a classificação abaixo:

- **Prevenção ao uso indevido de drogas:** considera-se prevenção as ações realizadas para evitar, impedir, retardar, reduzir ou minimizar o uso abuso/dependência e os prejuízos relacionados ao consumo de substâncias psicoativas. Podem ser definidas, tomando como parâmetro os seguintes enfoques: **a) Prevenção Universal:** dirige-se a população em geral; **b) Prevenção Seletiva:** dirigida a grupos específicos. Visa identificar os fatores de risco associados ao uso indevido de álcool e outras drogas e atuar de forma a retardar ou impedir o seu abuso; **c) Prevenção Indicada:** planejada para indivíduos que já apresentam os primeiros sinais de uso abusivo de álcool e outras drogas. Tem por objetivo prevenir a evolução de um possível quadro de dependência e suas complicações. Se a instituição realiza esse tipo de atividade, responda o **EIXO: PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS**, que compreende as perguntas 36 a 42;
- **Tratamento, recuperação e reinserção social:** compreende ações de atenção a usuários e dependentes de álcool e outras drogas. Podem ser desenvolvidas em hospitais, comunidades terapêuticas, Centros de Atenção Psicossocial – CAPS-ad, Clínicas, Hospiais-Dia, Grupos de Auto-Ajuda, como por exemplo, Alcoólicos Anônimos e Narcóticos Anônimos, entre outros. A reinserção social compreende as ações de estabelecimento ou resgate de uma rede social inexistente ou comprometida pelo período de abuso da(s) droga(s), visando a reconstrução das perdas ocorridas. Se a instituição realiza esse tipo de atividade, responda ao **EIXO: TRATAMENTO AOS USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS**, que compreende as perguntas de 43 a 55;
- **Redução de Danos Sociais e à Saúde:** Compreende as ações de saúde dirigidas aos usuários ou aos dependentes que não podem, não conseguem ou não querem interromper o uso de produtos, substâncias ou drogas que causam dependência. Objetivam reduzir os riscos associados, sem necessariamente intervir na oferta ou no consumo, respeitando as necessidades do público alvo e da comunidade. Envolve uma ou mais das medidas de atenção integral à saúde: a) informação, educação e aconselhamento; b) assistência social e à saúde; c) disponibilização de insumos de proteção à saúde e de prevenção ao HIV/Aids e hepatites. Se a instituição realiza esse tipo de atividade, responda ao **EIXO: REDUÇÃO DE DANOS SOCIAIS E À SAÚDE**, que compreende as perguntas 56 a 68;
- **Ensino e Pesquisa:** inclui as ações de pesquisa sobre álcool e outras drogas, bem como a realização de cursos de pós-graduação e de curta duração sobre esta temática, vinculadas a Universidades, Centros Universitários e Instituições de Pesquisa. Se a instituição realiza esse tipo de atividade, responda ao **EIXO: ENSINO E PESQUISA SOBRE A TEMÁTICA DAS DROGAS** que compreende as perguntas 69 a 83.

03. Descreva os principais objetivos da instituição. _____

04. Quais os dias e os horários de funcionamento da instituição? _____

EIXO 1 - INSTITUIÇÕES

PARTE 2 - PERFIL DO DIRIGENTE DA INSTITUIÇÃO

05. Idade do(a) dirigente: _____ anos
Considere os anos já completos.

06. Sexo do(a) dirigente:
 Feminino Masculino

07. Escolaridade do(a) dirigente:

Esta questão admite apenas uma resposta. Considere sempre o último curso concluído. Os cursos de pós-graduação incluem programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, de aperfeiçoamento e cursos designados como MBA (Máster Business Administration) ou equivalentes.¹

- Ensino fundamental (1º grau) incompleto
 Ensino fundamental (1º grau) completo
 Ensino médio (2º grau) incompleto
 Ensino médio (2º grau) completo
 Ensino superior incompleto
 Ensino superior completo. Curso: _____
 Pós-graduação Especifique a área _____
 Não sabe ler
 Não sabe escrever
 Não sabe ler e escrever

08. Há quanto tempo o(a) dirigente exerce essa função?

Se o(a) dirigente já ocupou esse cargo antes, ficou afastado(a) por um tempo, e depois voltou, considere apenas o último período.

_____ ano (s) e _____ meses

09. Qual a formação e a profissão do(a) dirigente? _____

10. O(a) dirigente recebe alguma remuneração pelo serviço prestado na instituição?

Sim Não

11. O(a) dirigente exerce alguma atividade profissional remunerada fora da instituição?

Sim Não

Se sim, especificar: _____

12. Quantas horas por semana o(a) dirigente se dedica à instituição?

Preencha o espaço com o número inteiro de horas. Se este número não for fixo, coloque um valor aproximado.

_____ horas semanais

13. O que levou o(a) dirigente a trabalhar na instituição?

Esta questão admite apenas uma resposta. Para responder, considere as informações abaixo:

- **Motivação pessoal:** vivência pessoal ou familiar em situações relacionadas ao consumo e a dependência de álcool e outras drogas.
- **Motivação religiosa:** por crença ou determinação religiosa; porque a instituição está vinculada a uma entidade religiosa.
- **Motivação humanitária:** por solidariedade aos seus semelhantes; por estar sensibilizado com os problemas relacionados ao uso indevido de álcool e outras drogas; por acreditar que todos são responsáveis pela resolução dos problemas sociais; por vontade de ajudar os que precisam.
- **Motivação profissional:** profissional de nível superior em busca de aprofundamento e experiência na sua área de atuação.
- **Designação profissional alheia à sua vontade:** por cumprimento de suas obrigações como funcionário público, empregado de empresa ou de outra organização designado para a função por determinação superior.
- **Solicitação/convite de amigos/conhecidos** que ofereceram ou pediram sua participação no trabalho da instituição.

¹ Resolução CES/CNE (Câmara de Educação Superior/Conselho Nacional de Educação) nº 1, de 3 de abril de 2001. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao12001.pdf> acessado dia 5 de junho de 2006.

- Motivação pessoal
- Motivação religiosa
- Motivação humanitária
- Motivação profissional
- Designação profissional alheia à sua escolha
- Solicitação/convite de amigos/conhecidos
- Outra motivação – Especificar: _____

14. O dirigente participa ou já participou de algum conselho abaixo relacionado?

Esta questão admite mais de uma resposta.

- Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes
- Conselho Estadual Antidrogas/Entorpecentes
- Conselho Nacional Antidrogas
- Conselho Municipal de Saúde
- Conselho Estadual de Saúde
- Conselho Tutelar
- Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Conselho Municipal de Assistência Social
- Conselho Estadual de Assistência Social
- Conselho Municipal de Educação
- Conselho Estadual de Educação
- Conselho Comunitário de Segurança
- Outro(s) Conselho (s) - Especificar: _____
- Nunca participou de conselhos _____

EIXO 1 - INSTITUIÇÕES

PARTE 3 - PERFIL DA INSTITUIÇÃO

15. Qual é a natureza da instituição?

Esta questão admite apenas uma resposta.

Governamental

Pública Municipal

Pública Estadual

Pública Federal

Não governamental

Com fins lucrativos

Sem fins lucrativos

16. A instituição possui articulações com:

Esta questão admite mais de uma resposta. Assinale as instituições com as quais a instituição interage para o melhor desenvolvimento das suas atividades.

- Secretaria Nacional Antidrogas – SENAD
- Ministério da Educação
- Ministério da Saúde
- Ministério da Justiça
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- Secretaria Estadual de Educação
- Secretaria Estadual de Saúde
- Secretaria Estadual de Assistência Social
- Secretaria Estadual de Justiça
- Secretaria Estadual de Segurança Pública
- Secretaria Municipal de Educação
- Secretaria Municipal de Saúde
- Secretaria Municipal de Assistência Social
- Universidades e/ou centros de ensino e pesquisa
- Conselhos Antidrogas/Entorpecentes
- Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente
- Conselho Tutelar
- Conselho Comunitário de Segurança
- Meios de comunicação (rádio, televisão, jornais, internet)
- Associações comunitárias
- Outra(s) – Especificar: _____

Não há articulação com outras instituições.

17. Qual é a abrangência das atividades da instituição?

Esta questão admite apenas uma resposta.

- Abrange somente o bairro
 Abrange todo o município ou cidade
 Abrange todo o Estado
 Abrange todo o país
 Abrange outros países
 Outra abrangência – Especificar:

18. Onde a instituição está localizada?

Esta questão admite apenas uma resposta.

- Área urbana
 Área rural

19. Qual é o sexo do público-alvo atendido pela instituição?

Esta questão admite apenas uma resposta.

- Masculino
 Feminino
 Ambos os sexos

20. Qual a faixa etária do público-alvo atendido pela instituição?

Esta questão admite mais de uma resposta.

- Crianças: até 11 anos de idade
 Adolescentes: de 12 a 17 anos de idade
 Adultos jovens: 18 a 24 anos de idade
 Adultos: de 25 a 59 anos de idade
 Idosos: a partir de 60 anos de idade

21. Qual a capacidade média de atendimento mensal da instituição?

_____ pessoas atendidas no mês

Nº de pessoas

- Não há registro da capacidade mensal de atendimento da instituição

22. Qual o meio de acesso do público-alvo à instituição?

Esta questão admite mais de uma resposta. Se a alternativa “Encaminhamentos de outras instituições” não for marcada, passe para a questão 24.

- Encaminhamentos de outras instituições
 Demanda do próprio usuário e/ou familiares diretamente à instituição
 Atividades realizadas pela instituição junto à comunidade
 Outro - Especificar: _____

23. Qual(is) a(s) procedência(s) dos encaminhamentos?

Esta questão admite mais de uma resposta.

- Conselhos Antidrogas/Entorpecentes
 Conselho Tutelar
 Outros Conselhos - Especificar: _____
 Ministério Público
 Polícia
 Justiça
 Rede Hospitalar
 Entidades Religiosas
 Familiares e/ou amigos dos usuários de drogas
 Outras instituições – Especificar: _____

24. Em seu município existe Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes?

- Sim Não Não sei

25. A instituição está registrada no Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes?

- Sim Não

26. A instituição está registrada no Conselho Estadual Antidrogas/Entorpecentes?

- Sim Não

EIXO 1 - INSTITUIÇÕES

PARTE 4 - RECURSOS HUMANOS

27. Preencha o quadro abaixo com o número de profissionais que trabalham atualmente na instituição.

Esta questão exige respostas numéricas. Preencha o quadro informando a quantidade de profissionais que trabalham na instituição e qual o seu vínculo: contratado pela instituição, provenientes de convênio/parceria ou voluntário. Na última coluna coloque o total de profissionais da área independentemente do seu vínculo. Considere a função que o profissional desempenha na instituição, independentemente de sua formação profissional. Ex: Se um médico atua como professor na instituição, conte-o como professor, não como médico. Considere o exemplo de preenchimento abaixo:

Função desempenhada na instituição	Quantidade de profissionais			
	Contratado pela instituição	Convênio/Parceria	Voluntário	Total
Professor	2	-	3	5

Nesse exemplo, trabalham na instituição dois professores contratados pela instituição e três são voluntários, o que totaliza 5 professores. Caso a instituição não possua algum dos profissionais listados, deixe o espaço em branco. Caso a instituição possua algum profissional que não foi listado, especifique no espaço “Outro” e responda as demais colunas da mesma forma.

Função desempenhada na instituição	Quantidade de profissionais			
	Contratado pela instituição	Convênio/Parceria	Voluntário	Total
Administrador				
Advogado				
Agente de saúde				
Assistente Social				
Auxiliar administrativo (secretária, digitador, office-boy, telefonista, recepcionista)				
Auxiliar de serviços gerais (faxineiro, auxiliar de limpeza, zelador, cozinheiro)				
Contador				
Dentista				
Educador social				
Enfermeiro				
Estagiários/Bolsistas				
Fisioterapeuta				
Médico				
Motorista				
Nutricionista				
Oficineiro				
Outros voluntários				
Pedagogo				
Professor				
Psicólogo				
Redutor de danos				
Segurança e/ou vigia				
Técnico ou auxiliar de enfermagem				
Terapeuta ocupacional				
Outro – Especificar:				

28. A instituição prevê capacitação para seus profissionais?

Se a resposta marcada for “Não”, passe para a questão 32.

Sim Não

29. Quais as atividades realizadas pela instituição para promover a capacitação dos seus profissionais?

Esta questão admite mais de uma resposta.

- Cursos de curta duração
- Aulas
- Palestras, conferências, seminários, simpósios
- Leitura e discussão de texto
- Exibição de materiais audiovisuais
- Oficinas de trabalho
- Dramatizações e psicodramas
- Outras – Especificar: _____

30. Qual é a frequência de capacitação dos profissionais da instituição?

Esta questão admite apenas uma resposta.

- Eventual
 Semanal
 Quinzenal
 Mensal
 Bimestral
 Trimestral
 Semestral
 Anual
 Outra – Especificar: _____

31. A instituição prevê capacitação externa* de seus profissionais?

*Entende-se por *capacitação externa*, a participação dos funcionários em atividades oferecidas por outras instituições com objetivo de aprimorar os conhecimentos dos profissionais. Se a resposta marcada for “Sim”, assinale as demais alternativas que contemplam os tipos de capacitação externa previstos pela instituição. Esta questão admite mais de uma resposta.

- Não, a instituição não prevê a capacitação externa
 Sim. Qual o tipo de capacitação?
 - Participação em eventos externos (palestras, simpósios, congressos)
 - Participação em cursos de extensão
 - Participação em cursos de aperfeiçoamento
 - Participação em cursos para complementar a escolaridade (ensino fundamental, médio e superior e educação de jovens e adultos)
 - Participação em cursos de pós-graduação
 - Outra - Especificar: _____

32. A instituição participa de eventos científicos ou de mobilização social com a finalidade de apresentar/divulgar os trabalhos que desenvolve e manter intercâmbio com outras instituições e/ou profissionais?

Esta questão admite apenas uma resposta. Se a resposta marcada for “Sim”, especifique os eventos que a instituição participa. - **Eventos de Mobilização social:** podem ser identificados como campanhas, concursos sobre o tema ou outras ações pontuais.- **Eventos científicos:** incluem simpósios, congressos, fóruns, conferências, encontros acadêmicos, com o objetivo de trocar experiências e conhecimentos sobre o tema álcool e outras drogas.

- Não
 Sim - Especificar os eventos: _____

EIXO 1 - INSTITUIÇÕES

PARTE 5 - RECURSOS FINANCEIROS

33. Quais são as fontes dos recursos financeiros da instituição?

Esta questão admite mais de uma resposta, conforme a classificação abaixo:

- **Recursos públicos (Governo Brasileiro):** são aqueles provenientes de algum órgão governamental brasileiro, seja da esfera municipal (prefeituras, secretarias municipais, conselhos municipais, etc.), estadual (governo dos estados, secretarias estaduais, conselhos estaduais, etc.) ou federal (ministérios, conselhos federais, etc.);
- **Outras fontes de recursos:** refere-se a recursos privados provenientes de entidades que não pertencem ao governo, podendo ser empresas, organizações não governamentais, igrejas e pessoas físicas. Estão incluídos neste item as doações, os recursos provenientes da mantenedora (se houver) e os recursos provenientes de entidades estrangeiras inclusive de governos estrangeiros.
- **Geração de receita própria:** refere-se a recursos gerados pela própria instituição, seja pela contribuição de sócios ou usuários do serviço, pela prestação de serviços, como consultas, exames e internações, ou realização de eventos, como palestras e oficinas, além de produtos fabricados pela própria instituição.

**Recursos públicos
Governo Brasileiro**

- Recursos públicos federais
 Recursos públicos estaduais
 Recursos públicos municipais

Outras fontes de recursos

- Recursos de mantenedoras
 Doações de pessoa física
 Doações de pessoa jurídica
 Repasses de Ongs brasileiras
 Repasses de Ongs internacionais

Geração de receita própria

- Repasses de governos estrangeiros
- Repasses de agências internacionais (ONU, UNESCO, UNICEF, PNUD entre outros). Outro – Especificar: _____
- Receitas provenientes de internações
- Receitas provenientes de consultas
- Receitas provenientes de outros serviços profissionais
- Receitas provenientes da realização de palestras e outros eventos
- Receitas provenientes da venda de produtos fabricados pela própria instituição
- Outra(s) receita(s) – Especificar: _____

34. Quais são os tipos de doações que a instituição recebe?

- Esta questão admite mais de uma resposta.
- Doações em dinheiro
- Doações de alimentos
- Doações de medicamentos
- Doações de equipamentos de informática
- Doações de material de construção
- Doações de imóveis
- Doações de móveis e/ou utensílios
- Doações de vestuário
- Doações de roupas de cama, mesa e/ou banho
- Mão-de-obra para benfeitorias nas instalações físicas da instituição
- Não recebe doações
- Outras doações – Especificar: _____

EIXO 1 - INSTITUIÇÕES
PARTE 6 - RECURSOS FÍSICOS/MATERIAIS

35. Preencha o quadro com a quantidade de recursos físicos/materiais existentes atualmente na instituição.

Se a instituição não possui algum dos recursos materiais ou físicos, deixe o espaço em branco. Se a instituição possui outro recurso, além dos listados, especifique no espaço “Outro” e informe a quantidade na outra coluna.

RECURSOS FÍSICOS/MATERIAIS	QUANTIDADE
Consultório ou sala para atendimento individual	
Consultório ou sala para atendimento em grupo	
Laboratório de análises clínicas	
Enfermaria ou dormitório coletivo	
Apartamento/suíte	
Leitos para permanência diurna	
Leitos para permanência noturna	
Banheiros	
Chuveiros	
Refeitório	
Cozinha	
Auditório	
Escritório	
Sala de convivência	
Sala de atendimento	
Sala de reuniões	
Salas de aula	

Sala de jogos	
Sala de TV	
Video cassete	
DVD	
Computador	
Impressora	
Copiadora	
Internet	
Data Show	
Retroprojektor	
Filmadora	
Máquina fotográfica	
Oficinas diversas (marcenaria, mecânica, entre outros)	
Horta/Jardim	
Capela	
Gráfica	
Sala de ginástica	
Quadra de esporte	
Outros – Especificar:	

EIXO 2 - PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

36. Qual(is) o(s) tipo(s) de prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas² realizado(s) pela instituição?

Esta questão admite mais de uma resposta.

Prevenção universal: dirige-se a toda população. Tem como objetivo prevenir ou atrasar o uso indevido de álcool e outras drogas.

Prevenção seletiva: é dirigida a grupos específicos e visa identificar os fatores de risco associados ao uso indevido de álcool e outras drogas e atuar de forma a atrasar ou impedir o seu abuso.

Prevenção indicada: planejada para indivíduos que já apresentam os primeiros sinais de uso abusivo de álcool e outras drogas. Tem por objetivo prevenir a evolução de um possível quadro de dependência e suas complicações.

37. Qual(is) o(s) modelo(s) de prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas utilizado(s) pela instituição?³

Esta questão admite mais de uma resposta.

Modelo do amedrontamento: Fornece informações que enfatizam as conseqüências negativas do uso indevido de álcool e/ou outras drogas de modo dramático, alarmante.

Modelo da educação para o conhecimento científico: Propõe o fornecimento de informações sobre drogas de modo imparcial e científico.

Modelo de treinamento para resistir: Desenvolve habilidades do público-alvo para resistir às pressões do grupo e da mídia para experimentação e/ou uso de álcool e/ou drogas.

Modelo de treinamento de habilidades pessoais e sociais: Propõe o ensino de habilidades e competências como fator de proteção necessário para lidar melhor com as dificuldades da vida. Também procura desenvolver competências mais gerais, tais como lidar com a timidez ou como desenvolver amizades saudáveis.

Modelo da pressão de grupo positiva: Propõe que a própria pessoa (adolescentes, jovens, adultos) lidere atividades de prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas.

Modelo de educação afetiva: Visa ao desenvolvimento interpessoal das pessoas estimulando e valorizando a auto-estima, a capacidade de lidar com a ansiedade, a habilidade de decidir e relacionar-se em grupo.

Modelo de oferecimento de alternativas: Propõe possibilidades de lazer, prazer e crescimento pessoal, por meio de atividades profissionalizantes, esportivas, artísticas e culturais, como alternativas ao uso indevido de drogas.

² DUARTE, Paulina C. A. V. Curso de Prevenção ao uso de álcool e outras drogas no ambiente de trabalho: conhecer para ajudar. SENAD, 2006.

³ Fonte: MEYER, Marine. Guia prático para programas de prevenção de drogas. Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein, São Paulo, 2003. Disponível em http://72.21.62.210/alcooledrogas/orientacoes_escola.htm, acessado no dia 11 de maio de 2006.

- Modelo de modificação das condições de ensino:** Sugere a modificação das práticas educacionais, a melhoria do ambiente escolar, o incentivo à responsabilidade social, o comprometimento da escola com a saúde dos alunos, o envolvimento dos pais em atividades curriculares e a inserção do tema drogas em sala de aula, como atitudes importantes na prevenção ao uso de drogas.
- Modelo de educação para a saúde:** Propõe a prática de vida saudável por meio de orientações para uma alimentação adequada, para atividades não propiciadoras de estresse, para uma vida sexual segura, para a prática de exercícios físicos e para o uso adequado de remédios.
- Outro - Especificar: _____

ATIVIDADES DE PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS REALIZADAS PELA INSTITUIÇÃO

38. **Qual(is) a(s) fonte(s) consultada(s) pela instituição para realizar as atividades de prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas?**

Esta questão admite mais de uma resposta. Assinale com um “X” as fontes de consulta que fundamentam as atividades de prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas.

- Publicações científicas dos últimos três anos sobre o tema álcool e outras drogas
- Legislações nacionais e internacionais sobre o tema álcool e outras drogas
- Estudos e pesquisas com dados estatísticos sobre o tema álcool e outras drogas Informações da mídia
- Dados de fontes oficiais dos governos federal, estaduais e municipais
- Universidades e/ou centros de ensino e pesquisa

Não sei

- Outro – Especificar: _____

39. **Quais são as atividades de prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas realizadas pela instituição?**

Esta questão admite mais de uma resposta.

- Exibição de filmes
- Palestras sobre drogas
- Palestras sobre HIV/AIDS, hepatite e/ou doenças sexualmente transmissíveis - DSTs
- Criação/apresentação de peças de teatro
- Aulas de teatro
- Distribuição de materiais educativos
- Distribuição de preservativos
- Oficinas sobre drogas
- Dinâmicas de grupo
- Produção e distribuição de livros
- Produção e distribuição de histórias em quadrinhos
- Realização de atividades esportivas e/ou jogos
- Estudos dirigidos
- Leitura de textos
- Apresentação de relatos pessoais
- Realização de fóruns, seminários, congressos, simpósios sobre álcool e/ou outras drogas
- Realização de eventos culturais, turísticos e sociais
- Realização de eventos de mobilização comunitária
- Articulação com os meios de comunicação para a veiculação de informações sobre prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas
- Realização de eventos em datas festivas e/ou comemorativas

Articulação com escolas e outras instituições de ensino para a realização de atividades de prevenção

- Inserção do tema drogas nas atividades curriculares e extracurriculares em escolas
- Realização de campanhas comunitárias de prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas
- Incentivo à participação voluntária de jovens em campanhas humanísticas e comunitárias
- Articulação com empresas públicas e privadas para incentivo à promoção de ações de prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas
- Outras atividades – Especificar: _____

40. **A instituição realiza formação de multiplicadores na área de prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas?**

Se a resposta marcada for “Não”, passe para a questão 42.

- Sim Não

41. **Qual o público-alvo da(s) atividade(s) de formação de multiplicadores?**

Esta questão admite mais de uma resposta.

- Representantes de entidades governamentais

- Representantes de entidades não governamentais
- Representantes de entidades de iniciativa privada
- Pais e/ou responsáveis
- Educadores
- Religiosos
- Líderes comunitários
- Líderes estudantis (Grêmios Estudantil, Centro Acadêmico, Diretório Central dos Estudantes)
- Ex-usuários de drogas
- Conselheiros estaduais
- Conselheiros municipais
- Outro – Especificar: _____

PERFIL DO PÚBLICO-ALVO DA INSTITUIÇÃO

42. Qual o público-alvo das atividades de prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas realizadas pela instituição?

Esta questão admite mais de uma resposta.

- Alunos do ensino fundamental (1ª a 4ª série)
- Alunos de ensino fundamental (5ª a 8ª série)
- Alunos de ensino médio
- Estudantes de ensino superior
- Professores e/ou outros profissionais da educação
- Pais e/ou responsáveis de alunos
- Comunidade em geral
- Profissionais de saúde
- Crianças e adolescentes em situação de rua
- Adolescentes em medida sócio-educativa
- Presidiários
- Profissionais de segurança pública (policiais, bombeiros, entre outros).
- Profissionais do sexo
- Populações indígenas
- Trabalhadores do setor privado
- Trabalhadores do setor público/economia mista
- Trabalhadores do setor informal
- Outro – Especificar: _____

EIXO 3 - TRATAMENTO AOS USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

43. Como se classifica a instituição?

Esta questão admite apenas uma resposta.

- Clínica particular
- Hospital psiquiátrico
- Hospital geral
- Hospital-dia
- Comunidade terapêutica
- Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas-CAPS-ad
- Centro de Atenção Psicossocial-CAPS / Núcleo de Atenção Psicossocial-NAPS
- Residência terapêutica
- Grupo de auto-ajuda
- Instituição de redução de danos
- Outra – Especificar: _____

44. Qual o tipo de tratamento oferecido pela instituição?

Esta questão admite mais de uma resposta.

- Tratamento ambulatorial
- Internação em pronto-socorro
- Internação em hospital geral
- Internação em hospital psiquiátrico
- Internação em hospital-dia
- Internação em comunidade terapêutica

- Internação domiciliar
- Grupos de auto-ajuda
- Psicoterapia individual
- Psicoterapia familiar
- Psicoterapia de grupo
- Terapia comunitária
- Outro – Especificar: _____

45. A instituição prevê a participação da família do paciente durante o tratamento?

Se a resposta marcada for “Não”, passe para a questão 48.

- Sim Não

46. A instituição permite visitas da família aos pacientes:

Esta questão admite apenas uma resposta.

- Diariamente
- Semanalmente
- Quinzenalmente
- Mensalmente
- Eventualmente
- Não são permitidas visitas

47. Caso sejam permitidas visitas aos pacientes, estas podem ser realizadas:

Esta questão admite apenas uma resposta.

- Desde o início da internação
- A partir do 7º dia da internação
- A partir do 15º dia da internação
- A partir do 30º dia da internação
- A partir do 60º dia da internação
- A partir do 90º dia da internação em diante
- Outro - Especificar: _____

48. Os atendimentos prestados pela instituição decorrem de:

Esta questão admite mais de uma resposta.

- Transtornos causados pelo uso/abuso/dependência de álcool
- Transtornos causados pelo uso/abuso/dependência de tabaco
- Transtornos causados pelo uso/abuso/dependência de outras drogas
- Intoxicação aguda causada por qualquer substância psicoativa
- Problemas psiquiátricos associados ao consumo de álcool e/ou outras drogas
- Problemas clínicos associados ao consumo de álcool e/ou outras drogas
- Outros – Especificar: _____

49. Quais são os requisitos exigidos pela instituição para a admissão do paciente?

Esta questão admite mais de uma resposta.

- Indicação médica formal
- Encaminhamento formal de profissionais de outras instituições (psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, entre outros)
- Autorização judicial
- Concordância do paciente
- Compromisso da família no acompanhamento do tratamento
- Não há requisitos
- Outros – Especificar: _____

ATIVIDADES DE TRATAMENTO REALIZADAS PELA INSTITUIÇÃO

50. Qual(is) a(s) abordagem(ns) terapêutica(s) utilizada(s) pela instituição no tratamento dos usuários?

Esta questão admite mais de uma resposta.

- Psicoterapia individual
- Psicoterapia em grupo
- Psicoterapia familiar
- Assistência médica clínica
- Assistência médica farmacológica
- Assistência médica psiquiátrica

- Método Minnessota – 12 passos
- Grupo de prevenção da recaída
- Aconselhamento motivacional
- Terapia ocupacional / oficinas terapêuticas
- Terapia comunitária
- Redução de danos
- Outras - Especificar: _____

51. Qual o período médio de tratamento previsto para o usuário na instituição?

Esta questão exige resposta numérica. Os espaços devem ser preenchidos de acordo com as categorias ano(s), mês(es) e dia(s). Exemplo: Se o período médio de tratamento é de 15 dias, a resposta será _____ anos _____ meses 15

_____ ano(s) _____ meses _____ dias

- Não há previsão para o tratamento

52. Quais são as atividades complementares de tratamento realizadas pela instituição?

Esta questão admite mais de uma resposta.

- Acompanhamento social
- Acompanhamento familiar
- Grupo de auto-ajuda
- Grupo de apoio em geral
- Assistência religiosa
- Assistência jurídica
- Assistência previdenciária
- Realização de atividades físicas, esportivas, lazer e culturais
- Atividades agrícolas/jardinagem
- Atividades de artesanato
- Visita domiciliar
- Outras – Especificar: _____

53. Após a conclusão do tratamento na instituição, são realizados encaminhamentos visando a reinserção social* dos pacientes?

*Vide orientações página 12.

Se a resposta marcada for “Não”, passe para a questão 55

- Sim
- Não

54. Quais são os encaminhamentos realizados visando a reinserção social?

Descreva o nome das instituições/órgãos para as quais são encaminhados os pacientes atendidos pela instituição. _____

PERFIL DO PÚBLICO-ALVO DA INSTITUIÇÃO DE TRATAMENTO

55. A instituição atende usuários em alguma das situações específicas descritas abaixo?

Esta questão admite mais de uma resposta.

- Pacientes com comprometimento clínico
- Pacientes com comprometimento psiquiátrico
- Pacientes portadores de HIV/AIDS
- Pacientes portadores de doenças sexualmente transmissíveis e/ou hepatite
- Pacientes com deficiência física, auditiva, visual e/ou múltiplas
- Outras – Especificar: _____
- Não são atendidos pacientes em situações específicas

EIXO 4 - REDUÇÃO DE DANOS SOCIAIS E À SAÚDE

56. Quais são as atividades de redução de danos realizadas pela instituição?

Esta questão admite mais de uma resposta.

- Trabalho em campo
- Distribuição de material informativo
- Aconselhamento
- Encaminhamento para a testagem do HIV
- Encaminhamento para rede social e de saúde
- Grupos de discussão e orientação para os usuários do serviço
- Troca de seringas
- Distribuição de equipamentos para injeção e limpeza

- Distribuição de preservativos femininos
- Distribuição de preservativos masculinos
- Distribuição de cachimbos e piteiras para uso do crack ou merla
- Distribuição de água
- Banho
- Alimentação
- Atividades culturais, artísticas e recreativas
- Outras atividades - Especificar: _____

57. Onde a instituição realiza as atividades de redução de danos?

Esta questão admite mais de uma resposta.

- Bares
- Casas noturnas
- Festas e raves
- Serviços de saúde
- Residência de usuários
- Residência de lideranças da comunidade
- Associações de bairro
- Centros comunitários
- Grupos e organizações religiosas
- Presídios
- Ruas e locais de consumo
- Na sede da instituição
- Outro – Especificar: _____

58. Assinale as parcerias realizadas pela instituição para a promoção das atividades de redução de danos.

Esta questão admite mais de uma resposta.

- Núcleos comunitários
- Instituições de saúde
- Farmácias
- Estabelecimentos comerciais
- Instituições de saúde mental
- Sistema judiciário
- Instituições de segurança pública
- Grupos e organizações religiosas
- Outra - Especificar: _____

59. A instituição recebe apoio da comunidade local para a execução dos programas, projetos e/ou atividades de redução de danos?

Se a resposta marcada for “Não”, passe para a questão 62.

- Sim Não

60. Explique como se dá esse apoio.

Descreva em poucas palavras como a comunidade colabora para a realização das atividades de redução de danos realizadas pela instituição.

61. A instituição enfrenta alguma forma de resistência ou rejeição ao tipo de atividade de redução de danos que realiza?

Se a resposta marcada for “Sim”, descreva em poucas palavras como ocorre essa resistência ou rejeição.

- Não Sim - Especificar: _____

62. A instituição possui veículo para desenvolver as atividades de redução de danos na comunidade?

Se a resposta marcada for “Sim”, especifique o número de veículos que a instituição possui.

- Sim: Quantos? _____ Não

63. A instituição oferece tratamento de dependência química aos usuários de álcool e outras drogas?

Se a resposta marcada for “Sim”, responda o EIXO: TRATAMENTO AOS USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS, que compreende as perguntas de 43 a 55.

- Sim Não

64. A instituição faz encaminhamentos de usuários para tratamento de dependência química?

- Sim Não

PERFIL DA EQUIPE DE REDUÇÃO DE DANOS

65. **Quantos redutores de danos a instituição possui?**
 _____ redutores de danos
 (Nº de redutores)
66. **Qual o perfil do redutor de danos da instituição?**
 Esta questão admite mais de uma resposta.
 Usuário de drogas injetáveis (UDI)
 Usuários de drogas (UD) em geral, incluindo o álcool
 Ex-usuários de drogas injetáveis
 Ex-usuários de drogas em geral, incluindo o álcool
 Profissionais da saúde – Especificar: _____
 Voluntários
 Outro – Especificar: _____
67. **Qual a forma de contratação dos profissionais que realizam atividades de redução de danos na instituição?**
 Esta questão admite mais de uma resposta.
 Contratados pela Atenção Básica de Saúde **Municipal** e atuam como agentes comunitários de saúde/redutores de danos
 Contratados pela Atenção Básica de Saúde **Estadual** e atuam como agentes comunitários de saúde/redutores de danos
 Contratados pelos Centros de Atenção Psicossocial para o álcool e outras drogas – CAPS-ad
 Contratados por meio de projetos específicos - Especificar: _____
 Prestam serviços voluntários
 Outras - Especificar: _____

PERFIL DO PÚBLICO-ALVO DAS ATIVIDADES DE REDUÇÃO DE DANOS

68. **Qual o público-alvo específico atendido pelo programa, projeto e/ou atividades de redução de danos?**
 Esta questão admite mais de uma resposta.
 Adolescentes em medida sócio-educativa
 Crianças e adolescentes em situação de risco social
 Adultos em situação de risco social
 População carcerária
 Egressos do sistema carcerário
 Trabalhadores do sexo
 Populações indígenas
 Portadores de HIV/AIDS
 Transgêneros
 Profissionais de segurança pública (bombeiros, policiais, militares entre outros)
 Freqüentadores de festas e raves
 Outro – Especificar: _____
 Não há atendimento a públicos específicos
69. **Quais dos assuntos abaixo, relacionados à temática álcool e outras drogas, são abordados em atividades de ensino e/ou pesquisa da instituição?**
 Esta questão admite mais de uma resposta.
 Prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas
 Tratamento/recuperação de dependentes químicos
 Reinserção social
 Redução de danos sociais e à saúde
 Outro - Especificar: _____

EIXO 5 - ENSINO E PESQUISAS SOBRE A TEMÁTICA ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

70. **A instituição de ensino e/ou pesquisa recebe apoio de algum dos órgãos abaixo?**
 Esta questão admite mais de uma resposta.
 Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT

- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES
 Outro - Especificar: _____
 A instituição não recebe apoio de nenhum órgão

71. A instituição possui publicações sobre a temática álcool e outras drogas?

Se a resposta marcada for “Não” passe para a questão 75.

- Sim Não

72. Relacione as publicações sobre a temática álcool e outras drogas.

Informe no espaço abaixo as publicações sobre a temática álcool e outras drogas mais recentes.

73. Quais os meios utilizados pela instituição para divulgar as publicações?

Esta questão admite mais de uma resposta.

- Revistas científicas (nacionais e internacionais)
 Periódicos
 Outros meios impressos (livros, revistas e jornais de divulgação científica)
 Outras mídias (jornais, revistas, rádio e televisão)
 Meios eletrônicos/internet
 Outro. Especificar: _____

74. As publicações são e/ou já foram divulgadas no site do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas - OBID?

- Sim Não

PERFIL DA EQUIPE DE ENSINO/PESQUISA

75. Qual a formação da equipe de ensino e/ou pesquisa que trabalha com a temática álcool e outras drogas?

Relacione na tabela abaixo a área profissional e o número de profissionais.

Esta questão exige três respostas. Por exemplo: se na instituição existem dois psicólogos que são apenas graduados, marcar o campo graduação, escrevendo na área profissional “Psicologia” e na quantidade de profissionais o n.º. “2”.

Grau de Formação	Área profissional	Quantidade de profissionais
<input type="checkbox"/> Graduação		
<input type="checkbox"/> Especialização		
<input type="checkbox"/> Mestrado		
<input type="checkbox"/> Doutorado		
<input type="checkbox"/> Pós-Doutorado		

PESQUISA

76. Qual o tipo de pesquisa realizada pela instituição?

Esta questão admite mais de uma resposta.

Pesquisa básica⁴: teórica ou experimental que visa contribuir de forma original ou incremental para a compreensão dos fatos e fenômenos observáveis e teorias, sem ter em vista o uso ou a aplicação imediata.

Pesquisa clínica⁵: segue métodos científicos aplicáveis aos seres humanos – denominados voluntários ou “sujeitos da pesquisa” –, sadios ou enfermos, de acordo com o objetivo da pesquisa.

Pesquisa epidemiológica⁶: Os estudos epidemiológicos permitem identificar os fatores que facilitam ou dificultam a disseminação da doença, contribuindo para a sua prevenção e/ou controle. A pesquisa epidemiológica pode ser estendida para uso rotineiro no monitoramento de problemas de saúde, facilitando a incorporação de princípios técnicos e científicos ao escopo de atuação da rede de serviços.

Outro - Especificar: _____

77. Qual o público-alvo específico da(s) pesquisa(s)?

Esta questão admite mais de uma resposta

⁴ MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho Nacional de Saúde. 2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia E Inovação Em Saúde. Documento base. Brasília, DF: Março de 2004. <http://www.sbfite.org.br/CNCTIS.doc>, consultado em 02/5/06. (Adaptado de Organization for Economic Co-operation and Development, 1994).

⁵ Ibidem.

⁶ http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/rev_epi_vol12_n1.pdf. Acessado em 30-5-06.

- População indígena
- População de rua
- Mulheres
- Transgêneros
- Empregados/trabalhadores
- Trabalhadores do sexo
- Presidiários (as) e/ou egressos (as) do sistema carcerário
- Crianças e adolescentes em situação de rua
- Adolescentes em medida sócio-educativa
- Alunos de ensino fundamental (1ª a 4ª série)
- Alunos de ensino fundamental (5ª a 8ª série)
- Alunos de ensino médio (1º ano ao 3º ano)
- Estudantes de ensino superior
- Outro - Especificar: _____

ENSINO

78. **Indique a(s) atividade(s) de ensino relacionada(s) à temática álcool e outras drogas que a instituição oferece:**

Esta questão admite mais de uma resposta.

Pós-graduação Lato Sensu

- Curso de aperfeiçoamento
- Curso de especialização

Pós-graduação Stricto Sensu

- Mestrado
- Doutorado
- Pós-doutorado

79. **Qual(is) a(s) modalidade(s) de ensino oferecida(s) pela instituição?**

Esta questão admite mais de uma resposta.

- Presencial
- Semi-presencial
- Educação a distância

80. **Qual o público-alvo, dos cursos oferecidos pela instituição sobre o tema álcool e outras drogas?**

Esta questão admite mais de uma resposta

- Profissionais de nível superior da área de saúde
- Profissionais de nível superior da área de educação
- Profissionais de nível superior da área da justiça
- Profissionais de nível superior da área de segurança pública
- Profissionais de nível superior da área de comunicação social
- Profissionais com curso superior que trabalham com atividades relacionadas à temática do álcool e outras drogas
- Quaisquer interessados independente da sua formação
- Outro - Especificar: _____

81. **A instituição oferece cursos de curta duração específicos sobre a temática álcool e outras drogas?**

- Sim
- Não

Se a resposta marcada for “Não”, passe para a questão 83.

82. **Especifique os cursos de curta duração oferecidos pela instituição, bem como o seu público alvo.**

83. **A instituição possui algum projeto ou programa inovador que deseja registrar?**

Esta é uma questão aberta. Utilize o espaço para citar projetos desenvolvidos pela instituição não contemplados nas questões anteriores.

OBSERVAÇÕES

Este espaço poderá ser utilizado para complementar as respostas dadas às perguntas do questionário.

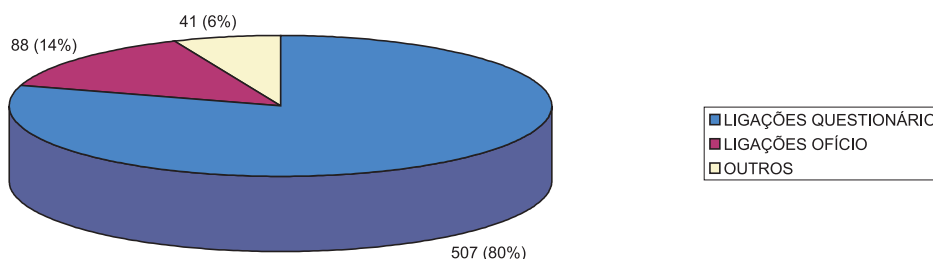
Anexo III - Relatório do serviço 0800

O projeto disponibilizou um serviço 0800 para esclarecimentos de dúvidas ou informações a respeito da pesquisa. O serviço 0800 teve por objetivo atender os municípios brasileiros para prestar esclarecimentos e informações a respeito da pesquisa. Foram atendidas ligações de instituições interessadas em participar da pesquisa e, para isso, por telefone formalizavam o cadastro da sua entidade para posterior envio do questionário.

Também foram recebidas ligações das prefeituras, secretarias estaduais e conselhos antidrogas em resposta a ofício enviado, informando as instituições existentes nos municípios e estados. Após confirmação dos dados dessas instituições, eram verificadas possíveis duplicidades de cadastros e as novas instituições eram incluídas no novo banco de dados.

O 0800 também foi utilizado para atendimento de dúvidas relativas ao preenchimento do questionário. Foram registradas, no período de 31 de agosto de 2006 até 29 de março de 2007, 636 ligações por esse serviço. Destas, aproximadamente 80% foram referentes ao questionário, 14% foram de ligações em resposta aos ofícios e 6% de outras demandas.

RELATÓRIO GERAL 0800



Anexo IV - Plano amostral Etapa 3

Plano de trabalho referente à meta 3 do subprojeto 1 - Informações referentes às instituições que serão visitadas na etapa qualitativa da pesquisa.

Universo = 1600 instituições constante do banco de dados (questionário ampliado)

Amostra = 215 instituições (13,4%) de acordo com a natureza (governamental ou não-governamental) e a atividade desenvolvida (prevenção, tratamento, redução de danos sociais e à saúde, ensino e pesquisa).

Tabela 1. Quantidade de instituições de acordo com a natureza: governamental e não-governamental

NATUREZA	QUANTIDADE
Governamental	83
Não-Governamental	132
TOTAL	215

Tabela 4. Distribuição das instituições de acordo com a natureza (governamental e não governamental) por capital/estado

CAPITAL/ESTADO	GOVERNAMENTAL	NÃO-GOVERNAMENTAL
Aracajú/SE	1	2
Belém/PA	1	2
Belo Horizonte/MG	3	8
Boa Vista/RR	2	1
Brasília/DF	4	5
Campo Grande/MS	2	7
Cuiabá/MT	2	2
Curitiba/PR	6	10
Florianópolis/SC	1	5
Fortaleza/CE	3	4
Goiânia/GO	3	7
João Pessoa/PB	1	1
Maceió/AL	2	2
Manaus/AM	3	3
Natal/RN	4	4
Palmas/TO	1	3
Porto Alegre/RS	4	10
Posto Velho/RO	1	1
Recife/PE	6	6
Rio Branco/AC	2	3
Rio de Janeiro/RJ	7	14
Salvador/BA	4	4
São Luís/MA	2	2
São Paulo/SP	14	17
Teresina/PI	1	4
Vitória/ES	3	5
TOTAL GERAL	83	132

Anexo V - Lista de Figuras e Tabelas

Figuras

Figura 1: Atividades de prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas realizadas pelas instituições	22
Figura 2: Tipos de prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas utilizados pelas instituições.....	22
Figura 3: Modelos de prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas.....	23
Figura 4: Fontes consultadas pela instituição para realizar atividades de prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas.....	23
Figura 5: Atividades de prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas realizadas pelas instituições	24
Figura 6: Formação de multiplicadores na área de prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas.....	25
Figura 7: Público-alvo das atividades de formação de multiplicadores em prevenção	25
Figura 8: Público-alvo das atividades de prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas	26
Figura 9: Tipos de prevenção utilizados pelas instituições governamentais	27
Figura 10: Tipos de prevenção utilizados pelas instituições não-governamentais	27
Figura 11: Modelos de prevenção utilizados pelas instituições governamentais.....	28
Figura 12: Modelos de prevenção utilizados pelas instituições não-governamentais.....	29
Figura 13: Fontes consultadas pelas instituições governamentais para realizar atividades de prevenção ao uso de álcool e outras drogas.....	30
Figura 14: Fontes consultadas pelas instituições não-governamentais para realizar atividades de prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas	30
Figura 15: Atividades de prevenção realizadas pelas instituições governamentais	32
Figura 16: Atividades de prevenção realizadas pelas instituições não-governamentais	33
Figura 17: Formação de multiplicadores nas instituições governamentais	34
Figura 18: Formação de multiplicadores nas instituições não-governamentais	35
Figura 19: Público-alvo da formação de multiplicadores nas instituições governamentais.....	35
Figura 20: Público-alvo da formação de multiplicadores nas instituições não-governamentais.....	36
Figura 21: Público-alvo das atividades de prevenção nas instituições governamentais	37
Figura 22: Público-alvo das atividades de prevenção nas instituições não-governamentais	38
Figura 23: Ano de criação das instituições governamentais de prevenção	39
Figura 24: Ano de criação das instituições não-governamentais de prevenção.....	40
Figura 25: Abrangência das atividades das instituições governamentais	40
Figura 26: Abrangência das atividades das instituições não-governamentais	41
Figura 27: Localização da instituição governamental	41
Figura 28: Localização da instituição não governamental	42
Figura 29: Sexo do público-alvo atendido pelas instituições governamentais	42
Figura 30: Sexo do público-alvo atendido pelas instituições não-governamentais	43
Figura 31: Faixa etária do público-alvo atendido pelas instituições governamentais	43
Figura 32: Faixa etária do público-alvo atendido pelas instituições não-governamentais	44
Figura 33: Capacidade média de atendimento mensal das instituições governamentais.....	45
Figura 34: Capacidade média de atendimento mensal das instituições não-governamentais.....	45
Figura 35: Meio de acesso do público-alvo às instituições governamentais	46
Figura 36: Meio de acesso do público-alvo às instituições não-governamentais	46
Figura 37: Procedências dos encaminhamentos realizados pelas instituições governamentais	47
Figura 38: Procedências dos encaminhamentos realizados pelas instituições não-governamentais	47
Figura 39: Articulação das instituições governamentais com outros setores.....	49
Figura 40: Articulação das instituições não-governamentais com outros setores.....	50
Figura 41: Posição do dirigente das instituições governamentais sobre o conhecimento da existência de Conselho Municipal Antidrogas/ Entorpecentes no município	51
Figura 42: Posição do dirigente das instituições não-governamentais sobre o conhecimento da existência de Conselho Municipal Antidrogas/ Entorpecentes no município	52
Figura 43: Registro das instituições governamentais no Conselho Municipal Antidrogas/ Entorpecentes	52
Figura 44: Registro das instituições não-governamentais no Conselho Municipal Antidrogas/ Entorpecentes.....	53
Figura 45: Registro das instituições governamentais no Conselho Estadual Antidrogas/ Entorpecentes.....	53
Figura 46: Registro das instituições não-governamentais no Conselho Estadual Antidrogas/ Entorpecentes.....	54
Figura 47: Fontes de recursos financeiros utilizados pelas instituições	58
Figura 48: Idade do dirigente das instituições governamentais	59
Figura 49: Idade do dirigente das instituições não-governamentais	59
Figura 50: Sexo do dirigente nas instituições governamentais.....	60

Figura 51: Sexo do dirigente nas instituições não-governamentais.....	60
Figura 52: Escolaridade do dirigente das instituições governamentais.....	61
Figura 53: Escolaridade do dirigente das instituições não-governamentais.....	61
Figura 54: Remuneração do dirigente pelos serviços prestados nas instituições governamentais.....	62
Figura 55: Remuneração do dirigente pelos serviços prestados nas instituições não-governamentais.....	62
Figura 56: Remuneração do dirigente por atividade profissional fora das instituições governamentais.....	63
Figura 57: Remuneração do dirigente por atividade profissional fora das instituições não-governamentais.....	63
Figura 58: Dedicção dos dirigentes das instituições governamentais em horas semanais à instituição.....	64
Figura 59: Dedicção dos dirigentes das instituições não-governamentais em horas semanais à instituição.....	64
Figura 60: Motivação dos dirigentes em relação ao trabalho nas instituições governamentais.....	65
Figura 61: Motivação dos dirigentes em relação ao trabalho nas instituições não-governamentais.....	66
Figura 62: Participação dos dirigentes das instituições governamentais em conselhos.....	67
Figura 63: Participação dos dirigentes das instituições não-governamentais em conselhos.....	67
Figura 64: Previsão de realização de capacitação para os profissionais das instituições governamentais.....	71
Figura 65: Previsão de realização de capacitação para os profissionais das Instituições não-governamentais.....	72
Figura 66: Atividades realizadas pelas instituições governamentais para promover a capacitação dos profissionais.....	72
Figura 67: Atividades realizadas pelas instituições não-governamentais para promover a capacitação dos profissionais.....	73
Figura 68: Frequência de realização de capacitação dos profissionais das instituições governamentais.....	74
Figura 69: Frequência de realização de capacitação dos profissionais das instituições não-governamentais.....	74
Figura 70: Previsão de capacitação externa para os profissionais das instituições governamentais.....	75
Figura 71: Previsão de capacitação externa para os profissionais das instituições não-governamentais.....	75
Figura 72: Tipo de capacitação oferecida pelas instituições governamentais.....	76
Figura 73: Tipo de capacitação oferecida pelas instituições não-governamentais.....	76
Figura 74: Participação das instituições governamentais em eventos científicos ou de mobilização social.....	77
Figura 75: Participação das instituições não-governamentais em eventos científicos ou de mobilização social.....	77
Figura 76: Atividades realizadas pelas instituições de tratamento.....	86
Figura 77: Classificação das instituições que realizam tratamento.....	86
Figura 78: Tipos de tratamento oferecidos.....	87
Figura 79: Permissão para visitas.....	88
Figura 80: Permissão para início das visitas nas instituições de tratamento.....	88
Figura 81: Tipo de problema atendido.....	89
Figura 82: Requisitos para admissão nas instituições de tratamento.....	89
Figura 83: Abordagens terapêuticas utilizadas pelas instituições de tratamento.....	90
Figura 84: Atividades complementares realizadas pelas instituições de tratamento.....	90
Figura 85: Encaminhamentos visando a reinserção social.....	91
Figura 86: Situações específicas atendidas nas instituições de tratamento.....	91
Figura 87: Classificação das instituições governamentais que realizam tratamento.....	92
Figura 88: Classificação das instituições não-governamentais que realizam tratamento.....	93
Figura 89: Tipos de tratamento oferecidos pelas instituições governamentais de tratamento.....	94
Figura 90: Tipos de tratamento oferecidos pelas instituições não-governamentais de tratamento.....	94
Figura 91: Participação da família no tratamento em instituições governamentais.....	95
Figura 92: Participação da família no tratamento a usuários em instituições não-governamentais.....	95
Figura 93: Participação da família no tratamento de acordo com a natureza da instituição.....	96
Figura 94: Frequência de visitas da família em instituições não-governamentais de tratamento.....	96
Figura 95: Permissão para início das visitas nas instituições governamentais de tratamento.....	97
Figura 96: Permissão para início das visitas nas instituições não-governamentais de tratamento.....	98
Figura 97: Motivos para busca de atendimento nas instituições governamentais de tratamento.....	99
Figura 98: Motivos para busca de atendimento nas instituições não-governamentais de tratamento.....	99
Figura 99: Requisitos para atendimento nas instituições governamentais de tratamento.....	100
Figura 100: Requisitos para atendimento nas instituições não-governamentais de tratamento.....	101
Figura 101: Abordagem terapêutica utilizada pelas instituições governamentais de tratamento.....	102
Figura 102: Abordagem terapêutica utilizada pelas instituições não-governamentais de tratamento.....	102
Figura 103: Tratamentos complementares realizados pelas instituições governamentais de tratamento.....	103
Figura 104: Tratamentos complementares realizados pelas instituições não-governamentais de tratamento.....	104
Figura 105: Encaminhamentos para a reinserção social das instituições governamentais de tratamento.....	105
Figura 106: Encaminhamentos para a reinserção social das instituições não-governamentais de tratamento.....	105
Figura 107: Atendimento de situações específicas nas instituições governamentais de tratamento.....	106
Figura 108: Atendimento de situações específicas nas instituições não-governamentais de tratamento.....	106
Figura 109: Ano de criação das instituições governamentais de tratamento.....	107
Figura 110: Ano de criação das instituições não-governamentais de tratamento.....	108
Figura 111: Abrangência das atividades das instituições governamentais.....	108

Figura 112: Abrangência das atividades das instituições não-governamentais	109
Figura 113: Localização da instituição governamental	109
Figura 114: Localização da instituição não-governamental	110
Figura 115: Sexo do público alvo atendido pelas instituições governamentais	110
Figura 116: Sexo do público-alvo atendido pelas instituições não-governamentais	111
Figura 117: Faixa etária da população atendida por instituição governamental.....	111
Figura 118: Faixa etária da população atendida por instituição não-governamental.....	112
Figura 119: Média mensal de atendimentos nas instituições governamentais.....	113
Figura 120: Média mensal de atendimento nas instituições não governamentais.....	113
Figura 121: Acesso à população atendida por instituições governamentais	114
Figura 122: Acesso à população atendida por instituições não-governamentais	114
Figura 123: Procedência dos encaminhamentos para as instituições governamentais.....	115
Figura 124: Procedência dos encaminhamentos para as instituições governamentais.....	115
Figura 125: Articulação das instituições governamentais	117
Figura 126: Articulações das instituições não-governamentais.....	118
Figura 127: Existência do conselho antidrogas/entorpecentes no município na percepção do dirigente da instituição governamental.....	119
Figura 128: Existência do conselho antidrogas/entorpecentes no município na percepção do dirigente da instituição não- governamental.....	120
Figura 129: Registro junto ao Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes das instituições governamentais.....	120
Figura 130: Registro junto ao Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes das instituições não-governamentais.....	121
Figura 131: Registro da instituição governamental junto ao	121
Figura 132: Registro da instituição não-governamental junto ao Conselho Estadual Antidrogas/Entorpecentes.....	122
Figura 133: Fontes de recursos financeiros utilizados pelas instituições.....	122
Figura 134: Idade do dirigente das instituições governamentais	127
Figura 135: Idade do dirigente das instituições não-governamentais	127
Figura 136: Sexo do dirigente das instituições governamentais.....	128
Figura 137: Sexo do dirigente das instituições não-governamentais.....	128
Figura 138: Escolaridade do dirigente das instituições governamentais	129
Figura 139: Escolaridade do dirigente das instituições não-governamentais.....	129
Figura 140: Remuneração do dirigente de instituição governamental.....	130
Figura 141: Remuneração do dirigente de instituição não-governamental	131
Figura 142: Exercício de atividade remunerada fora da instituição governamental	131
Figura 143: Exercício de atividade remunerada fora da instituição não-governamental	131
Figura 144: Horas semanais dedicadas pelo dirigente à instituição governamental	132
Figura 145: Horas semanais dedicadas pelo dirigente à instituição não-governamental	132
Figura 146: Motivação do dirigente de instituição governamental.....	133
Figura 147: Motivação do dirigente de instituição não-governamental.....	134
Figura 148: Participação dos dirigentes das instituições governamentais em conselhos	135
Figura 149: Participação dos dirigentes de instituições não-governamentais em conselhos	135
Figura 150: Previsão de capacitação nas instituições governamentais.....	139
Figura 151: Previsão de capacitação nas instituições não-governamentais.....	139
Figura 152: Atividades de capacitação desenvolvidas nas instituições governamentais.....	140
Figura 153: Atividades de capacitação desenvolvidas nas instituições não-governamentais	141
Figura 154: Frequência das capacitações nas instituições governamentais	142
Figura 155: Frequência das capacitações nas instituições não-governamentais	142
Figura 156: Previsão de capacitação externa nas instituições governamentais.....	143
Figura 157: Previsão de capacitação externa nas instituições não-governamentais.....	143
Figura 158: Tipo de capacitação externa previsto pelas instituições governamentais.....	144
Figura 159: Tipo de capacitação externa previsto pelas instituições não-governamentais.....	144
Figura 160: Participação das instituições governamentais em eventos científicos e de mobilização social.....	145
Figura 161: Participação das instituições não-governamentais em eventos científicos e de mobilização social.....	145
Figura 162: Atividades desenvolvidas pelas instituições	153
Figura 163 : Tipos de atividades de Redução de Danos desenvolvidas.....	154
Figura 164: Local onde as instituições realizam atividades de Redução de Danos.....	155
Figura 165: Apoio da comunidade aos programas, projetos e/ou atividades de Redução de Danos.....	156
Figura 166: Resistência da comunidade às atividades de Redução de Danos.....	156
Figura 167: Veículos para desenvolvimento de atividades de Redução de Danos	156
Figura 168: Quantidade de veículos por instituição.....	157
Figura 169: Perfil do redutor de danos	157
Figura 170: Forma de contração dos redutores de danos.....	158

Figura 171: População atendida por meio das atividades de Redução de Danos.....	159
Figura 172: Atividades de Redução de Danos desenvolvidas por instituições governamentais	160
Figura 173: Atividades de Redução de Danos desenvolvidas por instituições não-governamentais	161
Figura 174: Local de realização de atividades de Redução de Danos das instituições governamentais	163
Figura 175: Local de realização de atividades de Redução de Danos das instituições não-governamentais	163
Figura 176: Parcerias realizadas pelas instituições governamentais de Redução de Danos.....	164
Figura 177: Parcerias realizadas pelas instituições não-governamentais de Redução de Danos.....	165
Figura 178: Apoio da comunidade às atividades de Redução de Danos desenvolvidas pelas instituições não-governamentais.....	166
Figura 179: Apoio da comunidade às atividades de Redução de Danos desenvolvidas pelas instituições não-governamentais.....	166
Figura 180: Resistência da comunidade às atividades de RD desenvolvidas pelas instituições governamentais	166
Figura 181: Resistência da comunidade às atividades de RD desenvolvidas pelas instituições não-governamentais.....	167
Figura 182: Perfil do redutor de danos das instituições governamentais	167
Figura 183: Perfil do redutor de danos das instituições não-governamentais	168
Figura 184: Forma de contratação dos profissionais nas instituições governamentais.....	169
Figura 185: Forma de contratação dos profissionais nas instituições não-governamentais.....	169
Figura 186: Público-alvo das atividades de redução de danos nas instituições governamentais	170
Figura 187: Público-alvo das atividades de Redução de Danos nas instituições não-governamentais	171
Figura 188: Ano de funcionamento das instituições governamentais	172
Figura 189: Ano de funcionamento das instituições não-governamentais	172
Figura 190: Abrangência das atividades da instituição governamental.....	173
Figura 191: Abrangência das atividades da instituição não-governamental.....	173
Figura 192: Localização da instituição governamental.....	174
Figura 193: Localização da instituição não-governamental.....	174
Figura 194: Sexo da população atendida pela instituição governamental.....	175
Figura 195: Sexo do público-alvo atendido pela instituição não-governamental.....	175
Figura 196: Faixa etária do público-alvo atendido pela instituição governamental	176
Figura 197: Faixa etária do público-alvo atendido pela instituição não-governamental	176
Figura 198: Média mensal de atendimentos nas instituições governamentais.....	177
Figura 199: Média mensal de atendimentos nas instituições não-governamentais.....	177
Figura 200: Acesso do público-alvo às instituições governamentais	178
Figura 201: Acesso do público-alvo às instituições não-governamentais	179
Figura 202: Procedência dos encaminhamentos para as instituições governamentais.....	179
Figura 203: Procedência dos encaminhamentos para as instituições não-governamentais.....	180
Figura 204: Articulação das instituições governamentais	181
Figura 205: Articulações das instituições não governamentais.....	182
Figura 206: Existência do Conselho Antidrogas/Entorpecentes no município na percepção do dirigente da instituição governamental.....	183
Figura 207: Existência do Conselho Antidrogas/Entorpecentes no município na percepção do dirigente da instituição não-governamental.....	184
Figura 208: Registro das instituições governamentais no Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes.....	184
Figura 209: Registro das instituições não-governamentais no Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes.....	185
Figura 210: Registro da instituição governamental no Conselho Estadual Antidrogas/Entorpecentes.....	185
Figura 211: Registro da instituição não-governamental no Conselho Estadual Antidrogas/Entorpecentes.....	186
Figura 212: Recursos financeiros utilizados pelas instituições	186
Figura 213: Idade do dirigente das instituições governamentais	186
Figura 214: Idade do dirigente das instituições não-governamentais	191
Figura 215: Sexo do dirigente das instituições governamentais.....	191
Figura 216: Sexo do dirigente das instituições não-governamentais.....	192
Figura 217: Escolaridade do dirigente das instituições governamentais	192
Figura 218: Escolaridade do dirigente das instituições não-governamentais.....	193
Figura 219: Remuneração do dirigente da instituição governamental.....	193
Figura 220: Remuneração do dirigente da instituição não-governamental.....	194
Figura 221: Exercício de atividade remunerada fora da instituição governamental	194
Figura 222: Exercício de atividade remunerada fora da instituição não-governamental	195
Figura 223: Dedicção do dirigente à instituição governamental.....	195
Figura 224: Dedicção do dirigente à instituição não-governamental.....	196
Figura 225: Motivação do dirigente da instituição governamental.....	196
Figura 226: Motivação do dirigente da instituição não-governamental.....	197
Figura 227: Participação dos dirigentes das instituições governamentais em conselhos	197

Figura 228: Participação dos dirigentes das instituições não-governamentais em conselhos.....	198
Figura 229: Previsão de capacitação nas instituições governamentais.....	199
Figura 230: Previsão de capacitação nas instituições não-governamentais.....	203
Figura 231: Atividades de capacitação desenvolvidas nas instituições governamentais.....	203
Figura 232: Atividades de capacitação desenvolvidas nas instituições não-governamentais.....	204
Figura 233: Freqüência da capacitação nas instituições governamentais.....	204
Figura 234: Freqüência da capacitação nas instituições não-governamentais.....	205
Figura 235: Previsão de capacitação externa nas instituições governamentais.....	206
Figura 236: Previsão de capacitação externa nas instituições não-governamentais.....	206
Figura 237: Tipo de capacitação externa prevista pelas instituições governamentais.....	207
Figura 238: Tipo de capacitação externa prevista pelas instituições não-governamentais.....	207
Figura 239: Participação das instituições governamentais em eventos científicos e de mobilização social.....	208
Figura 240: Participação das instituições não-governamentais em eventos científicos e de mobilização social.....	209
Figura 241: Atividades realizadas pelas instituições de ensino e/ou pesquisa.....	209
Figura 242: Assuntos relacionados à temática álcool e outras drogas abordados em atividades de ensino e/ou pesquisa.....	217
Figura 243: Apoio recebido pelas instituições de ensino e/ou pesquisa.....	218
Figura 244: Existência de publicações das instituições de ensino e/ou pesquisa.....	218
Figura 245: Meios utilizados pela instituição de ensino e/ou pesquisa para divulgar as publicações.....	219
Figura 246: Existência de publicações divulgadas no portal do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID).....	219
Figura 247: Formação acadêmica da equipe de ensino e/ou pesquisa que trabalha com a temática álcool e outras drogas nas instituições.....	220
Figura 248: Tipo de pesquisa realizada pela instituição de ensino e/ou pesquisa.....	220
Figura 249: Público-alvo das pesquisas.....	221
Figura 250: Cursos de pós-graduação lato sensu oferecidos pelas Instituições de ensino.....	221
Figura 251: Cursos de pós-graduação stricto sensu oferecidos pelas instituições de ensino.....	221
Figura 252: Modalidade(s) de ensino oferecida(s) pelas instituições.....	222
Figura 253: Público-alvo dos cursos oferecidos pela instituição sobre o tema álcool e outras drogas.....	222
Figura 254: Assuntos relacionados à temática álcool e outras drogas abordados em atividades de ensino e/ou pesquisa pelas instituições governamentais.....	223
Figura 255: Assuntos relacionados à temática álcool e outras drogas abordados em atividades de ensino e/ou pesquisa pelas instituições não-governamentais.....	224
Figura 256: Apoio recebido pelas instituições governamentais de ensino e/ou pesquisa.....	224
Figura 257: Apoio recebido pelas instituições não-governamentais de ensino e/ou pesquisa.....	225
Figura 258: Existência de publicações das instituições governamentais de ensino e/ou pesquisa.....	225
Figura 259: Existência de publicações das instituições não-governamentais de ensino e/ou pesquisa.....	226
Figura 260: Forma de divulgação das publicações das instituições governamentais de ensino e/ou pesquisa.....	226
Figura 261: Forma de divulgação das publicações das instituições não-governamentais de ensino e/ou pesquisa.....	227
Figura 262: Existência de publicações de instituições governamentais divulgadas no site do OBID.....	227
Figura 263: Existência de publicações de instituições não-governamentais divulgadas no site do OBID.....	228
Figura 264: Formação acadêmica da equipe de ensino e/ou pesquisa nas instituições governamentais.....	228
Figura 265: Formação acadêmica da equipe de ensino e/ou pesquisa nas instituições não-governamentais.....	229
Figura 266: Tipo de pesquisa realizada pelas instituições governamentais.....	229
Figura 267: Tipo de pesquisa realizada pelas instituições não-governamentais.....	230
Figura 268: Público-alvo das pesquisas realizadas pelas instituições governamentais de pesquisa.....	231
Figura 269: Público-alvo das pesquisas realizadas pelas instituições não-governamentais de pesquisa.....	231
Figura 270: Modalidades de cursos lato sensu oferecidos pelas instituições governamentais de ensino.....	232
Figura 271: Modalidades de cursos lato sensu oferecidos pelas instituições não-governamentais de ensino.....	233
Figura 272: Modalidades de cursos stricto sensu oferecidos pelas instituições governamentais de ensino.....	233
Figura 273: Modalidades de cursos stricto sensu oferecidos pelas instituições não-governamentais de ensino.....	233
Figura 274: Modalidades dos cursos oferecidas pelas instituições governamentais de ensino.....	234
Figura 275: Modalidades dos cursos oferecidas pelas instituições não-governamentais de ensino.....	234
Figura 276: Público-alvo dos cursos oferecidos pelas instituições governamentais de ensino.....	235
Figura 277: Público-alvo dos cursos oferecidos pelas instituições não-governamentais de ensino.....	236
Figura 278: Ano de criação das instituições governamentais de ensino e pesquisa.....	237
Figura 279: Ano de criação das instituições não-governamentais de ensino e pesquisa.....	237
Figura 280: Abrangência das atividades da instituição governamental.....	238
Figura 281: Abrangência das atividades das instituições não-governamental.....	238
Figura 282: Localização da instituição governamental.....	239
Figura 283: Localização da instituição não-governamental.....	239

Figura 284: Articulação das instituições governamentais	240
Figura 285: Articulações das instituições não-governamentais.....	241
Figura 286: Existência do Conselho Antidrogas/Entorpecentes no município na percepção do dirigente da instituição governamental	242
Figura 287: Existência do Conselho Antidrogas/Entorpecentes no município na percepção do dirigente da instituição não- governamental.....	243
Figura 288: Registro no Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes das instituições governamentais.....	243
Figura 289: Registro no Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes das instituições não-governamentais.....	244
Figura 290: Registro da instituição governamental no Conselho Estadual Antidrogas/Entorpecentes.....	244
Figura 291: Registro da instituição não-governamental no Conselho Estadual Antidrogas/Entorpecentes.....	245
Figura 292: Fontes de recursos financeiros.....	246
Figura 293: Idade do dirigente das instituições governamentais	247
Figura 294: Idade do dirigente das instituições não-governamentais	247
Figura 295: Sexo do dirigente das instituições governamentais.....	248
Figura 296: Sexo do dirigente das instituições não-governamentais.....	248
Figura 297: Escolaridade do dirigente das instituições governamentais	249
Figura 298: Escolaridade do dirigente das instituições não-governamentais.....	249
Figura 299: Remuneração do dirigente da instituição governamental.....	250
Figura 300: Remuneração do dirigente da instituição não-governamental	250
Figura 301: Exercício de atividade remunerada fora da instituição governamental	251
Figura 302: Exercício de atividade remunerada fora da instituição não-governamental	251
Figura 303: Dedicção do dirigente à instituição governamental.....	252
Figura 304: Dedicção do dirigente à instituição não-governamental.....	252
Figura 305: Motivação do dirigente da instituição governamental.....	253
Figura 306: Motivação do dirigente da instituição não-governamental.....	253
Figura 307: Participação dos dirigentes das instituições governamentais em conselhos	254
Figura 308: Participação dos dirigentes das instituições não-governamentais em conselhos	255
Figura 309: Previsão de capacitação nas instituições governamentais.....	256
Figura 310: Previsão de capacitação nas instituições não-governamentais.....	256
Figura 311: Atividades de capacitação desenvolvidas nas instituições governamentais.....	257
Figura 312: Atividades de capacitação desenvolvidas nas instituições não-governamentais.....	257
Figura 313: Freqüência das capacitações nas instituições governamentais	258
Figura 314: Freqüência das capacitações nas instituições não-governamentais	259
Figura 315: Previsão de capacitação externa nas instituições governamentais.....	259
Figura 316: Previsão de capacitação externa nas instituições não-governamentais.....	260
Figura 317: Tipo de capacitação externa previsto pelas instituições governamentais.....	260
Figura 318: Tipo de capacitação externa previsto pelas instituições não-governamentais.....	261
Figura 319: Participação das instituições governamentais em eventos científicos e de mobilização social.....	261
Figura 320: Participação das instituições não-governamentais em eventos científicos e de mobilização social.....	262

Tabelas

Tabela 1: Natureza da instituição em relação às atividades realizadas	26
Tabela 2: Natureza da instituição e tipos de prevenção	28
Tabela 3: Natureza das instituições e os modelos de prevenção adotados	29
Tabela 4: Natureza da instituição e as fontes de consulta.....	31
Tabela 5: Natureza das instituições e as atividades de prevenção	34
Tabela 6: Natureza das instituições e a formação de multiplicadores.....	35
Tabela 7: Natureza das instituições e o público-alvo da formação de multiplicadores.....	36
Tabela 8: Natureza das instituições e o público-alvo das atividades de prevenção.....	39
Tabela 9: Natureza das instituições em relação aos anos de funcionamento	40
Tabela 10: Natureza da instituição em relação à abrangência das atividades.....	41
Tabela 11: Localização da instituição quanto a sua natureza.....	42
Tabela 12: Natureza da instituição em relação ao sexo do público-alvo	43
Tabela 13: Natureza da instituição em relação a faixa etária do público-alvo	44
Tabela 14: Natureza da instituição em relação à média mensal de atendimentos.....	45
Tabela 15: Natureza das instituições em relação aos meios de acesso do público-alvo.....	46
Tabela 16: Natureza da instituição em relação aos encaminhamentos	48
Tabela 17: Natureza das instituições em relação às articulações realizadas	51
Tabela 18: Natureza da instituição em relação ao conhecimento sobre a existência do conselho antidrogas	52

Tabela 19: Natureza da instituição em relação ao registro no conselho municipal	53
Tabela 20: Natureza da instituição em relação ao registro no Conselho Estadual	54
Tabela 21: Recursos materiais existentes nas instituições	55
Tabela 22: Recursos materiais existentes nas instituições governamentais	56
Tabela 23: Recursos materiais existentes nas instituições não-governamentais	57
Tabela 24: Natureza da instituição e a idade do dirigente.....	59
Tabela 25: Sexo do dirigente e a natureza da instituição.....	60
Tabela 26: Natureza da instituição e a escolaridade do dirigente	62
Tabela 27: Remuneração do dirigente pelos serviços prestados e a natureza da instituição	63
Tabela 28: Atividade remunerada do dirigente fora da instituição e a natureza das instituições	64
Tabela 29: Natureza da instituição em relação à quantidade de horas semanais dedicadas à instituição	65
Tabela 30: Natureza da instituição e a motivação do dirigente para a realização do trabalho	66
Tabela 31: Natureza das instituições e a participação dos dirigentes em conselhos.....	68
Tabela 32: Recursos humanos existentes nas instituições.....	69
Tabela 33: Recursos humanos das instituições governamentais	70
Tabela 34: Recursos humanos das instituições não-governamentais	71
Tabela 35: Previsão de capacitação pelas instituições em relação à natureza da instituição.....	72
Tabela 36: Natureza da instituição em relação às atividades de capacitação.....	73
Tabela 37: Natureza da instituição em relação à frequência de capacitação	75
Tabela 38: Previsão de capacitação externa em relação à natureza da instituição	76
Tabela 39: Natureza da instituição em relação ao tipo de capacitação externa.....	77
Tabela 40: Participação em eventos científicos e de mobilização social de acordo com a natureza da instituição	78
Tabela 41: Participação da família no tratamento	78
Tabela 42: Atividades realizadas quanto à natureza da instituição	92
Tabela 43: Classificação das instituições que realizam tratamento quanto à sua natureza.....	93
Tabela 44: Tipos de tratamentos oferecidos de acordo com a natureza da instituição.....	95
Tabela 45: Participação da família no tratamento de acordo com a natureza da instituição.....	96
Tabela 46: Frequência de visitas da família de acordo com a natureza da instituição	97
Tabela 47: Permissão para início das visitas nas instituições de tratamento de acordo com a natureza da instituição.....	98
Tabela 48: Motivo para busca de atendimento de acordo com a natureza da instituição.....	100
Tabela 49: Requisitos para atendimento nas instituições de tratamento a usuários/dependentes de álcool e outras drogas quanto à natureza	101
Tabela 50: Abordagem terapêutica utilizada pelas instituições governamentais de tratamento a usuários de álcool e outras drogas no Brasil quanto à sua natureza	103
Tabela 51: Tratamento complementar realizado de acordo com a natureza da instituição.....	104
Tabela 52: Encaminhamentos para reinserção social de acordo com a natureza das instituições	105
Tabela 53: Atendimento de situações específicas de acordo com a natureza das instituições.....	107
Tabela 54: Ano de criação de acordo com a natureza das instituições de tratamento	108
Tabela 55: Abrangência das atividades da instituição de tratamento de acordo com a sua natureza	109
Tabela 56: Localização da instituição de tratamento quanto a sua natureza.....	110
Tabela 57: Sexo do público-alvo atendido pela instituição de tratamento de acordo com a sua natureza.....	111
Tabela 58: Faixa etária da população atendida de acordo com a natureza da instituição	112
Tabela 59: Média mensal de atendimentos de acordo com a natureza da instituição	113
Tabela 60: Acesso à população atendida de acordo com a natureza das instituições.....	114
Tabela 61: Procedência dos encaminhamentos de acordo com a natureza da instituição.....	116
Tabela 62: Articulação das instituições de acordo com sua natureza.....	119
Tabela 63: Existência do conselho antidrogas/entorpecentes no município na percepção do dirigente de acordo com a natureza da instituição	120
Tabela 64: Registro das instituições junto ao Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes de acordo com a sua natureza	121
Tabela 65: Registro da instituição junto ao Conselho Estadual Antidrogas/Entorpecentes de acordo com sua natureza	122
Tabela 66: Média de recursos materiais nas instituições de tratamento.....	123
Tabela 67: Recursos materiais disponíveis nas instituições governamentais.....	124
Tabela 68: Recursos materiais disponíveis nas instituições não-governamentais.....	125
Tabela 69: Idade do dirigente de acordo com a natureza da instituição.....	128
Tabela 70: Sexo do dirigente de acordo com a natureza da instituição	129
Tabela 71: Escolaridade do dirigente de acordo com a natureza das instituições de tratamento	130
Tabela 72: Remuneração do dirigente de acordo com a natureza da instituição	131
Tabela 73: Exercício de atividade remunerada fora da instituição de acordo com a natureza.....	132
Tabela 74: Horas semanais dedicadas pelo dirigente de acordo com a natureza da instituição	133
Tabela 75: Motivação do dirigente de acordo com a natureza da instituição de tratamento	134

Tabela 76: Participação dos dirigentes em conselhos de acordo com a natureza da instituição.....	136
Tabela 77: Quantidade média de trabalhadores de acordo com a categoria profissional	137
Tabela 78: Quantidade média de trabalhadores de acordo com a categoria profissional nas instituições governamentais	138
Tabela 79: Quantidade média de trabalhadores por categoria profissional nas instituições não-governamentais.....	139
Tabela 80: Previsão de capacitação de acordo com a natureza das instituições	140
Tabela 81: Atividades de capacitação desenvolvidas de acordo com a natureza da instituição	141
Tabela 82: Freqüência de capacitação de acordo com a natureza das instituições.....	143
Tabela 83: Previsão de capacitação externa de acordo com a natureza da instituição	143
Tabela 84: Tipo de capacitação externa previsto de acordo com a natureza das instituições.....	145
Tabela 85: Parcerias estabelecidas pelas instituições.....	146
Tabela 86: Parcerias realizadas pelas instituições governamentais e não-governamentais de atenção às questões relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas para a promoção de atividades de Redução de Danos	155
Tabela 87: Atividades desenvolvidas de acordo com a natureza da instituição.....	159
Tabela 88: Atividades de Redução de Danos de acordo com a natureza da instituição.....	162
Tabela 89: Local de realização de atividades de Redução de Danos acordo com a natureza da instituição	164
Tabela 90: Parcerias estabelecidas de acordo com a natureza das instituições	165
Tabela 91: Apoio local à Redução de Danos de acordo com a natureza da instituição	166
Tabela 92: Resistência da comunidade às atividades de RD desenvolvidas de acordo com a natureza das instituições.....	167
Tabela 93: Perfil do redutor de danos de acordo com a natureza da instituição.....	168
Tabela 94: Forma de contratação dos profissionais de acordo com a natureza da instituição	170
Tabela 95: Público-alvo das atividades de acordo com a natureza da instituição	171
Tabela 96: Ano de funcionamento quanto à natureza da instituição	173
Tabela 97: Abrangência das atividades de acordo com a natureza da instituição	174
Tabela 98: Localização da instituição de Redução de Danos quanto à sua natureza.....	175
Tabela 99: Sexo da população atendida de acordo com a natureza da instituição.....	176
Tabela 100: Faixa etária do público-alvo atendido pela instituição de Redução de Danos quanto à sua natureza.....	177
Tabela 101: Média mensal de atendimentos de acordo com a natureza a instituição	178
Tabela 102: Acesso da população atendida de acordo com a natureza da instituição.....	179
Tabela 103: Procedência dos encaminhamentos de acordo com a natureza da instituição.....	180
Tabela 104: Articulação das instituições de acordo com a natureza das instituições	183
Tabela 105: Existência do Conselho Antidrogas/Entorpecentes no município na percepção do dirigente de acordo com a natureza da instituição	184
Tabela 106: Registro no Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes das instituições quanto à sua natureza.....	185
Tabela 107: Registro da instituição no Conselho Estadual Antidrogas/Entorpecentes quanto à sua natureza	186
Tabela 108: Quantidade média de recursos físicos e materiais nas instituições de RD	187
Tabela 109: Quantidade média de recursos materiais nas instituições governamentais de RD.....	188
Tabela 110: Média de recursos materiais nas instituições não-governamentais de RD	189
Tabela 111: Idade do dirigente quanto à natureza da instituição.....	192
Tabela 112: Sexo do dirigente das instituições de Redução de Danos quanto à sua natureza	192
Tabela 113: Escolaridade do dirigente de acordo com a natureza da instituição	194
Tabela 114: Remuneração do dirigente quanto à natureza da instituição.....	195
Tabela 115: Exercício de atividade remunerada fora da instituição quanto à sua natureza	195
Tabela 116: Dedicção do dirigente à instituição quanto à sua natureza	196
Tabela 117: Motivação do dirigente da instituição de Redução de Danos quanto à sua natureza	198
Tabela 118: Participação dos dirigentes das instituições de Redução de Danos em conselhos quanto à sua natureza	200
Tabela 119: Média de profissionais por categoria	201
Tabela 120: Média de profissionais das instituições governamentais por categoria	202
Tabela 121: Média de profissionais das instituições não-governamentais por categoria	203
Tabela 122: Previsão de capacitação de acordo com a natureza da instituição	204
Tabela 123: Atividades de capacitação desenvolvidas nas instituições de Redução de Danos quanto à sua natureza	205
Tabela 124: Freqüência de capacitação nas instituições de Redução de Danos quanto à sua natureza.....	206
Tabela 125: Previsão de capacitação externa nas instituições de Redução de Danos quanto à sua natureza.....	207
Tabela 126: Tipo de capacitação externa prevista nas instituições quanto à sua natureza	208
Tabela 127: Participação das instituições em eventos científicos e de mobilização social quanto à sua natureza	209
Tabela 128: Natureza das instituições e as atividades realizadas.....	223
Tabela 129: Natureza da organização e assuntos abordados por instituições de ensino e/ou pesquisas	224
Tabela 130: Natureza das instituições e o apoio para ensino e/ou pesquisa.....	225
Tabela 131: Natureza das instituições e a existência de publicações.....	226
Tabela 132: Natureza da organização e a forma de divulgação das publicações	227
Tabela 133: Natureza da organização e a existência de publicações divulgadas no Portal do OBID.....	228
Tabela 134: Natureza das instituições e a formação acadêmica da equipe de ensino e/ou pesquisa	229

Tabela 135: Natureza da instituição e o tipo de pesquisa realizada.....	230
Tabela 136: Natureza da organização e o público pesquisado.....	231
Tabela 137: Natureza das instituições e as atividades de ensino.....	234
Tabela 138: Natureza das instituições e a modalidades de ensino.....	235
Tabela 139: Natureza da organização e o público-alvo das instituições de ensino.....	236
Tabela 140: Ano de criação de acordo com a natureza das instituições de ensino e pesquisa.....	237
Tabela 141: Abrangência das atividades da instituição de ensino e/ou pesquisa quanto a sua natureza	238
Tabela 142: Localização da instituição de ensino e/ou pesquisa quanto à sua natureza	239
Tabela 143: Articulação das instituições de ensino e/ou pesquisa quanto à sua natureza	242
Tabela 144: Existência do Conselho Antidrogas/Entorpecentes no município, na percepção do dirigente, quanto à natureza da instituição.....	243
Tabela 145: Registro no Conselho Municipal Antidrogas/Entorpecentes das instituições quanto à sua natureza.....	244
Tabela 146: Registro da instituição no Conselho Estadual Antidrogas/Entorpecentes quanto à sua natureza	245
Tabela 147: Idade do dirigente quanto à natureza da instituição.....	247
Tabela 148: Sexo do dirigente das instituições de tratamento quanto à sua natureza	248
Tabela 149: Escolaridade do dirigente das instituições de ensino e/ou pesquisa quanto à sua natureza.....	250
Tabela 150: Remuneração do dirigente da instituição quanto à sua natureza.....	251
Tabela 151: Exercício de atividade remunerada fora da instituição quanto à sua natureza.....	251
Tabela 152: Dedicção do dirigente à instituição quanto à sua natureza	252
Tabela 153: Motivação do dirigente da instituição de ensino e/ou pesquisa quanto à sua natureza	254
Tabela 154: Participação dos dirigentes das instituições de ensino e/ou pesquisa em conselhos quanto à sua natureza	255
Tabela 155: Previsão de capacitação nas instituições de ensino e/ou pesquisa quanto à sua natureza.....	257
Tabela 156: Atividades de capacitação desenvolvidas nas instituições de ensino e/ou pesquisa quanto à sua natureza.....	258
Tabela 157: Freqüência de capacitação nas instituições de ensino e/ou pesquisa, quanto à sua natureza	259
Tabela 158: Previsão de capacitação externa nas instituições de ensino e/ou pesquisa quanto à sua natureza.....	260
Tabela 159: Tipo de capacitação externa previsto nas instituições quanto à sua natureza.....	261
Tabela 160: Participação das instituições em eventos científicos e de mobilização social quanto à sua natureza	262